

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DA INDÚSTRIA CRIATIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO

THALES HENRIQUE NUNES PIMENTA

MEMÓRIAS MEDIATIZADAS DA TRAGÉDIA ESCOLAR DE REALENGO
E AS SUAS MARCAS NAS RECORDAÇÕES INDIVIDUAIS
DE MORADORES DO BAIRRO CARIOCA

SÃO LEOPOLDO

2014

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

THALES HENRIQUE NUNES PIMENTA

**MEMÓRIAS MEDIATIZADAS DA TRAGÉDIA ESCOLAR DE REALENGO
E AS SUAS MARCAS NAS RECORDAÇÕES INDIVIDUAIS
DE MORADORES DO BAIRRO CARIOCA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em Ciências
da Comunicação pela Universidade do Vale do
Rio dos Sinos na linha de pesquisa de Cultura,
Cidadania e Tecnologias da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin.

SÃO LEOPOLDO

2014

P644m Pimenta, Thales Henrique Nunes

Memórias midiáticas da tragédia escolar de Realengo e as suas marcas nas recordações individuais de moradores do bairro carioca / por Thales Henrique Nunes Pimenta. -- São Leopoldo, 2014.

243 f.: il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2014.

Linha de pesquisa: Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin, Escola da Indústria Criativa.

1.Comunicação de massa. 2.Comunicação de massa – Aspectos sociais. 3.Memória coletiva. 4.Recepção midiática. 5.Massacres – Rio de Janeiro (RJ). I.Bonin, Jiani Adriana. II.Título.

CDU 659.3

316.77

659.3:343.611(815.3)

THALES HENRIQUE NUNES PIMENTA

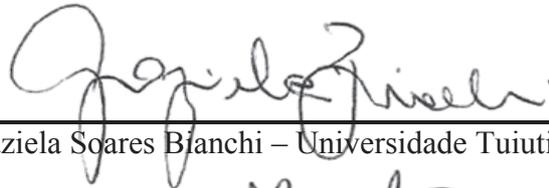
**MEMÓRIAS MUDIATIZADAS DA TRAGÉDIA ESCOLAR DE REALENGO
E AS SUAS MARCAS NAS RECORDAÇÕES INDIVIDUAIS
DE MORADORES DO BAIRRO CARIOCA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em Ciências
da Comunicação pela Universidade do Vale do
Rio dos Sinos na linha de pesquisa de Cultura,
Cidadania e Tecnologias da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin.

Aprovada em 25 de março de 2014.

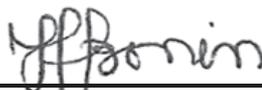
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi – Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)



Profa. Dra. Christa Berger – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)



Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

AGRADECIMENTOS

Nossas trajetórias de vida são assim, uma espécie de passeio menos planejado do que gostaríamos num mar de enseadas calmas, escuras cavernas e vertigens fatais. Não é muito do meu gosto aquilo que Lya Luft publica na revista *Veja*, mas concordo quando a escritora diz que somos náufragos e timoneiros nessas águas que tudo levam: destroços, estrelas, escolhas e abraços. Náufragos, talvez porque sejamos encaminhados para rotas desconhecidas ou até mesmo imprevistas nas quais perdemos o eixo e afundamos nossos barcos. E timoneiros porque controlamos boa parte das direções tomadas nessa travessia, surgindo certas vezes no trajeto daqueles que naufragam em sua viagem com um aparato necessário para o resgate. Estou escrevendo estes agradecimentos num momento de mais calma, o que difere radicalmente daquilo que vivi nos processos desta pesquisa, mas em muitas ocasiões também cheguei, como agora, à conclusão de que só finalizei o mestrado porque tive a ajuda de outros timoneiros, alguns deles responsáveis pelo meu salvamento quando as embarcações sinistravam. E foram diversas ocorrências. Então, estas notas de gratidão versam não sobre a velocidade da travessia ou quem me esperava do outro lado, mas sobre a navegação e, sobretudo, aqueles que tiveram uma participação significativa em diferentes etapas de toda essa trajetória.

Em primeiro lugar, preciso deixar registrado que devo muito à minha orientadora e também professora Jiani Adriana Bonin, timoneira profissional de múltiplos itinerários concluídos, pela paciência bíblica que teve comigo, por sempre ter me dito aquilo que eu precisava ouvir e, também, por reconhecer o valor desta pesquisa – mesmo quando eu já não tinha qualquer crença positiva a respeito. Agradeço pela referência ética e científica que foi e continua sendo para mim, assim como pelos encontros, apontamentos, caronas e, acima de tudo, resgates de caráter emergencial. Não teria dado conta da pesquisa sem tudo isso. Dando prosseguimento às notas, agradeço ainda à professora Graziela Bianchi por ter aceitado sair de Curitiba para fazer parte da comissão avaliadora, além de ter sido muito sensível, criteriosa e atenta em seu parecer, endereçando todas as suas críticas em forma de dúvidas – o que foi muito bacana! – e indicando caminhos para que eu pudesse seguir com as reestruturações necessárias da pesquisa. Na posição de referência teórico-metodológica seu trabalho já havia sido fundamental para mim, mas, tendo passado pela defesa, só tenho a agradecer mais ainda. E também sou grato pela presença da professora

Christa Berger, que foi avaliadora da pesquisa tanto no exame de qualificação quanto na sessão pública de defesa e desfez as minhas inseguranças na sua análise sobre o trabalho, marcando os dois processos com seu espírito pedagógico que tanto admiro e, ao mesmo tempo, com um rigor epistemológico decisivo para todas as dimensões da pesquisa – em especial a empírica. Foi um privilégio contar com tanta sabedoria em dois momentos da trajetória. E agradeço ao professor Fabrício Silveira, um dos pesquisadores mais alheios ao *mainstream* acadêmico que conheço, por ter se engajado como avaliador no exame de qualificação e contribuído tanto para os eixos da problemática quanto para a definição de alguns aspectos conceituais e técnico-metodológicos da pesquisa. Muito do que aprendi no decorrer do mestrado se deve às suas aulas, sempre *breaking the traditions* em termos teóricos com uma exploração de objetos e aspectos empíricos para os quais nunca havia me atentado, de fato, no campo da comunicação.

Também deixo meu agradecimento aos demais professores do programa de pós-graduação, em especial à Denise, à Suzana, ao Jairo, ao Efendy, ao Braga, à Adriana, ao Fausto e ao Ronaldo, por terem norteado o meu percurso e, ainda, por fazerem a cultura científica acontecer de uma forma tão horizontal e criadora – mesmo com perspectivas e experiências investigativas tão distintas. Nessa rede epistemológica de aulas, discussões, leituras e fazeres da pesquisa estão os processos de aprendizagem que vêm constituindo um sujeito investigador dentro de mim. Só posso agradecer. Aliás, sou igualmente grato aos tantos que fazem a Unisinos funcionar, por assim dizer, e isso inclui as secretárias do PPGCC que desempenham um papel de centralidade no trabalho de todos – em especial, as multifuncionais Lílian e Vanessa. Não há nada que elas desconheçam, sendo por isso um *oráculo* sobre qualquer processualidade burocrática que exista na instituição. E deixo um agradecimento, também, para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tanto pelo financiamento da pesquisa quanto pelos vistos em meus relatórios de bolsista, todos devidamente aprovados. Entendendo que o meio acadêmico nem sempre é um campo tão árido, registro minha gratidão aos colegas e amigos com os quais tive vivências tão significativas ao longo do mestrado citando Daiane, Iuri, Albília, Edu, Diva, Ana, Bárbara, Camila, Tamires, Márcia, Taís, Diogo, Pedro, André, Bruno e Carina, mas talvez eu esteja me esquecendo de mais alguém. Não é intencional. Fica aqui uma nota de agradecimento, igualmente, aos colegas de outras instituições que passaram pela Unisinos, entre eles Adenor, Vinícius e Camila. Às amigas de quem só me esqueço morrendo, Maytê e Eloísa, um abraço apertado. Pela relação acadêmica, amiga e muitas

vezes psicanalítica agradeço por ter conhecido o Andres, que tem um baita coração. Aos parceiros de debates e fazeres científicos – entre eles Rafael, Lisiane, Lorena, Carlos, Marco e Marina – fica aqui uma saudação fraterna. Pela admiração gratuita e recíproca, à Aline, alguém que admiro além da conta pelo engajamento na pesquisa, pelo exemplo de maternagem e por administrar como ninguém seu tempo útil. Talvez não seja uma louca varrida como eu, mas chega perto. E adoro isso. Por ter se disposto a me indicar leituras das quais eu precisava tanto, agradeço à Ana Migowski. Pelos desafetos comuns e pelas marchas de resistência, à Márcia e ao Nicolas, pois o que a treta une ninguém separa. Por terem me recebido com tanto carinho em Inhoaíba, na capital do Rio, agradeço ao Lucas e à Fatinha. E algo que me importa muito: tanto as explorações de campo quanto a etapa sistemática da pesquisa não teriam sido possíveis sem a disposição, o tempo, a acolhida, a vivência e, sobretudo, as lembranças dos moradores de Realengo, que tão prontamente aceitaram ser entrevistados. Muitos deles por dever assumido de memória.

Da esfera familiar, agradeço em primeiro lugar à minha avó Maria Helena por ser uma das pessoas que mais torcem por mim e um referencial de posicionamentos, muitos deles políticos. Alguém que norteou a história de vida dos filhos numa perspectiva mais emancipatória do que a época e os contextos sociais permitiam. Professora de nós todos, sempre mestra em cultura oral e guardiã de tantas memórias: não duvido que venha dela o meu interesse pela tramatura das recordações. E agradeço também à minha tia Jussara por tudo que faz pensando em mim e meu irmão, pelo amor que não sei como cabe numa pessoa só, por ter sido personagem central nos meus processos de empoderamento, pelo retrato de luta feminina, por suas críticas honestas e por ainda tomar conta de mim – seja à distância, seja bem de pertinho. Ao meu pai, um timoneiro de pensamento rápido, que nunca hesita nas circunstâncias em que mais preciso de ajuda. Às vezes intratável, é fato, mas alguém preocupado e sempre presente a quem eu talvez nem tenha como agradecer em uma proporção devida. É um grande cientista, aliás, que respeito e sempre tive como modelo de sujeito investigador e docente. E deixo aqui uma nota de gratidão ao meu avô Alcebíabes pelas narrativas de experiência, por ter me ensinado – ainda que eu não tenha sido tão bom aluno! – a aguardar os momentos certos de falar e pelo orgulho que tem de mim e meu irmão sem nunca ter feito questão de esconder isso. À minha tia Débora, pela imagem de força e trabalho contínuo que nem sei reproduzir, mas tomo como lição para toda a vida, e por quase duas décadas me fazendo rir quando eu só sabia o contrário. Ao meu tio André, que praticamente me apresentou à cultura midiática norte-americana num

tempo em que nem usuário de *internet* eu era – e faz parte de muitas memórias afetivas, aliás, dos primeiros contatos que tive com os computadores, além de ser uma referência que tenho sobre priorizar a qualidade de toda tarefa colocada em prática. Ao meu irmão Pedro, que está para se tornar médico veterinário, pelos tantos anos de convivência e por ser uma das pessoas mais justas que conheço.

Por fim, agradeço aos amigos que me deram mais força do que imaginam quando enfrentei períodos tão severos de depressão – entre eles Vinícius, Karen, Vitória, Mauro, Lucas, Maria, Lôndero, Mariana e Greice, que são pessoas fantásticas. Não tem discurso que possa especificar o tamanho das contribuições de cada um. Também agradeço a uma das minhas melhores amigas, Izabel Dantas, que vive comigo na contramão da sociedade e foi quem mais me ensinou a tomar posicionamentos políticos neutros, como militante, em tantas situações-limite do percurso, afora a partilha de fotos motivacionais do James Franco que a gente admira quase desfalecendo. Aos meus amigos do grupo “Mimimi das Bees” em sua formação atual – Fabrício, Ana, Elaine, Juliano, Itallon, Jussara, Fernando, Cássia, Hugo, Caio e Vinícius – por fazerem um dos espaços de discussão mais amáveis entre todos os papéis que conheci nos últimos tempos de militância. Ao meu irmão de pais diferentes, Aquiles Jacinto, por conhecer tão bem o meu humor e se orgulhar daquilo que faço ou simplesmente planejo. Isso tudo sempre foi mútuo.

À minha amiga Tamires, que passava horas escutando meus desabaços lá na Vila Batista e contando tudo que não podia aceitar em silêncio – porque até podem nos tratar como gente sem cidadania, mas não vão nos fazer acreditar nisso. Aos amigos que a vida me apresentou tão por acaso, Pedro e Ítalo, por serem os mais adoráveis e complexos da minha topologia social. Ao meu amigo Leonardo, do interior de São Paulo, que valida o sentido da nossa luta por direitos humanos fundamentais. Aos queridos Bryan, Augusto, Filipe, Matheus, Bento e Igor, moços bonitos que tive o privilégio de conhecer. Às gatas que dançam *funk* comigo na cara da família tradicional brasileira, entre elas Sueli, Diane, Aline, Fabiana, Raiane e Sofia. Às minhas amigas Paola e Vivian, por tanta confiança no que digo e pelas escutas sensíveis. Ao meu caro comparsa vegano, Marcelo Correia. Aos tão queridos Lelio e Henrique, *in memoriam*. Pela chatice que tem significado para mim mais do que ele próprio imagina, ao Mathews. Aos camaradas de luta Marcos, Romero e Clarinha, que já partiram. Àquele que perdi em meio às bifurcações abertas para futuros distintos, Magno Catão, pelas tantas lembranças que deixa. E por fim, agradeço ao Eder pela experiência poética, pelo cotidiano vivido e por me fazer tão bem assim.

RESUMO

Na presente dissertação são problematizadas as memórias da tragédia escolar ocorrida em abril de 2011 no bairro carioca de Realengo – com um total de 13 mortes incluindo a do assassino – e as marcas de sua transformação no âmbito da *recepção midiática* por entre as recordações de moradores que, em distintas proporções, viveram os trabalhos de luto e memória relacionados ao episódio de violência. Para tanto, realizei alguns movimentos exploratórios no ano de 2012 tentando entender os *processos de midiatização* implicados na seleção local de aspectos pelos quais o evento é lembrado e, ao mesmo tempo, dando início à problematização teórica pela qual passou a se desenvolver na pesquisa o conceito de *enquadramentos midiatizados da memória coletiva*, que descortina a ação das mídias nos conjuntos de lembranças e seus sentidos sobre eventos de impacto. Nesse sentido, os trabalhos de enquadramento da memória são discutidos como *processo fenomenológico* de lógicas operativas sujeitas não apenas às experiências vividas ou ao engajamento dos sujeitos no recordar e no esquecer, mas também aos deslocamentos e atualizações sobre o *acontecimento midiático* construído a partir do evento em si. Entendendo por isso que o agenciamento de lembranças da tragédia não se daria fora do *cenário de midiatização*, tanto o acontecimento quanto as perspectivas através das quais os meios de comunicação o produziram – e mais adiante retomaram em movimento de recordação midiática – são o conjunto de aspectos empíricos explorados na contextualização da pesquisa, que utiliza um pequeno *corpus* de narrativas como índice sobre a *ambiência comunicacional* vivida pelos informantes em seus trabalhos de memória. Dado que esses sujeitos são agentes de memória trazendo o passado à tona como princípio de ação sobre o presente na tentativa de encerrar o *luto coletivo* em uma seleção daquilo que deve ser lembrado ou esquecido, as experiências de recepção têm ascendência sobre os trabalhos memoriais porque, nesse âmbito, os *sujeitos comunicantes* fazem uma série de *usos e apropriações* das narrativas midiáticas, produzindo referentes que dão norteamento à formação dos seus conjuntos de lembranças. No contexto de Realengo, as *mediações* que tiveram relevância na recepção sobre a tragédia foram não apenas os usos e apropriações dos informantes, mas também os *cenários do cotidiano vivido*, a *circulação interacional* e as *negociações coletivas* de sentidos, suas vivências de *cultura religiosa*, suas *competências midiáticas* e, sobretudo, suas posições de *gênero*, bem como alguns aspectos biográficos de ação subjacente. Para então dar conta da etapa sistemática no ano de 2013, fiz um levantamento das pesquisas que lidam com a memória na perspectiva teórico-empírica da recepção para desenvolver, em sequência, o método dos *relatos de memórias midiatizadas* – cujas operações técnicas de entrevista em profundidade têm como premissa descortinar as marcas de experiências vividas no âmbito da recepção para daí explorá-las ponto a ponto, entendendo seu papel na constituição de recordações, silêncios, contradições e esquecimentos dos informantes a respeito da tragédia.

Palavras-chave: Mídia e memória; Recepção midiática; Massacre de Realengo; Relatos de memórias midiatizadas; Acontecimento midiático.

PIMENTA, T. H. **Memórias midiatizadas da tragédia escolar de Realengo e as suas marcas nas recordações individuais de moradores do bairro carioca**. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola da Indústria Criativa, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

RESUMEN

En esta disertación son problematizadas las memorias de la tragedia escolar brasileña que sucedió en abril de 2011 en el distrito carioca de Realengo – con un total de 13 muertes, incluyendo el homicida – y las marcas de su transformación en el ámbito de la *recepción mediática* por entre recordaciones de habitantes que, en distintas proporciones, vivieron los trabajos de luto y memoria relacionados al episodio de violencia. Para hacerlo, llevé a cabo algunos movimientos exploratorios en 2012 tratando de entender los *procesos de mediatización* implicados en la selección de aspectos a través de los cuales la tragedia es recordada en el barrio y, al mismo tiempo, empezando la problematización teórica de la investigación, donde pasé a desarrollar el concepto de los *encuadres mediatizados de la memoria colectiva* descortinando la acción de los medios comunicacionales en conjuntos de recuerdos y sus sentidos sobre los eventos de impacto. En ese sentido, los trabajos de encuadre memorial son pensados como un *proceso fenomenológico* de lógicas operativas que están sujetas no sólo a las experiencias vividas o al compromiso de los sujetos en la recordación y el olvido, sino también a los trayectos y actualizaciones del *acontecimiento mediático* dado a partir del evento en sí. Teniendo en cuenta que la agencia de recuerdos acerca de la tragedia no ocurriría fuera del *escenario de mediatización* en el que vivimos, tanto el acontecimiento como las perspectivas por las cuales los medios de comunicación lo produjeron – y más adelante evocaron en movimiento de recordación mediática – son el conjunto de aspectos empíricos que fueron explorados en la contextualización de este itinerario investigativo, que utiliza un recorte de narrativas mediáticas como índice de la *ambiencia comunicacional* vivida por los informantes en sus trabajos de memoria. Dado que los sujetos son agentes de memoria trayendo el pasado a la luz como un principio de acción en el presente a través de una selección de lo que se deberá recordar u olvidar con vistas al cierre del *luto colectivo*, las experiencias de recepción tienen ascendencia sobre los trabajos memoriales porque, en ese ámbito, los *sujetos comunicantes* hacen una serie de *usos y apropiaciones* de las narrativas mediáticas, produciendo referentes que nortean sus conjuntos de recuerdos. En el contexto de Realengo, las *mediaciones* de relevancia en la recepción sobre el episodio fueron no sólo los usos y apropiaciones de los informantes, sino que también los *escenarios del cotidiano vivido*, la *circulación* y las *negociaciones colectivas* de sentidos, sus vivencias de *cultura religiosa*, sus *competencias mediáticas* y, sobre todo, sus posiciones de *género*, además de algunos aspectos biográficos en acción subyacente. Para realizar la etapa sistemática en 2013, por lo tanto, hizo un movimiento de investigación documental acerca de la memoria en perspectiva teórico-empírica de la recepción para así desarrollar el método de los *relatos de memorias mediatizadas* – cuya operacionalización técnica de entrevista en profundidad tiene como premisa descortinar marcas de experiencias vividas en la recepción para explorarlas entendiendo su rol en los recuerdos, contradicciones, silencios y olvidos de los informantes.

Palabras clave: Medios de comunicación y memoria; Recepción mediática; Masacre de Realengo; Relatos de memorias mediatizadas; Acontecimiento mediático.

PIMENTA, T. H. **Memorias mediatizadas de la tragedia escolar de Realengo y sus marcas en las recordaciones individuales de habitantes del barrio carioca.** 243 h. Disertación (Maestría en Ciencias de la Comunicación) – Escola da Indústria Criativa, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SUMÁRIO

1. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	12
1.1. Objetivos da pesquisa	24
1.1.1. Objetivo geral.....	24
1.1.2. Objetivos específicos	24
1.2. Esquema sinóptico da problemática.....	25
1.3. Estrutura da pesquisa	26
2. PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.1. A problemática da memória e dos seus enquadramentos	31
2.2. Enquadramentos midiáticos da memória coletiva.....	44
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	66
3.1. Memórias midiáticas e luto coletivo	69
3.2. Acontecimento e recordação midiática do Massacre de Realengo.....	92
4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	137
4.1. Levantamentos bibliográficos	143
4.2. Pesquisa exploratória	158
4.3. Relatos de memórias midiáticas.....	182
4.4. Roteiro de entrevistas da pesquisa sistemática	203
4.4.1. Aspectos da problemática	203
4.4.2. Eixos das recordações individuais	203
5. PESQUISA SISTEMÁTICA	206
5.1. Introdução aos perfis.....	208
5.2. Lugares de mediação, consumo e competências midiáticas	213
5.2.1. Consumo midiático e competências dos sujeitos comunicantes	215
5.2.2. Usos e apropriações referentes à tragédia	225

5.2.3. Vivências relacionadas à tragédia e à sua cobertura	226
5.2.4. Cenários do cotidiano vivido	227
5.2.5. Processos de negociação e circulação interacional de sentidos	228
5.2.6. Experiências significativas de vida	230
5.3. Marcas dos trabalhos mediatizados de memórias.....	230
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
REFERÊNCIAS	236

1. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Entre as constatações gerais e mais decisivas do trabalho científico realizado nas últimas décadas, entende-se que vivemos o tempo histórico de maior revisita ao passado e mais práticas sociais de memória no século XX – não apenas em termos culturais, mas também mercadológicos e políticos. No entanto, um pouco mais além do passado como atlas para a produção e a desconstrução de conhecimentos, a *indústria cultural* inaugurou seus novos ciclos econômicos e passou a enfatizá-lo no lugar do futuro e do pensamento projetivo à procura de materiais que, mesmo sendo trabalhados como devires da cultura de *pequenos objetos* hoje vivida, corresponderem às mudanças em nossos processos de recordação e esquecimento. Nesse momento, os ritmos de transformação da própria vida passaram a exigir do sujeito – em dimensões e contextos diversos – o trabalho memorial como um *antídoto* para a incapacidade de registrarmos tudo isso. E nesse sentido, como pontuava Andreas Huyssen (2000), o primeiro estágio foi de concepções sobre a função da memória. Já o segundo tirou da *nostalgia* o seu lugar de fator para consumo, fazendo dela mesma um produto. No terceiro estágio, fomos apresentados à ideia dos *arquivos* e à necessidade de formá-los: a partir disso, especificamente, é que foram se engendrando dispositivos de seleção das informações presentes no campo da memória social, processo esse que também é *replicante*, mesmo em tempos de midiatização digital, por ser objeto de disputas sociais, culturais e políticas tanto pelos sentidos quanto, acima de tudo, pelas ações que são permitidas por eles sobre o presente.

Nesse horizonte de tantas reconfigurações do lembrar e do esquecer observamos múltiplos trabalhos da memória: quando trazidas à tona em perspectiva minimalista, por exemplo, as *memórias culturais* têm realçados os seus traços de diferença e muitos deles vão se tornando relíquias que incidem, conforme argumenta Batista (1998), quase como *implantes* nos processos de identificação daqueles que têm alguma relação com os grupos culturais e/ou étnicos postos em evidência; no que se refere aos espaços urbanos, por sua vez, o trabalho de memórias sobre o seu desenvolvimento histórico – quando é reservado apenas a narrativas oficialistas que seguem o enquadramento habitual sobre limites entre os lugares das cidades – projeta *fronteiras* tão móveis e fluidas que, uma vez apropriadas pelos sujeitos em suas interações sociais, acabam interferindo na própria tessitura de sua identidade cultural dentro desses espaços, como Enne (2001) nos permite refletir. Nesses

aspectos fenomenológicos, tal como noutros muitos, investe-se em um uso de memórias que não recupera elementos de sua contextualização histórica. Se parece grave o bastante para Galeano (2006) que dependamos mais e mais dos meios de comunicação em nosso entendimento do próprio presente, isso quando ele ainda está sujeito a vozes e canais que fluem a comunicação de diferentes formas contra as possíveis tentativas de conformação dos sentidos, então é preciso que nos atentemos ainda mais para os trabalhos da memória em nosso horizonte midiático, dado que falar sobre o passado é sempre retomar o que já está posto na tentativa de produzir novos encaminhamentos. E isso requer um esforço totalmente distinto. Nessa perspectiva, não só percebemos o *conceito de história* em uma cadeia de fragmentações sucessivas como observamos que os dispositivos criados para a seleção de informações sobre o passado, no mais das vezes, estão fazendo simplesmente *memória* e não *história* – sejam eles revistas de bolso, livros de ficção ou mesmo canais dedicados à recontagem de fatos históricos.

Tendo em vista que os trabalhos de coisificação da memória continuam se dando no amparo da indústria cultural e atentando ao fato de que isso, especialmente no campo midiático, toma contornos singulares no que diz respeito às suas maneiras de *iluminar* o passado para então *produzir* o presente, entender a *mediatização* como ambiência situada por entre os campos sociais – dado que suas lógicas os atravessam organizando sentidos, como explicam Mata (1999) e Maldonado (2002) – também é ter em mente que os meios de comunicação selecionam aspectos do passado para serem lembrados e/ou atualizados de acordo com as demandas do presente vivido, o que pode concorrer para a construção ou até mesmo reativagem dos mais diversos fenômenos de memória a partir da *recepção midiática*. Nesse âmbito de experiências sociais, que concebo por meio de uma incursão no trabalho epistemológico-teórico de autores como Martín-Barbero (1997), Maldonado (2002; 2008), Strohschoen (2003), Bianchi (2010), Bonin (2006; 2008), Lopes, Borelli e Resende (2002), os usos e apropriações que os sujeitos operam em meio aos contextos e às dimensões de seu mundo vivido permitem a incorporação do que as mídias produzem sobre o passado às suas memórias – processo esse que não deve chamar a nossa atenção, prioritariamente, pelos regimes midiáticos de visibilidade e/ou pelos endereçamentos que os *conteúdos* tomam na recepção, mas pelo conjunto de aspectos através dos quais esses sujeitos vão trazendo um recorte do passado à tona e pelo que os meios de comunicação, como *matrizes de produção e organização de sentidos*, teriam de papel nessa seleção de aspectos, o que vai muito além de uma simples incidência midiática sobre os repertórios

de lembranças construídos pelos sujeitos da recepção. É um movimento de sentidos entre os trabalhos sociais de memória e as ações de recordação midiática.

Nesse eixo de entendimento das relações possíveis entre a mídia e a memória, os conceitos resultantes do trabalho de teorização inicial sobre a *memória coletiva* realizado por Henri Bergson (1999) e Halbwachs (1990) foram sendo explorados à procura de um, em especial, que me permitisse visualizar como alguns fenômenos de memória definem suas lógicas chegando a formas mais consolidadas de recordação que, às vezes, parecem até mesmo estereotipadas – tendo-se em vista que, segundo Henn (2006) e Bonin (2006), as mídias como *dispositivos de memória* não só produzem informações que subsidiam o trabalho social de memórias como fabricam, igualmente, alguns elementos que permitem a sua atualização. Nesse trajeto epistêmico encontrei o conceito de *memória enquadrada* dentro da perspectiva construtivista de Michael Pollak (1992; 1989), que classifica esses fenômenos de enquadramento das lembranças como *processo fenomenológico* no qual os *referentes* de construção ou atualização memorial absorvem elementos de vários lugares da vida e, na dimensão operacional desses construtos, encarregam-se de ir formulando o todo de aspectos – isto é, o *quadro* – por meio do qual vamos trazer o passado à tona em novos ângulos, perspectivas ou, melhor ainda, *enquadramentos*. Nesse sentido, o tempo em si funciona como um dos principais quadros de reestruturação desses aspectos, mas o trabalho de memórias é norteado, também, por experiências sociais vividas no âmbito da *recepção midiática* e mediadas por outras matrizes significativas, entre elas a cultura, as sociabilidades, o cotidiano, as histórias de vida, as negociações coletivas de sentidos, as posições de gênero e as competências midiáticas dos sujeitos, por exemplo, que entendo como *lugares de mediação* (MARTÍN-BARBERO, 2007) e seriam dimensões do mundo social através das quais os sujeitos são afetados pela ação das mídias. Porque se estamos falando de como produzimos sentidos, devemos pensar em como as nossas vivências se organizam e atuam nessas experiências de recepção.

De um lado, entendo que memórias sejam processos fenomenológicos instáveis e movediços para os quais talvez não haja sempre um fechamento possível. Mas quando o trabalho memorial é assumido como um *dever*, tendo que ser colocado em prática frente ao *luto* resultante de uma perda coletivamente significativa, tanto a recordação quanto o esquecimento se tornam cooperações estabelecidas pelos sujeitos – que *trabalham* numa tentativa de selecionar aquilo que será ou não mantido. Daí o conceito de enquadramento e o porquê de haver nele tanto sentido para a presente pesquisa. No entanto, por se tratar

de um trabalho sobre o qual nós normalmente tomamos pouca consciência na posição de agentes, os conjuntos de lembranças que estruturamos também são orientados pela ação das mídias, dado que elas não apenas fazem a cobertura de eventos e os transformam em *acontecimentos* como muitas vezes retomam a narrativa sobre eles em um movimento de recordação midiática. Em razão disso, os meios de comunicação precisam se atentar para como resgatam os aspectos de uma tragédia que voltou a ter evidência e, acima de tudo, para a sua implicação no trabalho memorial daqueles que viveram o episódio, em sejam quais tenham sido as proporções disso. Relembrar casos assim pode auxiliar os trabalhos coletivos de luto e memória? É certo que sim. Trata-se de algo que o jornalismo e outros campos da comunicação podem e devem assumir como uma de suas empreitadas. Apesar disso, retornar à narrativa sobre eventos de impacto pode apagar questões que tinham de ser levantadas ou até mesmo reabrir estratos memoriais inteiros, desrespeitando o *direito de esquecimento* daqueles que viveram os episódios e acionando gatilhos de recordação sobre aspectos possivelmente traumáticos para muitos deles.

Frente a tudo isso, por mais que os trabalhos coletivos de luto e memória tenham processos de enquadramento nos quais se inserem lembranças vagas, globais, flutuantes, particulares, simbólicas e sensíveis a transferências, cenas, projeções ou censuras, como pontua Pierre Nora (1993, p. 9), podendo ser encerrados pelos sujeitos recordantes numa altura em que o estado geral de muitos enquadramentos ainda seja caótico, doloroso e/ou contraditório, as mídias como dispositivos de memória devem atuar em uma perspectiva laicizante onde haja contextualização, análise e discurso crítico, mais ou menos como em um itinerário de estudos históricos. Diga-se de passagem, não é por acaso que falei até o momento de trabalhos onde *luto e memória* parecem interdependentes. Em determinado ponto desta pesquisa, como se verá mais à frente, já não falo sobre esses enquadramentos de memória sem também me atentar para o contexto do *luto coletivo* justamente porque ele precisa das práticas de recordação e esquecimento para ter o seu fim – e o tempo que isso exige pode variar muito entre os sujeitos. Falando agora à luz do concreto empírico sobre o qual se deu esta pesquisa, o que observei através das entrevistas com moradores do bairro carioca de Realengo desde as explorações de campo até a etapa sistemática foi um conjunto de *marcas* desses processos de midiaticização entre suas recordações sobre a tragédia ali ocorrida. Mas como ela se deu?

Num sentido cronológico, o ex-aluno de uma escola municipal carioca situada na zona oeste da metrópole, em Realengo, invadiu armado o local no dia 7 de abril de 2011

e disparou contra estudantes e funcionários da instituição, não apenas ferindo 22 pessoas como matando, também, dez meninas e dois meninos – o que desde o princípio levantou uma grande discussão sobre o *modus operandi* do assassino durante o tiroteio, visto que ele selecionava vítimas do gênero feminino e atirava em suas testas, conforme explico e contextualizo no terceiro capítulo da pesquisa. Antes de continuar o massacre no último piso, um policial que fiscalizava o trânsito nas imediações da Escola Municipal Tasso da Silveira encontrou Wellington Menezes de Oliveira na escadaria e alvejou seu abdômen, o que foi sucedido então pelo suicídio do atirador. Nessa mesma manhã foi iniciada uma cobertura multimidiática do caso e, no dia seguinte (08/04/2011), todos os impressos do estado já incorporavam ao acontecimento os dados presentes na nota de suicídio deixada por Wellington nas dependências da escola. Entre os dias 8 e 9 de abril, o muro principal da instituição foi transformado num santuário em frente ao qual houve, pela madrugada, uma vigília religiosa com rituais e sintomas muito intensos de luto coletivo. Nos dias que se seguiram, os meios de comunicação foram coletando relatos orais do evento, aspectos técnicos disponibilizados pela polícia militar, dados da perícia médico-legal, informações biográficas sobre o atirador, fotos e vídeos de despedida que ele havia deixado etc. E em seguida, no dia 11 desse mesmo mês, a família de Wellington foi evacuada de Realengo em decorrência das ameaças que estavam sendo feitas e de como sua casa foi depredada em resposta, embora não tivessem qualquer envolvimento com o episódio.

Muito prematuramente, os trabalhos coletivos de luto que se realizavam até então foram dados como *resolvidos* entre os dias 14 e 15 pelos meios de comunicação. Houve cobertura às portas da escola tanto na volta às aulas de alunos do 9º ano, que ocorreu no dia 19, quanto no momento de regresso dos demais – nessa altura, a escola já estava em processo de reforma infraestrutural. Na contextualização da pesquisa, os dados mostram que a produção do acontecimento midiático durou cerca de uma quinzena. Duas semanas após a tragédia, Wellington foi enterrado de acordo com os procedimentos habituais em condição de corpo não-reclamado. Deu-se ainda nesse ano um movimento de recordação midiática que foi bastante marcado pelo retrospecto da revista *Veja* em 28 de dezembro, havendo no dia 4 de janeiro do ano seguinte a publicação de um texto contestatório feito por Leila D'Angelo, uma docente da escola municipal que criticava os eixos de retomada narrativa do acontecimento na referida edição do periódico. Por último, ocorreu entre os dias 7 e 10 de abril de 2012 a recordação midiática mais ampla sobre o caso, que fez um rearranjo dos enquadramentos midiáticos de 2011 trazendo dados relativos aos trabalhos

de luto e memória ainda em processo no bairro carioca. Diante desse grande movimento de sentidos entre a produção do acontecimento e seu retorno, a presente pesquisa deixou de problematizar a cobertura jornalística do evento na perspectiva dos *produtos* e tomou como seu *problema-objeto* as memórias midiáticas da tragédia e suas marcas por entre as recordações de moradores do distrito. Mais de um ano após o episódio, por ocasião de um movimento exploratório explicado no capítulo de estratégias metodológicas, percebi uma seleção de lembranças sendo feita em Realengo e, também, uma série de marcas da atualização memorial ali ocorrida à luz dos meios de comunicação – o que compreendia recordações, acréscimos, contradições, rearranjos e esquecimentos de aspectos. Em meio a essas experiências investigativas, passei a executar um *trabalho intuitivo* (BERGSON, 1999) sobre o processo fenomenológico em questão, suas lógicas operativas e o conceito que poderia iluminá-lo para facultar a sua problematização teórica.

Esse ângulo processual dos trabalhos de enquadramento da memória se alicerça, aliás, na teorização poética de Bosi (1987) e na teoria social de Sepúlveda (2003) – para as quais o trabalho de memórias ora é um movimento de *águas* que vão se misturando às percepções do *agora*, ora é uma estrutura operante e desconhecida cujo manual devemos produzir pela sua observação sistemática, o que nesta pesquisa significou investigá-la. E de toda maneira notei, ainda, que já havia demandas teóricas concretas de trabalho sobre esses aspectos conceituais no campo da comunicação, algumas delas nos textos de Henn (2006) e Bonin (2006). Retomo essa questão no quarto capítulo da pesquisa. Por meio de experiências sensíveis que tive em campo e dos esforços teórico-metodológicos para daí entendê-las, essencialmente, é que também fui me desconstruindo como pesquisador em processo à procura de confluências teórico-empíricas nas quais algum conceito parecesse se *movimentar* de acordo com os construtos de memória investigados e *interagir* com as operações técnico-metodológicas esboçadas para a etapa sistemática da pesquisa. Tendo isso tudo em mente, as pistas e constatações obtidas a partir desse acercamento empírico realizado em junho de 2012 com um grupo de informantes do próprio bairro permitiram que fossem definidos os eixos da problemática.

Nessa altura, para então concretizar os objetivos da pesquisa, entendi que teria de investigar sistematicamente as *recordações individuais* de moradores do bairro não tanto por aquilo que teriam a dizer sobre o contexto social de Realengo, como se fossem dados quantitativamente representativos, visto que isso exigiria o desenho de uma problemática bem distinta. Em termos estratégicos, entendi suas lembranças como partes de uma rede

que, se não falassem muito por ela, ainda assim apontariam a implicação desses sujeitos nos trabalhos coletivos de luto e memória com seus respectivos enquadramentos, já que as *marcas* de alguns desses processos são trazidas à tona pelas recordações podendo ser aprofundadas em entrevista, mais ou menos como Strohschoen (2003) e Bianchi (2010) pensam técnico-metodologicamente a investigação de memórias étnicas midiáticas em grupos de migrações históricas e contemporâneas. De um lado, para entender como luto e memória atuam em processos coextensivos, dei continuidade à problematização teórica estabelecendo relações conceituais entre Todorov (2000), Jelin (2002) e Stillman (2008) para entender como os sujeitos *trabalham* em nome da memória, seja tentando encerrar o luto coletivo pelos esforços de enquadramento das lembranças, seja fazendo do recordar um princípio de ação sobre o presente, seja assumindo *deveres* de memória em meio aos seus *usos e abusos*, o que envolve papéis, lugares, disputas, reconhecimentos, dissensos e tentativas de consenso. E entendendo que esses trabalhos coletivos de luto e memória, em Realengo, são também midiaticizados porque se dão no âmbito da recepção, a pesquisa atenta para a *ambiência comunicacional* vivida por seus moradores e os *enquadramentos midiáticos* dos quais extraíram sentidos para processar a tragédia e, depois, referenciar a formação dos seus conjuntos de lembranças sobre ela. Nesse momento da pesquisa, faz-se possível perfilar os enquadramentos midiáticos do episódio tanto em 2011 quanto em 2012, ainda que sinteticamente, porque no capítulo da problematização teórica discuto o conceito desde Goffman (2006) e Tuchman (1983) até a perspectiva simbólica de Teresa Sádaba (2007) na tentativa de pensar em como apreendemos, vivemos e relembramos os eventos de maior impacto no amparo da comunicação midiática, dado que ultrapassam o próprio campo do jornalismo e acabam se tornando acontecimentos numa multiplicidade de lógicas, sistemas e contextos do campo comunicacional.

Feito o percurso de introdução à pesquisa, talvez esteja um tanto evidente que os eixos da problemática foram sendo definidos ao longo do trabalho investigativo antes de orientarem, por fim, a sua etapa sistemática. E também em função disso, as perguntas que fiz para desdobrar o *problema da pesquisa* estão entreligadas às escolhas metodológicas feitas durante a contextualização do objeto nos seus múltiplos contextos, as explorações de campo e a problematização teórica, o que se reflete na seguinte questão geral: *como se configuram as memórias midiáticas da tragédia escolar de Realengo entre moradores do bairro carioca?* Entendendo na esteira dessa pergunta mais ampla que os relatos orais de cada sujeito entrevistado precisam partir de recordações sobre o evento em si para daí

serem perspectivados conforme forem se afigurando marcas de experiências da recepção em suas lembranças, a primeira questão específica é então colocada: *que significações da tragédia escolar se manifestam nas lembranças dos sujeitos entrevistados?* Uma vez em evidência, esses elementos se tornam pontos de partida para a operação técnica chamada nesta pesquisa de *recordação-trabalho* (BOSI, 1987), que aprofunda os relatos orais em ângulos e/ou recortes específicos permitindo a visualização dos processos envolvidos na formação de lembranças e seus respectivos conjuntos. Em outras palavras, isso significa que *perspectivo* as recordações individuais da etapa sistemática na tentativa de entender o lugar ocupado por processos, contextos e vivências da recepção midiática na produção dos referentes que nortearam os informantes em seus trabalhos de memória. Ter feito as entrevistas em profundidade se darem através dessa operacionalização técnica foi ponto-chave para o método dos *relatos de memórias midiáticas* – desenvolvido mais adiante no concreto das pistas e constatações obtidas em campo e das teorizações metodológicas de Bonin (2006; 2008), Bianchi (2010), Antunes (2010), Strohschoen (2003), Alencastro (2011) e Barreto (2003), bem como na perspectiva das operações técnico-metodológicas de Musse (2006), Sousa (2008), Araújo (2011), Ferraz (2009), Mortari (2004), Fogolari (2001) e Souza (2009). As entrevistas em profundidade da etapa sistemática foram todas realizadas em setembro de 2013 tendo as casas dos informantes e alguns trajetos feitos a pé dentro do bairro como os seus espaços de desenvolvimento, o que trouxe intervenções familiares, diálogos paralelos, informações de outros sujeitos e recursos mnemônicos de grande valor para a pesquisa em um conjunto de dados que reinterpreta a seleção local e midiática de lembranças sobre o episódio de violência.

Para saber de onde vinham alguns aspectos lembrados e configurá-los ao longo das entrevistas como meios de acesso àquilo que estava buscando, fiz a opção de perfilar os enquadramentos midiáticos do evento através de um *corpus* que, embora jornalístico, apresentasse operações de *framing* características dessa ambiência comunicacional então vivida pelos entrevistados – o que envolveu no terceiro capítulo da pesquisa um trabalho descritivo de enunciados trazidos à tona nos jornais “Extra” e “O Globo” tanto em 2011 quanto no ano seguinte. E no amparo desse recorte aspectual é enfim proposta a segunda questão específica: *como os enquadramentos midiáticos incidem nos trabalhos de luto e memória dos moradores de Realengo e quais atravessamentos midiáticos se manifestam em suas lembranças?* No entanto, levando-se em conta que os deslocamentos, conflitos, acréscimos, sobreposições e esquecimentos de aspectos acontecem não somente à luz da

comunicação midiática, por si própria, a terceira pergunta específica se afigura: *como os cenários do cotidiano vivido e seus respectivos processos interacionais se expressam nas lembranças de moradores do bairro e quais outros lugares de mediação se organizaram diversificando a sua produção de sentidos?* Por esse eixo da problemática me ateno ao envolvimento dos sujeitos nesses trabalhos de luto e memória em perspectiva diacrônica, refazendo parte da trajetória de seus sentidos pelo que surge em cada recordação: rastros de *usos e apropriações* (CERTEAU, 1994) das narrativas sobre o massacre, negociações e disputas por fala, lugares e papéis sociais postos em evidência, circulações de sentidos, conflitos de gênero provocados pelo debate sobre o número de meninas assassinadas no desenrolar do episódio de violência, competências midiáticas dos sujeitos que incidiram em sua produção de sentidos sobre o papel dos meios de comunicação na cobertura e na retomada narrativa do evento, matrizes culturais de pensamento cujas lógicas fogem das ordenações aparentes de sentidos e aspectos biográficos de ação subjacente, o que inclui aspectos de classe, faixa etária etc. Se para os estudos de recepção se torna necessária na década de 80 uma teorização mais complexa sobre os lugares de mediação envolvidos na construção de sentidos dos sujeitos, é ainda maior o significado disso para investigações da mesma linha epistemológico-teórica que se realizam em uma perspectiva diacrônica, atentando para os trabalhos sociais de memória. E por quê?

Em vistas gerais, o trabalho científico realizado nas últimas décadas deslocou sua atenção para as margens da vida social modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, destacando os pormenores cotidianos e, sobretudo, articulando-os em uma espécie de poética do detalhe e do concreto, como registra Beatriz Sarlo (2007, p. 11). Recontar é sempre um ato de criação e, nesse sentido, a pesquisa não se situa frente às lembranças em uma sucessão coerente de formas. Elas descortinam instantes, vivências, indagações e contextos cuja potência geradora de sentidos vai interagindo dinamicamente com o que tentamos visualizar nessas lembranças. E por isso não é o testemunho oral por si próprio a fonte *mais legítima* de conhecimentos, como foi dito até o final do século XX, mas sim o que ele encerra como possibilidade de *remissão* daquilo que nos parece insignificante, pouco visível ou nebuloso no relato, fazendo com que pontos específicos das lembranças se configurem ao longo do depoimento em fisionomia social e humana para que estejam a salvo do esquecimento, como Ecléa Bosi (2003, p. 62) explica em seu turno. Daí o que entendo como *dupla importância* das mediações para as pesquisas de recepção midiática em perspectiva diacrônica ou histórica: pensá-las significa aceitar que elas constituem o

passado e também repercutem no presente de cada relato. No que diz respeito ao porquê de um itinerário investigativo que construa a partir de *memórias midiaticizadas* o concreto empírico da sua problemática, é um tanto redutivo considerar que poucas pesquisas têm sido feitas em torno disso no país como um fator justificativo porque, ao mesmo tempo, são muitas as contribuições no campo da comunicação sobre mídia e memória em outras perspectivas teórico-empíricas – entre elas a dos *produtos* – e me parece que isso serviu como ponto de partida para os trabalhos que encontrei nos levantamentos bibliográficos do mestrado. Talvez a relevância comunicacional da problemática esteja no que entendo como *passado* em Realengo: algo que se torna notícia nos conectando com o presente do que está acontecendo desde a tragédia em si e, pouco depois, é retomado como memória em narrativas fragmentárias sem contextualização e discurso crítico, tendo incidência na atualização de lembranças sobre o evento em um presente de pouco fundo ou horizonte, o que à beira do século XXI já era apontado por Martín-Barbero (2000, p. 35) como um dos maiores desafios para as epistemologias do campo. E tendo a pensar também que os contornos adquiridos pelos trabalhos memoriais de Realengo são ainda mais sérios, para além do meio acadêmico-científico, em função do luto.

Embora não lide com memórias traumáticas, de fato, mas com as persistências e os assombros entre lembranças de informantes que tiveram participação nos trabalhos de luto e memória relacionados ao episódio, ainda assim considero de extrema valia pontuar que esses fenômenos se desenrolaram em um contexto de trauma e sofrimento. Dadas as formas contemporâneas de risco, violência e vulnerabilidade social, é urgente um debate sobre como os meios de comunicação vêm produzindo e relembrando acontecimentos na seara dos *eventos de impacto*, incidindo nesses processos mais sensíveis de recordação e esquecimento. Pela cobertura da tragédia escolar de Realengo não é muito fácil entender e racionalizar o contexto no qual ela se dá, mesmo que minimamente, e tampouco se tem qualquer subsídio para a compreensão do *mal-estar cultural* exposto pelo evento, já que ele também é *sintoma* de profundas relações entre sociabilidade e violência – algo muito presente em nossa história. E o principal: a ausência de questões norteadoras foi mantida um ano depois na retomada narrativa do acontecimento, o que diminui a possibilidade de discutirmos sobre como nosso meio social engendra dispositivos, práticas e discursos de controle ao mesmo tempo em que faculta a crise para ter o que administrar.

Refletir sobre isso talvez seja ainda mais indeclinável dentro do universo cultural latino-americano frente às amplas dinâmicas que existem entre violência e política tanto

na tramatura de suas memórias e histórias quanto em seu presente, como pontua Martín-Barbero em sua conferência no VII Encontro do Instituto Hemisférico de Performance e Política – que aconteceu em agosto de 2009 na capital colombiana. Vivemos eventos que materializam forças inscritas na cultura política desde a sua própria fundação. E o que a memória precisa fazer nesse contexto, em movimento contínuo, é *desfatalizar* o passado recuperando seu inacabamento e produzindo novos sentidos. Se a febre de história que é denunciada por Nietzsche no século XIX tem como questão diretiva o desenvolvimento de ficções políticas sobre as tradições nacionais e imperiais dos povos europeus, o que se dá num esforço de coesão cultural das sociedades então *desgarradas* pelas problemáticas resultantes da *revolução industrial* (*Ibid.*, p. 37), nossa febre de memória já não tem um ou outro propósito singular de estatuto político: ela expressa em seu turno a necessidade de ancoragem temporal que temos em um cenário no qual os fenômenos informacionais também estão desfazendo as nossas coordenadas de espaço e território, complexificando padrões e sistemas de recordação em modulagens coisificantes e/ou mercantis e fazendo dos nossos trabalhos de memória mais literais e intransitivos.

É precisamente nesse cenário de midiaticização que observamos as reconfigurações da tragédia e da memória dramática: os acontecimentos midiáticos também são evocados a fim de “proporcionar alívio ao corpo político e social angustiado por [...] memórias dos atos de violência e genocídio perpetrados em seu nome” (HUYSSSEN, 2000, p. 22), bem como podem ser retomados para eclipsar e/ou reprimir essas memórias sem, no entanto, afastá-las com êxito da cena pública, o que implica em débitos profundos de consciência coletiva sobre o passado. Nesse sentido, o retorno narrativo aos tiros de Realengo e seus desdobramentos memoriais no âmbito da recepção colocam aspectos empíricos em jogo com muita exemplaridade para tratarmos de como a recordação midiática pode aniquilar simbolicamente um assunto ou temática ao estereotipar, trivializar, omitir, secundarizar, condenar e apagar os eixos de uma discussão possível através dos seus enquadramentos, furtando o sujeito comunicante dos seus deveres de memória. E sem dúvidas isso é parte do que exploro neste trabalho investigativo. Por um lado, percebo que Wellington deixa fotos, escritos e vídeos como meios de *interagir* com a cobertura midiática do caso numa espécie de performance pós-morte. Isso lhe permite dar continuidade ao evento expondo as vivências e crenças motivadoras do seu ato de intervenção social. Numa das imagens, aliás, o atirador reproduz em estética e retórica alguns clichês de extremismo ideológico e religioso, dando a ver como alguns eventos – incluindo aqui os episódios de violência,

é claro – estão se dotando de uma *estrutura performática* que é muito própria do cenário de midiáticação, como já havia sido posto por María Cristina Mata (1999, p. 85) no final do século XX, e deixando de ser fenômenos circunscritos em si mesmos, espontâneos ou históricos (VIEIRA, 2011). É evidente que não se aceitou essa justificativa da barbárie e nem se deveria, de fato, mas o que a cobertura e a recordação midiática fazem, por outro lado, está muito além de uma simples inadmissão ou recusa. Em verdade, elas impedem que essa tragédia e suas memórias se tornem princípios de ação sobre o presente, como é explicado no terceiro capítulo do texto.

Em termos biográficos, o problema-objeto e as escolhas feitas durante a pesquisa manifestam um pouco daquilo que marca a minha trajetória de vida desde o afetivo até a experiência acadêmico-científica. Levo esses fatores em conta por também entender que essa tomada de consciência é, simultaneamente, um gesto de vigilância epistemológica e uma forma de “integrar biografia e tempo histórico à pesquisa científica” (BONIN, 2011, p. 24), mais ou menos como ocorre quando perguntam a Martín-Barbero se ele considera relevante a apresentação de sua conferência sobre militantes anarquistas, bruxas e outros espantalhos da cultura popular nos anos 80, década em que é efervescente a agenda dos estudos de recepção. “Talvez o que eu esteja fazendo, quando valoro tão intensamente o popular na investigação, é prestar uma secreta homenagem à minha mãe”, responde para a plateia um Martín-Barbero (2002, p. 22) pouco consciente das razões pelas quais havia dito isso. É certo que também estou tratando de algo que me afeta quando venho de uma família judaico-cristã voltada para o controle moral e a manutenção de enquadramentos, por exemplo, o que implica muitas retomadas narrativas.

Das mais individuais até as coletivas, essas recordações sempre oscilavam entre o ponto de vista das pessoas sobre o núcleo e as tentativas gerais de *framing* resultando em dispersões, desacordos e lacunas que nunca consegui resolver por conta própria. Mais de três ou quatro versões para os mesmos relatos, não raramente, e isso adquire formas um tanto complexas no que diz respeito aos trabalhos de luto e memória do grupo, uma vez que envolveram desentendimentos, conflitos, disputas, sentimentos de culpa e tentativas de consenso ainda presentes em suas lembranças. É possível dizer que venho pensando a problemática da memória e de seus enquadramentos, portanto, desde o desenvolvimento das minhas competências secundárias de fala e linguagem, ainda que a epistemologia e o contexto empírico fossem outros. E isso se arrasta até aqui tomando diferentes contornos num movimento diacrônico que me atravessa como sujeito investigador.

1.1. Objetivos da pesquisa

1.1.1. Objetivo geral

– Investigar os processos de midiaticização envolvidos nos trabalhos de memórias sobre a tragédia escolar de Realengo, buscando entender como se dão o luto coletivo e a seleção local de lembranças na perspectiva da recepção por meio de suas marcas nas recordações individuais de moradores do bairro carioca.

1.1.2. Objetivos específicos

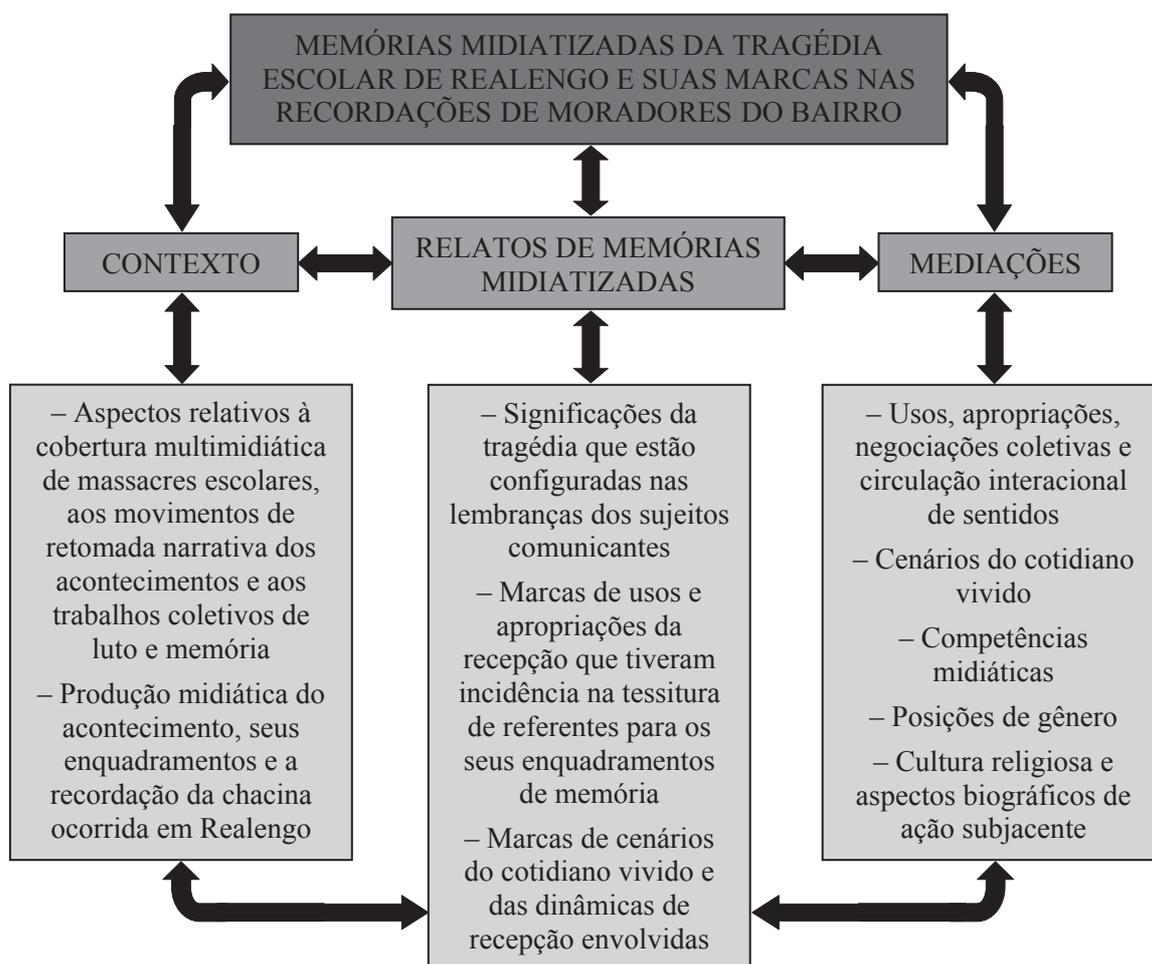
– Contextualizar aspectos referentes à cobertura multimidiática de massacres escolares e aos movimentos de retomada narrativa sobre os eventos na perspectiva dos trabalhos de luto e memória, perfilando os principais enquadramentos produzidos a partir da tragédia de Realengo no período da cobertura e em sua recordação midiática;

– Registrar, descrever e analisar as marcas dos trabalhos de luto e memória referentes ao episódio de violência entre as recordações individuais de moradores do bairro;

– Analisar as marcas dos usos e apropriações de narrativas midiáticas que incidiram nas configurações de referentes para os enquadramentos de memória dos entrevistados;

– Identificar as marcas de cenários do cotidiano vivido, suas respectivas experiências de recepção e outros lugares de mediação buscando analisar como se organizam e atuam na configuração e na diversificação de sentidos sobre a tragédia presentes nos conjuntos de lembranças dos sujeitos comunicantes.

1.2. Esquema sinóptico da problemática



1.3. Estrutura da pesquisa

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. No primeiro, que consiste em um percurso de apresentação da pesquisa, expliquei os eixos configuradores da problemática e os objetivos deste trabalho de investigação, assim como os fatores sociais, acadêmico-científicos e biográficos que o justificam. E também está montado no último subcapítulo um esquema sinóptico que elucida o desenho da problemática.

No segundo capítulo, onde se dá a problematização teórica da pesquisa, estruturei uma rede de conceitos que sustentam o entendimento do problema-objeto explorado em dois movimentos. No primeiro, ponho em prática um processo de teorização que retoma algumas linhas sobre a problemática da *memória* e dos seus *enquadramentos* levando em conta suas lógicas operativas de construção e atualização. No segundo, já tendo proposto a continuação do trabalho teórico em perspectiva midiática, estabeleço uma discussão do conceito de *enquadramentos midiáticos* que entra no marco interacionista da sociologia interpretativa e chega a uma perspectiva simbólica tendo por objetivo entender como os meios de comunicação nos possibilitam apreender, viver e relembrar eventos de impacto como a tragédia que aconteceu no bairro carioca. Nessa altura, estabeleço relações entre o conceito de *memória enquadrada* e o cenário de *midiatização* em que esses fenômenos estão implicados, o que me permite pensar sobre os trabalhos de memória na perspectiva da recepção e entender como os seus referentes se constituem nesse âmbito.

No terceiro capítulo, que dá lugar à contextualização do problema-objeto em sua concretude empírica ou, pelo menos, nas relações nucleares que mantém com a realidade na qual está inserido, dou continuidade à teorização desses trabalhos sociais de memória na perspectiva do *luto coletivo* pensando os sujeitos recordantes que atuam nessa seleção de lembranças assumindo o estatuto de *trabalhadores* da memória em meio à circulação de narrativas midiáticas sobre a sua experiência vivida. Em seguida, faço um movimento de exploração sintética dos quadramentos midiáticos produzidos a partir da tragédia de Realengo para facultar a compreensão sobre os dados obtidos nas explorações de campo e, sobretudo, na etapa sistemática da pesquisa.

No quarto capítulo, onde descortino os processos de construção da pesquisa pelo entendimento de que ela é, também, uma prática metodológica, o conteúdo se divide em

três momentos: no primeiro, explico os levantamentos bibliográficos e algumas decisões tomadas durante a etapa; no segundo, relato algumas experiências vividas na exploração de campo assinalando as percepções, os esboços conceituais e os trabalhos intuitivos que contribuem para a problematização teórica da pesquisa; no terceiro, proponho o método dos *relatos de memórias midiáticas* retomando questões teórico-metodológicas que já havia antecipado no segundo capítulo e planejando tanto as operações técnicas quanto o roteiro de entrevistas da etapa sistemática.

No quinto capítulo, que se dedica à análise interpretativa dos dados referentes às lembranças dos informantes, vou apresentando seus perfis e trabalhando os relatos orais em dois eixos articuladores. Pelo primeiro, exploro vivências relacionadas ao massacre e à sua cobertura, cenários do cotidiano vivido, dinâmicas de recepção, conflitos de gênero e outras formas de dissenso em suas negociações de sentidos, experiências significativas de vida, processos de circulação informacional e aspectos de consumo midiático – desde as competências e os percursos biográficos no âmbito da recepção até suas experiências dos anos de 2011 e 2012 em usos e apropriações das narrativas midiáticas. Esses lugares de mediação têm sua matricialidade analisada pelos rastros que deixam nas recordações dos sujeitos comunicantes e são aprofundados nas entrevistas. No segundo eixo, analiso pontos dos relatos orais que são trazidos à tona na perspectiva das *marcas* de formação e atualização das memórias enquadradas sobre o episódio ainda presentes nas lembranças dos entrevistados, o que permite certo entendimento do trajeto de lembranças e sentidos dos sujeitos pelos trabalhos midiáticos de luto e memória.

No sexto e último capítulo, onde faço uma espécie de trabalho memorial sobre os percursos da pesquisa, encerro o texto com algumas considerações sobre as descobertas, os aspectos de mediação inexplorados nas entrevistas e as possibilidades de continuação do que se desenvolve neste itinerário em problemáticas com outros contornos, dado que todas são pontos de transição ou, mais que isso, tramas de passado e futuro.

2. PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

No âmbito cosmogônico grego, o Lete é um rio que atravessa a terra dos mortos levando nossas memórias consigo ao completo esquecimento. Filha dos deuses Urano e Gaia, a titânide guardiã da memória, Mnemosine, responsabiliza-se pelos impedimentos estratégicos dessa passagem, preservando as lembranças que têm de ser mantidas para a construção da história – missão que sua filha, a musa Clio, trata de realizar em conjunto para fazer os mortais aprenderem com seu passado e, desse modo, viverem ativamente o tempo presente. Pelas alegorias míticas, entendemos que a *memória* e a *história* sempre interessaram aos sujeitos, seja como dimensões empíricas, seja como imagens que dão à própria vida uma constelação poética, mas não por isso irracional. De alguma maneira, a chamada *modernidade* trouxe consigo uma espécie de desencantamento racionalista que para autores de diferentes disciplinas, como Weber (1974; 2003) na sociologia inaugural e Jung (2008) na psicologia analítica, poderíamos perceber por meio da regularização de condutas práticas muito acima das reflexões diacrônicas, o que nos faria *prisioneiros* do passado por tanto desapego do trabalho memorial. Nesse contexto, o fazer das memórias já marcado por mudanças históricas estruturais nas formas de oralidade e transmissão de conhecimentos desenvolve, tanto no oriente quanto no ocidente, paradigmas, modelos e sistemas de recordação profundamente ligados a uma *cultura de memória* e, mais ainda, àquilo que *media* as formas contemporâneas de praticá-la em cada quadrante do mundo: entre tantas instâncias que matriciam essas práticas temos hoje num lugar de excelência, por exemplo, os meios de comunicação.

Tendo em vista a travessia histórica popularmente considerada da modernidade à dita pós-modernidade como um momento de progressivo resgate das *partilhas sensíveis* (RANCIÈRE, 2005), ou seja, das experiências sociais pelas quais sentimentos passam a ser compartilhados entre os indivíduos como forma de mobilização usualmente *estética* e *política*, as memórias coletivas tornam a ser contempladas não tanto por aquilo que elas nos apresentam de potencial para uma desconstrução das ideias de mundo como simples dimensão causal, ainda que isso continue acontecendo, mas pelas suas utilizações a cada dia mais *coisificadas*. Na perspectiva midiática, Huyssen (2000) fala de como as últimas décadas do século XX foram o momento de expansão súbita das construções memoriais sem muito rumo ou, mais que isso, sem um sentido histórico autenticamente politizador,

apontando para o estilhaço dos microrrelatos sobre o Holocausto no espaço midiático, o culto ao retrô, as *automusealizações* possibilitadas pela produção audiovisual caseira e o consumo da nostalgia, por exemplo, como alguns dos fenômenos sintomáticos de nossas práticas contemporâneas de memória. Esse tanto de trajetos históricos percorridos com a comunicação midiática – e também através dela – só poderiam nos dar a ver aquilo que, por regra, qualquer outro campo social ao longo dos tempos faz com que aconteça: uma incorporação profunda de suas lógicas ao próprio mundo da vida, com as possibilidades e problemáticas que esse enredamento implica.

Para recordar, temos que esquecer. E para ter o que esquecer, nós também temos de relembrar. Essa seleção não é integral porque leva em conta aquilo de mais relevante, por assim dizer, para as experiências do nosso presente. Nesse processo, que corre como também flui a própria vida, somos afetados por muito daquilo que faz parte dela. E nem sempre a história é construída da forma como talvez fosse interessante que pensássemos nela: muito além das escolhas individuais sobre como deveríamos nos lembrar, estamos sujeitos não só à vivência do âmbito social, mas, também, às lógicas que incidem nessas produções de memória e esquecimento. Um cenário de diálogos, tensões e conflitos que, no contexto contemporâneo, adquire dimensões empíricas em mudança ininterrupta pela ação das mídias. Alegoricamente falando, a titânide Mnemosine parece perder o controle sobre a memória. Pela passagem dessas águas vão escapando de seus dedos os aspectos pelos quais deveríamos nos lembrar do passado, havendo a necessidade de *intervenções* e *desvios* no curso natural delas. Nesse sentido, enfrentar os esquecimentos é roubar dos mortos, rescindindo-se um contrato entre deidades no estabelecimento de alternativas ao caminho comum. Por esse instante criativo, poderíamos entender como se constituem as memórias coletivas no horizonte midiático: indivíduos se organizam em redes contra-hegemônicas de construção memorial pelos relatos militantes; produzem-se os “extratos diferenciados de memória coletiva a partir de produções midiáticas periféricas de cunho afirmativo” (HENN, 2006, p. 177); *memórias subterrâneas* enfim encontram seu tempo de surgimento estratégico (POLLAK, 1989; 1992); pedagogizam-se as *histórias de vida* em busca de uma politização pela lembrança. São múltiplas as modalidades e condições de tessitura das memórias, mas, nesse lugar de disputas, algumas acabam interferindo no domínio de Clio sobre a construção da própria vivência presente da história.

Nesse panorama, a *mediatização* como um atravessamento das lógicas midiáticas nos múltiplos campos sociais modifica nossas formas de perceber, sentir, experienciar e

significar a realidade (MALDONADO, 2002) – ambiência essa que Mata (1999) entende ter sido instituída pelas mídias e, muito mais que isso, operar uma espécie de dispositivo selecionador dos aspectos com os quais (ou pelos quais) somos orientados a observar os fatos logo que eles passam pela nossa percepção, o que implica nos usos de um *arquivo* preestabelecido de memórias e nos permite *saber antes* o que muitos desses fatos talvez signifiquem, tal como escolhi pensar, desde o início, para trabalhar a problemática desta pesquisa em dimensão teórica. Conforme nos alerta Henn (2006, p. 179), os dispositivos midiáticos se constituem como instância privilegiada para os agenciamentos de sentidos que envolvam o campo das memórias coletivas:

[...] e, sobretudo, o enquadramento da memória. Constituindo-se em polos de convergência das dinâmicas sociais, as mídias (sobretudo as de caráter jornalístico) armazenam informações que se convertem em fontes para a historiografia, como também recuperam acontecimentos progressos podendo imprimir a eles novos enquadramentos.

Assim, a problematização teórica segue pela via de entender como memórias são construídas à luz desses trabalhos de *recordação midiática*, estabelecendo junções entre lembranças que vão do mais ao menos estruturado possível, isto é, dando a ver uma série de *enquadramentos* nas memórias coletivas sobre um evento ou acontecimento midiático que podem ser estáveis, estereotipados, contraditórios e tentativos, mas também afetados pelo modo como os meios de comunicação retomam o evento. Para tanto, faço incursões na *sociologia da memória* inaugurada por Halbwachs, na perspectiva do construtivismo de Michael Pollak e nas teorizações tanto de Ecléa Bosi quanto de Sepúlveda para pensar nessas singularidades do fenômeno pelo conceito de *memória enquadrada*, que situo em diálogo com a *teoria dos frames* na perspectiva simbólica de Teresa Sádaba – autora que entende os tempos e enquadramentos midiáticos de observação da realidade e lembrança do passado como processos que teriam uma potência de estereotipar assuntos, temáticas, acontecimentos etc. Pelas pistas que a pesquisadora nos fornece sobre o enquadramento como *dispositivo de memória*, uma vez que modifica os dados da própria história e teria incidência nas formas de significação e recordação coletivas, vou delineando o conceito de *enquadramentos midiáticos da memória coletiva* no amparo da literatura que versa sobre as relações da mídia e da memória pela perspectiva da *recepção midiática*, âmbito no qual os sujeitos dessa recepção fazem seus *usos e apropriações* dos enquadramentos midiáticos em meio às *mediações* da cultura, da sociabilidade, da cotidianidade, de suas histórias e de outros contextos para construir memórias e seus sentidos.

2.1. A problemática da memória e dos seus enquadramentos

Em junho de 1944, na cidade italiana de Civitella in Val di Chiana, um município montanhês próximo a Arezzo, na Toscana, tropas de ocupação territorial alemãs deram cabo à morte de 115 civis, todos homens, fato este que é lembrado na Itália como “O Massacre de Civitella in Val di Chiana”. Nesse mesmo dia, outros 97 civis, incluindo na lista mulheres e crianças, foram mortos no povoado vizinho de La Cornia (58 mortes) e no vilarejo de San Pancrazio (39 mortes). Concorde-se que o fato teria se dado como um ato de retaliação das tropas em razão do assassinato de três soldados alemães por parte da Resistência Italiana onze dias antes do massacre – que ocorreu no dia 29 de junho. Os acontecidos acima descritos resultaram em dois *enquadramentos* de memória principais que, nesse contexto, apresentam alguns acordos e conflitos.

Identifica-se, por um lado, uma memória [...] que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã (PORTELLI, 1998, p. 104-105).

Portelli (1998) explica que esses *enquadramentos* apresentaram *acordos* porque, embora exista uma grande discrepância entre a perspectiva do sofrimento comunitário e dos relatos de sobreviventes e a perspectiva do heroísmo das vítimas, esses sujeitos têm em mente que preponderou sobre os fatos a responsabilidade das tropas teutas. Mas uma senhora de 66 anos cuja entrevista anônima é utilizada por Portelli ainda culpa, por meio do enquadramento que ela constrói com outros sujeitos, os membros da Resistência – já que, se eles não tivessem agido contra os três soldados, nada lhes haveria acontecido em resposta. Em outras palavras, dão-se sucessivos *trabalhos de memória*, o que faz desses tempos de enquadramento dimensões específicas de ascendência sobre a constituição de lembranças dos sujeitos e dos seus sentidos. Ainda assim, os trabalhos não implicam em uma remodelagem tão perfeita das memórias que consiga impedir o dissenso.

Em vistas mais gerais, as relações exploradas entre a memória e a história fazem com que problemáticas de pesquisa sejam ainda hoje desenvolvidas para repensarmos o *conceito de memória*, tendo-se em perspectiva que ele voltou a ser bastante utilizado nas últimas décadas, principalmente nos múltiplos contextos nacionais, regionais e locais da

América Latina, para que pudéssemos trabalhar questões sociais derivadas da *repressão militar* e de suas consequências na cultura. Isso já descende, em grande parte, de alguns esforços teóricos franceses para se estudar a memória por meio das expressões culturais populares, dos hábitos, costumes e tradições locais, das histórias familiares e das práticas religiosas, além da atenção que foi dada de forma significativa, é claro, para o papel dos lugares de memória (ex.: espaços públicos e outros patrimônios materiais) e celebrações ligadas aos personagens políticos do século XIX no desenvolvimento de muitos Estados-nação, conforme aponta Ferreira (2002, p. 141-152).

Mas não é frente a todos esses esforços para *estender* o conceito inicial aos mais diferentes gêneros e condições de memória que me interessa, no entanto, retornar para a perspectiva de Maurice Halbwachs – que inaugurou em 1925 uma espécie de *sociologia da memória*, dedicando-se a pensar nos seus aspectos sociais através de como se dariam os processos de seleção, significação e transmissão de construtos representacionais para a realidade histórica pelo horizonte dos grupos e da sociedade. Tendo em mente que nos trabalhos da memória existe esse processo específico de seleção dos aspectos principais através dos quais a recordação deve ser feita, tal como vemos no caso de Civitella, é que me volto às teorizações do autor para entender de onde surgem os primeiros esboços do que investigadores como Michael Pollak passam a posteriormente chamar, com bastante reconhecimento em 89 e 92, de *enquadramentos da memória*. E nesse sentido, o artifício introdutivo do subcapítulo tem como objetivo iniciar por aqui uma pequena viagem, por assim dizer, pelo trajeto tomado por Pollak: ele percebe na memória social um campo de significação em que se estrutura, entre tantas naturezas do fenômeno, um tipo específico de trabalho memorial e, na tentativa de atribuir *corpo sensível* ao conceito, tanto Pollak quanto Portelli falam na perspectiva de seu concreto empírico. Por isso, trazer a chacina de Civitella como ponto de partida tem o sentido de refazer esses caminhos, pensando o conceito pelas suas nuances e singularidades iniciais, para depois trazer, em meu tempo, notas sobre o concreto empírico com que lido, entendendo esse gênero de memória pela sua construção em uma perspectiva midiática e, também, fazendo relações oportunas de experiências observadas e sentidas em Realengo com a história de Civitella, respeitadas as suas diferenças temporais e fenomenológicas.

Na perspectiva de Halbwachs (1990), pensando nos aspectos sociais da memória e operando uma análise dos procedimentos tanto de memorização quanto de recordação coletivas em contextos familiares, grupos religiosos e classes sociais, pode-se visualizar

um sistema essencial de *quadros sociais da memória* bem mais gerais – *espaço, tempo e linguagem* (Id., 1925) – que determinariam, em diferentes proporções, a constituição de memórias a partir das realidades vividas. Os quadros sociais da memória são específicos dos grupos e estabelecem seu sistema mais geral de significação sobre esse passado que permite as recordações tanto individuais quanto coletivas. Em outras palavras, o quadro social para esse autor é um elemento-chave de construção da memória coletiva: por meio dessa teorização, a casa é um lugar de referência (*espaço*), por exemplo, para a memória familiar, já que as lembranças de família vão se agrupando no entorno de representações desse espaço para juntas fazerem sentido, ou seja, elas são *espacializadas* porque isso as torna mais concretas. Ou então, discorrendo sobre algumas tradições orais, o autor pensa noções e referências de *tempo* que grupos e sociedades constroem para situar e localizar memórias em específicos momentos históricos. E por fim, ao tratar da *linguagem*, entre os aspectos empíricos explorados pelo autor podemos pensar articulações, performances e mais alguns marcos linguísticos como *processos mnemônicos* (seja para memorização, seja para recordação) que, em coletivo, integram esse terceiro quadro social responsável pela construção de memórias. Esses são alguns dos elementos que dão conta de fazer ser entendida a memória em sua dimensão social e não apenas como operador semântico ou fenômeno exclusivo dos estudos psicológicos, uma vez que tal esgotamento do conceito numa única área de conhecimento é tratado pelo autor como catedratismo.

Assim, a tônica da teorização de Halbwachs, seguindo as trilhas da memória nos grupos, também atenta para seus contornos e singularidades afetivas, pensando em laços de pertença que essa memória reforça (ou por meio dos quais ela se constitui) e passando por aspectos de *tempo, espaço e linguagem* para explicar, em contextos sociais distintos, como esses quadros operam a partir da experiência sensível. Considera-se, dessa forma, que as lembranças pessoais também são definidas pelas condições emocionais de onde se significa a realidade concreta – e que os modos de arquivamento e de recordação desses *estados de consciência* determinam, de acordo com as situações ou períodos posteriores, o retrabalho memorial, tal como demonstra Sepúlveda (2003, p. 69-92) em sua crítica ao pensamento teórico de Halbwachs. Para ele, o funcionamento da memória individual de um período coletivamente significativo não é possível quando inexitem as linguagens e os pensamentos de articulação comum (HALBWACHS, 1990), já que lembranças suas, embora também possam advir de impressões, experiências e sentimentos pessoais, ainda se estruturam em um *quadro social* de memórias (ex.: mal poderia imaginar o autor, por

exemplo, que o processo de escolarização adquire importância nas sociedades ocidentais contemporâneas a ponto dos sujeitos agruparem lembranças e/ou traumas individuais em períodos nele vividos, tornando-o tão significativo como a religiosidade ou a classe social no seu trajeto histórico). Por essa razão, o tempo da memória é social não só por força de protocolos sociais, ritualidades, datas de celebração ou outros elementos desse tipo, mas também porque ressoa nas *formas de recordação* do próprio indivíduo, sendo dimensão configurante da memória em sua concretude por ela trazer consigo as *marcas* de noções, lógicas e referências que concorreram para a sua construção no coletivo.

Essa seria a tese inicial de Halbwachs, portanto, que dá conta de nos apresentar a um campo de significação, mas não ainda às suas formas e modalidades de *recordação-trabalho* (cf. BOSI, 1987), isto é, a como se dariam de fato esses trabalhos de memórias com a passagem dos tempos – porque mesmo na recordação livre acabam se mostrando, principalmente no que diz respeito a determinados eventos ou períodos, algumas marcas de processos bem particulares de construção e reconstrução da memória que não apenas descortinam distintos aspectos do conceito, mas também demandam uma sistematização maior sua em categorias correspondentes, por regra, aos objetivos do sujeito investigador e às diferentes *naturezas* de memória. É que o tempo da memória nunca será estático: ele se sujeita às demandas do presente, estando tão vivo quanto nós mesmos. Por serem tão dinâmicos os sentidos da memória, uma mudança ou até mesmo o reinvento das *formas de recordação* tem muito a dizer sobre como estamos vivendo o agora. E por isso pensar o conceito para iluminar a diversidade de memórias não significa apenas operar em uma dimensão teórica a sua transformação. Isso também leva o investigador a projetar outras maneiras de abordagem do fenômeno memorial na sua apresentação empírica. Mas essas reflexões – que são tanto teóricas quanto metodológicas – pretendo continuar um pouco adiante, neste mesmo capítulo. Voltando à construção das lembranças em sua teorização inaugural, o elemento da memória que Halbwachs (1990) questiona, assim que inicia no ano de 1925 os seus estudos sociológicos a partir da recordação bergsoniana (cuja matriz é essencialmente filosófica e dá ponto de partida para essa sociologia da memória), seria a distinção que seu mentor faz entre a *memória pura* e a *memória-hábito*.

Segundo Bergson (1999), a *memória-hábito* seria como uma dimensão visível da memória, quase um ecrã, a partir da qual visualizamos o passado. Essa *memória-hábito*, por sua vez, é modificada conforme se movimenta o plano sensível que seria o presente, sendo seu estrato mais profundo formado pela *memória pura*. Por meio desse postulado,

a memória-hábito faz usos até mesmo utilitaristas de lembranças da memória pura a fim de *operar* o passado no presente, atualizando-se segundo a conveniência de um ou mais sujeitos. Então, dessas duas memórias que ele distingue, a memória-hábito é dinâmica e vai inibindo constantemente essa memória pura – ou pelo menos só aceita dela o que nos permite utilmente trazer à luz o passado, segundo as situações frente às quais o presente vivido vai tratando de nos colocar (*Ibid.*, p. 225-242). Trata-se de uma teorização que dá suporte para entendermos muitos dos jogos de recordação postos em prática.

No entanto, Halbwachs (1990) afirma que essas diferenciações bergsonianas não são úteis da forma como foram elaboradas, considerando pouco aceitável a existência de uma memória pura essencialmente individual, dado que isso é empiricamente inacessível e, também, impossível como uma condição *sine qua non* da memória. Em verdade, para Halbwachs o que se intitula de memória tem sempre dimensões coletivas, pois qualquer lembrança, mesmo que seja muito pessoal, tem vínculo com um conjunto de noções que nos prendem a atenção mais que outras, com sujeitos, grupos, espaços, datas, vocábulos e modos concretos de articular a linguagem no entorno, estando à volta desses processos, também, ideias ou pensamentos partilhados (*Ibid.*). Noutras palavras, a própria formação da memória, na sua totalidade, seria um processo não só de registro da realidade, mas de *projetos e desejos* tidos em cima dessa realidade – o que poderá mais ou menos alterar a forma como o passado vem à tona e, antes mesmo disso, vai se fixar na consciência dos sujeitos envolvidos em diferentes níveis do seu processo de construção.

As recusas, no entanto, também são acompanhadas de algumas apropriações dos conceitos de Bergson bastante interessantes. O dinamismo atribuído pelo autor para sua *memória-hábito* é de extrema valia para Halbwachs, uma vez que, ainda postulando essa existência de uma só memória e assinalando a sua formação social, o estudioso encontra nas operações ativas dessa memória-hábito alguns elementos importantes para pensar as motivações do avivamento de acontecidos passados, percebendo que as razões para essa *ressurgência* de lembranças não reside nelas apenas, mas na relação que têm com ideias e, ainda, expectativas do presente (*Ibid.*, p. 140-145). Mas, para o autor, os meios sociais de maior ascendência sobre a tessitura da memória seriam a família, a religião e a classe social: logo, os sujeitos fariam articulações das lembranças à luz de seu pertencimento a esses contextos. Esse trabalho teórico naquele momento ignorava – em razão do próprio horizonte histórico no qual Halbwachs se encontrava – outras condições de vida onde os sujeitos podem, eles também, utilizar elementos advindos das suas histórias de vida, dos

múltiplos contextos em que vão se inscrevendo, das suas atuações concretas na realidade ou mesmo dos cenários em que essas práticas de significação ocorrem como fatores que também vão determinando por meio de uma negociação entre sujeitos – seja ela pontual ou própria dos modelos de sociabilidade vivenciados – tanto as suas memórias quanto as marcas sociais mais específicas que elas vão trazer consigo.

É importante considerar que o paradigma no qual o autor se localiza nos permite apreender uma dimensão das memórias que é determinada pela formação dos consensos, pela coesão grupal etc., ficando um pouco de fora, em contrapartida, poderes, dissensos e conflitos. E ainda que essas dimensões da memória não sejam contempladas pelas linhas de seu pensamento, Halbwachs parece atentar para o fato em posicionamento epistêmico consciente quando nos alerta que, quanto mais complexas se tornam as sociedades, mais diversas são as construções sociais de memória e os seus processos. Nesse amplo cenário de significações que o autor apresenta são engendradas, também, muitas modalidades de recordação: por isso, tendo-se em vista que o presente é um produto de experiências que vivemos no próprio percurso da história social, não é possível que tenhamos apenas uma recordação pontuada por diferentes marcas sociais, mas várias modalidades de memória, entre elas algumas que são *fragmentadas*, outras que funcionam como *redes* e, no que o contexto de Civitella me permite ressaltar para este momento, memórias coletivas que se configuram como formas mais ou menos estáveis de recontar o passado.

E é para essa natureza de memória que, por meio de outra perspectiva teórica, os trabalhos de Michael Pollak (1989; 1992) dão o nome de *memória enquadrada*, partindo de uma apropriação sua do termo já pensado por Henry Rousso, por esse se tratar de um trabalho da memória cujos contornos, nuances e singularidades se destacam em meio às explorações empíricas, uma vez que parecem *mais constituídos* e carregam referentes até mesmo para a incorporação daquelas lembranças que estejam desligadas e/ou dispersas, conforme ocorre a atualização desses trabalhos de enquadramento. Pollak (1992, p. 206) nos explica que tais *trabalhos de enquadramento da memória* podem ser analisados, por exemplo, como investimentos, o que é bastante habitual de se perceber nas memórias de organizações políticas, sindicais e religiosas em que os grupos necessitam conferir mais força para seu capital social – aspecto esse que já havia sido vislumbrado por Halbwachs décadas antes. Em cada período no qual uma memória se apresenta mais *constituída*, por assim dizer, tende a se realizar por motivos dos mais diferentes gêneros e contextos uma espécie de trabalho em nome da manutenção, coerência, unidade e também continuidade

da organização, o que em alguns momentos pode resultar em conflitos e disputas no que se refere às hierarquias e à organização interna do grupo:

Por exemplo, a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem a sua história e a sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização e nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer, renderam juros. Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de rearrumação da memória do próprio grupo. Isso é óbvio no caso do Partido Comunista. Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral. Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade e, portanto, de identidade da organização. Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos (POLLAK, 1992, p. 206).

A memória enquadrada não pressupõe, entretanto, um trabalho de coisificação do passado em blocos, embora isso possa *também* ocorrer, pois ainda auxilia a ressignificá-lo. Nesse trabalho, as memórias de um acontecimento são trazidas por *filtros* ou *ângulos* que se desenvolvem num contexto específico a partir dos próprios fatos vivenciados, das perspectivas pelas quais os sujeitos vão vivenciá-los, de temas então suscitados etc. Uma série de elementos sobrepõe-se a outros nesse processo, fazendo os sujeitos lembrarem através dos enquadramentos originados pelos *papéis sociais* que eles e outros indivíduos ocupam, além dos *lugares* de que eles falam. O trabalho de enquadramento da memória, desse modo, fundamenta-se numa ou mais narrativas, com os seus respectivos modos de recontar organizados a partir de elementos específicos que vão se repetindo, tornando-se por isso (ou pela própria construção) mais ou menos estáveis, mesmo que para serem os pontos de partida do dissenso entre sujeitos que por eles se recordam (*Ibid.*).

Preciso ressaltar que esse conceito de *memória enquadrada* é muito marcado por uma perspectiva construtivista que também dá destaque para os conflitos, os dissensos e as relações de poder como elementos incidentes na constituição da memória, permitindo-nos ver – no campo de significação que é aberto por Maurice Halbwachs – como alguns atores sociais vão se colocando nesses trabalhos de enquadramento da memória por suas competências e poderes de fala. Dessa forma, não é prerrogativa de somente um âmbito coletivo (como a família, a classe ou o meio religioso) essa formação de *memórias mais constituídas*, como Halbwachs nos permitiu pensar no momento de sua teorização, visto que elas são constituídas, também, a partir dos sentidos fornecidos pela própria sucessão dos fatos tal como se dá a sua ordem empírica vivida pelos sujeitos. E os sentidos podem

ser reconstruídos e associados a uma série de referências combinadas, guiando-se não só pela preocupação de serem mantidas *fronteiras* (elementos muito comuns na construção de identidades sociais), como no caso dos âmbitos coletivos explorados por Halbwachs, mas ainda de simplesmente visibilizá-las e modificá-las por interesses gerais, como pode ocorrer em realidades bem menos contextuais que essas (*Id.*, 1989, p. 9).

Pelas lógicas desse trabalho teórico da memória, ao pressupormos que um espaço se torna cenário no qual se constituem memórias enquadradas porque ali talvez se deem relações sociais de aspectos aparentemente comunitários é ignorar, por exemplo, que os acontecimentos ali recordados podem ter sido inicialmente significados num período de integração temporária dos sujeitos: em outras palavras, não necessariamente toda a vida do lugar está particionada em memórias que enquadram os eventos e períodos de tempo vivenciados pelos seus moradores. Ao contrário, certos acontecimentos marcam mais as memórias sociais que outros e, nesse sentido, às vezes pode ser preciso que se entenda a *condição* que no período determina o enquadramento (ex.: o que se dá em certos lugares no advento de algum crime ou evento do tipo e incentiva o estabelecimento posterior de memórias enquadradas muitas vezes não é, necessariamente, um sentimento gregário que esteve ali por todo o tempo como *semiose* em potencial, fazendo um rápido empréstimo do raciocínio de Henn (2006), mas uma condição estabelecida no momento por meio das abordagens e da própria sucessão do acontecimento que se fixa, pela sua escandalidade, em uma data ou homenagem periódica, fazendo essa memória *merecer* suas atualizações posteriores ou se reavivar pela produção de um acontecimento semelhante).

Por isso é que Portelli (1998) nos atenta para os aspectos de mobilização coletiva pelo choque que determinados eventos trazem com sua própria ordem empírica de fatos, tendo em mente seu concreto empírico investigado. A partir da ruptura provocada pelos eventos, as condições que determinarão tanto a sua significação quanto a sua recordação podem tomar *direções* dos mais diversos lugares. E é assim, especificamente, que tende a se estruturar uma memória enquadrada para uma tragédia vivida. As relações sociais e os seus aspectos se configuram, nesse contexto, como um dos lugares que mediam essas significações e construções de memória. Elas nem sempre serão pontos de partida ou até mesmo condições dominantes. Pensando assim, podemos compreender que uma chacina escolar, sendo algo nunca antes vivido no Brasil, apresenta potências de enquadramento na sua própria ocorrência: a partir daí, as significações e recordações tomam seus rumos por fatores que, evidentemente, a pesquisa se propõe a entender. De todo modo, quando

o período de enquadramento faz a memória trabalhar com mais autonomia em volta das outras lembranças, todo avivamento do passado específico que elas acionam é, por si só, um *quadro*. Por isso os moradores de Civitella, em tempos seguintes, tentam unificar os enquadramentos da memória de seu massacre: porque o *tempo* em que aconteceu o novo trabalho de enquadramento dessas memórias determina, pelas situações do presente, que as lembranças sejam reconstruídas a partir de outras percepções e expectativas – mais ou menos como faria a *memória-hábito* pensada por Bergson (1999, p. 225-242), ainda que numa outra configuração teórico-conceitual.

O fato dos enquadramentos serem ligados no novo quadro, contudo, não impede que ambos ainda apresentem contradições e até mesmo tensionamentos consequentes. É que esses enquadramentos da memória nem sempre resultarão em recordações coletivas perfeitas. Quando passo a tratar desses tempos de ressurgência das lembranças, aliás, não me refiro àquelas recordações feitas sobre fatos que haviam sido *esquecidos* ou *perdidos*, já que esses apenas voltam por ocasião não de avivamentos da memória, por si só, mas investigações pelas quais um grupo de indivíduos começa a partilhar, por exemplo, esses elementos perdidos. Está-se falando, efetivamente, de novos usos dos sentidos que essas memórias carregam uma vez que tenham sido *repautadas* na cena social, de acordo com os momentos e situações do presente. Isso torna o período de ressurgência memorial um *quadro* – título esse que não chega a ser auferido por Bergson (1999) para o *tempo*, mas que pode mais bem operacionalizá-lo nesse espaço epistemológico que é posteriormente desenvolvido por Pollak (1989; 1992) em sua perspectiva construtivista.

Essa ruptura epistêmica já advém dos interesses de Halbwachs pela conceituação dos *quadros sociais* da memória, movimento no qual esses quadros ainda não dão conta totalmente do tempo como agente de atualização das memórias que as *enquadra* – dado que, ao tratar dos quadros como quadros sociais, ele ainda está pensando numa memória que tem o *tempo*, o *espaço* e a *linguagem* como elementos-chave de produção e também visualização do conjunto de lembranças que ela apresenta, mas não ainda em como esse tempo pode operar, efetivamente. Isso se dá em função dos próprios aspectos inaugurais do trabalho de Halbwachs, ainda que ele não seja por isso menos profundo, uma vez que consegue nos apresentar a memória coletiva pela qual chegamos à teoria contemporânea sobre essa problemática. De volta ao ponto, é por isso que Pollak já não trabalha com os *quadros sociais*, mas simplesmente *quadros*, porque não apenas admite definitivamente o postulado de que a memória é, sim, social (o que faz o quadro social parecer um termo

redundante) como ainda pensa em tempo, espaço e linguagem como a própria memória, na sua totalidade, sendo a reorganização de seus sentidos um quadro. Isso não significa, entretanto, que esse tempo como quadro apenas faça as memórias serem enquadradas: se pensamos em uma *memória subterrânea*, por exemplo, que Pollak (1989) entende como um conjunto de lembranças que sobrevivem, na marginália, à espera do seu momento de ressurgência, deslocando-se entre espaços familiares ou políticos, um novo tempo poderá implicar no seu enredamento a outras lembranças como algo mais voltado à organização das memórias que à reconfiguração do seu conjunto de aspectos empíricos.

A partir dessa tessitura, o esforço conceitual do autor tem o sentido de assumir a dimensão social para fazer outro trajeto, dos sujeitos concretos, tanto pensando como os grupos transmitem, preservam e atribuem mais força a suas lembranças quanto atentando para como as pessoas que rememoram também *trabalham* as memórias e conseguem – a partir das suas práticas – *imprimir* aspectos mais individuais (seja por aquilo de que elas se lembram em coletivo, seja pela forma como fazem isso) nesses trabalhos de enquadrar memorial. Pensamento semelhante é tido por Ecléa Bosi (1987, p. 24-35) nos seus usos do conceito de memória com base na teorização de Bergson e Halbwachs, mas atentando mais às histórias de vida dos sujeitos pelos quais temos de lutar – os *velhos* – através do avivamento politizador de suas lembranças, que se encontram elas mesmas alteradas pela variedade de formas como esses sujeitos vão vivendo à passagem dos tempos e por tudo que isso pode implicar de descontextualização das memórias que eles trazem consigo ao cenário contemporâneo. Nesse contexto, temos as epistemologias de inclusão e exclusão formadas através das maneiras como praticamos culturalmente as relações geracionais: e isso também envolve uma série de tensões e conflitos.

Assim, o trabalho teórico de Bosi – que deu sustento a duas passagens do mesmo capítulo a partir de Bergson e Halbwachs – se volta mais a enquadramentos de memória que *precisam* ser realizados (e a pesquisadora demonstra, efetivamente, como isso pode ser feito), enquanto Pollak pensa naqueles já estabelecidos e, ainda, nas formas como se constituem, embora também indique algumas escolhas epistemológicas parecidas com a de Bosi. Ele nos relembra, por exemplo, do mito histórico dominante de Stalin como pai dos pobres: ainda que o mito tenha sido prejudicado após a primeira *destalinização*, esse processo político não deu conta realmente de ser um novo quadro para as lembranças da repressão e, com o fim da era *krushevista*, acabaram cessando inclusive suas tentativas de revisão das esperadas memórias nacionais sobre o stalinismo. No entanto, todas essas

preocupações retornaram três décadas depois, no quadro constituído a partir da *glasnost* e da *perestroika* (POLLAK, 1989, p. 4), com suas conseqüentes denúncias e reparações, visto que as lembranças também aguardam o momento político adequado para voltarem ao espaço público. Inevitavelmente, teorizar sobre um processo fenomenológico como a memória nos leva a entendê-la como um *paradoxo*, dado que estamos quase sempre nos esquecendo – também no sentido de deixar algumas memórias em segundo plano – para lembrar. Por outro lado, admitir isso está bem longe de assumir uma postura pessimista, afinal as memórias também nos interpelam pelo fato de trazerem consigo muitas marcas desses processos. E a pesquisa parte justamente delas.

No mais, um período de ressurgência memorial não vai se dando à toa e, pela sua potência de reconstrução da memória, promove rupturas e até mesmo novas criações, às vezes em cima de um concreto memorial heterogêneo ou por meio daquelas tentativas de manutenção da sua fidelidade à memória antiga, embora haja outros agrupamentos de lembranças para essa memória: isso significa que ocorre uma formulação de quadros de referências (*quadros referentes*) e pontos de referência (*referentes*) para as recordações-trabalho. Por isso, é evidente que pensar uma memória enquadrada, nome esse inclusive mais específico que *memória coletiva* por se voltar a toda uma singularidade conceitual, é uma ruptura epistemológica necessária para a delimitação dessa natureza de construção memorial como um fenômeno particular. Outro ponto interessante é que trabalhar sobre a possibilidade de memórias enquadradas a partir da incidência de *referentes* ou mesmo *quadros referentes* significa entendermos que, em alguns contextos, sentidos produzidos de forma enquadrada podem se fixar na consciência dos sujeitos a partir de perspectivas específicas, ou seja, um conjunto de lembranças atualizado em um novo tempo pode não ter antes sido um conjunto de lembranças dispersas. Por isso mesmo me importa utilizar essa noção das referências, que o autor entende como elementos às vezes exteriores (ex.: narrativas midiáticas) à construção da memória em si que são trabalhados *para ela* e vão contribuindo com uma seleção de aspectos (se alguns ou todos, isso depende do contexto empírico) que vão estabelecer as perspectivas de recordação dos sujeitos.

Para o autor, pensar *enquadrada* já quer dizer *trabalho de enquadramento* e todo trabalho de enquadramento sobre uma memória tem os seus limites, ou seja, ele não será construído arbitrariamente como as demais: os modos de narrar o passado serão mais ou menos estáveis, ainda que possam apresentar lacunas e/ou contradições já de sua criação ou dos *quadros* que depois os tenham reorganizado. Assumir que o trabalho de enquadre

memorial tem limites é também pensar, nessa ruptura de Pollak (1989), que não somente os enquadramentos iniciais reúnem *aspectos* de recordação sobre um recorte do passado como também podem, em quadros posteriores, excluir alguns ou mesmo *substituí-los* por outros. A isso é que se atribuirá o título de *esquecimento*, ainda que tal fenômeno, como em uma *amnésia coletiva* (SEPÚLVEDA, 2003), não seja empiricamente possível. O que de verdade vai se sucedendo, como Sepúlveda demonstra após seu retorno aos trabalhos teóricos de Bergson, Halbwachs e Michael Pollak, é uma descontextualização sistêmica de *referentes* dos primeiros enquadramentos que, nos próximos, perdem sentido e entram em desuso, dando lugar para outros. Por isso não se pode apontar o esquecimento como amnésia, mas sim trabalho memorial, que pode em longo prazo determinar, por exemplo, os modos como outras gerações se lembrarão de um acontecimento.

Assim, esse fenômeno de *esquecimento coletivo* que Pollak (1989) identifica nos enquadramentos de memória tem sua processualidade melhor visualizada por Sepúlveda (2003) em suas nuances operativas e, no entanto, deixa-se na teoria social a que a autora adere – por sua escolha metodológica de pensar a memória na pesquisa em seus diversos contornos – o sentido de *recordação-trabalho* que é especificamente pensado por Ecléa Bosi (1987), para quem a memória, numa teorização mais poética, não só traz o passado pelas águas do presente, misturando-se com as percepções sobre o *agora*, como também movimenta essas últimas, alterando assim o *espaço todo* da consciência. Pensando nisso em termos metodológicos, parece claro que a pesquisa dos enquadramentos de memória não teria sentido se assumisse a noção de uma desmontagem dessas memórias, como no reparo tentativo de uma máquina desconhecida, porque isso induz uma pressuposição (às vezes apriorística) da *existência* desses enquadramentos. Antes, é necessária a busca por marcas dos referentes que possam ter orientado numas e noutras lembranças suas formas de trabalho nas lógicas de uma possível memória enquadrada – o que daí poderia indicar um enquadramento de memória. E só a partir das diferenças e dos descontínuos de sentido nesses trabalhos é que podem ser apontados, de fato, os quadros da memória.

Tendo isso tudo em vista, a centralidade dada por Pollak para os enquadramentos não é um simples acidente de percurso. Ela parte, ao contrário disso, da premissa de que não podemos pensar apenas em *estruturas*, sobretudo porque trabalhar com essa noção é ignorar o entendimento de uma variante específica: os enquadramentos elaborados pelos sujeitos muitas vezes não são um todo coerente, apesar das junções de lembranças terem surgimento reiterado ao longo dos relatos orais – como se verá mais adiante no capítulo

da pesquisa sistemática. Pensando no desenvolvimento do conceito como um todo, uma de suas lógicas principais seria, efetivamente, a dos *referentes de enquadramento*. Disso tratei mais acima. Mas também é sensível para Pollak o fato de que esses referentes têm formação múltipla, não sendo iniciados, essencialmente, nas percepções e vivências dos grupos, como se pôde perceber pelo caso de Civitella na introdução deste subcapítulo. E isso tem muito a nos dizer, em termos teóricos, porque dá espaço a uma teorização sobre os contextos do mundo vivido cujas lógicas matriciam a produção de sentidos do sujeito implicado nesses trabalhos de enquadramento. Trazendo para este momento da discussão o eixo central da problemática, faço uma pergunta: se a *recepção midiática* é um âmbito de experiências empíricas onde ocorre essa produção de referentes, como isso se dá? Ou melhor: como os sujeitos comunicantes trabalham memórias nesse contexto?

No amparo dessa questão norteadora, a utilização das noções de *referente* (ponto de referência) e *quadro referente* (quadro de referência) propostas por Pollak (1989) em confluência com a dimensão dos *trabalhos* teorizada pelo autor e por Ecléa Bosi (1987), além das nuances operativas exploradas por Sepúlveda (2003), é aquilo que me coloco a observar para prosseguir os movimentos da problematização teórica, pensando os meios de comunicação – desde o nível de suas operações internas – no seu estatuto de matrizes produtoras e organizadoras de sentidos, muitos deles apropriados no âmbito da recepção pelos sujeitos comunicantes em sua construção de referentes para os enquadramentos de memória trabalhados até então. Recolho esses aspectos como elementos relevantes para pensar a problemática da memória nesta pesquisa por ter como referências as formas de recordação observadas no bairro de Realengo, tal como assinalei no primeiro capítulo, já que os relatos orais dos informantes trazem consigo marcas significativas de seus *usos e apropriações* do acontecimento midiático produzido a partir da tragédia escolar, o que é indicador da recepção como contexto presente na configuração de suas memórias. Nesse sentido, o próximo subcapítulo dá continuidade à problematização teórica entendendo a produção do que escolhi chamar de *acontecimento midiático* no marco interacionista da sociologia interpretativa e na perspectiva simbólica de Teresa Sádaba (2007), pensando o campo midiático enquanto uma instância selecionadora e atualizadora de aspectos sobre a realidade que, em termos memoriais, também estabelece perspectivas ou, melhor ainda, *enquadramentos midiáticos* sobre o passado. Logo depois, exploro as relações disso com o fenômeno dos trabalhos memoriais no eixo teórico-empírico dos estudos de recepção, recuperando aquilo que trazem sobre a questão da memória midiaticizada.

2.2. Enquadramentos midiaticizados da memória coletiva

Há cerca de duas décadas, quando alguns trabalhos de ciências como sociologia, antropologia e semiótica assinalavam um processo de constituição cultural pela ação das mídias mais integrado aos campos sociais, na sua dimensão processual, e menos situado na sociedade como *espaço à parte*, já não parecia ter muito sentido o seu entendimento como transportadoras de mensagens ou, num modelo quase romântico de comunicação, mero espaço de uma interação sem ruídos (como se o ruído não tivesse algo a nos dizer e não fosse performatizado) entre produtores e sujeitos comunicantes – visto que a esses pensamentos ainda está ligada uma ideia burocrática da comunicação como sequência de movimentos simplesmente transferenciais de sentidos que, quando muito, só são de fato explorados na sua dimensão transacional pelo que é inerente às lógicas do conteúdo. Ao contrário, os meios de comunicação ainda têm uma incidência significativa na cultura e, mais do que isso, no próprio mundo do vivido, mas cada vez menos nesses seus aspectos tradicionais de *mass media* – com a dicotomia agora incerta aos outros aspectos – e mais como modelos ou, melhor ainda, *matrizes de produção e organização de sentidos*, como a autora argentina María Cristina Mata (1999, p. 84) já nos permitia observar.

Nesse cenário de *mediatização*, estruturado por processos econômicos, históricos e políticos intensificados a partir do século XX, localizamos a diversidade e relatividade das formas de vida social e das culturas cujos modelos construídos fornecem pistas sobre o lugar ocupado pelas mídias nas reconfigurações sociais (MALDONADO, 2002, p. 53), descortinando-se uma *ambiência* cujas lógicas difusas perpassam os múltiplos campos e têm incidência até mesmo nas operações perceptivas, sensitivas, emocionais e cognitivas do sujeito comunicante – o que leva o autor a também pensar nos meios de comunicação pelas suas *matrizes*, em dimensões técnicas, culturais e ainda estruturais. Nesse sentido, Mata (1999) e Maldonado (2002) partem de alguns eixos comuns discutindo sobre como tais matrizes produtoras e organizadoras de sentidos incorporam elementos às formas de perceber, sentir, experienciar e significar a realidade concreta, como vão organizando as múltiplas determinações que estruturam essa concretude e, falando do ponto ao qual me permito chegar agora, como nos orientam, antes mesmo de observarmos os dados dessa realidade para significá-la e/ou vivê-la, a *apreendê-la*. Dizendo de outro modo: os meios de comunicação se tornam uma agência privilegiada de informações sobre o próprio real,

norteando o processo no qual os atores sociais, todos eles e em distintas proporções, dão sentido para eventos, contextos e/ou vivências e estabelecem padrões para entendê-las na medida em que vão se repetindo ao longo de sua vida.

A partir disso é que Mata (1999, p. 85), fazendo uma analogia dos processos de significação da realidade ao mote do *saber antes* jornalístico (hoje, o substituto do *saber imediatamente*), mostra-nos a capacidade de antecipação que é outorgada, no horizonte midiático, aos meios e suas técnicas de informação: as mídias se dotam de um *caráter performativo*, conforme alerta a autora, estabelecendo uma nova dimensão do real onde ele não está ligado a construções de imaginário apenas, mas a realidades anteriores cujas nuances mais narradas se inserem numa instância selecionadora de aspectos daquilo que de fato se sucedeu, intervindo no real de uma forma dinâmica. Problemáticas como essa do *saber antes* já vinham sendo trabalhadas no âmbito da psicologia, por exemplo, desde os anos 50, especialmente no que se referia à interação social. Em um espaço epistêmico diferente e um pouco mais longe das experiências empíricas que permitiram a teorização dos *enquadramentos de memória*, a recepção de mensagens em aspectos parecidos com esses observados por Mata foi investigada no trabalho do antropólogo Gregory Bateson, autor que em 1955 estabeleceu o conceito de *frames* pretendendo explicar os *contextos e marcos de interpretação* por meio dos quais os indivíduos se atentariam para específicos aspectos da realidade em detrimento de outros, ainda que em uma perspectiva alheia aos sistemas, matrizes e processos envolvidos nessa problemática.

O conceito, tornado público apenas em 1972, tentava dar respostas efetivas sobre o fenômeno comunicativo no qual a psique humana atuaria criando uma série de *marcos interpretativos* para situações vividas de forma que fatos específicos já fossem seguidos por convenções para a produção de seus sentidos, ou seja, que por contextos aprendidos nós conseguíssemos atribuir significados para eventos semelhantes sem a necessidade de repetirmos o *ato inaugural* a partir de onde o primeiro veio a ter um sentido. Mais tarde, no âmbito da sociologia interpretativa, os *frames* passam do seu paradigma esquemático-cognitivo preliminarmente assinalado por Gregory Bateson a uma dimensão maior cujos processos, segundo Irwing Goffman (no ano de 1974), têm também sua gênese social. E nessa perspectiva os *frames* passaram a ser entendidos como formas preestabelecidas de *olhar* para a realidade que são transmitidas, compartilhadas e reorganizadas por meio das interações sociais. O *frame* de Goffman (2006) é *marco* e também *esquema*: marco, pelo fato de atribuir sentidos a um contexto da realidade; e esquema, por ser ele também uma

estrutura mental passível de incorporar novas informações exteriores. E conforme vão se afigurando novas informações, ou melhor, dados objetivos externos aos *frames*, os usos que nós fazemos deles, ainda que em um determinado caso não cheguem a modificá-los, configuram *perspectivas* a partir das quais miramos acontecimentos *por eles*, tal como a metáfora do autor pressupõe quando trata desses *frames* – que poderíamos chamar numa tradução possível de molduras e/ou *quadros* – como as janelas pelas quais observaremos as partes de um todo. Nossas posições de mirada determinam, também, a maneira como observaremos, por essas janelas, os panoramas do mundo (*Ibid.*). Assim, as perspectivas pelas quais damos sentidos a específicos eventos através dos seus quadros anteriormente determinados são tratadas como *enquadramentos*. Traduzindo do inglês, *framings*. E por serem aspectos empíricos do processo que se produzem através das (e para as) interações sociais, a construção dos quadros também vai sendo atualizada na realidade sobre a qual eles se fundam. Em outras palavras, esses quadros também são alterados de acordo com sua ação efetiva a partir da realidade social e da transformação sofrida pelas experiências para as quais eles produzem significados.

Para os autores, a cada movimento que fazemos com esses contextos aprendidos da realidade nós produzimos para eles uma série de enquadramentos – que operam como abordagens à experiência do agente social de narrativizar e, até mesmo, viver eventos da ordem que sejam através dos aspectos que neles visualizamos pelos seus quadros. Fazer essa tradução de *frames* e *framings* para *quadros* e *enquadramentos*, aliás, tem o sentido de reconhecer, nas especificidades de nosso universo linguístico, que molduras somente fariam um *molduramento* da realidade, como no recorte de uma foto inteira, enquanto o quadro e seus enquadramentos não só fazem isso, conforme a teoria permite pensarmos, como ainda agenciam os aspectos apresentados através de ambos os processos. Levando a *teoria dos quadros* para uma mirada mais descritiva e inferencial sua, é como se nós já tivéssemos, conforme o trabalho teórico de Irwing Goffman, maneiras de apreensão dos acontecimentos que antecedem sua observação. A isso é que também se dava o nome de *metamensagem*, no princípio do trabalho do sociólogo. Essas maneiras de apreender são como expectativas reunidas num mesmo *quadro* que assinalam determinados eventos do vivido através de seus aspectos, enfatizando alguns e preterindo outros.

E foi interessada no mesmo processo que a socióloga Gaye Tuchman começou a investigar ainda na década dos *frames* de Goffman, mas já no ano de 1978, os quadros e enquadramentos do real produzidos pelos meios de comunicação. Distante do paradigma

dos *efeitos*, a autora se insere nas rotinas de produção das redações e as toma como o seu espaço investigativo, fazendo um acompanhamento quase etnográfico dos fluxos, lógicas e singularidades do trabalho jornalístico, realizando um itinerário de entrevistas e, no que se refere à produção informativa, observando os *esquemas* e *marcos interpretativos* que, antes da fabricação de notícias, determinam as angulações feitas em sua trama narrativa sobre toda sorte de eventos a partir de mobilizações específicas dos seus aspectos. E por conta de suas idas a campo, além dos próprios fazeres narrativos que nele vão se dando, Tuchman (1983) estende o conceito de *quadro*, pensando não somente numa janela pela qual somos orientados a olhar para os acontecimentos, na sua gênese ou em *posições de mirada*, mas também, ainda metaforicamente falando, no tamanho que teria essa janela, na transparência de seu vidro, no local em que essa janela se localiza e de onde estamos observando a realidade por meio dela.

Em termos teórico-conceituais, não somente a metáfora como também o próprio movimento investigativo que a autora realiza vão fazendo com que o *quadro* admita, na realidade jornalística, uma visualização dos aspectos empíricos que ele toma a partir dos lugares de cobertura, *gatekeepings*, suítes jornalísticas, momentos de notícias, editorias, fontes, lugares de sua fala, estilo, aderência ideológica da mídia etc. Em outras palavras, é por esses elementos que vão se iluminando os *operadores de enquadramento* que cada quadro apresenta, uma vez que eles estabelecem a forma como os acontecimentos serão apresentados, e não somente os fatos, por si sós, com os seus aspectos significados pelas interações sociais do cotidiano – como estabelecia Goffman (2007). Como os elementos que constituem as operações de enquadramento para cada quadro são sistematizados em uma única proposta de compreensão da autora, a dos processos de *construção da notícia* (do inglês, *newsmaking*), sua pesquisa seguiu no sentido de explicar como os marcos do trabalho jornalístico funcionam, demonstrando que eles também integram essa realidade que estão significando ou estruturando, além de organizarem sentidos através dos quais eles se tornam mobilizáveis para uma construção de outros quadros e enquadramentos e, mais do que isso, poderem incorporar mais outros sentidos aos contextos interpretativos estabelecidos desde o marco zero de tais processos.

Esse itinerário da autora traz alguns avanços significativos no que se refere à sua articulação com a *teoria do agendamento* proposta por Maxwell McCombs (2009) – que entende haver uma agenda de assuntos explorados pela opinião pública sendo construída a partir dos meios de comunicação – porque se atenta para a construção das *perspectivas*

pelas quais esses assuntos propostos são discutidos. No entanto, todas essas concepções presentes no trabalho teórico dos *quadros* parecem tratá-los como estruturas dominantes estabelecidas pelos meios de comunicação logo que acontecem as suas *veiculações*, o que deixa bastante de lado seus níveis e/ou possibilidades de êxito e transformação uma vez que tenham ingressado no contexto das interações sociais, preterindo na discussão todo o contexto simbólico no qual os *quadros*, desde a sua forma inicial, vão se combinando às matrizes da própria cultura, resultando em vários enquadramentos. E mais do que isso, a proposta de entender as operações de enquadramento sucedidas em cada *quadro* durante a construção de notícias também não dava tanta conta nesse momento – pelo menos não completamente – de assinalar perspectivas através das quais poderíamos entender, entre as diferentes operações de enquadramento (ex.: os operadores de enquadramento que vão *ensejar* a construção de uma notícia se diferem daqueles que já se encontram na própria narrativa veiculada), os *quadros* em suas diferentes dimensões (ex.: da sua *construção* à sua *atualização*, em tempos seguintes) e as suas incidências na dimensão das interações sociais. Na chave dessas críticas e adotando uma perspectiva simbólica para entender os *quadros* e *enquadramentos*, a pesquisadora Teresa Sádaba (2007) faz retornos ao *frame* tal como se origina conceitualmente, a partir da psicologia (em Bateson) e da sociologia (em Goffman), passando em seguida para suas relações com o conceito de *agenda*, tanto nos aspectos de *setting* quanto nos de *building*, e chegando assim a Tuchman.

A partir daí, a autora começa a trabalhar sobre os múltiplos estratos de transação comunicativa em que os quadros se formam para tratar do *espaço midiático* e do *tempo midiático*, ou melhor, de *quadros* produzidos para os acontecimentos – também em seus aspectos de atualização temporal – e *enquadramentos* que cada quadro pode apresentar com os seus respectivos operadores. Para realizar em sua pesquisa esse trabalho teórico, a autora assume como o seu conjunto de objetos e aspectos empíricos as singularidades midiáticas apresentadas pela prática terrorista como um fenômeno, atentando para como o planejamento estratégico e a dinâmica dos ataques, entre todas as formas de violência, carecem de uma compreensão maior quando não se considera, à volta deles, o papel que os meios de comunicação exercem em sua midiaticização ampla, levando-nos a repensar a própria definição do que se entende por *terror* em vista dos trabalhos de estereotipagem narrativa feitos sobre o assunto, mais especificamente após o ataque do 11/09. É por esse caminho epistêmico-teórico que Teresa Sádaba estabelece – para entender com mais um pouco de rigor os enquadramentos e as suas *operações* em cada quadro – uma relação de

quatro propostas bem mais específicas. Pela primeira, podem ser observados os *quadros* a partir dos quais as notícias tendem a se constituir pela ótica da atividade do jornalista no contexto das coberturas (ex.: como ele narrativiza a partir de contextos anteriormente aprendidos um inesperado ataque terrorista e incorpora à sua abordagem usual algumas informações novas). Na segunda proposta, tem-se como objetivo descortinar *operações de enquadramento* constantes das rotinas profissionais. Na terceira, a autora propõe que atentemos para a organização dessas mídias e as suas implicações no conteúdo que elas produzem. Mas a quarta proposta, aquela relacionada aos modos de narrar propriamente ditos e constantes da narrativa já publicitada, apresenta algumas pistas para a pesquisa. O esforço de pensar nas *operações de enquadramento* presentes em cada *quadro* demanda, por si só, categorizações suas que a proposta-matriz de Tuchman (1983) não fazia: ao se tratar do conjunto de *operadores* que foram anteriormente referidos como os elementos que vão criando, juntos, o espaço em que se forma uma notícia, vai-se perdendo de vista o fato de que existem operações de enquadramento em várias etapas da produção de um texto jornalístico – da elaboração de sua pauta até a narrativa já veiculada e pronta para a leitura, conforme foi explicado mais acima.

Diante disso, tornam-se necessárias mais propostas para entendimento da notícia por essa teoria – agora se voltando para *enquadramentos* e não somente *quadros* –, visto que Sádaba (2007) traz à luz nessas operações de enquadramento uma etapa que parece definidora dos quadros das notícias e, portanto, pode ser que lidemos com midiatizações mais amplas cuja exploração seja mais interessante na perspectiva dos seus processos de investigação, por exemplo, ou das suas lógicas de noticiabilidade. Posto de outra forma, a depender dos intentos da investigação, é preferível que se escolha um desses contextos para que possamos observar quais são os seus *quadros* e quais são as suas *operações de enquadramento*. Nesse sentido, entretanto, pensar melhor a quarta proposição de Teresa Sádaba sobre o conteúdo – por sua dimensão de lógicas dentre as quais se encontram os operadores de enquadramento – é entender, inclusive, que o *produto final* detém marcas narrativas que se remetem a alguns desses processos antecedentes à sua finalização: digo isso por entender a lógica de recorte aspectual dos objetos. É uma escolha metodológica que evita *amostras* de onde possam ser feitas constatações superficiais sobre o concreto empírico em que a notícia foi construída. Num recorte aspectual inverso, em meu tempo, tratar de enquadramentos midiáticos senão por aquilo que deixam de mais *marcante* nas lembranças dos sujeitos é partir igualmente dessa lógica, evitando-se a construção de um

corpus que não tenha muito a dizer em relação aos múltiplos atravessamentos midiáticos que incidiram sobre os trabalhos de memória problematizados pela pesquisa. Por isso, o capítulo da contextualização tem como propósito recuperar alguns elementos referentes à ambiência comunicacional vivida pelos moradores de Realengo em torno do massacre e às memórias que se estruturam nesse contexto.

Pensando na crítica da autora às reconstruções teórico-metodológicas feitas pelas trilhas de Tuchman a partir da teoria dos *frames*, assume-se a notícia – dentro e fora das propostas de seu entendimento – como algo maior que um simples produto das práticas jornalísticas, isso porque costuma ser notícia, de fato, aquilo que tem maior ressonância pelos campos sociais e consegue atender a uma série de referências compartilhadas entre os sujeitos da recepção e a narrativa publicitada. Assim, embora a notícia tome forma na ação de enquadramentos existentes nos seus processos de construção, os acontecimentos que um conjunto de narrativas está produzindo terão não só um contexto de significação dado no próprio mundo do vivido como também suas formas de contar serão atualizadas segundo a *implicação* das narrativas no plano das interações sociais e, também, o *tempo* em que esses eventos serão lembrados em função, por exemplo, de casos similares. No entanto, a crítica não leva o estudo da notícia e sua recepção a uma trajetória epistêmica incerta: primeiro, porque notícias selecionam aspectos tanto da realidade em que se dão os eventos quanto deles mesmos; segundo, porque a notícia nos mostra enquadramentos próprios *a partir* de contextos interpretativos cultivados nesses diferentes âmbitos pelos quais ela circula e/ou é produzida (entre eles, os circuitos sociais); terceiro, porque viver o evento *também* pela forma como podemos observá-lo de longe, através de uma *janela*, inevitavelmente nos conduz a uma formulação midiaticizada de referentes, entre esses que a própria vivência dos fatos nos permite construir, para a sua significação.

A partir de tais aspectos, essa revisita feita por Teresa Sádaba à teoria dos *frames* toma a perspectiva simbólica como um trajeto epistêmico pelo qual se pode ver o espaço midiático, na sua integração aos processos dos múltiplos campos sociais, como um lugar de *transação significativa* onde são tecidas realidades com as quais os sujeitos convivem entre muitas outras. Essa ruptura implica não apenas na contemplação de indivíduos que fazem seus *usos e apropriações* de operadores presentes em enquadramentos produzidos pelos meios de comunicação, sendo por isso sujeitos comunicantes, como também de um agente social que poderá questionar, por exemplo, as valorações do real que esses meios permitem a partir dos seus *regimes de visibilidade*. A partir disso, confrontamos sujeitos

que podem, eles também, tomar enquadramentos como *modos figurativos*, por exemplo, de pensar e/ou se lembrar de eventos e seus respectivos aspectos. Isso projeta o trabalho investigativo das notícias, mas não só delas e sim das construções midiáticas em geral, a demandas de uma teorização para a qual não só as mídias se valem cada vez mais de um *caráter performativo* (pelo *saber antes*) para narrar acontecimentos, como assinala Mata (1999), mas também os sujeitos comunicantes conseguem *performatizar* as significações pelo quadro e seus múltiplos enquadramentos, tendo uma forma de contá-los à qual eles mais aderem que é cercada por muitas outras – reconhecidas e até experimentadas, mas, não por isso, incorporadas efetivamente às suas maneiras de vivenciar, falar e se recordar de determinados eventos, mesmo que na chave dos seus processos de significação como acontecimentos midiáticos. Para isso é que se atribui o nome de *competência midiática*, tal como registra Pedroso (2011, p. 66-88), levando-se em conta que os sujeitos também fazem apropriação, a todos os momentos, de informações que estão circulando ou sendo colocadas em cena numa dada altura da recepção. E essas informações são apresentadas em formatos, gêneros, técnicas, perspectivas etc. que *ativam* as competências do sujeito comunicante (*Ibid.*, p. 87) e os fazem trabalhá-las a partir dos seus jogos de significação nos vários processos e etapas dessa recepção midiática. Nessa ótica, os enquadramentos midiáticos estabelecem uma agência de sentidos em relação aos sujeitos.

Na chave disso, a proposta de Sádaba se divide em dois pontos: um dos *produtos*, outro da sua *recepção*. No primeiro ponto, a autora sugere que atentemos aos conteúdos pelos enquadramentos de que eles descendem, por assim dizer (ex.: a tragédia escolar de Realengo adquire enquadramentos midiáticos que operam, especialmente nas narrativas exploradas mais à frente na contextualização da pesquisa, retomadas de acontecimentos como as chacinas escolares dos EUA). Essa ascendência atua como os seus *pressupostos narrativos*. E são pensados, também, os modos de apresentar os aspectos, quais aspectos são salientados, quais são as convenções de articulação linguística e imagética adotadas, os sujeitos selecionados para falar, os lugares de que falam e o espaço de cobertura ou a editoria em que essa articulação se faz. Tais elementos são os *operadores* do trabalho de enquadramento jornalístico na estrutura da notícia – podendo variar de acordo com o seu enquadramento, que se configura como a perspectiva (usualmente temática) pela qual se observará, em conjunto, complemento ou confronto às outras, um acontecimento em seu *todo de aspectos* que é apresentado através do *quadro* (ex.: em um momento a narrativa pode assumir enquadramentos produzidos pelo quadro do *horror* e, noutro, pelo quadro

da *homenagem*, de *outro acontecimento* e de muitos outros elementos-chave que podem ter potência de atualização dos que já constavam, por exemplo, na história). E pensando essas operações de enquadramento no que diz respeito à comunicação midiática em suas atividades mais amplas, também é preciso considerar que cada sistema, formato etc. tem as suas lógicas de estabelecimento e atualização dos enquadramentos, sobretudo porque a *produção do acontecimento* – especialmente no cenário contemporâneo – não está mais limitada ao jornalismo enquanto campo de conhecimentos. Nesse cenário, o processo de construção é realizado numa multiplicidade de lógicas e contextos midiáticos, sendo por isso lugar de acontecimentos cuja transmedialidade é sua própria natureza (ex.: no bairro de Realengo a circulação é tão ampla que mesmo os informantes mais habituados a uma recepção centrada nos meios de comunicação tradicionais trazem consigo alguns sentidos produzidos justamente no cotejo de informações da *internet*, obtidas em suas interações sociais, com aquelas de sua própria recepção).

No mais, os contextos aprendidos a partir dos quais somos orientados a observar aspectos específicos de eventos, conforme é estabelecido por Goffman, são inerentes ao fenômeno comunicativo. Pensando na teorização de Sádaba (2007) e, também, em como Mata já indicava em 1999 o *caráter performativo* das mídias no seu *saber antes*, não me parece difícil admitir que os meios de comunicação tenham os seus marcos e esquemas, incidindo a seguir na vida social. O que parece ser apontado de diferentes maneiras por ambas as autoras – se não para a própria observação do real, mas ao menos para eventos específicos dela – é um tipo de hipóstase do *déjà vu*, numa vista mais simplista, fazendo com que a novidade resida mais no momento em que ocorrem esses eventos do que nos próprios dados apresentados por eles, como se nos parecessem bem ou suficientemente conhecidos. E isso direciona a condição de matriz produtora e organizadora de sentidos das mídias ao nível assinalado por Mata, onde passam a se dar cada vez mais repetições de *ênfases expressivas* derivadas de uma significação primal sem que se dê uma atenção devida às consequências históricas desses enquadramentos, por exemplo, mais ou menos como Huyssen (2000) nos permite inferir através de seu concreto empírico.

Ainda assim, tratar dessas formas de apreender determinado evento da realidade no instante em que passa por nossa percepção a sua *novidade empírica* não exclui o fato de que as ofertas desses meios também são pistas sobre o que acontece no mundo vivido (MALDONADO, 2002), isto é, sobre como os meios de comunicação estão atualizando formas predeterminadas por processos históricos, econômicos ou políticos, por exemplo,

de atribuir significados a específicos acontecimentos. Este já é um aspecto aceito. Mas à extensão disso, podemos também pensar que o *desvio* dos diversos sentidos para alguns quadros e enquadramentos que essas mídias vão construindo é reutilizado, inclusive, no âmbito da *recepção midiática*, podendo ser reconhecido de acordo com as competências dos sujeitos comunicantes e, por isso, contrapontado – o que Maldonado assinala como xeque à noção de um rígido controle exercido sobre a produção de sentidos da recepção através dos seus regimes de visibilidade, conforme já foi explicado. E por essa razão, um enquadramento de memória que toma como alguns de seus referentes aqueles que foram construídos à luz dos meios de comunicação, por exemplo, funciona como uma trama de textos midiáticos e também não-midiáticos em vez de uma simples articulação midiática de memórias. A esse respeito, procurando pensar transformações que estariam se dando pelos processos de midiatização nos sentidos do tempo e na memória étnica, é que Bonin põe-se a investigar, entre 2006 e 2010, as configurações e as modelagens memoriais dos grupos de migrações *históricas* (italianos) e *contemporâneas* (argentinos), pensando em como os meios de comunicação se inserem nessas distinções de tempo como *dispositivos de memória*, quais enquadramentos de memória essa realidade apresenta e como a trama de textos midiáticos e não-midiáticos se deu integrando-se à memória dos sujeitos, num processo memorial intitulado de *palimpsestos midiatizados de memória*. A pesquisa nos coloca frente a memórias cujos referentes continuam vivos, ainda que na própria prática de oralidade (em muitos momentos) para os que se recordam, e vão mostrando os vários enquadramentos de sua memória histórica.

Pensar esse movimento teórico de operacionalização do conceito de *palimpsesto* à luz de objetos e aspectos empíricos explorados em tal contexto é também entender, em *perspectiva histórica*, como enquadramentos de memória configuram, com o passar dos tempos, a realidade dos indivíduos nos seus aspectos identitários, culturais etc. Daí uma das razões pelas quais se pretende observar esse enquadramento de memória na presente pesquisa mais pelos seus aspectos de construção social como *experiência* do que como a *condição* pela qual se pode entender, por exemplo, a realidade histórica de um grupo ou sociedade. Em outros termos, a realidade desta pesquisa é o próprio trabalho memorial, ainda que se consiga visualizar nos tempos de enquadramento da memória a potência de construção dos *modos de vivência* (e não somente *a vivência*, tal como em Realengo) da realidade histórica dos indivíduos, o que leva à especificidade conceitual do palimpsesto operacionalizada em pesquisa por Bonin (2006). Esse título é utilizado, igualmente, para

a compreensão de *palimpsestos midiáticos* – cf. Maldonado (2002): narrativas, técnicas, formatos, *sensorium*, estratégias, práticas, especializações e matrizes numa sobreposição significativa – como conjunto de mediações essenciais que fazem da informação, na linha do que expliquei anteriormente, um objeto de maior transmedialidade.

Mesmo assim, a reflexão sobre os movimentos de pesquisa teórica da autora não se esgota, já que na *memória étnica* aparecem inscritas *marcas* advindas de experiências culturais e vivenciais dos sujeitos constituídas desde o seu lugar social, dos contextos de seu mundo vivido e das relações que são aí estabelecidas em rede, devendo ser pensadas diacronicamente e nas suas dimensões não apenas de *consenso* e *coesão grupal*, como a teorização de Halbwachs (1990) permite pensarmos, mas também de conflitos, disputas de fala e até mesmo *dissensos* propriamente ditos, como Pollak (1989; 1992) nos levaria a pensar, que ocorrem especialmente na forma como os italianos envolvidos na pesquisa articulam lembranças para então enquadrá-las numa *conformidade* (BONIN, 2009). E as negociações não ocorrem apenas na prática rememorativa: elas se reportam em processo diacrônico a trilhas semelhantes tomadas pelos mesmos sujeitos em apropriações e usos que fizeram (e ainda fazem) de narrativas midiáticas para tecer essas memórias. Por essa perspectiva, devemos nos voltar à cultura e às *competências* do receptor como *lugares de mediação* implicados na recepção midiática, âmbito no qual se fazem usos, apropriações, dissensos e consensos a partir das mídias (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Ainda que a *teoria das mediações* do autor nos haja permitido entender, de 1987 até agora, vários processos de recepção midiática nos seus aspectos de consumo cultural atravessado pelos *lugares* que se encontram entre a *produção* e a *recepção*, o que supera os pensamentos axiomáticos da existência de só um lugar (entre um momento e outro), atento um pouco mais às relações que a recepção coletiva – enquanto *negociação* – dada em cenários do cotidiano vivido apresenta com a própria formação da memória, em seus aspectos temporais, vivenciais e culturais. E nisso estão presentes consensos, dissensos, usos, apropriações etc. No trabalho de pensarmos essas *marcas da recepção*, portanto, já estão implicadas as sociabilidades, temporalidades, cotidianidades e competências que o autor aponta como elementos importantes no entendimento da recepção, que justamente incide na constituição de memórias do acontecimento.

Por ainda dedicar os meus movimentos de pesquisa, no entanto, para a dimensão dos enquadramentos midiáticos como um universo de onde esses sujeitos tomam para si alguns referentes para o trabalho de memórias, nisso também percebo estarem implícitas

as *tecnicidades* (Id., 2006) das lógicas de conteúdo. É nessa perspectiva que procuro me firmar para não tomar a recepção como um âmbito privilegiado e *complexo demais* para se afigurar na pesquisa em uma relação com as mídias, uma vez que a ascendência delas continua a se dar, mas de diferentes formas – como vão nos demonstrando Mata (1999), Maldonado (2002) e Bonin (2006). Ao contrário, aqui compreendo essa recepção como perspectiva empírica e teórica que, conforme Lopes, Borelli e Resende (2002) assinalam por meio do trabalho de Martín-Barbero (1997), é um momento de tessitura dos sentidos que integra elementos da produção, do produto e da própria recepção midiática. De toda maneira, essa escolha de trabalhar pela perspectiva da recepção propriamente dita, agora pensando a investigação em seu plano processual, atenta-se mais ao fato de que, embora alguns enquadramentos surjam mais que outros nas marcas de memória dos sujeitos com que interagi nesta pesquisa, o mapeamento disso tudo – para além do próprio universo de contextualização da pesquisa – resultaria num segundo movimento de pesquisa, quando o que me mobilizou a atenção, realmente, foi a memória midiaticizada.

Nesse sentido, o próprio desenho da problematização teórica é estratégico: tratar de enquadramentos midiáticos no lugar dos jornalísticos, somente, deu mais liberdade à pesquisa no entendimento de que as mídias, nas suas atividades mais amplas, produzem enquadramentos por entre as suas múltiplas modalidades de informação. Por isso pensei muito em como selecionaria materiais para o *corpus* da contextualização. Porque se fosse feito um trabalho de cotejo das lembranças (e de seus sentidos) com os dados referentes ao âmbito do *produto*, a etapa sistemática ainda assim poderia trazer as marcas de usos e apropriações feitos pelos informantes sobre narrativas e informações dos circuitos de sua recepção que ficariam de fora desse *corpus*, principalmente porque o objetivo central da pesquisa foi, desde o princípio, investigar esses trabalhos da memória como um *processo fenomenológico* atravessado por lógicas midiáticas. Em outras palavras, a pesquisa teve um itinerário projetado não como estudo de recepção tradicional, mas como pesquisa de recepção voltada para as memórias dos sujeitos e os seus sentidos em termos de como o seu trabalho memorial acontece no âmbito da recepção.

Entrando em pesquisas anteriores sobre memórias constituídas a partir dos meios de comunicação, uma inferência que fiz (melhor explicada no capítulo metodológico) foi a de que o conceito de memória tem sido utilizado mais na sua diversidade aspectual que em suas especificidades. Longe de ser falha epistemológica, as investigações brasileiras que lidam com a memória no eixo teórico-empírico da recepção midiática me levaram a

reforçar uma constatação já feita por Mata: os objetos empíricos do cenário midiaticizado são bem mais moventes, erráticos, multiformes e dispersos em virtude da multiplicidade de contextos e dimensões que o horizonte apresenta. Mas a própria história vivida pelos grupos, em geral, também aparece muito marcada por memórias de diferentes naturezas e lugares de mediação que as constituem. Nos dois casos, de memórias mais históricas e memórias midiaticizadas no tempo recente, esse conceito de *palimpsesto* especificamente trabalhado por Bonin (2006) se implica oportunamente em proposta de mobilização das naturezas diversas de memória que vão sendo encontradas.

No caso de sua pesquisa, entre as recordações que a autora investiga são também explorados alguns enquadramentos de memória. Visto que os movimentos exploratórios empreendidos nesta pesquisa já apontavam para memórias bastante perspectivadas (com certa potência integradora de lembranças paralelas e concorrentes) que se construíram a partir dos meios de comunicação, pensar o conceito de *enquadramentos midiaticizados da memória coletiva* tem o sentido de avançar essa construção teórica já iniciada por Bonin (2006) e Ronaldo Henn (2006), dialogando com outras investigações empíricas sobre as memórias midiaticizadas em geral para entender como elas se desenham, com atenção aos lugares de mediação que constituem e deixam marcas nos fenômenos de memória. Essa escolha de fazer o trabalho teórico com um conceito específico sem ignorar as pesquisas que trabalham a memória pelos seus múltiplos aspectos é, ao mesmo momento, teórica e metodológica: *teórica*, porque parte do *lato* para o *estrito*, aproveitando os movimentos de contextualização já feitos sobre a memória coletiva no cenário de midiaticização para aí entender, nesse horizonte, como meu conceito poderia iluminar um fenômeno memorial particular nessa tessitura de lógicas disciplinares que me permitissem dar a ele um pouco mais de concretude; *metodológica*, porque busquei nas pesquisas, tanto as gerais quanto as que me introduziram aos esboços do conceito aqui desenvolvido, alguns subsídios de que o trabalho necessitava para entender, em perspectiva diacrônica, como poderia fazer à luz do concreto empírico uma investigação de marcas que os lugares de mediação vão deixando nas recordações dos sujeitos comunicantes.

Nesse sentido, as investigações de Bonin (2006; 2008), Bianchi (2010), Antunes (2010), Alencastro (2011), Barreto (2003) e Strohschoen (2003) dão conta de apresentar uma constelação de elementos que me inspiraram a estabelecer a estrutura metodológica da etapa sistemática para investigar, pelos *relatos de memórias midiaticizadas*, os tempos, cenários do cotidiano vivido, negociações coletivas, processos circulatórios de sentidos,

matrizes culturais, competências midiáticas e trajetórias de vida que substantificam – em conjunto com a comunicação midiática – essas memórias. E partindo desse raciocínio, os trabalhos parecem não apenas atentar, na perspectiva teórico-empírica da recepção, para a circulação interacional – que Braga (2006) entende ter sido um dos processos bastante negligenciados em determinadas pesquisas de recepção – como ainda trabalham com um modo consciente de fazer a *perspectiva diacrônica* funcionar: uma viagem investigativa pelas trajetórias dos sujeitos através do que fica em suas memórias. Dessa forma, pensar *sujeitos comunicantes* tem estreita relação com a ideia de recepção que escolhi trabalhar: o âmbito de gente concreta que percebe, sente, vivencia, significa e relembra a partir de si, das negociações coletivas de sentidos, das dinâmicas e lógicas interativas de cenários do seu cotidiano, do tempo, do seu gênero, da cultura, dos pontos de fuga informacional na circulação de seus sentidos, de suas competências ou mesmo dos acasos que marcam seus usos e apropriações das narrativas midiáticas, mas que também pode torná-las (por que não?) aspectos de grande ou até maior importância entre as demais mediações do seu processo de observar, usar e significar. Nessa lógica, fico aberto à possibilidade de lidar tanto com sujeitos que vão assumir muito do *todo de aspectos* dos acontecimentos como elementos para a construção dos seus referentes de trabalho memorial, agora retomando um pouco a teorização de Pollak (1989), quanto com sujeitos comunicantes que trazem lembranças e sentidos construídos muito mais na via de outras mediações.

Essa opção, em especial, tem muito menos o sentido de pacifismo teórico e muito mais uma preocupação com a concretude empírica, de fato, visto que não são poucos os trabalhos investigativos apresentando diferenças nos sentidos resultados dos processos e lugares de mediação da recepção midiática (ex.: em uma de suas pesquisas de recepção, Jacks (1999) aponta um papel bastante central da televisão no Rio Grande do Sul para a produção e reprodução de uma *imagem* do que seria o gaúcho – fato que certamente não *desmonta* a teoria das mediações, mas nos demonstra que pode existir uma organização hierárquica entre todos os lugares de mediação envolvidos no âmbito da recepção, tendo em vista que não se dão, em seu concreto empírico, tentativas tão fortes dos informantes de *resistir* a uma espécie de *ideologia dominante* que tal TV visa reforçar na sua cultura regional). Em vistas mais gerais, os sujeitos comunicantes não devem ser preconcebidos porque suas experiências, ao contrário, é que nos dizem aquilo que deve ser investigado: daí a construção conceitual que proponho, numa posição de *sujeito epistêmico* aberto “à diversidade e complexidade de dimensões, à abundância de contextos e à multiplicidade

dos aspectos que processos e fenômenos comunicacionais têm” (MALDONADO, 2002, p. 50), recolhendo elementos teóricos sem aderir às pretensões totalitárias e reducionistas de qualquer catecismo epistemológico que imobilize a sua problematização.

Assim posto, a reflexão chega às formas de pensarmos sobre as marcas deixadas pela recepção midiática na memória, uma vez que elas não refletem exatamente todos os processos desse âmbito na sua integralidade. É que o lugar de mediação que se constitui pelos usos e apropriações dos sujeitos comunicantes quase não deixa pistas perceptíveis na *livre recordação*, que Ecléa Bosi (1987) entende em sua teorização sobre as memórias individuais como procedimento de rememoração cujos critérios vão sendo estabelecidos senão pelos próprios sujeitos. E o lugar de mediação também não tem qualquer garantia contra a passagem dos tempos – e contra tudo que isso pode implicar de atualização dos *enquadramentos* pelos tempos, conforme fui pensando a partir de Michael Pollak (1992; 1989) e Sepúlveda (2003). Mas também considero, ainda assim, que o lugar de mediação possui uma ação produtora. E que em cada *endereçamento* e/ou *fazer* estabelecido pelos sujeitos ele vai modificando e dando uma materialidade para as narrativas, o que não faz os textos *morrerem*, mas impregnarem o mundo do vivido: e a esses modos de matizar a narrativa ao real é que Michel de Certeau (1994) atribui o título de *apropriação*, porque é disso que inevitavelmente se trata cada fazer da recepção.

A apropriação, evocada quase a gosto, aqui e ali, com intenção de ir colocando-a neste cenário de conceitos em modo introdutório, tem para o autor imagem ora intuitiva, ora metafórica, ora poética. Intuitiva, porque vai pensando as subversões dessa oposição que visualizamos (às vezes sem o rigor de um acercamento empírico) entre a produção e a recepção da narrativa, visto que o sujeito está reagindo, em determinados momentos, a um *mundo* que se mostra, também, alheio a ele. E mesmo nos casos em que as narrativas se reportam essencialmente a elementos relativos à sua própria experiência, isso ainda é olhar para si mesmo *também* de longe – com toda a virtualidade desse processo. Apontei esse aspecto mais acima, ao repensar os dois momentos (do *conteúdo* e da *recepção*) da quarta proposta que é feita no trabalho de Teresa Sádaba. De outro lado, a teorização do autor francês adquire nuances metafóricas e poéticas, já que o sujeito é necessariamente encarado como um *estrategista* que utiliza as narrativas como um conjunto de elementos na ordem desejada e projetada por ele (quase como um mapa geopolítico sendo marcado nos movimentos de um combate) para os seus atos de significação. E não raramente tais sentidos construídos pelo sujeito sobre os eventos específicos de uma realidade terão, no

âmbito de sua recepção midiática, um aspecto coletivo: é aí que se inscrevem as marcas de perspectivas daqueles com que esse sujeito se apropria das narrativas.

Portanto, tratar de uma apropriação implica assumirmos que o texto, tanto para a significação como para a *rememoração*, em verdade nos leva a construir um conjunto de referentes que, em meio aos outros referentes (produzidos a partir dos demais lugares de mediação), utilizaremos para realizar esses dois processos do fenômeno memorial. O que ocorre – segundo essa ótica – é que as lembranças da recepção servem mais como pistas pelas quais pode ser refeito o percurso de construção dessas memórias, como já foi dito, podendo-se ir mais adiante por meio de um processo diacrônico e profundo. É oportuno lembrar, no entanto, que a pesquisa não investiga *memórias de recepção* – itinerário que a pesquisadora María Cristina Mata (2005) sugere para entender, por exemplo, as formas de conhecimento estabelecidas no trajeto histórico dos sujeitos, grupos e sociedades por ação da cultura midiática. Essas memórias estão presentes na pesquisa, de todo modo, e são trabalhadas no contexto da etapa sistemática, mas porque surgem nas entrevistas em profundidade quando as marcas da recepção se fazem perceber e servem como ponto de partida para uma perspectivação sobre esse processo. Em um dado momento da pesquisa uma das informantes relata o que ouviu sobre a história de Wellington, por exemplo, em movimentos de recordação tomados e orientados por ela própria: um pouco adiante, sua fala recorre a uma situação específica em que informações sobre o assassino circulavam entre diferentes pessoas, o que é marca da recepção e decido aprofundar pedindo que ela se lembre mais sobre essa experiência. Nessa via, a pesquisa atenta para as significações configuradas nas memórias dos informantes sobre o acontecimento nas quais incidiram, evidentemente, as narrativas midiáticas e os processos de sua recepção. Trata-se de uma premissa que parte de sentidos inversos à da autora argentina.

Ampliando a questão dos usos e apropriações, que possibilitam essa formação de referentes para o trabalho de significação, e levando em conta os aspectos empíricos que resultam na problemática desta pesquisa, não se poderia deixar de lembrar que referentes midiáticos se substituem conforme as atualizações dos quadros, sobrepõem-se e até se misturam àqueles obtidos nos demais lugares de mediação. Disso inclusive tratei. Mas se referentes são descontextualizados, sobrepõem-se e, também, incorporam-se à memória em sua estrutura múltipla (uma vez que a apropriação, além do *tempo*, já se encarrega de fazer a narrativa manter-se viva, mas bem tramada ao próprio mundo do vivido), como é que o sujeito investigador poderia trabalhar em sua pesquisa com memórias enquadradas

na chave de referentes entre os quais vão aparecendo, em diferentes proporções, aqueles mediatizados? Essa questão é epistemicamente precisa porque, pela *livre recordação* que Bosi (1987) teoriza, obtêm-se praticamente lembranças de determinados acontecimentos que se apresentam por formas mais constituídas de recontá-los, o que seria um obstáculo epistemológico pelo fato das memórias enquadradas, conforme Pollak (1992; 1989), não revelarem muitos dos elementos que contribuíram para a formação de seus referentes ao longo das recordações de *hábito*, se comparadas às demais memórias. É que na dimensão operativa do enquadramento ocorre bastante uma *aproximação* de lembranças que não é realizada senão para recordações um tanto mais acertadas, permitindo que os sujeitos se recordem sem grande necessidade de recorrerem às lembranças de tudo o que marcou os seus trabalhos memoriais sobre o evento: afinal, a recordação é do acontecimento em si, não de seus processos construtivos. Desde as primeiras explorações de campo, contudo, eu sempre acabava *encaminhando* essa livre recordação até alguma perspectiva para que conseguisse apreender a presença desses referentes nas contiguidades de lembranças, no sentido de notar alguma marca de experiências da recepção e aprofundar as recordações dos sujeitos comunicantes pela exploração dessas experiências.

De maneira mais intuitiva, entendendo que deveria fazê-los interagir comigo por esse sentido, alguns informantes tratavam de aspectos que julgavam mais importantes para lembrar o evento, outros ainda recorriam ao material narrativo que acabaram guardando, ainda que sem intenções, como disseram, de *ler e reler* aquilo – isso porque relembra o massacre não é fácil para eles. E em muitas das vezes essas recordações traziam consigo marcas significantes de elementos das narrativas midiáticas (ex.: a utilização dos termos e convenções linguísticas presentes nos jornais é bem frequente, assim como a referência dos sujeitos ao uso dos tons *desmaiados* de cinza nas fotos de Wellington, o *monstro* de Realengo, que por isso são como que fantasmagóricas para eles). Tomando os contornos até os quais esse acercamento empírico pôde chegar, ainda que por um método intuitivo, e atentando principalmente para o fato de que pode, à primeira vista, fazer pouco sentido o arquivamento de materiais narrativos desses sujeitos, já que eles não fizeram isso para leitura frequente, essas experiências assim indicam a presença de referentes mediatizados nos seus trabalhos de memórias. Tendo-se em conta, desde já, que o rigor metodológico não foi o mesmo, a opção de trabalhar as recordações dos sujeitos comunicantes até uma perspectiva específica me remete muito aos eixos técnico-metodológicos da *recordação-trabalho* (BOSI, 1987). E pensar sobre esses elementos me fez considerar, por exemplo,

que numa entrevista em profundidade a orientação para uma recordação-trabalho teria a potência iluminadora já assinalada por Henri Bergson (1999) de me levar a uma espécie de *deslocamento inteligente* pelas diferenças temporais da memória, mas agora em busca dos referentes e seus quadros, tendo bem em mente a teorização de Pollak.

Para tanto fiz uma experimentação metodológica, ainda que virtual: pela regência dos *relatos orais* – enquanto método – as entrevistas em profundidade compreenderiam, por exemplo, duas etapas. Na primeira, de *livre recordação*, os sujeitos seriam colocados em rememoração livre sobre a tragédia; na segunda etapa, de *recordação-trabalho*, tem-se o objetivo de trazer à tona as memórias desses sujeitos sobre a sua recepção midiática tanto *à época* quanto *depois* do evento – para que a partir disso pudessem ser vistos com mais atenção os elementos midiáticos que são lembrados durante a entrevista e podem ter constituído os referentes dos seus trabalhos de memórias. Em seguida, perguntei se é mesmo possível observar, dos movimentos de livre recordação às memórias de recepção, os caminhos que esses sujeitos comunicantes fizeram da *produção do acontecimento* ao seu *retorno narrativo* um ano depois, além das suas experiências de recepção. E também refleti em termos de como poderia reconhecer a presença desses referentes durante a fala dos informantes sem que a própria etapa sistemática fosse outro quadro de atualização das suas lembranças, afinal de contas estaria trabalhando com as *memórias de recepção* por busca direta em vez de perceber as marcas da recepção midiática nas lembranças dos sujeitos e partir delas para entender as suas experiências.

Essa operacionalização do método, ao se dividir em dois momentos de entrevista em profundidade, implica que Bosi (1987) atente para as lembranças de seus informantes com relação às suas próprias histórias de vida, ou seja, eles vão falando de si no que diz respeito à sua contextualidade histórica com um senso cronológico, resgatando aspectos de espaço, tempo e linguagem diversos, seja balizando as suas memórias de infância em *espaços*, seja utilizando suas noções e referências de *tempo* para lembrar determinados acontecimentos políticos, seja para cantar alguma música enquanto processo mnemônico que possa ajudá-los a se recordar de mais outros aspectos pela *linguagem*. São múltiplas lembranças, de fato. E no segundo momento a autora reúne o que as memórias mostram de relevante para pensarmos no *agora*, aprofundando os relatos orais em busca dos seus aspectos políticos, repensando-os e atribuindo a eles uma nova contextualidade segundo as ideias e percepções então negociadas para o presente que ali reaviva tais *memórias de velhos*. Por esse eixo, os enquadramentos de memória se dão dentro do próprio trabalho

investigativo: a autora se volta para as histórias de vida recontadas da forma que os seus entrevistados consideram mais importante e, a partir daí, aspectos específicos vão sendo retomados tanto para sua recontagem quanto para seu aprofundamento. Noutros termos, parte-se de memórias no sentido lato para uma construção que Bosi considera necessária de memórias enquadradas no âmbito da pesquisa com um senso politizador.

Mas como poderia funcionar o mesmo método em uma investigação de memórias que já estão de fato enquadradas através dessas operacionalizações técnicas? Não penso no processo como algo epistemologicamente falho, em seu todo. Mas percebamos que as memórias enquadradas se constroem a partir de aspectos selecionados em detrimento de outros para a narrativa sobre o passado, embora uma memória enquadrada nunca seja de fato uma estrutura coesa em sua organização de lembranças, o que fica ainda mais claro no momento da *recordação individual* – que trabalho nesta pesquisa – porque os sujeitos comunicantes revelam em sua fala uma série de elementos presentes no *todo de aspectos* dos trabalhos coletivos de memória sob uma perspectiva pessoal, ou seja, sob a ótica da posição que eles ocupam nos seus grupos, das suas funções e/ou papéis sociais, das suas trajetórias de vida etc. De toda maneira, se essas lembranças se revelam por meio de um ou mais conjuntos de aspectos selecionados à luz da recepção e de seus diversos lugares de mediação, além de estarem voltadas para um acontecimento específico, orientar uma livre recordação do evento para depois trabalhar uma segunda recordação na perspectiva da recepção midiática significaria induzir duas contagens dos mesmos fatos – ainda que diferenças pudessem se fazer notar entre uma operação técnica e outra, uma vez que nem toda contiguidade de lembranças se estrutura a partir das mesmas mediações.

Isso seria um impasse não somente para a dinâmica das entrevistas, mas também para a própria visualização dos referentes, que chegariam a ser percebidos num momento de recordação livre sem os seus contornos necessários (não sendo exploradas muitas das marcas de recepção nas lembranças do sujeito) e seriam colocados em segundo plano, no outro momento, porque muitas das informações podem parecer ter sido suficientemente expressas, na perspectiva do sujeito comunicante, não tendo relevância (para ele) em sua repetição na etapa da *recordação-trabalho*. Por isso, parece proveitoso que as memórias sejam evocadas pelo critério dos próprios sujeitos, mas também pela sua perspectivação progressiva com base nas marcas da recepção midiática – como Bonin (2008) e Bianchi (2010) me permitem pensar. De toda maneira, as questões aqui pontuadas integram uma discussão metodológica que retomo mais adiante, inclusive porque elas não são os únicos

elementos problematizados no que se refere à projeção técnico-metodológica da etapa sistemática. Ainda assim, fazer esses exercícios de entendimento do conceito através de uma visualização das suas lógicas sendo *mobilizadas* pelas noções de operacionalização técnica do método se aproxima muito, por deriva, de uma das premissas epistemológicas presentes na filosofia do conhecimento: através dessa tentativa de *complicar* o conceito, operacionalizá-lo para *testar* a sua resistência significa fazer a verificação das condições de uso desse conceito que a realidade teórica ou metodológica da pesquisa até então não reunia (BACHELARD, 2001, p. 140). Visto que essa é uma fronteira entre as dimensões teórica e metodológica que coloca o conceito à prova, penso que não existe possibilidade concreta de trabalhar um processo depois do outro. Todos eles acabam por dizer alguma coisa ao mesmo tempo, muitas vezes um pouco fora do esquema programático. Daí esta trilha de reflexão metodológica no presente capítulo.

Em vistas mais gerais, na perspectiva múltipla da qual me propus a trabalhar essa relação das mídias com as memórias até agora, falar de enquadramentos midiáticos da memória coletiva parte de três sentidos: o primeiro, de entender que a memória coletiva, no singular, significa um *campo* da vida social; e o segundo, de pensar que nesse campo nós temos múltiplas memórias enquadradas, com ordenamentos de lembranças dos mais estruturados aos mais incoerentes. E no que se refere à questão do termo *mediatizado* no lugar de *mediático*, por sua vez, a problematização teórica tenta fugir especificamente da pressuposição de um movimento no qual as mídias, operando como matrizes, nada mais fariam além de se colocar como uma espécie de *instância gerenciadora* da memória em seu todo. Isso importa em termos teóricos porque o campo da memória social possui um funcionamento próprio – tendo enquadramentos entre cujos referentes estão, também, os de caráter mediatizado agindo em meio às suas lógicas internas. Não é como se houvesse a necessidade de se fazer uma diferenciação entre referentes, inclusive porque tendem a se tramar na própria tessitura das memórias. Isso não exclui, no entanto, o fato de que as marcas dos vários lugares de mediação vão aparecendo nos próprios relatos dos sujeitos comunicantes e, nessa via, a memória mediatizada se torna problema-objeto à medida em que fornece dados sobre como a seleção dos aspectos de recordação foi feita a partir dos meios de comunicação. E diante disso, é evidente como o massacre de Civitella mantém apenas o impacto da violência como elemento comum à tragédia de Realengo, sendo ele o que *dispara* as significações e tem potência de atualização, também por isso, conforme chegam as datas de relembração desses acontecimentos. No mais, os lugares e processos

em que esses trabalhos de memória se desenvolvem são diferentes, tal como os próprios horizontes históricos em que se localizam, sendo um convite para a investigação de quais aspectos da recordação sobre o massacre foram agenciados em Realengo.

E assim vão convergindo as teorizações dos autores pelo modo como elas foram trabalhadas até aqui, havendo um encontro da rede de conceitos com a proposta de Mata e Maldonado do termo *matriz*, através do qual entendemos os meios de comunicação no seu estatuto de matrizes produtoras e organizadoras de sentidos. Insisto nisso e retomo o alerta de que não existe realmente uma *gestão midiática da memória* em decorrência da seguinte questão fenomenológica: em outros contextos de memória midiaticizada, como é possível pensarmos no amparo do trabalho teórico de Andreas Huyssen (2000), acontece um enredamento de relatos orais sobre eventos e períodos históricos específicos no qual as significações sem rumo trazem consigo a ameaça das *falsas lembranças*, por exemplo, seja pela consideração excessiva de hipóteses que se confundem com fatos, seja por uma ausência de perspectivas (ou até mesmo éticas de memória) para a incorporação concreta desses relatos. Não que os enquadramentos sejam alheios a esse perigo, mas, no contexto empírico com que trabalho, até para que essa natureza de lembrança pontuada pelo autor esteja entre aquelas que se agrupam em memórias enquadradas por força da midiaticização de seus referentes devem existir, ainda assim, aspectos selecionados com relação ao que será lembrado. Por isso o que está em jogo não é tanto a *veracidade* dos relatos, mas os referentes dos quais eles partem para integrar essas memórias enquadradas: isso importa muito em termos epistemológico-teóricos para a pesquisa.

Em vista panorâmica, os *quadros* que se constituem pelas mídias para *observar* e depois *relembrar* (nas lógicas inerentes à narrativa propriamente dita) um acontecimento através dos seus enquadramentos não têm uma ligação direta com aquilo que chamamos de *tempos* das memórias enquadradas (também intitulados de *quadros* por Pollak, ainda que ele curiosamente não faça uso das questões essencialmente propostas por Bateson e Goffman), como se passássemos a lidar a partir desta construção conceitual com lógicas causais de um movimento transferente onde apenas o quadro de recordação midiática da tragédia escolar de Realengo fosse motivador da atualização de suas memórias no bairro, desconsiderando-se que a própria data traz consigo revisitas aos familiares, homenagens, minutos de silêncio, alterações de percepção sobre a rotina desse cotidiano vivido etc. O que em verdade acontece é uma socialização concreta – ou um *movimento transacional*, como Sádaba escolhe pensar – dessas retomadas narrativas sobre o acontecimento. E só

nesse momento, no qual são produzidos os *referentes midiáticos*, é que acontecem nas operações do próprio campo da memória coletiva os seus enquadramentos.

Levando em conta que existem diferenças entre as memórias construídas a partir da recepção e aquelas fabricadas nos meios de comunicação, Bianchi (2010) nos explica ainda assim que há *pontos de convergência* entre as formas de recordação desses âmbitos que se concretizam através dos usos e apropriações. Paz (2006) atenta para esses pontos problematizando, por exemplo, a narrativa dos telejornais, que no trajeto histórico de sua busca por uma melhor ressonância social da notícia desenvolve na produção audiovisual uma série de padrões diacrônicos próximos das próprias estruturas cognitivas do sujeito, havendo uma trama complexa de processos mnemônicos que ocorre no fazer dos usos e apropriações desse espectador. Carvalho (2006) entende, em seu turno, que a telenovela se inscreve no campo da memória como dispositivo que incide nas lembranças e formas de recordação dos grupos étnicos, o que não necessariamente implica numa modificação de sua memória histórica, mas em uma negociação de perspectivas pelas quais se trará à luz um conjunto de lembranças sobre seus horizontes históricos.

Por via dessas reflexões, não estaríamos lidando com conceitos de denominações tão coincidentes e operacionalizações tão similares que, só por isso, demandem-nos uma junção conceitual, por assim dizer, a partir dessas distintas perspectivas teóricas – ainda que as semelhanças sejam sensíveis a ponto de acontecer na *teoria dos frames* trabalhada por Tuchman e na *sociologia da memória* de Halbwachs uma fixação no paradigma das estruturas, o que talvez fosse para o segundo autor uma questão mais profunda por causa de sua orientação durkheimiana. É atribuída aos *quadros* uma grande importância sem a devida atenção justamente para os enquadramentos ou, em teorização da memória social, para as demais condições e perspectivas do recordar como uma experiência. Partindo do conjunto de premissas estruturado nesta problematização teórica, o próximo capítulo dá continuidade à pesquisa introduzindo as suas linhas de contextualização em duas etapas prioritárias: na primeira, avanço a discussão sobre *memórias enquadradas* em termos de como elas são, nos contextos de luto coletivo, um trabalho necessário para a transposição do sofrimento, trazendo alguns aspectos empíricos para explorar tal processo no cenário de midiática; na segunda, visualizo alguns enquadramentos midiáticos da tragédia em Realengo através das narrativas dos meios presentes nas lembranças dos informantes da pesquisa, entendendo esses dados no amparo de alguns relatos que antecipo sobre a etapa sistemática e, também, algumas questões levantadas sobre a própria tragédia.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

No momento em que recolhe aquelas lembranças que devem ser preservadas em nome da história, Mnemosine impede que elas corram pelo Lete em direção ao completo esquecimento: porque uma vez no Érebo, a morada dos mortos, as águas do rio matam a sede das almas que habitam esse submundo fazendo com que reencarnem se esquecendo de sua existência anterior. Em termos cosmogônicos, o ajoelhar de Mnemosine na beira dessas águas significa uma luta pela imanência das memórias nos *contínuos* do presente, missão na qual a musa Clio também toma parte tentando restaurar, paciente e atenta, os dissolutos da memória enquanto experiência. É uma figura silenciosa e oculta. E transita pelo mundo da vida fazendo manar lembranças trazidas do Lete por entre os indivíduos, iluminando suas práticas de memória e avivando as suas competências no fluxo de todo enfrentamento, muitas vezes daquilo que o trabalho de memórias implica. Nesse sentido, todo sujeito tem lugar no âmbito do recordar e do esquecer: a criança, a mulher, o velho e os muitos outros que trouxeram consigo aspectos diversificados e embutidos por entre as classes, as interações e as diferenças (BOSI, 1987), além de profundamente marcados pela sua localização nos trajetos históricos, culturais e políticos. A escritora gaúcha Lya Luft deixa um alerta, no entanto, sobre o inevitável da experiência:

Crueis convenções nos convocam. E o curso da existência começa a ser para muitos uma ameaça real. A sociedade é uma mãe terrível, a vida um corredor estreito, o tempo um perseguidor implacável: [...] atordoados entre deveres e frestas estreitas demais de liberdade ou sonho, nós construímos isso. Só não prevíamos as corredeiras, as gargantas, os redemoinhos e a noite lá no fundo dessas águas. É quando toda a competência, eficiência e poder se encolhem e ficamos nus, a sós, na nossa frágil maturidade, sob o império das perdas que começam a se apresentar sem cerimônia (LUFT, 2014, p. 79).

Não se trata de tomar uma postura pessimista, mas perceber que os percursos do vivido vão enredando, inclusive, o que mais tarde se torna horror em meio a essas tantas histórias de vida. É como acontece em Realengo: por força de perdas que se apresentam sem cerimônia, testemunhas diversas da tragédia – especialmente as que são informantes desta pesquisa – se percebem em uma tessitura de memórias que não sabem exatamente como fazer. Porque não se trata de qualquer construção, mas sim um trabalho memorial contextualizado num cenário de luto coletivo onde os sujeitos estabelecem cooperações, processos interativos e práticas de memória com o objetivo de transporem o sofrimento, ou seja, quaisquer que sejam os papéis, lugares e funções sociais a partir dos quais esses

sujeitos estão usualmente organizados como *agentes de memória* acabam sofrendo uma série de mudanças. É um processo com muitas tomadas de decisão a respeito daquilo que deverá ser lembrado e/ou esquecido. As seleções de aspectos para recordação do evento são agenciamentos em que os sujeitos tomam parte como protagonistas por necessidade concreta, uma vez que precisam superar a sensação de estarem nus diante da vida, como Luft descreve, para trabalharem em nome dessas memórias.

Os dias que se seguiram foram difíceis. Não consegui comer nada. Perdi três quilos desde então. Chorei muito quando a mãe da querida Larissa me ligou, oito dias depois do crime, para contar que leu em seu caderno que eu era a sua professora preferida. Tenho conversado com os alunos, mesmo quando as aulas ainda estavam suspensas. Consegui convencer três deles a não saírem da escola. Falei que a gente tem de viver essa dor juntos. Se saíssem da escola, não teriam nosso apoio diário. Por exemplo, se daqui a algum tempo um aluno quiser parar no meio da escola e chorar, vamos acolhê-lo e até chorar junto com ele. Em outro colégio, é provável que tenham de guardar essa dor. Chorei também quando a escola reabriu e vi minhas crianças dispostas a lutar para retomar a vida. Foi emocionante demais ver aqueles meninos tão pequenos e tão guerreiros. Eles se abraçavam e prometiam total solidariedade aos colegas que precisassem de ajuda. Esses foram momentos tocantes, de muita fé e esperança em dias melhores (D'ANGELO, 2011).

Em termos teóricos, pensar nesse contexto do luto coletivo é importante para um entendimento mais profundo sobre a finalidade – e também *necessidade* – das memórias enquadradas, como explico nas próximas páginas. Não raramente as pessoas assumem o recordar como uma espécie de empreitada: o sul ocidente colombiano, por exemplo, teve um quadro de violência múltipla e sucessiva entre os anos de 1988 e 1994, com um total de 342 assassinatos e desaparecimentos políticos em relação aos quais houve incessante luta dos chamados *guardiões de memória* em sua busca por verdade, reparação e justiça através da preservação de relatos (JELIN, 2002). No âmbito das políticas de gênero, por sua vez, mulheres e homens transgêneros lutam por visibilidade social numa perspectiva também diacrônica através da circulação de relatos e narrativas biográficas sobre pessoas transgêneras desaparecidas e mortas por discriminação transfóbica (KAAS, 2012), o que é uma mobilização estratégica contra o apagamento das suas histórias de vida e qualifica como *militantes de memória* os protagonistas desse processo. Apesar dos contornos que cada um desses deveres memoriais adquire, todos esses sujeitos são agentes de memória e por isso trabalham o passado como princípio de ação para o presente. E isso se estende aos agentes implicados nos trabalhos de memória sobre as tragédias vividas.

Nas próximas páginas trago um pouco mais de contextualização ao entendimento das memórias enquadradas, como já havia dito no capítulo anterior, porque sinto que tais

conjuntos de lembranças – sempre plurais por adquirirem vivacidade nos deslocamentos e atualizações sobre o acontecimento, como entende Migowski (2013, p. 15), bem como nas experiências vividas e nos sujeitos intimamente envolvidos com o trabalho – não são possíveis sem a perspectiva do luto. E também porque, entre os sujeitos inscritos nesses trabalhos memoriais, a ação daqueles que selecionam aspectos sobre o evento e por isso fazem dele acontecimento, atualizando esses aspectos à passagem do tempo, toma lugar de muita importância. Trata-se do ator midiático: um agente de memória por excelência, como entende Berger (2005), encarnado na figura dos jornalistas, dos apresentadores de programas sobre variedades, dos produtores de conteúdo para a *internet* e de mais tantos sujeitos do campo midiático. Nesse sentido, entendendo também que os trabalhos de luto e memória não se fazem fora do cenário de midiatização que vivemos, é preciso explorar o *acontecimento midiático* e as perspectivas através das quais os meios de comunicação o produzem e, mais do que isso, tratam de retomá-lo em tempos seguintes.

Voltando um pouco às escolhas feitas na problematização teórica, entendo que a recuperação desse acontecimento e da sua *recordação midiática* precisa ser feita através de um *corpus* mais reduzido, por assim dizer, levando em conta que a problemática desta pesquisa se volta mais para as memórias do bairro enquanto processos fenomenológicos afetados por experiências da recepção midiática. No entanto, essa recuperação de dados contempla justamente as narrativas de alguns meios que estão presentes nas recordações individuais de moradores do bairro, havendo um cotejo das informações com conteúdos disponibilizados na *internet* e, igualmente, com algumas produções bibliográficas que já trabalharam em cima de alguns outros aspectos empíricos do acontecimento. Por isso, os dados observados ao longo das próximas páginas são enquadramentos produzidos pelos jornais “O Globo” e “Extra”, que fizeram a cobertura impressa mais completa sobre esse evento pelo fato de terem como público o próprio Rio de Janeiro, onde se deu a tragédia escolar. Isso é relevante como ponto de partida, nesse sentido, porque apesar dos sujeitos entrevistados na pesquisa ainda terem práticas e experiências de recepção muito voltadas aos meios de comunicação tradicionais, a cobertura impressa em si traz muito do que foi produzido no contexto comunicacional carioca. Em função disso, pensar o cenário geral de tramas narrativas por esse *corpus* é elucidativo no que diz respeito às informações em circulação na ambiência comunicacional vivida pelos informantes da pesquisa, inclusive porque muitas marcas da recepção midiática em suas lembranças não trazem consigo as fontes das narrativas. Daí a escolha de pensar o cenário para entendê-las.

3.1. Memórias midiaticizadas e luto coletivo

Entre as problematizações teóricas que fui buscando para pensar sobre a memória como um *trabalho*, muitas delas traziam consigo metáforas e outras imagens simbólicas da literatura para explicar o fenômeno social em seus tantos aspectos empíricos. Um dos escritores bastante citados é o francês Marcel Proust, que publicou entre 1913 e 1927 as sete partes de “Em busca do tempo perdido”, obra que é considerada como sua *magnum opus*. É uma leitura extensa em conteúdo – assusta que a versão de bolso possa chegar a ter 3500 páginas – e profunda em narrativa. A memória no romance é o lugar de onde as descrições todas partem: quando da morte de sua avó, por exemplo, tudo o que ele sente de mais agonizante é representado como a dissolução do próprio narrador, que assiste ao seu repertório de lembranças esmaecendo até nada mais restar, tornando o esquecimento um medo concreto do indivíduo cuja sensação sobre a sua própria existência é ameaçada pela ausência das lembranças, que fazem dele *sujeito histórico*. Apenas nessas passagens é possível entender muito, em termos teóricos, de como é inestimável pensar a trajetória dos atores sociais – que entendo como sujeitos comunicantes por serem:

possuidores de determinações e atitudes, capazes de se posicionar frente às mídias, participar efetivamente na proposição de questionamentos e ações e discernir entre as informações que busca e as que lhes são oferecidas. E ainda como pessoas e cidadãos que fluem a comunicação em várias dimensões e o modo como eles próprios se veem e/ou percebem a si e aos outros enquanto sujeitos comunicantes (STRASSBURGER, 2012, p. 110).

E na sétima parte dessa obra, por sua vez, Proust vai desenhando uma *perspectiva analética* – que interrompe suas sequências cronológicas com a intercalação de situações anteriores – para fazer com que o eu narrador passeie, numa digressão quase psicodélica, entre os tempos desse seu trabalho de recordação, trazendo episódios bastante singulares que se desencadeiam entre os seus estalos, lembranças de sons e até mesmo experiências visuais. Nesse sentido, imagino que o personagem faz uso de recursos mnemônicos para combater o esquecimento, percorrendo os labirintos da própria memória e representando esse trajeto *dentro dela* como uma vivência concreta. Em uma das passagens, o narrador se lembra de um jogo no qual os japoneses mergulham pedacinhos de papel em bacias de porcelana com água para vê-los se retorcendo e adquirindo novas cores ou formas – tudo isso tendo como inspiração uma xícara de chá, que o leva a toda uma viagem por cidades e jardins em sua memória. Na via disso, tomo sua descrição literária como possibilidade

de entendimento, por exemplo, sobre a escuta sensível que tem de ser prestada à fala do sujeito comunicante e às suas próprias maneiras de lembrar, que fazem caminhos muitas vezes diferentes, paralelos e complementares aos do que qualquer método pode delinear em princípio. É uma premissa importante em termos de como entendo o lugar do sujeito na pesquisa e os seus potenciais de autonomia.

Em razão de sua multiplicidade temática, esse mesmo livro do autor francês levou trabalhos intelectuais como o da teórica Eve Sedgwick (1990) a atender para os aspectos empíricos das *performances de gênero* dos seus personagens, que são elementos bastante explorados pela narrativa de Proust e permitiram à autora um entendimento de como nós não só construímos nosso gênero, mas também o *performatizamos*, sobrepondo padrões dos comportamentos femininos e masculinos. Em outros casos, no entanto, experiências literárias tão profundas como essas passam despercebidas (ex.: quando problematizamos a família como um dispositivo de *micropoder* que, entre outras dimensões da vida social, estabelece um projeto identitário e político para os atores sociais colocando seus gêneros e sexualidades em processos de tutela, o trabalho intelectual de Michel Foucault (1984) é recomendado quase imediatamente). Enquanto isso, no âmbito da literatura experimental essas tutelas de gênero e sexualidade já vinham sendo exploradas em trabalho descritivo paradigmático por escritoras como Virginia Woolf desde as primeiras décadas do século passado – o que espanta quando notamos que somente uma década antes do século XXI as ideias de Foucault tenham sido revisitadas pela filósofa Judith Butler (1990), fazendo emergir uma proposta de teorização sobre essas tutelas.

Estou dizendo que, se fosse comparada ao trabalho de Marcel Proust, a literatura de Virginia Woolf teria muito menos a nos explicar – em termos fenomenológicos – não por falhas na qualidade dos seus fluxos de consciência ou suas imagens simbólicas, mas pelo uso superficial de sua obra no âmbito acadêmico, até o terceiro quadrante do século XX, para o estudo da política, da cultura patriarcal e também das alternâncias entre o *eu público* e o *eu privado* às quais a mulher era e ainda é submetida, bem como nos assinala a autora Naomi Black (2004). Isso se dava, em geral, porque o movimento feminista foi apontado pela escritora britânica como possibilidade de virada significativa das próprias práticas sociais, culturais e políticas, visto que, quando parte das experiências e histórias de vida que apenas as limitações sistemáticas da cidadania feminina poderiam derivar, o movimento nos permite não só entender como funcionam esses conflitos de gênero, mas também estruturar perspectivas que relativizem outras assimetrias sociais. E nada parecia

mais ameaçador que um *feminismo interseccional*, politicamente, tão pouco tempo depois que a segunda guerra mundial havia terminado – ainda mais se levarmos em conta que a aceitação pública do movimento, em boa medida, somente seria possível se a imagem da mulher respaldada pelas políticas públicas estivesse bem enquadrada no projeto político conservador, não sendo cosmopolita, pacifista, multiétnica, subalterna e protagonista de sua própria militância. Esse posicionamento político de Virginia, ainda que atravessasse muito mais o seu trabalho literário, também pontuava a sua atuação enérgica em eventos de múltiplos círculos sociais e nas suas conferências proferidas para jovens e estudantes mulheres: lugares onde a escritora explicava, por exemplo, que os entraves da cidadania feminina eram semelhantes aos paradigmas e silêncios impostos às ações dos indivíduos naturais de países que outrora foram colônias europeias, conforme Senem (2008, p. 112) registra. Nessa visão relativista e interseccional, muito do que se construiu em detrimento do gênero feminino pode ser percebido na vida dos *outros*, que em diferentes ângulos são ainda *tão outros* quanto um grande recorte de mulheres europeias.

E isso se estendia à memória: não é incomum notar nessa empreitada da autora os lugares sociais que a mulher ocupava, por causa dos conflitos em relação ao seu gênero, na tessitura de memórias familiares e inclusive históricas, tendo poderes de fala menores em comparação aos homens porque, do espaço ao qual foi reservada, quase sempre tinha percepções distintas sobre as lideranças, o etnocentrismo, a justiça, a guerra e até mesmo o *luto coletivo* – que vem a ser, exatamente, um processo que atravessa a construção dos enquadramentos de memória nos contextos de *perda*, *tragédia* e *extermínio*. Essa não é, afinal, uma perspectiva bastante construtivista, assim como a de Pollak (1989; 1992) ou mesmo Alessandro Portelli (1998)? Apenas para lembrar, um dos enquadramentos em Civitella era fortemente constituído pelos papéis, lugares e funções sociais de filhos dos sobreviventes ou mortos do massacre, mas, muito especificamente, das viúvas e demais mulheres do município italiano, que não tinham qualquer ascendência sobre as decisões tomadas pela Resistência Italiana e, sobretudo, sofreram com as consequências indiretas desse extermínio promovido pelas tropas alemãs. Na obra da escritora inglesa, o luto e a memória são temas frequentemente explorados por esses eixos: como os indivíduos vão construindo suas lembranças após uma tragédia; como as guerras, mesmo bem distantes, afetavam a *Weltanschauung* – do alemão, *visão de mundo* – de alguns, levando-os a um posicionamento contra-hegemônico, ainda que reservado somente à vida doméstica e às memórias de família, o que para essa escritora era uma transformação que já significava

muito; e como os sujeitos, em contextos de luto, tentam fazer dessa vida um conjunto de histórias dentre as quais algumas às vezes nos exigem uma *escrita definitiva* para serem enfim superadas e substituídas por outras grafias.

Essa terceira noção da autora, em especial, tem muito a ver com este subcapítulo porque me levou a três outros autores – Tzvetan Todorov (2000), Elizabeth Jelin (2002) e Stephanie Stillman (2008) – para pensar nos *usos e abusos* da memória, nos *trabalhos* da memória em períodos de sofrimento e, mais especificamente, nas implicações desses processos fenomenológicos em contextos de luto coletivo após tragédias escolares, com aspectos evidentes de mediação do trabalho memorial que têm espaço de importância na pesquisa. Este capítulo complementa a problematização teórica porque contextualiza a natureza de *memória mediada* há pouco conceituada, descortinando os níveis desse enquadramento memorial, as configurações contemporâneas do fenômeno e, também, o que ele tem a nos ensinar sobre como a memória *trabalha* de fato, já que ela é dinâmica, tem uma potência transformadora, estabelece responsabilidades entre sujeitos e também permite que mudemos a nossa forma de intervir no mundo a partir das percepções sobre um tempo específico do passado, conforme Jelin (2002) poeticamente indica. Isso tudo, é claro, com algumas passagens do livro “As Ondas”, de Virginia Woolf, que vão dando os tons deste primeiro movimento na contextualização da pesquisa e me permitem fazer alguns avanços na discussão teórica sobre as memórias enquadradas.

Para fazer isso, preciso falar um pouco sobre um dos personagens desse livro: na história, que é dividida entre os pensamentos de Bernard, Jinny, Louis, Neville, Rhoda e Susan, monólogos iniciados por textos com imagens simbólicas vão tramando a história de Percival, que é visto como o *herói* dessa obra literária experimental de 1931 e, apesar disso, somente consegue protagonizá-la através da memória dos demais personagens, já que ele mesmo está morto – e é partindo disso que todo o *trabalho memorial* desses seis amigos realmente acontece. Mesmo perdendo seu grande amigo Percival, o homem que todos idolatravam, os personagens seguem lutando com suas vidas e tentando dar algum significado para essa perda, com exceção de Rhoda. No entanto, nenhum dos seis parece se contentar, de fato, com aquilo que tem. E estão frustrados com tudo que não puderam alcançar ao longo do tempo. Enquanto envelhecem, todos têm dúvidas sobre as escolhas que fizeram e as vidas que levaram. Apenas o herói dessa história, por sua vez, mantém-se intacto: a sua juventude continua sendo bela no tempo das memórias que deixou, sem ser eclipsada pela rapidez da vida que a tudo corrompe. E ele ainda é *invejado* por todos

os cinco amigos, apesar do trágico fim que levou ao cair de um cavalo e ter sua garganta fatalmente aberta. Um dos primeiros pensamentos que cito vem de Bernard:

Vamos fingir apenas uma vez que a vida é uma substância sólida, em forma de esfera, que podemos revirar entre os dedos. E vamos fingir que podemos inventar uma história clara e lógica de maneira que, quando um assunto for resolvido, [...] continuemos ordenadamente até o próximo (WOOLF, 2011, p. 242).

Percival deixou marcas profundas na vida de Bernard pela irmandade que ambos mantinham, o que diferencia a sua perspectiva sobre o *amigo herói* daquela que Neville, por exemplo, construiu para si – porque ele pensa no seu amor por Percival durante toda a história, utilizando-o como referência implícita para monologar inclusive sobre as suas frustrações afetivas até certa altura. Embora essa se torne uma das memórias individuais mais lindas sobre o herói em todo o romance, as percepções de Bernard é que dão conta de iluminar alguns entendimentos da escritora inglesa sobre a recordação como processo fenomenológico: para transporem essa perda, Bernard gostaria de que eles, todos juntos, fizessem das memórias que têm de seu grande amigo, por um momento pelo menos, uma grafia *permanente* que lhes permitisse seguir em frente, abrindo-se para outras vivências tão concretas quanto essas de seu passado com Percival por meio de um estabelecimento do que os cinco julgam que deveria ser lembrado a seu respeito e teria alguma incidência positiva nesse presente então vivido, com vistas para o depois. Esse fenômeno, que veio sendo intitulado de *memória enquadrada* até aqui, realmente foi colocado em prática ao longo da história por esses personagens, em diferentes perspectivas.

Levando isso tudo em conta, é mesmo assim possível notar que Rhoda tem papel decisivo no processo porque, embora seja bastante frágil, sinta medo da vivência social e não tenha qualquer tipo de felicidade com relação à sua própria existência, dá a entender que foi feliz como amiga de Percival – principalmente quando atira violetas ao corpo do companheiro no decorrer do enterro. Essa e as outras participações suas, mesmo repletas de um silêncio que às vezes é difícil de imaginar, incidem na construção dessa memória trabalhada na narrativa de Virginia Woolf: até este momento, em termos teóricos, não se percebe tão mais do que foi problematizado frente ao trabalho intelectual de Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989; 1992) e Bosi (1987). Ao lermos esses monólogos de cada sujeito, que funcionam como *memórias individuais*, encontramos marcas dos consensos, de disputas por fala, dos silêncios, dos dissensos, das mudanças que as memórias sofrem à passagem dos tempos, embora a aura de Percival jamais tenha se apagado, dos lugares

que cada amigo ocupava nesse grupo, dos seus papéis e funções, da história de cada um, da vida que se seguia, dos afetos e por aí vai. De todo modo, é perceptível que do último capítulo até agora persiste com certa *inquietação* um aspecto empírico essencial: como a memória, uma vez enquadrada, poderia realmente fazer do luto coletivo uma experiência sensível que atribui outros tons, nuances e formas ao mundo da vida. Porque talvez isso não pareça assim tão lógico; porque nós fomos pouco instruídos sobre a morte; e porque as perdas – das naturezas que sejam – resultam em algumas lacunas que, não raramente, parecem ser impreenchíveis. E talvez isso seja bastante habitual.

Na perspectiva com a qual trabalha o filósofo búlgaro Todorov sobre a memória, pensarmos pelo trabalho de recordação naquilo que mais nos aflige para daí anularmos a dominância ou a persistência de específicas lembranças, tornando-as menos dolorosas e mais periféricas, equivaleria ao que faz um *adulto freudiano* ao assumir que não pode, de maneira alguma, ser *dirigido* por suas memórias de infância, restaurando-as e fazendo delas um meio necessário de transposição das perturbações que estejam ocupando o seu tempo. Nessa linha de raciocínio, Todorov (2000, p. 24-25) explica que trabalhar a partir do passado, especialmente num período de sofrimento, não significa deixar que ele faça uma *regência* de nossa própria vida, mas, ao contrário disso, permitir que o presente faça usos do passado que nos pareçam precisos. Essa concepção pode parecer muito simples, em sua primeira leitura, ou nos lembrar das teorizações de Halbwachs (1990) e Bergson (1999) sobre os usos da memória como operações dos indivíduos que a transformam no próprio presente. Também se trata disso. Mas a concepção referida vai mais além: assim como Bernard, considerar essa possibilidade de trabalho das memórias é entender que o sujeito tem, em mãos, um dever de memória que precisa ser exercido muito antes do seu direito ao esquecimento. E ambas são noções recorrentes no trabalho intelectual do autor búlgaro. Mais adiante, nas palavras do próprio filósofo:

O eu presente é uma *cena* na qual intervêm como personagens ativos um *eu arcaico*, apenas consciente, formado ao longo da história, e um *eu reflexivo*, imagem da imagem que os demais têm de nós – ou provavelmente daquela que pensamos estar presente em suas mentes. A memória não é responsável somente pelas nossas convicções, mas também por nossos sentimentos. Ter uma reflexão elucidativa sobre o passado, sentindo o dever de reinterpretá-lo radicalmente, [...] é uma situação perigosa que pode se tornar insuportável, sendo até mesmo rechaçada com veemência (*Ibid.*, p. 26).

Traduzindo a teórica, temos lembranças que não apenas se associam às demais, constituindo memórias por meio de múltiplos processos que deixam as suas marcas pela

recordação individual, mas ainda aquelas *imagens* que os outros indivíduos têm a nosso respeito – em termos de como nós seremos identificados pelos papéis, funções e lugares sociais que ocupamos nessas negociações de sentidos – e afetam a maneira como se faz, de fato, a memória. Essas relações de identificação se fundamentam num princípio muito comum, por exemplo, à noção de como tais agentes, também *sujeitos comunicantes*, vão interagindo no âmbito da recepção pelos modos como veem/percebem a si mesmos e aos outros nesse estatuto de sujeitos comunicantes, conforme propõe Strassburger (2012) em sua pesquisa. Em termos empíricos, pensar nessas relações de identificação foi essencial para a etapa sistemática porque me permitiu ver como os sujeitos, sendo marcados pelos trajetos do social em diferentes proporções, dimensões e aspectos (e carregando por isso uma série de especificidades na sua produção de sentidos), colocam essas diferenças em confronto no âmbito do recordar e do esquecer então afetados pela recepção.

Em diferentes momentos da história, iniciativas de trabalho como o revisionismo histórico russo já mencionado na problematização teórica a partir de Pollak (1989) ou a política memorial incentivada décadas depois da ditadura argentina, conforme assinala a pesquisadora Elizabeth Jelin (2002), foram rechaçadas em função do que representavam de ameaça a um legado ideológico ainda constante, por exemplo, nos modos como eram organizados os espaços de visibilidade, as instituições sociais, as legitimidades de fala e muitos outros elementos que fazem parte do espaço público. É evidente que, no meio de tantos dissensos, acontecem usos e também *abusos* da memória. Trocando a perspectiva contextual, não é porque se experiencia o luto coletivo após uma tragédia mais eventual como a que se passou no bairro de Realengo que os dissensos serão menos importantes: ao contrário, é de se esperar uma diversidade de memórias em atravessamento intenso durante os trabalhos de enquadramento, pois as pessoas sentem, em variados níveis, que têm o dever da memória, partindo de perspectivas distintas para exercê-lo.

De volta à literatura experimental, o mesmo Bernard que gostaria de realizar uma escrita definitiva é o que fala, sem entender tão bem como funcionam esses trabalhos da memória, que o processo às vezes é insuportável, assim como Todorov (2000, p. 26-27) alerta que pode ser. “Inventei milhares de histórias; enchi incontáveis cadernos de notas com frases para serem usadas quando eu tivesse encontrado a verdadeira história, aquela história única, [...] à qual todas essas frases se referem. Mas nunca encontrei tal história. E começo a perguntar: haverá histórias?” (WOOLF, 2011, p. 182). Todo esse sentimento de incerteza em relação ao trabalho de memórias, pelo menos no romance, mostra que o

dever assumido por Bernard, embora pareça lúcido, ainda fica condicionado à espera de uma altura qualquer da vida na qual aquilo tudo fará algum sentido, quase que por conta própria. É natural porque não estamos conscientes, a todo o instante, das nossas práticas de memória, imaginando por isso que é Cronos, o deus do tempo, quem se encarrega de grande parte do trabalho sobre essa angústia incessante. Mas isso quem permite, de fato, é a própria recordação: eventualmente, Mnemosine seleciona o que precisa ser lembrado para então deixar as nossas vivências disso tudo, como sujeitos históricos, sob a proteção de Clio, que nos ensina a fazer delas um princípio de ação para o presente.

Bem por isso é que Jelin (2002) problematiza os *trabalhos da memória* como um dos caminhos necessários para o encerramento desses ciclos de luto: precisamos lembrar para esquecer. Em verdade, o esquecimento e o silêncio têm posição de destaque porque toda narrativa do passado implica em uma seleção, nas palavras da autora. A memória é considerada seletiva porque a noção popular de *recordação integral* é um mito. Estamos nos esquecendo desde as primeiras práticas de memória porque existe uma variedade de situações nas quais se manifestam esses esquecimentos e silêncios. Eles também têm os seus usos e sentidos. Mesmo com o trabalho de enquadramento, que às vezes parece uma promessa de *contenção* daquilo tudo que se encontra fragmentado ou foi multiplamente dito, os referentes desse trabalho não *juntam* lembranças. Não é assim porque memórias não trabalham como *coisas* e muito menos possuem o estatuto de uma entidade concreta que independe dos indivíduos. É em função disso que, dentro do campo comunicacional, investigar fenômenos sociais como a própria memória pelo prisma teórico da *semiosfera* (LOTMAN, 1999), por exemplo, precisa ser um trajeto epistemologicamente vigiado. É perceptível que existe certa autonomia no mundo das ideias, mas até esse aspecto, ainda assim, depende dos sujeitos e suas práticas sociais. Nesse sentido, quando Pollak (2002, p. 206) nos fala de memórias enquadradas do Partido Comunista, entende-se que elas só passam a funcionar de tal maneira porque os seus agentes vão estabelecendo deveres de memória que lhes dão certa consciência sobre a sua posição nesses trabalhos – até porque sem as práticas, as relações, os meios e mais outros elementos de incidência na memória social é claro que muitas naturezas de memória, além da enquadrada, simplesmente não seriam possíveis. Memórias são grandes e distintas agências de sentidos sobre o passado que só a atuação contínua de sujeitos recordantes pode manter.

Retomando o enquadramento que Bernard percebe não decorrer como ele queria, a passagem do romance dá a ver aquilo que havia sido alertado desde a problematização

teórica: dizer que existe uma memória enquadrada não é admitir, por regra, que haja um conjunto de *lembranças fixas* que se dividem por perspectivas ou, mais especificamente, por enquadramentos. É muito o inverso: embora haja um trabalho de enquadramento, as lembranças podem se diversificar em proporções quase infinitas. E muitas permanecerão dispersas nesse todo, tal como os escritos do caderno metafórico de Bernard. Aquilo que as agencia, por outro lado, é o que seria mais *definido*, ajustando-as como memória mais ou menos estável então chamada de enquadramento. E esse elemento de integração, que represento pela noção dos referentes frente à contribuição teórica de Pollak (1989; 1992) sobre as *referências*, como ele considera intitular, é uma das lógicas fundamentais dessa memória. Partindo de referentes comuns, acabam se estruturando algumas *contiguidades*, por assim dizer, entre as lembranças dos agentes sociais. Isso é o enquadramento. E esses referentes não juntam lembranças. Só as mobilizam. Não necessariamente os indivíduos vão, é claro, aderir a todos os enquadramentos: no romance de Virginia, por exemplo, os próprios personagens reconhecem esses referentes que estão se construindo por meio de suas relações e, ainda, os enquadramentos que eles derivam. Muitos deles são recusados por alguns personagens. E outros são pelo menos considerados, por respeito. Em termos teóricos, isso significa que uma recordação individual é também *ponto de vista* sobre as memórias coletivas, conforme constata Bonin (2008; 2009) em sua investigação sobre os palimpsestos midiáticos de memória étnica entre italianos e argentinos.

Bernard faz muito disso ao se pensar no lugar de Neville, mas não por isso chega a assumir, para si, as memórias enquadradas do amigo. Essa modalidade de recordação é ainda mais interessante, no contexto social, porque os sujeitos evocam as memórias que são postas em circulação no intento de contarem os acontecimentos da maneira como se convencionam ou proibem em *narrativa* e, só depois, utilizam do seu próprio repertório de lembranças. Isso assinala que, embora não se valham dos referentes todos, os sujeitos *respeitam* aqueles que norteiam os demais não só pelas *coerções*, mas porque, conforme vai estabelecer Jelin (2002), o passado nos cobra sentidos no curso de suas relações com o presente e, em decorrência disso, os deveres de memória não necessariamente entrarão em conflito intencional – mesmo que se contradigam. A pesquisadora sinaliza isso como processo bastante comum, por exemplo, entre os testemunhos dos que sobreviveram aos campos de extermínio no leste da Europa. Não se trata de *falsificar* relatos, mas assumir em algum nível que a *rememoração* parte de experiências para as quais os sujeitos darão sentidos em condições emocionais e psíquicas diferentes – ou de lugares sociais que não

possibilitam uma percepção tão acertada àquela que os outros apresentam. Tal seria uma forma histórica de empatia. Na diversificação de sentidos, fatores como classe, gênero e até faixa etária, por exemplo, tendem a resultar em significados radicalmente destoantes, mas não é pela diferença em si que um sujeito deslegitima as lembranças do outro, ainda mais em contextos nos quais a memória é uma estratégia de transposição do luto – a não ser que haja disputas pela verdade sobre esse passado.

Em conjunturas de luto coletivo, segundo Todorov (2000) argumenta, os sujeitos que não vivem o trágico evento transformado em acontecimento são ainda assim postos em contato com aquilo que esse acontecimento teria a nos contar sobre o mundo em que vivemos – como explica Louis Quéré (2012) – e, nessa perspectiva, Jelin (2002) entende que esses acontecimentos nos *cobram* um investimento afetivo e um sentido especial no trabalho de memórias. Esse luto, para o sujeito em questão, pode até não resultar de uma experiência vivida por ele, mas seu dever de memória, com toda a certeza, leva-o a sentir por sua abertura sensível aos relatos do *outro* um pouco daquilo que está se passando. E a vivência é integradora, podendo se intensificar quando há uma lugaridade ou pertença definida, seja num bairro, seja em um grupo cultural. Mas parece supérfluo perguntar se é melhor conhecer a verdade sobre o passado e aqueles que parecem dominá-la porque a recordação tem múltiplos propósitos, conforme explica o filósofo búlgaro:

Sem dúvidas, não são coincidentes os objetivos aos quais se tenta servir com o auxílio da recordação; nosso juízo a respeito disso procede de uma seleção de valores em vez de resultar de uma investigação da verdade; deve-se aceitar a comparação entre os benefícios pretendidos através de cada uso particular do passado (TODOROV, 2000, p. 47).

Tendo isso em vista, não é a *validade* dos usos que os sujeitos fazem do passado o que deve ser analisado, mas sim como eles se constituem e a que se propõem: pensar a investigação de um trabalho memorial por esse sentido significa respeitar os informantes e seus relatos, dando atenção para a trajetória de seus sentidos e não para a *qualidade* da memória, como se isso pudesse ser mensurado em pesquisa às maneiras de um inquérito policial ou tribunal de justiça. Porque não se trata disso. Assim como existem para Jelin (2002, p. 17-19) os *veículos da memória*, ou seja, os ritos, lugares e datas que trazem as lembranças reabrindo o trabalho memorial, também existem os *agentes da memória*, que são sujeitos pessoalmente envolvidos com os trabalhos, mas que, além disso, mobilizam aos outros, seja divulgando as narrativas comuns, seja estendendo a participação coletiva nos processos desse fenômeno social. Diferente da noção de *militantes da memória* que

é sabiamente empregada por Henry Rousso, conforme registra Jelin, o ator social que se entende em algum nível como *agente* da memória produz outras expressões, muito além do reprodutivismo, tendo incidência dinâmica nos trabalhos memoriais por movimentar as hierarquias entre os sujeitos e as suas lembranças, instigar uma circulação interacional dos seus sentidos, estimular a socialização do luto e dignificar a narrativa dos outros em dissentimento àqueles que a estejam silenciando. E isso vai iluminando as competências do sujeito envolvido no trabalho de enquadramento, assim como as diferenças possíveis entre as potências de fala que cada um consegue desenvolver.

Na narrativa experimental de Virginia, a participação de Rhoda nos trabalhos de memória sobre Percival não são profusas. E nem mesmo recorrentes. Apesar disso, ela é agente de memórias porque o seu silêncio tem usos e sentidos profundos, dizendo muito aos outros sobre como eles deveriam lidar com a própria vida. Enquanto isso, a atuação de Bernard é bastante *empreendedora* – como Jelin me permite entender – porque ele se pensa como agente de memórias, tendo alguma consciência do que está fazendo. Apesar disso, entrega-se em muitas situações a uma ideia de fracasso. Em outras palavras, esses aspectos do romance mostram o respeito da autora pela diversidade de conhecimentos e histórias de vida, o que fica registrado nas maneiras como ela constitui cada personagem, fazendo-os mostrar, por si próprios, a sua importância no trabalho memorial. Explorando os seis amigos da narrativa pelo trabalho de Jelin, as suas agências de sentidos adquirem tons ainda mais sensíveis quando a pesquisadora argentina infere que o relato às vezes só existe por haver o *outro disposto* ou, melhor dizendo, alguém que se põe a *escutar* o que está sendo dito. Nesse sentido, a recordação se torna um ato de reescritura, evidenciação e descobrimento do indivíduo sobre a sua própria subjetividade: ele não apenas entende a função de suas lembranças no presente, mas também produz sentidos pelos que estão à sua volta, numa cadeia de cooperações contínuas em nome da memória.

Essa prática, por si só, aponta para um processo de colaboração: e problematizá-lo, nem mesmo de longe, significa aderir ao juízo de valor sobre a *qualidade* das práticas de memória dos sujeitos. É partindo dessa premissa de que os sujeitos comunicantes em geral exercem um dever assumido, alternando as suas funções como agentes do trabalho memorial para transpor seu luto coletivo, que sigo nesta pesquisa. Mas é ainda evidente, como também indica a autora argentina, que tomar consciência de seus *deveres* no curso da tessitura memorial não impede, ainda assim, que um sujeito tente silenciar os outros, pleitear com eles um poder de fala ou mesmo *promover* a sua imagem com isso. Adianta

logo agora que esse terceiro aspecto – da promoção – não apareceu ao longo da pesquisa exploratória e da sistemática, como se constata a seguir. Apenas me mantive aberto a tal possibilidade porque os estudos de memória, com grande ênfase na pesquisa de Todorov (2000), descortinam em distintos contextos o quanto os investimentos dos sujeitos nesse trabalho podem resultar em bons usos e, também, abusos da memória. De toda maneira, existe um uso em particular – para o qual esse autor atribui mais destaque – que não me parece, quando praticado pelos agentes sociais em geral, um abuso: estou falando dessas memórias literais, que são construídas pela perspectiva de que as vítimas e os crimes são únicos e irrepetíveis, fazendo da memória uma experiência praticamente intransitiva que não vai muito além de si mesma, tal como apontam Jelin e Todorov, porque se volta aos seus próprios sentidos sem gerar, por exemplo, visões sobre o mundo.

Penso assim porque, em muitas situações, as pessoas são tão ocupadas pelo luto, trabalhando pela memória também entre as rotinas e os seus comportamentos habituais, que não levam a cabo uma relativização profunda sobre essas manifestações de violência não se trata, essencialmente, de uma *negligência*. Tendo isso em vista é que se formaram grupos latino-americanos de investigação sobre as consequências da repressão militar na nossa cultura, por exemplo, e que são projetadas as *políticas de memória* – com pessoas que assumem esse fenômeno como o seu campo de atuação profissional. Nem sempre se pode esperar que os agentes sociais esquematizem uma espécie de *todo metaconsciente*, por assim dizer, pelo qual as memórias de uma tragédia vivida serão postas a falar sobre outros episódios que assombram a cotidianidade. Penso assim porque essa espera muitas vezes implica em uma postura pessimista na interpretação daquilo que se descobre: é até por isso que, quando percebemos no Brasil uma presença menor da *cultura de memória* na cobrança por *reparação moral*, o que para Jelin (2002) teria de incluir o julgamento e a sentença de torturadores da ditadura que atuam, ainda hoje, no cenário político, somos seduzidos a nos pensar como sociedade sem respeito à memória histórica. Esse discurso, além de fácil e extremista, não parece inclusive um pouco depreciativo?

É evidente que proponho essa pergunta numa entonação subjuntiva, sem esperar por respostas, porque a cultura de memória – em casos como esses – envolve processos, dispositivos e espaços políticos. Isso tudo demanda muito mais do que a *disposição* dos sujeitos para refletir sobre a sua própria formação histórico-cultural, permitindo-se falar sobre certo período do passado para expandir e historicizar as suas memórias. Diga-se de passagem, o incentivo a uma reconstituição memorial dessa natureza atravessa uma série

de campos sociais. E imagino que ter isso em vista às vezes desencadeia sentimentos de fracasso, principalmente quando somos informados, por exemplo, de que atores políticos como Jair Bolsonaro consideram desnecessária a busca dos parentes de militantes mortos na guerrilha do Araguaia – que ocorreu entre os anos de 1972 e 1975 – pelas ossadas dos desaparecidos na região porque, em suas palavras, *quem procura osso é cachorro*, como lembra o jornalista Bob Fernandes (2013), comentarista da TV Gazeta. Essas configuram práticas sistêmicas de desrespeito à memória histórica, o que ainda assim se respalda na chancela do *direito à expressão* porque alguns delitos contra a humanidade tendem a ser levados em conta como assuntos únicos e isolados de interesse específico aos familiares de militantes executados. Num sentido político isso institucionaliza as memórias literais, que podem ser extensas em descritividade sem, no entanto, transcenderem a si próprias, incentivando muito pouco as utilizações politizadoras do passado.

Esses são abusos de memória, ou seja, processos políticos que vão matriciando a memória histórica *contra* uma vivência consciente sobre a realidade social. Mas existem outros campos sociais, a exemplo do midiático, cujas lógicas incidem como *matrizes de produção e organização de sentidos*, conforme María Cristina Mata (1999, p. 84) já me permitiu afirmar, na construção de memórias. Nesse atravessamento, que implica olhares lançados pelos atores midiáticos à realidade social, aos seus eventos e às suas principais perspectivas de recordação, essas *utilizações literais* da memória podem funcionar como verdadeiras apostas de risco, o que para os sujeitos comunicantes diretamente envolvidos no trabalho memorial, por outro lado, seria em grande medida uma situação até natural e não necessariamente abusiva por intenção, conforme vim explicando através do trabalho teórico de Todorov e Elizabeth Jelin. Pensando nisso a partir de outro concreto empírico, a investigação sistemática de Reis (2009) trata das recordações individuais de espanhóis como fontes para entender como são midiaticizadas as memórias sobre a *transição política espanhola*, tendo alguns objetos empíricos de referência para trazê-las à tona – entre eles a série televisiva intitulada “Cuéntame lo que pasó”, que o autor analisa como um índice para entender o cenário geral de enquadramentos sobre a ditadura franquista, também na linha da escolha metodológica que fiz para projetar esta contextualização.

A pesquisa do autor abrange *grupos de sentidos*, com recordações individuais do período histórico e da transição política que o subsequente, entendendo quais usos e abusos dessa memória histórica estão sendo feitos, principalmente pelas mídias, e como isso se implica em termos empíricos no campo da memória social. E o itinerário da pesquisa foi

extenso. Entre os grupos de sentidos temos aqueles cujas recordações individuais são: a) oficiais e politizadas a partir do período histórico como experiência vivida; b) opositoras e politizadas sem experiência vivida; c) oficiais e politizadas por meio do regime político como memória mediada ou transmitida; d) opositoras, politizadas e mediadas; e) oficiais, despolitizadas e vividas; f) opositoras, despolitizadas e vividas; g) despolitizadas, oficiais e mediadas; h) opositoras, mediadas e despolitizadas. As classificações dadas para esses oito grupos de sentidos, todavia, têm um sentido mais *referencial* porque não dividem a memória histórica em *estratos* sem relação uns com os outros, visto que mesmo aqueles informantes da pesquisa cujas lembranças são do próprio período histórico também estão sujeitos à transformação de sua memória individual no âmbito da recepção midiática, ou seja, os meios de comunicação exercem diferentes níveis de incidência na produção dos referentes desses atores sociais para a sua recordação histórica.

De um lado, os conflitos partidários, os regimes de silêncio e os demais entraves políticos do período continuam sendo trabalhados pelos meios de comunicação e os seus produtos analisados por Bruno Reis em discordância às principais disposições da Lei de Memória Histórica, que foi assentada no ano de 2007 com vistas para uma oficialização sistêmica de memórias e narrativas sobre a ditadura que tenham se fragmentado ou sido silenciadas. Tal como é percebido no trabalho de Reis, em alguns momentos acaba sendo quase impossível hierarquizar o que foi vivido e o que foi transmitido nessas lembranças individuais separadas por grupos, visto que, especialmente para os mais velhos, produtos como a série televisiva “Cuéntame lo que pasó” às vezes têm uma importância maior por retratar algumas de suas experiências vividas, ao passo que para os mais jovens, mesmo na militância, a recepção midiática acaba incorporando essas experiências à sua memória individual – em meio aos demais lugares de mediação – de maneira mais contemplativa, como tende a acontecer, também, na circulação didático-pedagógica dos conhecimentos sobre determinado período histórico.

Novamente, é apontado o abuso das *memórias literais* nos meios de comunicação espanhóis porque a recordação midiática, ainda nas considerações gerais mais decisivas do pesquisador, reproduz as demandas populares por justiça a partir de enquadramentos que somente põem em destaque uma série restrita de sentenças judiciais e outros eventos do campo jurídico. Esses enquadramentos midiáticos, em muitas situações, substituem o dever de memória mais profundo, que seria o de politizar as lembranças com vistas para o presente vivido, uma vez que o legado da repressão política marca não apenas o espaço

público e os fazeres dos cenários institucionais, mas também a própria cultura. Bem por isso é que termos como *verdade*, por exemplo, às vezes acabam abrangendo nos espaços midiáticos apenas aquelas vozes cuja representatividade pareça a mais importante, como ocorre na Argentina quando é dada uma grande visibilidade às *madres* de desaparecidos, mortos e torturados por razões políticas, agora nas palavras de Jelin, e apenas trinta anos mais tarde é que passam a ser ouvidos os próprios sobreviventes dos centros clandestinos de detenção e, também, os seus companheiros de militância – que são testemunhas vivas das buscas, apreensões, prisões, torturas e até mortes ilegalmente executadas. Um termo que se constitui igualmente à luz dos enquadramentos midiáticos é a *justiça*, que aparece empregada com ênfase naquelas narrativas que usam a imagem de específicos atores do cenário político como símbolos da repressão política em seu todo, o que desvia a atenção pública dada às redes de poder estabelecidas para os julgamentos e as sentenças judiciais meramente representativas que significam muito pouco em termos daquilo que se espera de uma busca efetiva pela reparação histórica profunda através da justiça.

Pensar em como se estruturam essas *convenções linguísticas* é uma discussão que importa muito, pra mim, no que diz respeito aos enquadramentos midiáticos, isso porque ela acaba ultrapassando as problematizações teóricas, tendo certa relevância política em decorrência do que os termos e expressões estão visibilizando, incluindo, relacionando e até mesmo *apagando* pela sua empregabilidade. Nesse sentido, o próprio acontecimento midiático fala de maneiras muito específicas sobre o mundo em que vivemos, incidindo na construção de sentidos dos atores sociais sobre o seu passado e concorrendo para uma clivagem significativa dos seus deveres de memória: ao longo do tempo, alguns sujeitos vão sentindo – frente aos próprios regimes de visibilidade – que as suas lembranças têm um lugar prioritário (ou não), os deveres de memória são então distribuídos num sentido hierárquico e, por conseguinte, os *graus de envolvimento* com o evento se tornam fatores decisivos no trabalho de enquadramento dessas memórias, assim como acontece quando as convenções linguísticas assentam aspectos de recordação à frente dos outros etc. Esse contorno empírico dos enquadramentos é também explorado numa outra pesquisa, dessa vez de Luiz Felipe Franceschini (2003), em que a análise é voltada para as reconstruções jornalísticas da memória histórica sobre o ex-presidente Fernando Collor de Mello, a sua caça aos *marajás* e a manifestação estudantil posterior pelo seu *impeachment* em função das denúncias sobre corrupção em seu mandato e das medidas que agravaram a recessão econômica brasileira. De novo são assinaladas as correlações entre a memória midiática

e a memória social – só que desta vez com uma atenção mais dedicada para a linguagem jornalística e a sua *mobilização* de expressões e termos definidos no decorrer da história brasileira sobre o período político. Quer dizer, embora não seja uma pesquisa que atenta para o âmbito da recepção midiática, ainda assim vão se fazendo perceber essas relações analógicas específicas entre uma memória e outra, o que foi um aspecto empírico muito decisivo, ao menos para este trabalho de investigação, porque pensar na tragédia escolar assistida no Rio de Janeiro como “Massacre de Realengo” diz muito sobre como e quais pessoas – neste caso, as do bairro em seu todo – farão investimentos afetivos no trabalho de entender e, mais especificamente, realizar a manutenção periódica de memórias sobre o acontecimento. E o termo usado para intitular o evento, aliás, é só uma das convenções linguísticas assumidas a partir do que consta nos enquadramentos midiáticos. Voltarei ao ponto mais adiante, nas páginas do próximo subcapítulo.

Retomando mais a problematização teórica, as ditas *apostas de risco* podem estar sendo feitas de muitas formas: e uma delas seria o próprio enquadramento midiático, que dá conta de fazer novos arranjos aspectuais de recordação dos acontecimentos passados, oferecendo através dos *veículos de memória* – a exemplo de uma data, por exemplo, que funciona como um quadro de possível reificação ou transformação da memória – outros aspectos sobre o passado que a recepção midiática, entre os demais *lugares de mediação*, pode colocar em contiguidade com aqueles já presentes nessa memória. Isso se dá, como foi explicado, porque os sujeitos constroem *referentes* que agenciam as suas lembranças em um sentido mais ou menos estável a partir de vários lugares – e isso inclui as mídias, que em muitas das vezes podem ocupar espaço mais central no processo fenomenológico como um todo, ainda que qualquer trabalho memorial sobre um evento transformado em *acontecimento midiático*, a princípio, possa ser midiaticizado. Para mais ou para menos. A relação entre a memória e a mídia que deve ser observada em todo o processo, se tivesse de ser simplificada, seria justamente essa tessitura de correspondências entre a *memória midiática* e a própria *memória social*, como Bianchi (2010) propõe, que acontecem numa relação não-axiomática assinalada há algumas décadas por Jesús Martín-Barbero (1997; 2006) no âmbito da recepção midiática. E essas correspondências, por sua vez, podem se adensar: após a chacina escolar de Columbine, por exemplo, a socióloga norte-americana Stephanie Stillman (2008) observa que tanto os moradores do município coloradense de Littleton quanto o resto do país assumem um dever de memória em relação ao massacre, estabelecendo significados para o episódio ao longo do seu luto coletivo. Na perspectiva

da autora, que adota a *memória enquadrada* como conceito para explorar o que se passa na pequena cidade, entende-se que muitos dos esforços investidos nesse processo de luto tinham o propósito de encerrá-lo com segurança – havendo forte presença de jornalistas, líderes religiosos, especialistas em saúde mental, memorialistas e agentes do governo que ao longo dos anos tentaram impulsionar uma construção de enquadramentos para que as memórias dos tiros se *estabilizassem* e fossem a partir daí dissociadas de boa parte desse sofrimento que evidentemente carregavam consigo, ideia essa que coloca o luto coletivo em evidência como uma espécie de agenda cultural a ser administrada.

No entanto, conforme assinala Stillman, a precipitação nesse estabelecimento de narrativas comuns que transformariam a desordem de sentidos e a vulnerabilidade social de Littleton foi tão grande que a maior parte dos moradores, ao contrário, manteve-se em luto por tempos. Afinal, a necessidade de construir referentes que enquadrassem essas lembranças e lhes permitissem seguir em frente existia, o que Stillman (2008) considera habitual para esses contextos, mas as correspondências que se firmavam entre a memória midiática e a memória coletiva eram um tanto negativas porque mantinham esse passado em assombramento contínuo do presente. Isso é inferido por meio de diferentes aspectos empíricos explorados pela socióloga nas memórias enquadradas de Littleton: na segunda parte da tese, por exemplo, as marcas presentes nas recordações de moradores da cidade descortinam sentidos construídos à luz de extensas agendas sociais, religiosas e políticas de produção midiática sobre o massacre. Esses usos do passado, por sua vez, resultavam em enquadramentos midiáticos que condenavam Dylan Klebold e Eric Harris, a dupla de amigos que realizou esse extermínio em 20 de abril de 1999, e privilegiavam *narrativas de ódio* sobre o episódio, com um uso exaustivo de memórias presas a uma produção de sentidos que começava e terminava em si mesma sem abertura para outras perspectivas, reprisando esses mesmos sentimentos como no mito teutônico do *Geist*, onde o fantasma não se trata de um *espírito*, mas de emoções sem forma condenadas a se manifestar num estado de repetições cíclicas por toda a eternidade.

Esse abuso de memórias literais, como Todorov (2000) me permitiria considerar, incluía sistemáticas tentativas de silenciamento das memórias referentes ao massacre que acompanhassem qualquer perspectiva proposta sobre as relações da cultura de violência e das políticas armamentistas que parecem estar na própria gênese desses sentimentos de revanchismo desenvolvidos na cultura juvenil e, também, expostos através das chacinas escolares nos EUA – que já registram mais de uma centena desses eventos, como explico

adiante. Em outras palavras, boa parte do campo midiático não se preocupou tanto com a memória das vítimas, mas com o que ela poderia apagar ou pelo menos silenciar. Tem-se em conta no trabalho da socióloga que os sujeitos comunicantes se apropriaram, de fato, desses enquadramentos midiáticos na estruturação de referentes para os seus trabalhos de recordação, o que *acirrava* os dissensos e as disputas por fala dentro da comunidade. Os abusos dessas memórias literais – embora concretos – me remetem aos estereótipos mais grosseiros da militância feminista, por exemplo, que retratam mulheres obcecadas pelas narrativas de ódio e pela maximização de memórias traumáticas sem rumo, ao passo que o movimento, em todos os seus campos de atuação e correntes, politiza essas histórias de vida trazendo à luz os seus eixos comuns e, também, projetando uma epistemologia que abranja outras formas de opressão. E essas seriam as chamadas *éticas de memória* que só um comprometimento sensível de determinados campos e setores com a sociedade pode firmar, o que inquieta Stillman quanto ao campo midiático no que diz respeito ao espaço ocupado por suas lógicas nos diferentes trabalhos da memória social.

Em relação a isso, um capítulo inteiro de sua tese é voltado à problematização do lugar que os meios de comunicação ocuparam na tessitura local dessas memórias: muito além de incidirem nessa seleção de aspectos para recordação sobre o episódio, as mídias estiveram *presentes* no trabalho memorial do município através dos seus apresentadores, repórteres especiais e demais profissionais, que se encarregaram dessa missão incerta de produzir enquadramentos a partir de sua interação com os moradores e sobreviventes do massacre sobre a vivência dos *tiros*, tarefa que levou dias, meses e anos. Embora tenham sido feitos documentários, reportagens, filmes e muitos outros produtos midiáticos sobre esse massacre que trouxeram contribuições significativas para os campos da cultura e até mesmo da política, entre eles a longa-metragem de “Tiros em Columbine” realizada em 2002 por Michael Moore, cada um desses trabalhos implicava numa reabertura às vezes dolorosa de lembranças ou estratos memoriais inteiros – o que levou Stillman, no último capítulo de sua obra, a discutir sobre *éticas de memória* na perspectiva que constrói pela sua problematização teórica, entendendo a recordação no contexto do luto coletivo como necessidade de trabalho acima de tudo social cujos tempos, vozes e processos não devem ser colonizados. No máximo amparados, tendo-se em vista a seriedade dessas situações-limite. Prosseguindo, embora os sentidos resultem de experiências singulares em relação ao episódio e também sejam condicionados – como entendo – pelos *lugares de mediação* envolvidos na recepção midiática, toda a diversificação dessas lembranças mesmo assim

detêm *marcas* das matrizes comuns que vão se fazendo mais evidentes. Nas palavras da autora, isso é habitual nesses trabalhos sociais da memória porque, em seus processos de enquadramento, “a memória não é coletiva, mas *coletada*” (STILLMAN, 2008, p. 41). E essa, pra mim, é uma das frases que melhor sintetiza o conceito de *memória enquadrada* entre todas as que pude ler ao longo da presente pesquisa, não porque acredito que essas lembranças possam ser *ordenadas* como documentos para arquivo, o que não funcionou muito para Bernard – amigo de Percival – na narrativa literária de Virginia e deu menos certo ainda para os especialistas na cidade de Littleton, mas porque os referentes tomam um espaço de importância no agenciamento de sentidos.

E isso tudo só se torna realmente possível porque existem pessoas concretas com deveres assumidos em nome dessas memórias. Elas são construídas e então permanecem associadas em algum nível à vida dos sujeitos comunicantes em função das cooperações estabelecidas entre eles, que são *trabalhadores* dessas memórias. E por isso cada agência de sentidos deixa uma marca mais ou menos à mostra, sendo prova viva da subjetividade que cada um exerceu, em diferentes proporções, nesse trabalho memorial. Essa noção da memória como um *trabalho*, a propósito, é algo que adotei ao longo da problematização teórica pelo marco conceitual de Pollak (1989; 1992), conforme explorado anteriormente, mas que talvez parecesse uma escolha teórica muito simples por ainda não abranger essa perspectiva sobre o luto coletivo, os deveres e os trabalhadores da memória – trajeto que escolhi fazer no amparo das contribuições intelectuais de Todorov (2000), Jelin (2002) e Stephanie Stillman (2008) por perceber o quanto poderiam contextualizar as práticas de memória dos informantes que marcam a realização de toda esta pesquisa. Essa dimensão me importa bastante porque transcende o entendimento já significativo sobre a memória enquadrada como um *processo fenomenológico*, dando mais visibilidade aos sujeitos que *tocam*, assim dizendo, esses trabalhos adiante. E porque o luto em contextos diretamente afetados por tragédias do tipo vai mais além do *cerimonial* e das *agendas culturais* cuja construção é prosseguida em dependência dos meios de comunicação, conforme Dayan e Katz (2005) assinalam em relação ao que aconteceu em muitos lugares que não o próprio Reino Unido tempos após a morte da princesa Diana.

Devemos reconhecer [...] a sociabilidade que se revela na memória e no luto porque a memória existe em um entrecruzamento e os sujeitos existem num mundo de relações. Um indivíduo também está sozinho no entrecruzamento das memórias e no mundo, ativando certos pontos de referência e rejeitando outros, mas não escapa do fato de que está localizado nesse entrecruzamento e no mundo fazendo parte deles. E é isso que faz a memória tão solitária e tão coletiva ao mesmo tempo. Eu me sinto sozinha em um entrecruzamento pelo

ponto de vista das minhas particularidades, mas estou sempre nessa rede. Eu sou vulnerável nesse espaço porque ele não é feito apenas de encontros, mas também de potenciais desencontros. Perda e vulnerabilidade acompanham os nossos corpos socialmente constituídos e anexados aos outros sob o risco de perdermos esses anexos quando expostos aos outros e, também, sob o risco de abusos praticados em decorrência dessa exposição. O que a perda e o luto revelam tão fortemente é essa interconectividade dos seres humanos. No luto, seja por uma perda pessoal ou mesmo um episódio de violência, o que acaba sendo inegavelmente despertado é o senso de que, quando estamos sozinhos, nunca estamos por nós mesmos, mas sempre pelos outros. Quando vivemos o luto, algo sobre nós é revelado – algo que ilumina nossos laços com os outros e mostra que eles constituem o que somos (STILLMAN, 2008, p. 335).

Por um lado, é evidente que as tragédias nos cobram sentidos. Não somente uma produção de sentidos, mas atenção e escuta sensível. Trazendo ao início de sua tese uma frase do professor e escritor Robert Pogue Harrison para falar a respeito do luto, Stillman percebe que os mortos não atrapalham o nosso sono por acaso: eles colonizam os nossos humores, sussurram no escuro, insinuam-se em nossa imaginação e, além de tudo, ainda nos demandam uma continuação daquilo que não terminaram de fazer. Não literalmente, mas no sentido de que ocupam o mundo através do luto, forçando-nos a assumir deveres de memória mais ou menos como o herói Percival – que protagoniza a narrativa literária de Virginia Woolf sem, todavia, estar vivo. Mas uma pergunta ainda assim permanece e sua resposta permite boas reflexões: se entre as décadas de 80 e 90 houve nos EUA uma explosão de violência escolar pelos bairros de centro, que ao contrário do Brasil não são ocupados pela classe média alta, por que esses eventos não tiveram sequer um quinto da cobertura midiática que foi dada para Columbine? Por que o país inteiro, além da própria cidade onde ocorreu o massacre, deu tanta atenção para esse episódio quando os mortos de outras tragédias também deveriam ter alguma significância?

Essa pergunta parece um pouco provocativa porque a socióloga dá certa ênfase à sua entonação subjuntiva, mas as respostas mesmo assim são dadas durante sua pesquisa empírica. E uma delas vem de Sarah Berkmer, que mora em Denver – a vinte minutos de Littleton – e trabalha com jovens em situações de vulnerabilidade social. Ela tem para si que *naquele mês* os cidadãos do país disseram: “Estes somos nós. E precisamos saber se, de alguma maneira, talvez não sejamos apenas isso” (*Ibid.*, p. 25). É preciso admitir, por um lado, que um acontecimento pode realmente dar a ver aquilo que o mundo se tornou, novamente nas palavras de Quéré (2012), e nesse sentido também entendo que o sujeito comunicante estabeleça responsabilidades e identificações com a tragédia, sendo levado a perguntar se parte do que a sua cultura está ensinando poderia ser resumida àquilo. Isso também representa, em termos empíricos, uma virada na discussão das próprias políticas

nacionais – que fazem dos sentimentos de insegurança pública e das premissas radicais sobre segurança armamentista dois fenômenos coextensivos, conforme a autora assinala em sua investigação. De outro lado, por que apenas a tragédia em Columbine leva esses sujeitos a tanto trabalho memorial? Stillman (2008, p. 24-25) enfatiza que:

o massacre não foi o pior ato de violência escolar na história dos EUA. Esse título vai para o bombardeio que ocorreu no dia 18 de maio de 1927 na Bath Consolidated School, no estado de Michigan, onde 45 pessoas foram mortas e 58 ficaram feridas. Columbine inclusive não foi o palco do primeiro ato de violência escolar noticiado em escala nacional. Esse aspecto também marca a chacina que aconteceu na Universidade do Texas, em Austin, quando Charles Whitman, estudante laureado do curso de Engenharia Arquitetônica, subiu a torre de 27 andares da universidade e alvejou 44 pessoas usando um fuzil de precisão durante nove minutos de pleno alvoreço televisivo. Três anos antes do episódio em Columbine, ocorreram dez massacres escolares nos EUA que totalizam 23 pessoas mortas e 41 gravemente feridas. Num período de oito anos, entre o massacre de Columbine e aquele de Virginia Tech promovido por Seung-Hui Cho em abril de 2007, houve 24 chacinas escolares nos EUA, incluindo a tragédia amplamente noticiada de Red Lake, em Minnesota, onde Jeffrey Weise matou nove pessoas antes de tirar sua própria vida, e também a chacina de West Nickel Mines, na Pensilvânia, onde Carl Charles Roberts IV manteve refém um grupo religioso conservador de estudantes antes de matar cinco das garotas e, depois disso, ele mesmo. Mas raramente nos recordamos de todos os massacres, excetuando-se aqueles ocorridos na Universidade do Texas ou em Bath. Esses aspectos da memória estadunidense sobre violência escolar me levam a procurar o porquê da nação ter ficado tão fixada nesses tiros da escola secundária de Columbine.

Mas indo adiante, do ano em que o livro da autora foi publicado até agora houve uma série de outros episódios nos EUA: 11 em 2009, 11 em 2010, 8 em 2011, 7 em 2012 e 19 em 2013, incluindo o massacre da escola primária de Sandy Hook, no município de Newton, onde Adam Lanza executou vinte crianças e seis funcionários – matando-se em seguida e tendo, ainda, assassinado a sua própria mãe horas antes. No total, mais de cem pessoas foram mortas entre 2008 e 2013 num registro de 150 ocorrências desde o ano de 1927, quando dos tiros em Bath, no estado de Michigan. No primeiro semestre de 2014, aliás, ocorreram 24 desses episódios com um total de 10 mortes, mas é possível que esta parte da pesquisa já esteja desatualizada quando o texto como um todo estiver disponível para leitura, visto que os eventos se dão quase mensalmente. Existem listas deles à solta por toda a *internet* e, fazendo uma varredura pelo Google, os resultados assegurados por fontes na Wikipédia são repetidos, fielmente, por quase todos os *sites* e portais. E alguns percorrem massacres escolares que se deram noutros lugares do mundo, embora os EUA infelizmente liderem essa lista – o que é apontado como desdobramento de um mal-estar cultural anglo-saxão, mas tem sido posto em dúvida desde que eventos do tipo passaram a acontecer em outros países (LIMA, 2011, p. 130), entre eles Israel, Rússia, Argentina,

Iraque, Nigéria, China, Brasil e Finlândia. Dos piores que a lista apresenta, temos numa posição de destaque o que ocorreu na cidade russa de Beslan, quando representantes do movimento separatista armado, em sua maioria inguches e chechenos, tomaram mais de mil pessoas como reféns, incluindo 777 crianças, o que resultou na morte de 385 pessoas e fez mais 783 feridos. De toda maneira, essa chacina foi motivada por reivindicações de natureza política estrita, o que também acaba diferenciando a maior parte dos massacres escolares desses que se sucederam, por exemplo, no Brasil e nos EUA.

Por um dever político, mesmo diante de toda a seriedade desse luto coletivo e do trabalho de memórias que o acompanha em Littleton, a autora não se furta de considerar frente à sua pesquisa empírica, desagradando ou não, que muitos cidadãos do país não se veem refletidos em crianças de grupos minoritários e baixa renda, especialmente quando não são brancas. Na falta de revisão sobre esses privilégios sociais e étnicos, as vítimas e os autores da violência escolar nos bairros de centro, tão aquém dos subúrbios de *upper-middle class*, isto é, de classe média alta, parecem não ser muito levados em conta pelos grupos majoritários como personagens concretos desse fenômeno que teriam algo a dizer sobre o panorama nacional e, mais do que isso, o destino do país (STILLMAN, 2008, p. 26). Um evento sempre falará mais que o outro em um quadro geral de ocorrências, mas acumular marcadores sociais de diferença faz com que específicos setores da população concentrem menos *ímpeto informacional* (HENN, 2010) em suas vivências, ou seja, uma tragédia é coletivamente vivida em proporções diretamente ligadas não só àquilo que se apresenta na ordem empírica de seus fatos, mas aos lugares ocupados pelos sujeitos que a protagonizam. É também por isso que os estudantes, professores e demais membros da comunidade de Littleton, fazendo parte dos recortes socioeconômicos e étnicos de maior centralidade no país, provocaram uma descontinuidade na maneira como esses episódios de violência vinham sendo problematizados – especialmente quando eles ainda pareciam ser um fenômeno de lógicas inerentes à realidade dos bairros de centro.

E nesse sentido é improvável que conseguisse ser mais sintomática a constatação feita por Sarah Berkmer, já que estava se dando, finalmente, uma tomada de consciência sobre a própria cultura do país, mesmo que tenha sido necessária, para isso, uma série de identificações sociais – conforme explica Stillman por meio dos dados analisados em sua pesquisa. De todo modo, esse acontecimento midiático foi o que colocou as pessoas a se perguntarem: “Por que isso está acontecendo?”. Em vez de simplesmente contar sobre o mal-estar presente naquela sociedade, o que ele instala, efetivamente, é uma sensação de

completo desconhecimento que precisa ser resolvida. Daí a busca por sentidos ter sido a mais extensa e profunda, resultando em enquadramentos sobre os tiros que acabaram se tornando, para o campo midiático do próprio país, perspectivas de estatuto matricial em relação a qualquer outro massacre escolar, tal como demonstram Hsiang Chyi, Maxwell McCombs (2004, p. 22-25) e Thomas R. Birkland (2009, p. 1405-1411) a partir dos seus movimentos exploratórios, que vão dando conta de explicar não apenas essa recorrência aos enquadramentos midiáticos em questão, mas também a atualização que sofrem pelos tempos – ou melhor, *quadros* – das chacinas escolares posteriores, de cada vinda do dia em que a tragédia ocorreu e, ainda, de produções midiáticas sem temporalidade definida que, no decorrer dos anos, foram realizadas a respeito dela.

E se percebe que, além de implicar em novos quadros para esses enquadramentos, grande parte disso se converte em *veículos de memória*, como me aventuro a pensar, que Stillman (2008) vai descortinando através das marcas de transformação temporal dessas memórias enquadradas na pequena cidade de Littleton. Mas isso ainda assim diz pouco, por exemplo, sobre o massacre de Realengo, que também seria um episódio de violência escolar e detém alguns dos aspectos empíricos percebidos em Columbine, embora ambos se difiram por boa parte daquilo que motiva os seus executores – conforme explico mais adiante. Em vistas gerais, a tragédia de Realengo se tornou referência midiática no Brasil porque, muito além de se aproximar do que acontece no resto do mundo, com ênfase nos EUA, é o único massacre escolar que tivemos até então e o acontecimento dele extraído projetou perspectivas que atentam, sobretudo, para o luto coletivo do bairro.

Nessa via, atento nas próximas páginas para como o evento foi enquadrado pelos meios de comunicação tanto em 2011 quanto no ano seguinte, com uma breve passagem pelos principais enquadramentos produzidos por mídias ainda presentes nas lembranças dos informantes, para daí contextualizá-las no cenário geral de produções e recordações midiáticas do acontecimento – que optei por pensar, mais especificamente, na ambiência comunicacional vivida pelos sujeitos da pesquisa. Tal como foi explicado anteriormente, o pequeno *corpus* do capítulo vêm do âmbito jornalístico: todavia, escolhi entender esse acontecimento como um construto midiático porque essas narrativas, inclusive no que se refere às suas falhas de ética, constituem-se em um atravessamento evidente de lógicas e sistemas comunicacionais que estiveram envolvidos no seu processo construtivo, isto é, a escolha que faço tem o sentido de não assumir as narrativas jornalísticas exploradas no próximo subcapítulo como marco zero dos enquadramentos.

3.2. Acontecimento e recordação midiática do Massacre de Realengo

Realengo é um bairro de classe média localizado na zona oeste carioca bem entre o Maciço da Pedra Branca e a Serra do Mendanha – tendo 199 anos de história e sendo, por isso, um dos mais antigos da cidade. A sua delimitação geográfica atual remonta do Decreto Número 3158 estabelecido no dia 23 de julho de 1981, que o definiu numa área de 2605,42 quilômetros quadrados, conforme contextualiza Viana (2010), hoje ocupada por mais de 65 mil residências que se distribuem em oito divisões: Mallet, Jardim Novo, Barata, Fumacê, Dom Pedro I, Jardim Batan, Piriquito e Jardim Água Branca. Em razão de sua vizinhança com as serras, o inverno no bairro costuma ter noites frias, mas registra as temperaturas mais altas do Rio de Janeiro no verão, algo que pode sentir ao longo das idas a campo, principalmente na etapa sistemática. Esse bairro pertence também à Quinta Área de Planejamento, sendo uma parte da XXXIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, que também compreende Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Campo dos Afonsos, Deodoro e Vila Militar.

No âmbito da pesquisa histórica sobre propriedades públicas e territórios urbanos, a professora Fania Fridman (1998; 1999) explica que as *terras realengas* teriam origem na carta régia do dia 27 de junho de 1814 – por meio da qual Dom João, ainda príncipe, concedeu em uma sesmaria ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro os terrenos situados em Campo Grande, chamados de *realengos* porque resultavam de conquistas territoriais na tomada do país. A concessão das terras em que hoje se encontra o bairro de Realengo, central e periferia, foi a princípio destinada para a pastagem de gado bovino, fornecendo carne para os chamados *talhos* da capital, nomes antes dados aos açougues. O bairro teve escravos africanos e colonos portugueses como seus primeiros povoadores sob as ordens do então príncipe Dom João, dedicando-se às rotinas agrícolas e transportando produtos como cachaça, açúcar, álcool e rapadura pelo porto de Guaratiba. Mais tarde, em outubro de 1878, foi inaugurada – tal como registra Viana (2010, p. 38) – a Estação de Realengo num dos trechos percorridos pela antiga Estrada de Ferro Central do Brasil.

No ano de 1899 é então construída a Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra do Exército, que foi desativada na década de 70. E foi inaugurada, em seguida, a Escola de Tática e Tiro do Exército, depois renomeada como Escola Preparatória de Cadetes do Exército, que após o Decreto Número 5698 estabelecido no dia 2 de outubro de 1905 se

tornou a Escola de Artilharia e Engenharia. Antes de ser enfim designada Escola Militar do Realengo, a instituição passou por mais outros dois nomes (*Ibid.*, p. 28-72): a Escola de Cavalaria e Infantaria – que era um de seus títulos – foi extinta no ano de 1911 com o realocamento da Escola de Guerra de Porto Alegre para o bairro de Realengo. A partir de então, a Escola Militar permaneceu no oeste carioca até o dia de sua transferência para a Academia Militar das Agulhas Negras, no município fluminense de Resende. Em função dessas ocupações militares e industriais da região, os autores entendem que Realengo, à passagem dos tempos, foi perdendo também os seus aspectos rurais e bucólicos. E isso é marcado pela estruturação de programas habitacionais que implantaram no ano de 1969 alguns conjuntos para a população de baixa renda, os operários e os militares, entre eles os da Cohab – uma referência do plano de habitação popular do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) – e ainda os conjuntos construídos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), muito conhecidos como *coletivos* e feitos para abrigar os trabalhadores do complexo fabril de Realengo.

Embora o bairro tenha se desenvolvido em decorrência das atividades industriais e militares ali empreendidas, ambas mantinham uma relação de codependência e, com o encerramento das instituições militares, o comércio local foi se retraindo – mesmo tendo fábricas de colchões, peças para rádio e vestuário. Numa perspectiva nacional, apesar de ter sido um espaço de significância para a história militar do país e ser conhecido por boa parte dos membros do exército, Realengo foi popularizado pela canção “Aquele abraço” de Gilberto Gil, que remete entre tantas histórias ao período de sessenta dias no qual seu autor esteve no bairro como prisioneiro político da Escola Militar do Realengo, segundo Góes (1982, p. 37), o que terminou justamente na quarta-feira de cinzas do ano de 1969, sendo então sucedido por seu exílio. A expressão da música foi utilizada, originalmente, como bordão do comediante carioca Lilico. E foi dessa forma que os soldados passaram a saudar Gilberto Gil depois de seu regresso amplamente noticiado ao país.

Numa escala internacional, no entanto, o bairro de Realengo ficou conhecido pela manhã do dia 7 de abril de 2011, quando um antigo aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira adentrou armado as suas dependências e disparou contra crianças e adolescentes dentro das salas de aula, matando dez meninas e dois meninos, além de ter ferido outros vinte estudantes (LOPES, 2012, p. 25). Aqueles que puderam escapar no instante em que Wellington Menezes de Oliveira recarregava suas armas encontraram Márcio Alexandre Alves, sargento da Polícia Militar, que fazia uma fiscalização de trânsito nas imediações

da escola. Ao chegar à instituição o policial encontrou Wellington saindo da sala em que havia baleado, fatalmente, oito crianças – tendo de responder com dois disparos de fuzil entre os quais um atingiu a barriga do atirador, que caiu nas escadas para o piso superior da escola e então disparou contra a própria cabeça, concretizando o seu ato final. Já eram doze, nesse momento, as vítimas desse episódio de violência escolar em Realengo: Ana Carolina Pacheco da Silva, de 13 anos; Bianca Rocha Tavares, 13 anos; Géssica Guedes Pereira, 14 anos; Igor Moraes, 12 anos; Karine Chagas de Oliveira, 14 anos; Larissa dos Santos Atanásio, de 13 anos; Laryssa Silva Martins, de 13 anos; Luiza Paula da Silveira Machado, 14 anos; Mariana Rocha de Souza, 12 anos; Samira Pires Ribeiro, de 13 anos; Rafael Pereira da Silva, de 14 anos; e Milena dos Santos Nascimento, 14 anos. O evento provocou uma intensa mobilização nacional e logo começou a ser coberto, como relata o jornalista Dimas Santos (2011), por muitos dos noticiários estrangeiros.

Os *sites* britânicos The Guardian, The Daily Telegraph e BBC, os estadunidenses The New York Times, CNN e MSNBC, a rede catarense Al Jazira, o espanhol El País e o argentino Clarín se destacaram nessa cobertura internacional, com o *site* do jornal The Guardian afirmando que vinte pessoas foram mortas, enquanto a Al Jazira noticiou doze mortes. O jornal espanhol El País destacou que o Rio de Janeiro se encontrava em estado de luto e também *desconcertado*, já que crimes desse tipo eram desconhecidos na cidade e apenas se assinalavam nas mídias brasileiras quando ocorriam nos EUA. Ainda a partir da monitoração feita por Santos, também se sabe que a CNN e a ABC News mostraram imagens ao vivo da Rede Record e da Record News, com centenas de parentes e amigos dos estudantes, professores e funcionários que estavam na escola. A principal manchete do jornal La Nación noticiava o episódio – denominado como *tragédia* – e se resumiu a uma única reportagem sobre o que houve no bairro, sem uma suíte jornalística. No jornal The Guardian, que assim como o Clarín abordou o assunto como a sua maior manchete, fontes locais ouvidas por seus jornalistas chamaram o incidente de *massacre*, ou seja, no momento já decorria socialmente um processo de convenção linguística sobre a natureza do evento. Outro diário, The Daily Telegraph, citou testemunhas que confirmam o início dos tiros às 08h30m dessa quinta-feira.

No estadunidense The Wall Street Journal, explica-se que a tragédia assombrou o Brasil porque essas formas diretas de violência escolar não fariam parte de suas maiores problemáticas sociais – e ainda que não façam, de fato, a escola brasileira mesmo assim não é afetada por tantas outras manifestações de violência? De todo modo, essa situação

levou alunos de Columbine a escrever num cartaz mensagens de apoio aos estudantes da escola Tasso da Silveira com a ajuda de alunas brasileiras que também moram na cidade de Littleton, prestando solidariedade internacional e compartilhando desses sentimentos de luto. Uma das sobreviventes do massacre, Crystal Miller, também enviou o seu relato para os alunos de Realengo, assegurando que não estavam sozinhos porque havia pessoas rezando por eles no mundo todo (REZENDE, 2011). Esses apoios revelam uma empatia profunda dos jovens de Littleton e, além disso, também evidenciam a representatividade desses sujeitos pela importância que suas mensagens tomaram, uma vez que, entre tantos sobreviventes de massacres escolares, suas falas pareciam ter mais a dizer para Realengo que as demais, talvez pela ascendência que tem essa sua tragédia no campo da memória social. Nesse sentido, os estudantes entendem o lugar que a sua escola ocupa na história da violência escolar, retomando seus deveres de memória para partilhar dos sentimentos de luto com Realengo. Essa referencialidade ficou mais evidente ainda quando a rede de microblogues do Twitter registrou, entre seus tópicos principais, menções feitas sobre o bairro de Realengo – que deu nome à tragédia em sua escola – e Columbine nas mesmas postagens, como é apontado por Valle (2011), sendo o episódio no Rio considerado uma espécie de *sequência brasileira* do que já havia se passado nos EUA em abril de 1999. E essa impressão de continuidade é reificada pelos enquadramentos midiáticos ao redor de todo o Brasil, algo que é habitual porque toda ordem atípica de sentidos demanda novas perspectivas de mirada para si, como Tuchman (1978) e Sádaba (2007) entendem, ainda que o retrospecto sobre a escola norte-americana acabe não sendo muito profundo, como também acontece na cobertura carioca do caso. Em pouco tempo as mídias do país foram fabricando os seus próprios enquadramentos com bastante autonomia.

Numa perspectiva nacional, considerando-se aqui as lembranças de moradores do bairro que participaram desta pesquisa, começo falando a partir da televisão: um sujeito invade sua antiga escola e abre fogo contra os alunos, assassinando e ferindo dezenas de pessoas; até o fechamento da matéria geral o número de crianças mortas era de 12; desde o início da manhã, a maioria das emissoras abertas se mobilizou numa cobertura especial sobre a tragédia; na Rede Globo, as primeiras informações vieram ao longo do programa “Mais Você”, apresentado por Ana Maria Braga; na Rede Record, o jornal “Fala Brasil” estava fornecendo notícias ao vivo sobre o caso. Esses fragmentos são aquilo que se tem de mais expressivo na recordação individual de cada morador porque demarcam o início daquela manhã terrível de abril. Pouco disso parece ter se perdido, mesmo com as *fugas*

informativas que ocorreram durante a circulação de sentidos vivida por esses sujeitos, porque essas lembranças fazem parte das memórias literais sobre o incidente, conforme é analisado na etapa sistemática. Essas memórias literais, especificamente, são aquilo que vai se assinalando nas primeiras tentativas de relato sobre o caso ou, melhor ainda, o que se constitui como uma síntese inicial sobre a tragédia (ex.: investigando sobre o décimo aniversário do 11/09 na *internet* e a atualização das memórias coletivas sobre a tragédia, Migowski (2013, p. 123-127) percebe uma recorrência às narrativas sobre onde o sujeito estava, por exemplo, quando se inteirou do ocorrido). E é uma síntese a que quase todas as recordações individuais se reportam para ter início, embora já nesse primeiro nível de visualização dos enquadramentos cada sujeito vá dando a ver as suas tantas experiências diversificadoras de sentidos sobre a tragédia escolar – o que vai se adensando ainda mais no decorrer dessas entrevistas em profundidade, tal como será explicado mais adiante no capítulo sobre as estratégias metodológicas da pesquisa.

De volta às etapas desse primeiro dia de cobertura televisiva pelas trilhas do que foi monitorado por Lucas Félix (2011), pode-se entender melhor a vivência desse evento a partir das múltiplas alterações feitas na programação regular da TV: o programa “Bem-Estar” e a “TV Globinho” – horário de desenhos animados que foi substituído, em 2013, pelo “Encontro com Fátima Bernardes” – foram depostos da programação para que fosse apresentado um tipo especial e deslocado de “RJTV”, telejornal diário do Rio de Janeiro com as notícias do estado. De toda maneira, o programa ainda levava o nome da atração substituída, que era comandada pelos jornalistas Fernando Rocha e Mariana Ferrão, mas sua condução foi passada para Rodrigo Pimentel e Ana Paula Araújo na capital, com um plano de fundo diferente dos que são usuais em ambos os programas. “Bem-Estar” bateu seu recorde na média totalizando 10 pontos: o dobro da Rede Record. Ainda para o Rio, assim como para o estado de São Paulo, o programa “Globo Esporte” foi cancelado para que houvesse mais espaço de cobertura da tragédia. E cada estado seguiu com seu jornal local: o Rio de Janeiro com o “RJTV”; e São Paulo com o “SPTV”. O programa “Jornal Hoje”, que é apresentado por Evaristo Costa e Sandra Annemberg, saiu do ar por quinze minutos além do horário normal, dedicando depois praticamente a íntegra de sua edição para o caso. Durante a novela “O Clone”, a “Sessão da Tarde”, a novela “Malhação” e a novela “Araguaia”, edições extras do “Globo Notícia” entraram no ar a todo o momento sob o comando de Ana Paula Araújo – que ocupou a cobertura da manhã, com Pimentel, através do programa “Bem-Estar”. E a edição regular do mesmo boletim foi apresentada

logo depois pelo jornalista Vandrey Pereira. Nesse sentido, o dia foi realmente marcado por uma série de mudanças significativas no que era habitual para o público.

Parece oportuno antecipar, neste momento, que já na pesquisa exploratória essas alterações sem aviso na programação da Rede Globo foram lembradas pelos informantes como momentos de grande inquietação do seu dia, o que também pontua os trabalhos de recordação dos outros informantes na perspectiva de seu acompanhamento da cobertura ao longo da pesquisa sistemática. Apesar disso, muito do que se recorda estava sujeito às rotinas, aos comportamentos e às interações do cotidiano, ou seja, identifica-se um hiato entre as lembranças da manhã e da noite dessa quinta-feira, sendo a derrubada do “Bem-Estar” e a íntegra do “Jornal Nacional” dois eventos entre aqueles de maior presença nas recordações dos sujeitos comunicantes, que trazem marcas expressivas da recepção. Essa edição do “Jornal Nacional”, embora tenha abordado o fechamento da bolsa de valores, a cotação do dólar e a previsão do tempo, foi anunciada como edição especial. Entretanto, apenas um bloco do programa ficou reservado para esses e outros assuntos porque a base do noticiário foi, de fato, o massacre – com Fátima Bernardes, à época ainda trabalhando no telejornal, em ancoragem ao vivo da edição às portas da escola Tasso da Silveira. Na escalada do jornal o dia 7 de abril não foi referido, mas em dois tempos William Bonner conferiu significância histórica à data no encerramento da edição, que seguiu o exemplo do “Jornal Hoje” sendo igualmente ampliada em alguns minutos. Desde a hora em que a informação foi dada – por volta das 09h30m – até as 16h, a Rede Record teve um único tema sendo tratado em sua programação. A emissora convergiu os seus estúdios em São Paulo e Rio de Janeiro, despachando uma grande equipe de repórteres para Realengo. O padrão de cobertura da Record se manteve presente, conforme destaca Félix (2011), com ênfases sucessivas para as mesmas informações e até certa gritaria, mas, em uma questão de horas, a emissora acabou fazendo a mais ampla das coberturas nacionais, o que ficou em evidência com o uso de suas imagens na CNN e na ABC News.

Tanto a repetição de informações quanto a proporção da cobertura são outros dos aspectos presentes nas recordações dos informantes, que se referem ao fato do programa “Tudo a Ver” – em muitas ocasiões alheio às tragédias exibindo suas reprises – ter feito uma edição especial para a chacina, mais ou menos como na cobertura feita sobre a morte e o enterro do 24º vice-presidente brasileiro José Alencar algumas semanas antes, no dia 29 de março de 2011. Logo depois do programa “Tudo a Ver”, parecia que a grade havia voltado ao normal com a série norte-americana “Todo Mundo Odeia o Chris” em uma de

suas reprises, mas, após dois episódios, a Record repensou essa decisão e apresentou um plantão com o jornalista Reinaldo Gottino nos mesmos moldes do que vinha sendo feito no “Tudo a Ver” e, também, no “Record Notícias”. O especial alcançou a vice-liderança e reduziu a audiência do penúltimo capítulo da telenovela “Araguaia” na Rede Globo. O “RJ Record” foi comandado por Luiz Fernando Bacci no bairro de Realengo, enquanto o “Jornal da Record” também deslocou parte de sua bancada para o local, com a jornalista Ana Paula Padrão presente. E o “Jornal da Record”, além de traçar um perfil do atirador, dar grande atenção para o sofrimento dos parentes de mortos e sobreviventes da tragédia e fazer uma breve recordação sobre Columbine, mostrou imagens exclusivas de crianças jogadas no chão e gravemente feridas logo depois do tiroteio – imagens do tipo que, para os entrevistados desta pesquisa, nunca poderia ser esquecido. Além disso, houve também uma entrevista feita com o sargento Alves, considerado herói desse evento por impedir a fuga de Wellington para o outro piso do prédio onde mais crianças se encontravam. Essa decisão, aliás, foi uma das mais inteligentes no decorrer do episódio de violência escolar, como dizem os informantes da pesquisa e a própria opinião pública.

Esse panorama geral sobre a cobertura, até então, serve como um movimento de descrição empírica a partir do qual me sinto confiante para assinalar os enquadramentos que estavam surgindo: o primeiro, de uma perspectiva criminal, agenciava os aspectos de execução do massacre, atentando para os relatos da violência ocorrida nas dependências da instituição, os requisitos do atirador na seleção de suas vítimas, o confronto entre ele e o policial militar, o seu suicídio, as armas que utilizou e outras informações de caráter pericial-criminológico, com uma atenção recorrente para o desespero, o medo, o sangue no qual os alunos tropeçavam em suas fugas e a situação dos sobreviventes. No segundo enquadramento, que traz a perspectiva das vítimas sobre o massacre, são mobilizados os aspectos desse evento como uma experiência vivida, o que implica numa seleção de falas dos sobreviventes sobre o que sentiram naquele momento, a sua amizade com os amigos perdidos, como eles interagiram com o atirador, o que disseram, pediram ou fizeram para não morrer também, as suas histórias de vida e aquilo que havia de mais assustador, para eles, na *figura assassina* de Wellington. Nesse enquadramento também eram ouvidos os parentes, amigos e colegas dos alunos sobreviventes com relação ao decorrer do evento, sob um ponto de observação dos seus sentimentos. Já o terceiro enquadramento, em uma perspectiva de luto, atenta-nos não somente para o universo psicológico dos familiares e dos alunos que viveram pessoalmente – ainda que em distintas proporções – esses tiros,

mas, também, para os trabalhos de luto no bairro, com um agenciamento dos aspectos de mobilização comunitária, religiosidade e sofrimento coletivo, acompanhando as práticas de moradores do bairro em cada momento do percurso.

Um dia depois, as manchetes que despontam nas principais mídias cariocas, entre elas os jornais “O Globo” e “Extra”, apresentam os aspectos que são destacados por esse enquadramento do luto como os mais importantes do dia. No primeiro jornal, o título da única manchete que ocupa a sua capa é: “O pavor que o Rio não conhecia: massacre em escola de Realengo faz a cidade reviver o pesadelo da violência” (08/04/2011). Pesadelo de violência, segundo a chamada, seria o ressurgimento do medo num período em que o domínio do crime organizado, por exemplo, já havia sido enfraquecido: em partes, os enquadramentos midiáticos do Rio de Janeiro sobre a violência tendem a trabalhar nesse aspecto do retorno às vivências de uma *cidade maravilhosa* para fazer, em seguida, com que os fenômenos de violência então narrados sejam entendidos como situações únicas e irrepetíveis – o que é levado em conta no mapeamento exploratório de Freitas, Fortuna e Elias (2012) como estratégia comunicacional de combate ao enfraquecimento do Rio no seu estatuto de *marca* a ser internacionalmente consumida, seja no âmbito das atividades turísticas, seja nas efervescências coletivas de seus megaeventos futuros. Nesse sentido, as narrativas estão quase sempre numa alternância entre narrar o evento com ineditismo e evitar que isso prejudique os imaginários midiáticos de segurança pública.

Por outro lado, esse enquadramento também atenta – no aspecto da revivência de um pesadelo – para o fato de que Realengo parece reproduzir os ecos, doze anos depois, dos tiros em Columbine, ideia que é reforçada em sentido empírico pelo mesmo número de mortes em ambas as escolas e pelo mesmo mês de ocorrência. A foto de capa mostra uma aluna sem forças e chorando, no amparo de dois moradores do bairro, mas que não tem o nome identificado. Na capa do jornal “Extra”, por sua vez, o título é formado pelo trecho de uma recordação traumática da estudante Jady Ramos, à época com 12 anos de idade: “Me ajuda, me ajuda, não me deixa morrer!” (08/04/2011). É feita, na chamada, a descrição do evento pelo ponto de vista dos sobreviventes, que dão algumas ideias sobre esse massacre como uma *violência de gênero*, tendo em mente que o atirador procurava meninas para o extermínio e priorizava aquelas que lhe parecessem mais bonitas. Outros aspectos agenciados são o terror, os desmaios das crianças em choque – que facilitavam o trabalho de Wellington – e os pedidos de socorro. Nesse sentido, o enquadramento de capa não seria aquele do luto, no segundo jornal, mas sim do massacre em seu sentido de

experiência vivida, conforme destaquei no parágrafo anterior. E de volta às narrativas do jornal “O Globo” no primeiro dia de cobertura:

O massacre passo a passo (Infográfico).

“Impuros não poderão me tocar sem luvas”: em carta, monstro de Realengo revelou um perfil de fanatismo religioso; conhecidos o consideravam retraído (Reportagem).

Os mortos no massacre (Boxe).

Crime ganha destaque no exterior: jornais, revistas e TVs de todo o mundo relatam a primeira carnificina em escola no Brasil (Matéria).

“Deus nos colocou ali”: sargento que baleou atirador lamenta não ter chegado antes à escola (Reportagem).

Matador bem treinado com armas: a polícia investiga com quem Wellington aprendeu a manusear revólveres e carregadores (Matéria).

Atirador era vítima de “bullying” nos tempos da escola (Nota).

Atirador sofria de algum distúrbio de personalidade: segundo os psiquiatras, o mais provável é que ele fosse esquizoide (Nota).

Perfil falso de Bolsonaro postou ataque 7 dias antes (Nota).

Nessas narrativas, o enquadramento criminal percorre não apenas a investigação do planejamento feito pelo atirador para a chacina, seu *modus operandi*, as informações de caráter técnico sobre a sua experiência com os revólveres, carregadores e projéteis, a entrada em cena da polícia militar e o heroísmo do sargento Alves, mas também algumas pistas sobre seu sofrimento psíquico grave – já sendo apontado, conforme o psicanalista Anchyses Jobim Lopes (2012, p. 25-30) ressalta em sua análise sobre a cobertura, como resultado de uma personalidade esquizoide, ainda que o diagnóstico fosse impreciso – e uma consideração do *bullying* que sofria quando estudava na mesma escola afetada pela tragédia. Já nesse momento se pode perceber que a história de vida traçada a respeito de Wellington é um objeto restrito ao enquadramento criminal. E seu perfil psicológico não é tão levado em conta, assim como as causalidades desse seu comportamento destrutivo, o que significa para Lopes, em citação da filósofa Hannah Arendt, a própria *banalidade do mal*: isso porque tais narrativas somente consideram o quanto pessoas aparentemente comuns podem cometer atos monstruosos, sem muita referência às lógicas psicossociais de eventos dessa natureza e, igualmente, àquilo que eles gritam sobre o mundo. Ao lado disso, ainda na mesma edição também temos o enquadramento da experiência vivida, tal como escolhi chamar essa perspectiva de produção do acontecimento:

Lição de crueldade em sala de aula: homem armado entra em escola, executa 12 crianças, fere outras 12 e depois se mata (Reportagem).

A dor dos que perderam suas crianças: na escola e no IML, parentes choram a morte de alunos e falam do medo durante o ataque (Matéria).

Mesmo sendo minoritárias, essas narrativas aparecem marcadas por uma seleção de aspectos que tem a natureza de um enquadramento porque estão no abismo entre uma perspectiva criminal, que trata das dimensões de ocorrência desse evento em um sentido tecnicista com fontes, relatos, convenções e angulagens priorizando o *oficialismo*, e uma perspectiva de luto cujos elementos de *framing* atentam para os parentes e vítimas dessa tragédia quase sempre por sua experiência emocional, sem atribuir tanta autoridade para essas pessoas – que em verdade são personagens concretas do massacre – nos processos de recontagem do episódio. Isso me fez lembrar, por exemplo, de uma palestra dada por Marilena Chauí em um circuito promovido pela Universidade de São Paulo (USP) no dia 28 agosto de 2012. Entre os assuntos foram abordadas as construções sociais de ética na capital do estado e, mais amplamente, no próprio país: como parte de um alargamento da vida privada nos âmbitos do espaço público, Chauí entende essa limitação midiática dos sujeitos a emoções e sentimentos, especialmente quando eles vivenciam tragédias, como uma colonização de suas falas e, mais do que isso, uma *expropriação* do seu estatuto de atores sociais. Isso lembra muito, por exemplo, o que Stuart Hall (2003) vinha alertando desde a década de 80: o sujeito comunicante tem um potencial de autonomia, alterando a cada ato de significação o estado efetivo de todos os sentidos preexistentes, o que inclui ou deveria incluir sua participação no espaço midiático.

Não é como se isso fosse realmente uma novidade nos estudos de jornalismo, por exemplo, mas de todo modo esse fenômeno me pareceu, pessoalmente, um sintoma ainda mais sério do que se vive no Brasil por ser explorado como objeto político, visto que eu mesmo não observava a entrevista, em contextos mais factuais, por essa perspectiva das restrições de agenciamento sobre os sentidos dos acontecimentos. E é preciso dar ênfase à proporção minoritária do enquadramento porque nessa edição do primeiro jornal foram apenas duas narrativas e, tanto em suas outras edições quanto nas do segundo jornal, essa limitação se repete. Adianto isso para facilitar a leitura dos próximos dados, levando em conta que estão sendo observados num movimento de contextualização – sem a natureza epistemológica de um problema-objeto. Retornando aos objetos narrativos, esse abismo entre enquadramentos do qual falei vai se evidenciando da seguinte forma:

HemoRio fez apelo e 900 pessoas se ofereceram para doar sangue: entre os doadores, 70 são policiais de UPPs da Mineira e do São Carlos (Matéria).

Médicos e enfermeiros choravam: profissionais do hospital Albert Schweitzer trabalharam com lágrimas nos olhos (Nota).

Tragédia deixa pais e professores apreensivos: nas redes sociais, muito medo e tensão (Boxe).

“Esses brasileirinhos que foram tirados tão cedo da vida”: ao falar da morte das crianças, durante cerimônia no Palácio do Planalto, a presidente Dilma chorou e pediu um minuto de silêncio (Matéria).

Vizinhos correram até a escola para ajudar: moradores prestaram socorro e deram abrigo às vítimas (Matéria).

Logo acima temos três matérias, um box e uma tímida nota: esses quatro textos se atentam para elementos como medo, tensão, socorro, abrigo, solidariedade, lágrimas, silêncio etc. Percebe-se de novo que os viventes da tragédia, sejam eles protagonistas ou coadjuvantes, são restritos pelos textos ao que estão fazendo nessa mobilização coletiva, com tarefas distribuídas em meio ao seu sofrimento. Esse seria o enquadramento do luto: por um lado, essas narrativas midiáticas até o momento não parecem estar lançando mão de artifícios e outros recursos excessivos para narrativizar a tragédia de uma maneira tão antiética, o que penso como um aspecto empírico de significância; por outro lado, não é trazido qualquer relato popular que trate do evento em si e possa organizar – mesmo que um pouco – os tantos sentidos produzidos em um contexto dessa natureza, isto é, aqui o *corpus* me desconstrói oportunamente enquanto sujeito pesquisador. Devo perguntar, por exemplo, o que seria de fato esse meu entendimento sobre ética, porque a situação em si evidencia que não é suficiente a ideia de uma narrativa *sóbria* – como era dito na minha época de graduando quando alguém tentava fugir do paradigma da objetividade sem, no entanto, efetivamente dissociá-lo de suas práticas.

Esse questionamento é essencial porque não há autoridade narrativa. Nem mesmo a apreensão de familiares e docentes nas mídias sociais é explorada pelo que poderia ter de mais competente em suas informações sobre o episódio de violência escolar, agência essa que foi delegada pelas mídias ao enquadramento criminal, estendendo-se ainda para o enquadramento político estabelecido um dia após a tragédia. Em uma de suas matérias é evidenciada a fala do governador Sérgio Cabral, em ofício pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), enquanto o pronunciamento da presidenta Dilma, num contraste de vozes, é integrado ao enquadramento do luto, onde sua participação em uma cerimônia oficial do Palácio não é suficiente, pelo que se nota, para contextualizar a sua fala nesse agenciamento político de sentidos. Em outras palavras, esses enquadramentos têm aspectos de seleção não somente gerais, como eu expliquei em relação às falas e aos demais operadores de *framing* para a dimensão factual, mas também *estrutos*, colocando em jogo uma acepção política também entre as vozes de atores desse meio. Então, existe nessa clivagem narrativa um apagamento de sentidos, ainda que em proporção um tanto

minimizada pelos próprios aspectos empíricos de cada relato oral, tendo-se em vista que Sérgio chama o assassino de *animal e psicopata* enquanto a presidenta Dilma se entrega às lágrimas. E talvez essas diferenças digam muito sobre cada um. De volta aos textos, a perspectiva política nos traz os seguintes títulos:

Escolas municipais não têm porteiro: quantidade de inspetores também seria insuficiente, com apenas 550 para 1063 colégios (Matéria).

Governo planeja tirar armas de circulação: o Ministério da Justiça reeditará a campanha pelo desarmamento (Reportagem).

Rio tem 581 mil armas ilegais (Nota).

Um crime de difícil prevenção: ataque foge dos padrões da violência urbana (Matéria).

Políticos lamentam atentado (Nota).

Para o governador, “um animal”: em Realengo, autoridades prometem ajuda a estudantes, famílias e professores (Matéria).

Não deixei de incluir na citação essa narrativa sobre o governador do estado, que comentei logo acima, porque ela funciona como uma prévia daquilo que logo adiante se torna o *enquadramento do ódio*, com textos voltados desde seus títulos e subtítulos para uma desqualificação estereotípica e estigmática do atirador – o que, em boa medida, tem o seu endosso nos relatos de alguns dos informantes que participaram desta pesquisa. No mais, as narrativas em adjacência a esses enquadramentos primeiramente observados se reportam aos tiros na escola de Columbine, por exemplo, num movimento de recordação midiática, bem como ao assassino que invadiu onze anos antes da tragédia em Realengo a sala de um cinema paulistano, matando três pessoas e ferindo outras quatro. E também se faz em nota uma referência única a outro evento ocorrido na zona oeste carioca, onde uma bomba malvina – popularmente conhecida, em sentido tabuístico, como *cabeção de nego* – feriu quatro alunas numa escola do bairro de Campo Grande.

Só não é por acaso que percebo nesses dados uma fronteira. Essas narrativas são adjacentes aos enquadramentos principais porque tentam trazer marcos referenciais para a significação do acontecimento na perspectiva de outros incidentes, percorrendo os seus contornos, nuances e especificidades, mas não trazem grandes constatações sobre aquilo que se passa em Realengo, reforçando o que as narrativas dos enquadramentos já dizem sobre o caso. Nesse sentido, a recordação midiática não tem elementos que poderiam ser qualificados como operadores de um *framing*, o que explica a minha constatação anterior de que essa cobertura foi bastante autônoma em sua relação estabelecida com os sentidos

sobre a escola secundária de Columbine, ou seja, os textos abaixo partem do retrospecto como sua tônica narrativa, mas o retorno ao acontecimento de Littleton não eclipsa o que foi produzido a partir do evento em Realengo, tal como tende a acontecer nas coberturas dos episódios norte-americanos mais recentes de violência escolar.

Escola na mesma região sofre ataque a bomba: quatro alunas de colégio em Campo Grande são feridas por artefato de fabricação caseira (Nota).

Crime em cinema de SP chocou o país: há 11 anos, universitário invadiu uma sala, matou três pessoas e feriu quatro (Boxe).

Chacina em uma escola do Colorado ganhou as telas: filme foi premiado em Cannes (Nota).

EUA, um palco recorrente de atiradores: desde a década de 60, estudantes e professores são surpreendidos pela violência (Matéria).

Nos EUA, porte de armas perto de escolas é crime: as mortes em Columbine provocaram uso do detector de metais (Nota).

Do primeiro dia de cobertura ocupado pelas duas emissoras da televisão aberta à suítagem multimidiática do caso, com uma predominância perceptível dos impressos na recordação de cada um desses sujeitos comunicantes entrevistados que apresentarei mais à frente, o acontecimento deixa de ser enquadrado como massacre ou tragédia, passando a ser chamado de “Massacre em Realengo”, isto é, os sujeitos agora estão se informando sobre um assassinato em massa que aconteceu *no bairro* de Realengo. Esse é um aspecto empírico que também sinalizo porque nas narrativas da outra mídia impressa, o “Extra”, esse evento é enquadrado como “Massacre na Escola”, apesar de boa parte das tentativas de assim intitulá-lo ou então tratá-lo – mais especificamente – como “Massacre da Tasso da Silveira” ter conseguido pouca aderência popular, levando a segunda mídia ao uso da convenção linguística proposta pelos enquadramentos do jornal “O Globo”. A princípio, esses nomes para o acontecimento são utilizados, mais especificamente, nas cartolas dos jornais. No entanto, o título mais icônico foi incorporado, nos seguintes dias, às próprias narrativas. Essa cobertura dá a entender, de fato, que a evidência do bairro como cenário de uma chacina está se tornando *marco referencial* sobre o acontecimento, em paráfrase de Goffman, com o enquadramento do luto coletivo na simbolização do evento, o que se diferencia do posicionamento de Columbine, em Littleton, como imagem de sua própria tragédia, dada a proporção dos enquadramentos criminais no percurso de sua cobertura e o abuso das memórias literais sobre o evento nos anos seguintes.

É por isso que a investigação de Stephanie Stillman (2008) também assume uma perspectiva simbólica no decorrer de seu trabalho teórico para contemplar a persistência

de específicas imagens nas memórias enquadradas da pequena cidade, iluminando esses aspectos empíricos que ela passa a chamar de *assombros da memória*: o massacre parece se repetir em *loop* na escola, com fantasmas vagando sem rumo pelos corredores, porque a literalidade memorial foi saturada e, mais ainda, porque os trabalhos de enquadramento estabelecem a instituição como um marco interpretativo. Nessa via, algumas lembranças da tragédia se tornam arquetípicas a ponto da sua narratividade se voltar para si própria, com um grau excedente de autorreferências. É também em razão disso que tantos outros eventos dessa natureza parecem reproduzir imagens que já foram assistidas, o que resulta do *saber antes* referido por Mata (1999). Mas não só uma comparação entre os *framings* e convenções de ambos os acontecimentos parece importante. Também percebo que nas duas coberturas os enquadramentos de ódio irrompem muito mais em meio a tudo que se está dizendo. Nos textos do “Extra”, por exemplo, o estigma é enfático:

O monstro: ele não tinha amigos, time, namorada, nada. Era um zé-ninguém sonhando ser homem-bomba (Reportagem).

Fracasso na vida e no trabalho: o monstro esteve para ser demitido por se comportar como um bicho do mato. Depois, virou um animal (Matéria).

“Ele é um psicopata, um animal”: governador Sérgio Cabral decreta luto de três dias no estado e questiona como o atirador aprendeu a manusear armas (Reportagem).

“Vira pra parede que eu vou te matar”: e foi assim que um maluco decretou a morte de dez meninas e dois meninos que não tiveram outra opção a não ser a de obedecer e morrer (Manchete).

Um gato preto era o seu melhor amigo (Nota).

Cenário de destruição dentro da casa do assassino (Nota).

A besta: ele não tinha amigos, time, namorada, nada. Era um louco sonhando ser homem-bomba (Reportagem).

Preciso lembrar, antes de prosseguir nesse trabalho interpretativo, que justamente a perspectiva teórica de Todorov (2000) me prepara – em algum nível – para lidar com a presença de boa parte das *narrativas de ódio* numa recordação individual, lendo-as pela sua construção e pelos processos nela envolvidos, uma vez que não me interessa pensar, por exemplo, na qualidade desse tipo de relato: e não vou julgar sujeitos por algo que, no contexto de um assassinato em massa ou mesmo depois disso, é sentido como resposta à brutalidade do evento. Não é disso que se trata a pesquisa. No máximo, como realmente acontece na etapa sistemática, assinalo *persistências* desse ódio na recordação do sujeito comunicante e, também, as marcas que indicam o lugar ocupado pela recepção midiática e pelos *lugares de mediação* no trabalho das suas memórias. Por outro lado, os meios de comunicação são uma instância selecionadora de aspectos desse acontecimento. E ainda

em relação à etapa sistemática, fiquei sobressaltado ao perceber que dois informantes só seguiram essa *recordação-trabalho* no amparo de suas competências midiáticas até certo ponto, deixando-as de lado quando perguntei se foi relevante a condenação do assassino na cobertura do evento. A resposta de um deles não poderia ser mais significativa: “Isso é justiça, né?”. Quer dizer, a minha preocupação recaía sobre os usos e apropriações feitos desses qualificativos de ódio estabelecidos pelos meios, mas, ao mesmo tempo, o que me interessa é reconhecer que não apenas fiquei sem palavras, nesse momento da entrevista, como também não tive aptidão nenhuma para pensar no que significava esse sentimento de justiça então expressado de maneira enfática por um dos entrevistados.

Em função disso foi que, ampliando o último subcapítulo, tratei sobre como essa noção tão cara de *justiça* pode ser problemática. Há algum tempo, quando dos processos judiciais que prometiam reanimar a memória nacional francesa sobre o nazismo, Simone Veil se levantou para perguntar se eles seriam, realmente, necessários para manter viva a memória desse período (*Ibid.*, p. 56). Veil é uma política feminista que, sobrevivendo ao campo de Auschwitz, foi muitas vezes ministra e, além disso, a sexta mulher na história da Academia Francesa a ocupar uma de suas cadeiras, com um dos maiores discursos já feitos na Europa sobre o aborto e os direitos reprodutivos. Tendo sido deportada, no ano de 1944, para o campo de extermínio – com transferência posterior para Bergen-Belsen, no noroeste da Alemanha – e perdido quase toda a sua família, Veil entende que fazeres de justiça como esses representam, em termos históricos e políticos, muito mais um tipo de *recordação burocrática* do que uma luta efetiva por reparação moral ou mudanças na cultura política, sendo em função disso um veículo de memória que no máximo reforça, em um novo tempo, os enquadramentos preexistentes.

Mas também é evidente, por força dos próprios dados, que nessa cobertura ainda não se está atualizando uma memória do ocorrido – e sim *produzindo* um acontecimento a partir dele. Mesmo assim, essa percepção sobre justiça ainda parece muito importante, por exemplo, na perspectiva teórica de Jelin (2002) e Todorov (2000), tendo-se em vista que o *culto à justiça* nem sempre a concretiza porque em nome do passado muitas vezes atuamos sobre o nosso presente em uma menor medida (*Ibid.*, p. 58). Isso quer dizer que tanto a burocratização dessas memórias sobre o nazismo – que foi endossada por muitas pessoas – quanto o trabalho de desqualificação do atirador na cobertura e na recordação midiática não dão conta de recuperar o extermínio em um *sentido exemplar*, nas palavras que empresto do filósofo búlgaro. Mas num sentido teórico, o que isso significa de fato?

Existe aí uma via dupla: de um lado, esses sujeitos comunicantes estão como que em um trabalho de psicanálise, neutralizando a dor causada pelas lembranças para controlá-las e marginá-las; do outro, esse luto deixa de ser privado quando acontece sua implicação na esfera pública através de múltiplos processos, entre eles os midiáticos, sendo aberto para a interpretação e as analogias numa tentativa de construção do *exemplum*, ou seja, de um marco referencial específico cujos aspectos tenham algo a dizer sobre a realidade vivida e suas problemáticas sociais. Nesse sentido, o passado se converte em princípio de ação para o presente (*Ibid.*, p. 31). E isso importa porque, em sua trajetória de vida, o atirador de Realengo foi diagnosticado como portador de sofrimento psíquico grave, não teve sua personalidade esquizotípica problematizada no âmbito escolar, o que é uma realidade no país como um todo, e então não foi poupado das agressões psíquicas e físicas – às quais chamamos de *bullying* – historicamente tratadas como práticas indissociáveis do campo educacional e até mesmo intrínsecas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, os enquadramentos de ódio fazem justamente o contrário daquilo que a tragédia como um sintoma de nossa cultura deveria significar no espaço público.

Levando em conta aquilo que se refere ao luto coletivo, não se poderia dizer para uma pessoa que o seu sofrimento é comparável ao de tantas outras, tendo também de ser consciente em relação ao que essa tragédia explica sobre o mundo, e que por isso ela não deveria pensar, somente, no que afetou a sua vida. “Há que se insistir, acima de tudo, em não menosprezar esse ponto de vista subjetivo: para o indivíduo, a experiência [vivida] é singular e, além disso, a mais intensa de todas” (TODOROV, 2000, p. 35). Não se trata, por isso, de um sofrimento simplesmente obsessivo e egoísta. É verdade que os sujeitos, no trabalho de luto, são tomados por autorreferências, ódio, contradições, esquecimentos e mais outros processos que podem entravá-lo ou também estendê-lo, mas esses aspectos fazem parte, em boa medida, de algo que eles próprios estão executando, o que lhes dá o direito, sim, à última palavra sobre aquilo que sentem. Não se trata de concordar com as opiniões todas do sujeito comunicante. Nem mesmo de aceitá-las. Mas de entender que, na condição de pesquisador, apontar *falhas* nos trabalhos memoriais do sujeito – se é que realmente existe um trabalho perfeito – pode implicar numa problemática epistemológica à medida que a lembrança for mais significativa para o autor da pesquisa do que os seus processos formativos no âmbito da recepção.

Ainda assim, no seu estatuto de matrizes produtoras e organizadoras de sentidos, relembando agora a perspectiva teórica de Mata (1999) e Maldonado (2002), as mídias

produzem um acontecimento na tentativa de ofertarem uma *seleção de aspectos* sobre o evento que, em distintas perspectivas, possam orientar os sujeitos em suas miradas sobre a tragédia e ajudá-los no entendimento da sua multiplicidade de sentidos – o que ampara seus trabalhos de luto e se concretiza por meio dos usos e apropriações feitos no âmbito da recepção. Isso seria o que penso como mediação dos trabalhos de luto ou memória e, diga-se de passagem, nada disso me parece colonizador ou pretensioso demais. Trata-se daquilo que os meios de comunicação assumem como a sua empreitada cotidiana. De toda maneira, esses enquadramentos de ódio parecem legitimar aquilo que os sujeitos já estão sentindo e ao mesmo tempo vivenciando como *assombros*, nos termos de Stillman (2008), assim como os enquadramentos criminais e políticos parecem furtá-los do direito à autoridade narrativa sobre algo que é a sua experiência vivida. Mas não apenas isso: o acontecimento também vai pouco além de si próprio ao erguer um muro intransponível, como reflete Todorov (2009, p. 36-37), entre nós e o mal, identificando-nos apenas com os heróis e vítimas para em seguida expulsar da humanidade os agentes desse mal – sem propor que também nos identifiquemos com aqueles que, ao apagar, silenciar ou oprimir portadores de sofrimento psíquico, fazem disso uma condição humana que simplesmente não se encaixa no mundo, implicando em consequências irreparáveis.

Dizer que Wellington não é um monstro e nem um gênio do crime é diferente de considerar que seu ato não tenha sido monstruoso e, portanto, plenamente imputável. A personalidade esquizotípica sem dúvida pode ser incluída como uma dentre várias causas, mas não a única. Essa ausência de um diagnóstico psiquiátrico [...] não isenta, mas, ao contrário, obriga-nos a buscar [...] fatores coadjuvantes que tornaram a barbárie uma realidade. E também a investigar um pouco mais o porquê da necessidade de patologização, presente tanto nos profissionais quanto na mídia, de algo como a crueldade e a vingança (Lopes, 2012, p. 30).

Mas podemos levar em conta, por exemplo, as pressões sociais que são exercidas durante a cobertura de eventos como esses. Em sua investigação de doutorado, Stillman descreve a presença de agendas políticas, religiosas e também comunitárias na cobrança pelos enquadramentos de ódio: de problemáticos e assassinos os alunos Dylan Klebold e Eric Harris passaram à condição de monstros, doentes, vagabundos, covardes e animais, com uma devassa presencial e *online* de tudo aquilo que lhes dizia respeito, desde jogos para computador e consoles até os boatos adolescentes que circulavam sobre os dois pela escola secundária de Columbine. É esperado que, num contexto de disputas, os meios de comunicação estejam igualmente sujeitos a essas agências coletivas de sentidos, havendo em suas narrativas uma incorporação de práticas e/ou convenções sociais que significam

eventos dessa natureza frente a uma série de *matrizes culturais*, trazendo mais um pouco do trabalho teórico de Martín-Barbero (1997) à pesquisa. Nessa malha de dados culturais estabelecidos ao longo da história se encontram estereótipos, enquadramentos e estigmas que não desaparecem por conta própria. Eles se atualizam num contexto de midiatização cujos paradigmas deontológicos e éticos são postos em xeque a cada revivência dos atos pelos quais a tragédia como acontecimento veio a ter algum sentido, em regresso ao que a perspectiva simbólica de Teresa Sádaba (2007) permite considerarmos.

No mais, parece não bastar a imagem do atirador como pessoa de comportamento assassino cuja performance na tragédia de Realengo nunca será esquecida. Wellington é réu confesso, como lembram Bianchi e Golembiewski (2012, p. 56), então a condenação já está presente nos sentidos do próprio ato em si. Mas talvez essa descrição seja factual demais, porque as narrativas o chamam de monstro, zé-ninguém, animal, bicho do mato, louco, psicopata, maluco e fracassado, em um nível estigmático. E fazem em seguida um movimento estereotípico que o retrata como um homem sem namorada, companheiros e time de futebol. Além disso, ele nunca veste bermudas e tem um gatinho preto como seu único amigo, vivendo uma obsessão por jogos violentos, atentados terroristas e discursos religiosos de matriz muçulmana extremista, o que compreende a fantasia de se tornar um homem-bomba. Essa estereotipagem da sua trajetória de vida não é tão diferente daquilo que foi dito sobre Klebold e Harris, talvez porque a própria investigação policial também seja endereçada pelos marcos de interpretação já estabelecidos sobre perfis de atiradores do tipo. Mas essa seria uma problemática para outra pesquisa. De toda maneira, imagino que a projeção desse perfil, por aquilo que nos apresenta em sua literalidade, dispensa qualquer outro movimento interpretativo.

É de se perceber que esse enquadramento criminal então funciona como um tipo de paradigma, operando em níveis sintáticos, semânticos e até mesmo ideológicos nessa agência de dados biográficos sobre o atirador. Isso é o que Sádaba (2007) entende como um *estereótipo*. Mas essa não seria simplesmente uma problemática jornalística, pois os informantes da pesquisa também se recordam de aspectos desse enquadramento criminal em programas televisivos, apesar de não saberem me apontar algum. No telejornalismo, até onde vão os mapeamentos exploratórios do caso midiático (FÉLIX, 2011; SANTOS, 2011), considera-se que o enquadramento priorizou os aspectos de investigação policial, assim como nas revistas de ampla circulação do país (DUARTE *et. al.*, 2012), entre elas a Veja, a Época e a IstoÉ – cujas narrativas também são trabalhadas ao longo da análise

descritiva de Bianchi e Golembiewski (2012). Numa de suas capas, por exemplo, a *Veja* traz o seguinte título: “O monstro mora ao lado: como saber quando a loucura assassina emergirá das camadas profundas de anos de humilhação, solidão e frustração?”. Atrás da frase é apresentada, em cor vermelha, uma foto 3x4 do atirador. Na recordação de quase todos os informantes, tanto na etapa exploratória quanto na sistemática, não é essa a foto que causa seus assombros de memória, mas sim a dos jornais:



Imagem: Wellington Menezes de Oliveira (Registro de Identidade Civil).

Em uma das narrativas o atirador foi chamado de *monstro*, por exemplo, e o texto teve uma grande aceitação do público, sendo depois reeditado com poucas alterações no seu conteúdo. Mas o título então passa a retratar Wellington como uma *besta*, no sentido mítico-religioso da expressão, e nas duas versões da narrativa a foto de seu documento é utilizada em preto e branco, como que numa tentativa – eficaz, pelo que os entrevistados apontam – de potencializar a sua pregnância fantasmagórica, por assim dizer. Ambas as narrativas foram destacadas mais acima, na categoria do enquadramento de ódio. E essa foto foi apropriada pelos sujeitos da pesquisa, assim como as qualificações estigmáticas, em diferentes perspectivas: alguns pela literalidade da narrativa, outros pela mediação da *cultura religiosa* etc. Isso é até esperado dos processos de apropriação porque os sujeitos comunicantes destacam os operadores de *framing* da sua origem, combinam fragmentos

da narrativa ao seu repertório de conhecimentos e produzem algo *não-sabido* no âmbito da recepção midiática, dada a sua “capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações” (CERTEAU, 1994, p. 264). Essa seria outra explicação possível, em uma perspectiva mais ampla, daquilo que é desenvolvido na problematização teórica sobre os referentes e, também, os processos de sua construção coletiva – em meio a negociações, dissensos, disputas por fala e alguns outros agenciamentos de sentidos, que são dados de importância para Pollak (1989; 1982) e no trabalho teórico de Martín-Barbero (1997) se tornam mediações inscritas nesse universo da recepção midiática. Mas a memória não é apenas assombrada pelas imagens. Algumas delas são celebradas:



Imagem: Jadson Marques (Extra).

Nessa foto o atirador já está morto, após o seu confronto com o sargento Alves e o suicídio que sucede esse encontro. E a imagem também está disponível em quase todas as narrativas publicadas na *internet* sobre o episódio, tendo sido amplamente utilizada na cobertura do caso: a sua reprodução esteve presente nos telejornais, na revista eletrônica do Fantástico e noutros programas de televisão, além dos próprios impressos – entre eles o Extra e O Globo. Procurei a imagem para destacá-la no subcapítulo por acontecer uma espécie de *culto* à memória desse desfecho que é simbolizado por ela, não só porque nas escadas parece acabar o horror e se impedir que mais outras crianças sejam assassinadas, mas também porque, segundo um entrevistado, nas vezes em que se fala sobre o atirador numa perspectiva de ódio é justamente essa a imagem que, quando lembrada, passa uma

sensação de *justiça sendo feita*, como se Wellington fosse morto a cada recordação. Daí a minha preocupação com as persistências e essa noção de justiça: o assassino é alguém que assombra a memória do sujeito comunicante e, para que essa lembrança seja por fim neutralizada, ele também precisa recorrer àquela de sua morte.

Mas o processo parece condenado a uma repetição cíclica, como Stillman (2008) explica que acontece na cidade coloradense de Littleton, porque essa celebração parte de um sentimento revanchista – ou vingativo – cuja potência de neutralização é quase nula, o que não possibilita um controle efetivo da lembrança e, menos ainda, seu afastamento definitivo: nesse sentido, a imagem de Wellington está presa a uma *espiral de memórias*, como prefiro ilustrar esse processo, pois uma depende da outra para persistir. Em termos teóricos, Jelin (2002, p. 16) explica que *afastar* a lembrança – o que para Todorov (2000, p. 31) seria *marginalizá-la* – não significa esquecê-la, afinal ela é uma parte daquilo que esses sujeitos viveram no seu trabalho de memórias e dificilmente terá a sua importância apagada ou substituída. O afastamento significa uma tomada de distância desses sujeitos em relação ao passado, sendo então um dos deveres mais trabalhosos no exercício de sua subjetividade que implicam, apesar disso, num aprendizado profundo sobre o sentido da recordação como um princípio para a vivência do presente: somente entendemos o que a justiça significa quando levamos em conta que ela talvez já esteja sendo feita no próprio trabalho da memória, pois num caso como o massacre de Realengo ela nunca poderá ser feita pelo protocolo de talião. Wellington está morto, afinal. Não ter mais a quem culpar, de uma etapa à outra, deixa de significar um sofrimento para os indivíduos, tornando-se aquilo que eles esperam do encerramento de seu luto coletivo. E nesse momento é que o trabalho de Clio e Mnemosine se completa.

De volta às narrativas, no dia 9 de abril a proporção dos enquadramentos ainda é a mesma: entre os aspectos selecionados, aqueles que mais explicam o episódio e tentam produzir a partir dele um *exemplum* são agenciados pelo enquadramento da investigação criminal, que se ocupa da procura por indicadores de planejamento desse assassinato em massa. Wellington manifestou uma intenção de matar – *animus necandi* – que parece ser anterior ao evento porque ele tem domínio sobre a preparação e o manuseio imediato de carregadores, revólveres e projéteis, além de efetuar disparos em direção a pontos vitais das vítimas, entre eles as suas cabeças. Essa conduta, de acordo com as quatro narrativas publicadas no mesmo dia pelo jornal “O Globo”, não pode ser entendida senão como um padrão de comportamento derivado daquilo que os estudos psicopatológicos classificam

como *transtorno de personalidade antissocial*, mais conhecido na cultura popular como sociopatia ou também psicopatia, apesar das narrativas posteriores apostarem na ideia de uma personalidade esquizoide. No entanto, um diagnóstico psiquiátrico mais apropriado para o atirador, segundo o psicanalista Anchyses Jobim Lopes, talvez fosse o *transtorno de personalidade esquizotípica*, visto que esse seu comportamento vem de uma estrutura caracteriológica formada desde sua infância – isto é, de um *tipo* – e não de um processo que foi desencadeado ao longo da sua história como sujeito e, portanto, poderia ter o seu início cronologicamente delimitado. Mas o autor desdobra esse argumento:

Os seus colegas de colégio sempre o definem na adolescência como [alguém] muito calado, tímido e sem amigos. Já na vida adulta, nas várias entrevistas com os seus irmãos e vizinhos, esta descrição se mantinha constante: sempre isolado, sem amigos ou namoradas e quase sempre trancado em casa, fixado na *internet*. Em nenhum dos depoimentos há traços que levem ao diagnóstico do transtorno de personalidade antissocial. A carta de suicídio revela que ele tinha firme intenção de também se matar no massacre, o que é muito raro em tais personalidades. No massacre ocorrido na Noruega, três meses depois, o assassino matou 85 jovens, não se suicidou, nunca demonstrou [...] remorso e até hoje aparece sorridente para as câmeras. Aqui sim podemos estar diante de um clássico diagnóstico desse tipo de personalidade, que já teve o rótulo de sociopatia (LOPES, 2012, p. 28-29).

Nesse sentido, voltando ao artigo que foi citado no fim do primeiro subcapítulo, a personalidade de Wellington não poderia, por exemplo, ser pensada como *amok* (LIMA, 2011, p. 130) – uma palavra de origem malaia empregada pela psiquiatria para designar sujeitos tomados por uma fúria cega que matam pessoas e animais sem motivo aparente, suicidando-se ao fim de seu ato – ou *antissocial*. Anchyses explica que isso não procede porque o atirador de Realengo deixou fotos, textos e vídeos que apresentam suas razões sentimentais, ideológicas e até mesmo religiosas para o evento, o que resulta num misto de crenças mal costuradas totalmente atípico ao ambiente cultural em que Wellington se desenvolveu historicamente como sujeito. Por isso, a personalidade do atirador tem mais a estrutura caracteriológica de alguém esquizotípico, que normalmente engendra crenças e pensamentos mágicos estranhos às normas culturais que marcam sua trajetória de vida, manifestando uma adesão profunda à ideia de *superestruturas* que afetam o mundo e, de alguma forma, estão ligadas a esse sujeito ou implicam em problemáticas de uma ordem específica que somente ele poderia resolver (LOPES, 2012). Entre essas superestruturas podemos ter entidades espirituais, sociedades secretas e, até mesmo, alguma essência do mal que na perspectiva do sujeito parecem estar tomando conta da realidade e precisarão ser enfrentadas por meio de algum ato interventivo mais radical. E nesse caso, os relatos que o atirador deixa para serem explorados após o seu suicídio são bastante enfáticos no

que diz respeito à sua intenção de *esconjur*ar essa força estranha da qual ele também foi vítima no passado, concretizando a sua missão através do extermínio de estudantes que, evidentemente, nunca foram os vetores desse mal.

Nesse sentido, está claro que Wellington realiza todo um planejamento desse ato final na escola Tasso da Silveira, o que poderia qualificá-lo como um sociopata, mas, ao mesmo tempo, parte de uma crença que transforma o extermínio em vingança simbólica voltada não para seus agressores do passado, mas para a promoção de um discurso sobre esse mal. Interpretando essas crenças mais a fundo, o próprio crime funciona como uma tentativa de produzir o *exemplum* teorizado por Todorov (2000), o que é veementemente recusado pela maioria das mídias porque assumir essa *moral da história* significaria dar razão para o assassino de Realengo. É também por isso que se problematiza muito pouco essa relação entre o sofrimento psíquico e o *bullying* do campo educacional inclusive nas entrevistas em profundidade da etapa sistemática, uma vez que a consciência do atirador sobre aquilo que fez no bairro carioca parece plena para os sujeitos comunicantes e, por isso, aceitar essa lição seria como uma desonra à memória das vítimas.

Nada é tão simples nesse episódio de violência escolar. Isso é bem evidente. Mas em termos psicológicos essa metaconsciência típica de um sociopata não existe para um sujeito esquizotípico, ainda nas palavras de Lopes, porque ele realmente acredita ter um encargo divino de produzir sentidos, à força, com seu ato interventivo. No ponto de vista do sujeito, sua *missão* transcende o próprio crime quando ele por fim ensina algo para o mundo. Isso é percebido, de acordo com o psicanalista, pelos discursos do assassino, que recorrem a raciocínios muito vagos, circunstanciais, metafóricos, herméticos e, também, estereotipados, tendo-se em vista que a sua fala reproduz os padrões da carta de suicídio deixada por Mohamed Atta – um dos que conduziram o voo de número 11 da American Airlines, primeiro aeroplano a se chocar contra as torres gêmeas do World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001 – e, além disso, remixa discursos religiosos, sentimentos e experiências de sua própria vida, conforme as narrativas assinaladas neste subcapítulo dão conta de contextualizar num sentido mais geral.

Mas a questão é maior, como mostra o material disponibilizado *online* na matéria do jornalista André Vargas (2011). No dia 13 de abril o jornal “O Globo” publicou uma grande reportagem intitulada “No estilo de um homem-bomba: Wellington gravou vídeo de despedida dois dias antes do massacre na escola”, que sugere uma relação lógica entre

os vídeos, as fotos e a carta de suicídio, sinalizando o fato de que Wellington já previa a atenção midiática para esse material por se reportar em suas falas para um público e, com isso em mente, investe em uma *performance transmidiática*, como escolho pensar, dado que o seu discurso transita entre essas três modalidades de produção e adquire diferentes aspectos em cada uma delas, mantendo ainda uma unidade enunciativa. Isso se enquadra no conceito de *transmedia narrative* proposto por Jenkins (2010) e talvez seja um pouco assombroso porque o material produz a presença de um *duplo* do atirador na construção midiática do acontecimento, dando continuidade para a sua performance na escola, o que parece ser produto de suas estratégias comunicacionais – pelo que os aspectos empíricos indicam. A proposta da narrativa transmidiática, segundo o autor, é justamente essa: dar seguimento por espaços alternativos a uma produção midiática principal.

Voltando às narrativas midiáticas pela lógica da ênfase para a cobertura impressa, pude constatar que no enquadramento do luto coletivo um total de onze textos trata dessa experiência vivida por moradores envolvidos nessa partilha sensível e a consideram uma etapa significativa de socialização desses seus sentimentos de perda, organizando alguns aspectos sobre as relações sociais estabelecidas em função disso na esfera pública. Entre as narrativas temos uma, em especial, que ocupa toda a contracapa do jornal “O Globo” com este título: “Uma cidade que chora: o choro de pavor dos alunos da Escola Tasso da Silveira anteontem, diante da atrocidade do assassino que executou 12 alunos inocentes, deu lugar ontem para lágrimas de dor em toda a cidade. O muro da escola se transformou num santuário” (09/04/2011). Também são narrados os desmaios coletivos, a comoção e a história de vida dos alunos que foram mortos na chacina dentro desse enquadramento, havendo uma proporção mínima de aspectos do massacre em si que são agenciados pelas falas dos próprios moradores de Realengo, visto que esse enquadramento, em seu turno, compreende uma só narrativa em toda a edição.

Mas está sempre havendo um contraste. Entre os processos de *framing* é também produzida uma perspectiva de ódio, dessa vez com um texto apenas, que leva o seguinte título já estereotipado: “Um homem sem nenhum amigo: no Orkut, todo o isolamento do monstro de Realengo”. De novo, surgem aspectos empíricos sobre o perfil esquizotípico de Wellington que são rasamente aproveitados por esse jornal, pois é um ponto pacífico no campo da psiquiatria o fato de que parte dessa personalidade abrange uma ansiedade social excessiva que não diminui com a familiaridade do sujeito em relação aos outros e tende a ser justificada por medos e/ou condutas paranoides, sendo esperado que por isso

ele não tenha amigo íntimo ou confidente algum – excetuando-se os parentes de primeiro grau, segundo a análise feita por Lopes. Mas as considerações vão além:

Torna-se necessária uma reflexão sobre os motivos que levaram essas mídias, evidentemente em consonância com a expectativa da maioria de seu público, à rápida psiquiatrização do assassino de Realengo. A opinião sobre a raridade da doença, também veiculada no jornal [O Globo], talvez explique um pouco o comportamento de alguns profissionais e da mídia. Em primeiro lugar, uma doença com [...] prevalência de 1% constitui uma doença de grande porte em saúde pública – no Brasil pressupõem 1900000 (um milhão e novecentas mil) pessoas, um número suficiente para ser a sétima maior cidade do país, abaixo apenas de Belo Horizonte (2375444, pelo censo de 2010). Mas desconhecidas as questões de sanitarismo e de saúde pública pela população-alvo da mídia em geral, a afirmação da raridade distancia a doença do público, dando-lhe a sensação de segurança pela pouquíssima possibilidade de ser atingida por tal infeliz acaso (LOPES, 2012, p. 29-30).

Nesse sentido é que o enquadramento criminal parece um tanto limitado à própria banalidade do mal, como repete o autor, pois psiquiatriza o caso de Wellington até onde a cobertura midiática permite ao mesmo tempo em que também o trata como *monstro*, o que pressupõe um indivíduo simultaneamente transtornado e consciente sobre o que faz, havendo uma contradição nessas narrativas porque, em sua chamada por especialistas do campo, alguns aspectos sobre o transtorno de personalidade esquizotípica são recusados e outros aceitos. Nada que surpreenda em termos do enquadramento enquanto seleção de aspectos. Então, é entendido que Wellington teve muita consciência sobre aquilo que foi realizado por ele em sua antiga escola e, numa igual medida, era *muito doente* para ter o seu comportamento entendido como sintoma da nossa cultura de violência. Quer dizer, a contradição entre esses aspectos selecionados pelo *framing* se impõe quase que por conta própria. É uma *aniquilação simbólica*, como diria Tuchman (1978), que ocorre em uma lógica triádica bastante específica: omissão, trivialização e condenação. Esses processos se dão nas próprias seleções de aspectos do enquadramento, eliminando a necessidade de um assunto ou temática a partir do apagamento de sua importância. Entendendo de outro modo, a narrativa omite aspectos psiquiátricos do transtorno, trivializa sua significância e, com isso, abre espaço para uma condenação sem ônus ou implicação ética. Esse seria, basicamente, o princípio teorizado pela socióloga.

A discussão sobre o transtorno psíquico de Wellington é válida porque seu perfil, de acordo com Lopes, é uma condição psiquiátrica que permite a socialização do sujeito, mas o acontecimento produzido parece isentar o público de um importante debate sobre essa responsabilidade social, escanteando o caso para um universo individual do atirador e despreocupando os sujeitos comunicantes em relação aos portadores desse sofrimento

psíquico grave – que seriam, afinal de contas, quase dois milhões em todo o país. É algo que se deve problematizar e de fato impõe a necessidade do *exemplum*, ainda nos termos de Todorov (2000). Talvez esteja evidente que acabei avançando nesta parte da pesquisa para uma crítica midiática, mas se faço isso é porque, pela literalidade dessas narrativas, os enquadramentos até chegam a parecer bastante completos em sua seleção de aspectos da tragédia. E uma leitura habitual em qualquer rotina de recepção poderia resultar nisso, uma vez que o amarrado de aspectos do enquadramento tem essa proposta de regularizar os atos de interpretação do sujeito, como alerta Teresa Sádaba (2007), tendo menos tom propositivo do que deveria em termos não só de uma exploração midiática dos potenciais de autonomia desse sujeito comunicante sobre a realidade vivida, mas, também, de uma chamada propriamente dita para o debate no âmbito da opinião pública.

Esses aspectos agenciados pelo *framing* em questão, assim como os outros, dão a ver o fato de que um enquadramento mais eclipsa do que revela sobre o mundo e, apesar disso parecer um tanto pessimista, a problematização teórica indica que o acontecimento sempre será um construto estabelecido *a partir* da realidade vivida. Isso é previsível. Mas é possível desfazê-lo, aos poucos, de suas estruturas mais paradigmáticas, entre as quais também se encontram os próprios apagamentos, estigmas, contradições e silêncios que a sociedade institui e culturaliza ao longo do seu percurso histórico, de volta à perspectiva teórica de Tuchman (1978) e Sádaba (2007). De toda maneira, imagino que sem a crítica dessas narrativas seria muito difícil utilizá-las como material de suporte para reconstituir o acontecimento, a recordação midiática e a tragédia em si, levando em consideração que as mídias são espaços de sentidos para os quais converge boa parte das relações sociais e privadas, o que faz delas “dispositivos armazenadores de memórias que, de certa forma, contemplam tensões já previstas pela história nos processos de captura e processamento de informações pregressas” (HENN, 2006, p. 178). Então, tanto o acontecimento quanto a recordação midiática, por sua dimensão histórica, exigem certo cuidado na recuperação dos contextos que incidem em suas operações de enquadramento.

Por outro lado, dizer que a cobertura dessa tragédia escolar deve ser criticada em profundidade não me isenta de reconhecer que o enquadramento do luto, especialmente, teve narrativas memoráveis. Trazem uma sensação de reempoderamento que eu mesmo, um tanto quanto alheio ao contexto de Realengo, ainda assim fui tendo enquanto lia uma por uma. Isso talvez aconteça porque essas narrativas dão para o sujeito da recepção um pouco mais de confiança em seu trabalho de luto como uma possibilidade de superação,

se assim me é permitido dizer. É uma relação um tanto afetiva com o *corpus* da qual não consigo me desfazer. Entre essas narrativas li uma matéria do jornal “O Globo” sobre os ritos de homenagem prestados tanto por moradores do bairro quanto por pessoas de todo o estado: “Palco da tragédia agora é um santuário: na porta da escola, uma vigília de dor e solidariedade desde a madrugada” (09/04/2011). Mas fotos como a que apresento logo abaixo revelam, ainda mais, essa habilidade tão extraordinária dos atores midiáticos, em especial os fotojornalistas, de quase fazerem uma revolução pelo olhar:



Imagem: Daniel Marengo (Folhapress).

Nas narrativas do Extra a proporção de cada enquadramento é também a mesma, numa vista mais geral, por trazer cinco textos na perspectiva criminal, seis com aspectos do luto no bairro, uma narrativa de ódio e outra na qual os moradores de Realengo falam dessa tragédia, efetivamente, como os seus protagonistas. No dia 10 de abril, o jornal “O Globo” traz apenas duas narrativas, uma no enquadramento criminal e outra no político, sem fazer uma grande suítagem do caso. De volta ao Extra, as narrativas de ódio tornam a ser trabalhadas entre as suas operações de enquadramento, com uma manchete de capa intitulada “Como o bobão da turma virou uma besta assassina: da infância solitária até a juventude isolada no mundo da *internet*, como era o universo egoísta e cruel que moldou a monstruosa personalidade de Wellington” e, também, uma reportagem com o seguinte título: “Peça a peça, o retrato de um assassino cruel e macabro: Wellington era solitário e não tinha amigos, apenas um gato preto – e ódio, muito ódio”. Novamente, as narrativas esbarram em aspectos significativos sobre o perfil esquizotípico do atirador, enfatizando

a cultura de violência e o isolamento social que ele parece ter vivenciado e, ainda, dando mais atenção às suas pesquisas sobre atentados terroristas na *internet* do que aos abusos físicos e psicológicos sofridos por Wellington no âmbito escolar, especialmente durante a sua adolescência. Ao lado disso, uma narrativa de enquadramento criminal atenta para o fato de que a casa do atirador, então habitada por seus parentes, foi pichada justamente com alguns dos qualificativos mais comuns sobre ele:



Imagem: Hélio Motta (Agência Brasil).

Pouco tempo depois, conforme a reportagem feita pelo jornal “O Globo” em sua edição do dia 11 de abril, os parentes de Wellington se sentiram na obrigação de deixar a sua residência: “Irmãos estão com medo de represálias: família não sabe se reconhecerá corpo e antiga casa de Wellington é depredada”. Quer dizer, na foto acima o muro ainda é a única parte da casa afetada pelo ódio ao assassino de Realengo, mas, logo depois das primeiras narrativas sobre a vandalização de sua casa, os dois portões foram quebrados a pedras. Em relação às demais narrativas, temos cinco no enquadramento criminal e mais uma subjacente a ele nessa mesma edição. E nesse dia, o jornal “Extra” traz um texto de capa – que não é desdobrado no interior do jornal – na perspectiva do luto: “Alunos vão reconstruir escola do massacre: reforma começa hoje. No dia 18 haverá uma oficina para jovens”. Uma das narrativas adjacentes, com uma agência política de aspectos sobre essa reconstrução da escola municipal, trata de como a estrutura do seu prédio foi modificada com vistas para o retorno às atividades regulares, alguns dias depois. Dos dias 12 a 14 de

abril de 2011, o jornal publica dez narrativas de enquadramento criminal sobre o evento, apenas três sobre o luto coletivo do bairro e uma matéria de perspectiva política. Entre as narrativas do enquadre criminal, destaca-se uma manchete de capa intitulada “O atirador doou dinheiro a jovens” e uma reportagem com o seguinte título: “Doação para material escolar: por conta telefônica Wellington ajudou na compra de *kits* da LBV para crianças carentes, inclusive do Rio”. Esses textos são significantes porque tentam tirar de cena as marcas de um diagnóstico precipitado sobre sociopatia por meio do entendimento de que Wellington, tendo em algum nível uma preocupação filantrópica, não se enquadraria nos padrões de comportamento esperados, realmente, de alguém com perfil antissocial. Mas em seguida, no mesmo enquadramento, uma notícia desfaz completamente essa tentativa de reparo na seleção de aspectos: “Psicopata planejava crime desde julho”.

Embora não tenha sido igualmente contraditória, a edição do jornal “O Globo” no dia 14 de abril ainda produz um contraste de aspectos em seu enquadramento criminal a partir da notícia “Dor psíquica na escrita do atirador: um estudo grafológico revela sérios conflitos internos de Wellington” e do boxê “Um gesto de bondade antes da carnificina: matador doou dinheiro para *kits* escolares”. Dos dias 12 a 15 de abril, esse mesmo jornal reúne 15 narrativas sobre o episódio na perspectiva criminal e quatro no *framing* político que tratam das políticas de segurança e armamento no Brasil, do recolhimento de armas no estado do Rio de Janeiro e de leis contra o terrorismo que – segundo especialistas – o país pode projetar. Nesse ponto, o enquadramento político também parece ser um tipo de brecha para narrativas um tanto oportunistas, por assim dizer: se por um lado a proposta dessa lei antiterrorista pode trazer um pouco mais de paz e segurança, será que por outro não implica, conforme pergunta o jornalista Felipe Schröder Franke (2014), no risco das manifestações populares serem aos poucos criminalizadas e coibidas? E como a lei traria alguma garantia contra eventos semelhantes à tragédia de Realengo, tendo em conta que foi uma situação-limite totalmente inesperada?

No enquadramento do luto, com uma soma de cinco narrativas, a reportagem que mais se destaca traz o título “Na escola, hora de encerrar o luto e recomeçar: após missa na rua, seguida de um ato ecumênico, cartazes em homenagem às vítimas da tragédia são retirados”, decisão essa que então representava poucas das demandas pelo encerramento do luto coletivo e, ao mesmo tempo, parece ser reforçada pelo jornal impresso a partir da autoridade narrativa de só alguns sobreviventes e parentes de alunos mortos e feridos na tragédia escolar que participam do ato religioso ecumênico. Pelo menos nesse momento

a escuta voltada aos moradores é levada um pouco mais a sério porque, apesar de alguns outros textos também trazerem consigo esses aspectos de experiência vivida, a operação de *framing* é ainda minoritária em relação à regra estabelecida e são poucas as narrativas que trazem o protagonista da tragédia como agente de sentidos.



Imagem: Vítor Silva (CPDOC).



Imagem: Fábio Motta (Agência do Estado).

Esses dados explorados até o momento abrangem pelo menos nove dias de toda a produção midiática do acontecimento. No entanto, talvez esteja muito claro que, em boa parte desse quadro de contornos empíricos sobre a cobertura, nenhum deles aponta para alguma operação de enquadramento que realmente mobilize os aspectos de *gênero* desse episódio de violência escolar. Apesar das primeiras narrativas terem atentado para o fato

de que Wellington, assim como mencionei antes, procurava meninas para o extermínio e tinha uma preferência pelas que parecessem mais bonitas, efetuando disparos em pontos vitais de seus alvos, em praticamente todas as narrativas o número total de vítimas – dez meninas e dois meninos – é resumido a palavras literais como *alunos*, *estudantes* e, mais especificamente, *crianças*. Por um lado, é evidente que as vítimas do massacre ocorrido são estudantes de uma escola municipal, mas, além de também haver adolescentes e não somente crianças, os termos parecem apagar nos enquadramentos explorados a dimensão de gênero que se expressa no perfil das vítimas e nas especificidades de comportamento do atirador em seu crime. Na pesquisa sistemática, por exemplo, apenas três informantes do gênero feminino levam em conta esse aspecto da violência praticada por Wellington, ao passo que, na perspectiva dos homens entrevistados, a ausência dessa discussão sobre a experiência vivida em Realengo como uma manifestação de *misoginia violenta* parece não significar tanto, afinal são simplesmente crianças e falar sobre uma cultura patriarcal onde sentimentos de ódio à figura feminina não se estabelecem por acaso, para eles, seria um *papo feminista* que não interessa. Isso evidencia que as experiências de gênero fazem mesmo parte dos sujeitos comunicantes em sua dimensão histórica, matriciando os seus pontos de vista e diversificando a sua produção de sentidos.

Por essa razão, quando antecipei páginas antes que a tragédia em Columbine não tem os mesmos aspectos empíricos da que aconteceu na Tasso da Silveira, não disse isso em função da diferença entre os enquadramentos que dão nome para cada massacre, mas do que marca o *animus necandi* dos atiradores: em Littleton, a dupla marchou sem rumo aparente pelos corredores da escola passando pela biblioteca, pelo refeitório, pelas salas e por outros espaços da instituição nos quais pudessem encontrar grupos de pessoas para o extermínio, o que leva a um total de 12 mortes e 25 pessoas feridas; por outro lado, na tragédia escolar de Realengo, o que ocorre é uma violência de gênero. “A escolha prévia e os disparos à queima-roupa na testa evidenciam que [Wellington] desejava assassinar o maior número possível de jovens bonitas” (LOPES, 2012, p. 34). No entanto, não foram somente os entrevistados desta pesquisa ou os meios de comunicação que não atentaram para essa questão de gênero implicada na chacina. As declarações dadas por especialistas na cobertura midiática do caso, por exemplo, não se referem ao fato de que a maioria das vítimas era do gênero feminino. Só alguns dias depois da tragédia, a partir dos relatos de ex-colegas do atirador nos quais foram descritas algumas cenas de *bullying*, é que houve certa suspeita sobre isso – embora as mídias continuassem retratando essas vítimas como

crianças e relatando as violências sofridas pelo atirador na adolescência como situações-limite sem relação com as assimetrias de gênero. Mas não eram.

Em sua dissertação de mestrado, Alexandre Mallmann (2012) mapeia alguns usos frequentes do *bullying* como termo e também conceito. Uma das constatações gerais que são feitas pelo autor assinala uma via dupla: de um lado, o uso do termo para denominar práticas específicas de algumas relações pessoais e dos conflitos presentes nos múltiplos campos implica em certas dificuldades para a sua identificação e admite uma ubiquidade do fenômeno, que por isso passa a ser publicamente rechaçado; de outro lado, esses usos do termo dissolvem formas históricas de opressão – entre elas a misoginia, o racismo e a transfobia, por exemplo – na estereotipagem de uma violência tão aleatória e difusa que parece atingir os sujeitos de maneira *democrática* e, em decorrência disso, não é lida de fato como um abuso à integridade física, moral ou psicológica do *outro*, visto que todos ocupam esse lugar simbólico em algum momento de sua vida. Na mesma escola afetada pela chacina, a cabeça de Wellington era inserida por seus colegas em vasos sanitários e a descarga era dada na própria agressão (*Ibid.*, p. 14). Esses rapazes chamavam meninas para participarem como *espectadoras* dos episódios e o rotulavam como um *anormal* por não corresponder aos padrões, modelos e expectativas habituais de comportamento para o gênero masculino nesse cenário de dissensos, conflitos e disputas juvenis.

Nesse processo, a misoginia do atirador não seria uma resposta aos apagamentos, opressões ou silenciamentos que as meninas tenham praticado, mas um produto de jogos patriarcais em que a figura feminina era utilizada como ferramenta de ataque, por assim dizer, à sua inconformidade de gênero. Wellington tinha uma masculinidade subalterna, sendo por isso deslegitimado e relegado à marginália. Mesmo após seu suicídio, tanto os relatos de ex-colegas quanto algumas das narrativas exploradas neste subcapítulo traçam o perfil do atirador em um tom bastante estigmático, destacando o fato de que ele nunca teve uma namorada como aspecto indicativo de sua anormalidade. Pelos relatos que são coletados por Lopes (2012), por exemplo, entende-se que Wellington não só recusava as normas desse gênero masculino, em especial, como também reafirmava a sua virgindade em resposta e se dizia orgulhoso por nunca ter se envolvido com garotas, sendo por isso uma vítima constante dessas disputas de gênero no âmbito escolar. Se isso não justifica a tragédia, pelo menos tem algo a nos dizer. Para o assassino, essas demandas pela melhor masculinidade nas quais os abusos sofridos por ele se fundamentavam parecem importar muito mais do que os próprios agressores, tanto que muitos anos depois ele não procura

por quem o oprimiu para fazer justiça, tal como anuncia nos vídeos, mas sim pela figura em torno da qual se estabeleciam todas essas disputas: as meninas. E a esses dados ainda se acrescentam dois depoimentos – um prestado pela tia e também madrinha de uma das meninas assassinadas, outro de um sobrevivente da chacina. Segundo o relato da tia, seu filho estudava em uma das turmas atacadas e contou que, antes de Wellington assassinar os estudantes, disse que só morreriam as meninas bonitas. E o sobrevivente, à época com 13 anos, relata que pediu para não ser executado, ouvindo em resposta que por ser gordo ele poderia ficar tranquilo. Os poucos rapazes atingidos foram baleados nos braços e nas pernas, propositalmente. Apenas dois foram mortos. Entre os estudantes feridos, dez são meninas e três são meninos, ou seja, havia mesmo um padrão de extermínio.

Mas a problemática vai um tanto mais longe. Um ano depois, no dia 22 de março, os mantenedores de um *site* bastante conhecido no Brasil por seus conteúdos de ódio são presos, na cidade de Curitiba, sob a acusação de programarem um ataque armado contra estudantes de Ciências Sociais nas dependências da Universidade de Brasília (UnB). De acordo com informações dadas pela Polícia Federal, que realizou as duas prisões durante a “Operação Intolerância”, os objetivos de Emerson Eduardo Rodrigues e Marcelo Valle Silveira Mello eram invadir o setor e, logo depois, realizar uma fuzilaria. O conteúdo da página, que era produzido e veiculado por Emerson e Marcelo, apologizava violências de múltiplas naturezas contra homossexuais, mulheres, negros, judeus e nordestinos – além de apoiar o extermínio desses grupos. No seu *site* a dupla publicava ofensas abertas para a presidenta Dilma Rousseff e outras autoridades políticas, chegando a ameaçar de morte o então deputado federal Jean Wyllys. E ambos divulgavam postagens sobre como matar alguém, de uma maneira rápida ou mais lenta, e como abordar crianças para um posterior abuso sexual, promovendo ainda a ideia de que lésbicas devem sofrer estupro corretivos como uma terapia de reorientação sexual. Entre tantos discursos apologéticos desse tipo, a Polícia Federal também vasculhou outros dados de Emerson e Marcelo, de acordo com a notícia publicada por Carneiro (2012), constatando que Wellington fez contato com os responsáveis pelo *site* para que o ajudassem no planejamento do massacre em Realengo e foi instrumentalizado pela dupla sobre as possíveis maneiras de execução do crime – o que incluiu mais de um diálogo e foi qualificado pela PF como uma espécie de mentoria intelectual do massacre. Um dos administradores da página, sob o pseudônimo de Sílvio Koerich, comenta o seguinte num dos contatos: “Eles apenas batiam em você para fazer bonito para esses depósitos de porra. As mulheres riam [...] quando eles faziam *bullying*

contigo. Tudo que você se tornou [...] foi graças às mulheres. Elas te destruíram [*sic*]”. E essa ideia tanto do assassino quanto de seus mentores sobre a mulher como uma espécie de *epicentro* das agressões praticadas por seus colegas parece ter persistido até o último momento: aspectos muito evidentes de misoginia.

Mesmo assim, essas informações não estão presentes na recordação midiática do acontecimento um ano depois, no mês de abril. Esses dados foram veiculados em março por blogues, portais e páginas da *internet*, havendo amplas manifestações do movimento feminista como um todo em relação ao silêncio midiático sobre a mentoria intelectual de Emerson e Marcelo na tragédia de Realengo, mas a consideração da misoginia como um fenômeno de ódio presente tanto no planejamento do massacre quanto em sua execução passaram quase de raspão pelas mídias, como aponta o dossiê publicado pela professora universitária e blogueira Lola Aronovich, que também indica falhas graves do jornalismo durante a cobertura do caso. Uma delas foi o levantamento de hipóteses sem lógica sobre a desproporção no gênero das vítimas, sendo considerado que meninas costumam sentar nas cadeiras da frente em uma sala de aula e tendem a correr menos que meninos, o que facilitaria o seu alvejamento (ARONOVICH, 2012). Até mesmo na revista *Veja*, que fez uma das coberturas mais completas sobre o caso em sua edição posterior ao massacre, a problemática da misoginia violenta como um crime de ódio – segundo Wendell e Frigeri (2011, p. 114) – foi simplesmente sugerida em suas narrativas como o que esse massacre talvez tenha sido, sem mais outros detalhes. Também é preciso ressaltar que, em termos de uma seleção das fontes independentes, o que esse enquadramento criminal explorado no capítulo faz realmente é apresentar uma psiquiatria que ainda se preocupa muito com os fatores genéticos associados ao transtorno de personalidade do atirador, que tem uma série de genes envolvidos em distintas regiões cromossômicas (RENNÓ, 2011). E não é dada atenção para sua vulnerabilidade genética às condições socioambientais que podem ter desencadeado em sua condição esquizotípica não só esse sofrimento psíquico severo, mas as percepções que ele agrupa sobre as suas possíveis causas, entre elas a persistência de memórias traumáticas do *bullying* que são analisadas por Wellington numa lógica de ódio totalmente estranha e atípica, ainda que sintomática do transtorno. Porque foi nessa via que culpabilizar mulheres pode ter parecido racional para ele.

Tendo apresentado um pouco desses aspectos empíricos da tragédia, parece estar muito claro que o evento foi não somente um massacre escolar, mas, acima de tudo, um ataque misógino. Uma tentativa de *feminicídio em massa*, melhor dizendo, que não teve

tanto sucesso por também matar e ferir estudantes do gênero masculino. E é também por isso que, embora o episódio seja chamado de *massacre*, *chacina*, *tragédia*, *extermínio* e *assassinato em massa*, por exemplo, não me parece significativo para a pesquisa assumir em seu título o que foi convencionado como “Massacre de Realengo”, embora esse nome esteja presente em alguns momentos do trabalho, o que inclui este subcapítulo. Mas isso não ocorre por acaso. É preciso saber que o acontecimento importa em termos empíricos porque seu nome se tornou uma espécie de *tag* – do inglês, etiqueta ou marcador – sobre a qual acontece todo ato de significação posterior, o que compreende o rearranjo sofrido pelos *framings* do acontecimento midiático e, no âmbito da recepção midiática, a própria atualização temporal das memórias enquadradas.

De toda maneira, os dados aqui trabalhados são partes de um panorama aspectual sobre a cobertura midiática da tragédia escolar, assim como os que foram explorados nas páginas anteriores. Mas existem ainda alguns outros registros sobre vivências referentes à cobertura em Realengo que me parecem muito significativas porque, ao longo da etapa sistemática, experiências como essas são relatadas por alguns dos informantes. No dia 19 de abril de 2011, por exemplo, o repórter de uma emissora entrevistava, às 07h50m, um aluno que retornava à escola pela primeira vez desde a tragédia ocorrida no dia 7. Nessa manhã a produção do acontecimento já completava quase uma quinzena: período que foi demarcado por Anchyses Jobim Lopes (2012, p. 41) como a totalidade de dias na qual a tragédia escolar teve um lugar de destaque nos meios de comunicação. Acompanhado da mãe, o garoto parecia ter os seus dez anos e, segundo o jornalista Maurício Stycer, muito pouco para dizer. Ao final da entrevista, o repórter orienta que mãe e filho recuem vinte metros para que o cinegrafista consiga filmá-los chegando. E ele explica: “Vem de lá. Aí quando estiver perto do portão, você se despede e dá um beijinho nele”. Imediatamente, mãe e filho fazem o que ambos os profissionais pediram. Sem problemas.

Isso me lembra demais da época em que cursei disciplinas práticas de jornalismo e precisava explicar para os entrevistados, com frequência, que as suas falas não podiam ser *ditadas* para a matéria, já que o informante sempre tem a última palavra sobre aquilo que pensa ou sente. Afinal de contas, são seus conhecimentos e experiências de vida que permitem isso. Mas muitos sujeitos, de fato, acabam não se importando tanto quando são instruídos pelos repórteres a reproduzir respostas prontas, não tendo também muita ideia do que isso significa em termos de uma expropriação do seu estatuto de agentes sociais, como já expliquei no subcapítulo. Pelo que me lembro de ter estudado sobre entrevistas

jornalísticas, Medina (1995) alerta que mesmo com a técnica não é possível apresentar o sujeito comunicante em sua essência, totalmente livre das coerções estabelecidas em sua própria trajetória de vida. E imagino que isso inclui o contexto das relações tecidas entre os meios de comunicação e o seu público porque esses *diálogos possíveis* também estão sujeitos a uma cultura midiática, ou seja, um âmbito no qual essa colonização de falas, a distribuição de autoridades narrativas e os abusos nas coberturas, por exemplo, tornam-se lógicas que atravessam tanto as posições quanto os exercícios de subjetividade do sujeito comunicante e estabelecem os lugares que ele ocupa – ou pode ocupar – nesse cenário de mediatização. Por isso é habitual que, mesmo quando perguntados sobre alguma tragédia como seus personagens concretos, os próprios sujeitos tenham sua produção de sentidos matriciada por essas lógicas midiáticas e respondam como se fossem *fontes secundárias*, delegando para os demais atores do acontecimento o que talvez a sua experiência vivida pudesse explicar muito mais. Nessas situações, faz sentido que o sujeito dependa de um agente midiático para responder àquilo que foi perguntado não somente pelo nervosismo que a entrevista costuma acarretar, mas ainda porque ele ocupa lugares preestabelecidos de enunciação dos quais não consegue sair tão facilmente. Nessa mesma epistemologia, as *direções de cena* feitas pelos profissionais do campo comunicacional para facilitar as entrevistas parecem substituir um dever bem mais profundo: trabalhar a confiança desse sujeito no seu estatuto de fonte primária para tornar o diálogo possível.

Essas lógicas requerem alguma atenção, mas, no cenário de mediatização, não são as únicas. Tento levar isso em conta porque nas iniciativas amadoras de registro sobre o episódio de violência escolar do bairro de Realengo, na própria cobertura multimidiática e na disposição de moradores do local – além de pessoas curiosas – que se voluntariaram a dar seus relatos sobre a tragédia, pelo que consegui recuperar para a contextualização, lógicas midiáticas parecem matriciar as relações entre os muitos agentes dessa produção sobre o acontecimento. Despachado à zona oeste do Rio pelo UOL Notícias, o jornalista Maurício Stycer passou os dias 18 e 19 de abril de 2011 em frente à entrada principal da escola para produzir algum material sobre esse retorno às aulas depois de um período tão intenso de luto e sofrimento coletivo. No primeiro dia, uma segunda-feira, houve a volta de estudantes do 9º ano. Na terça-feira, todos os demais compareceram. Em meio ao que foi publicado por Stycer, uma das matérias parte de sua experiência como observador do que se passou na cobertura midiática desses dias, dando alguns detalhes sobre a tensão e o desespero de repórteres e cinegrafistas no empurra-empurra de sua busca por imagens,

situação na qual os profissionais, segundo ele, agiam como diretores de cena, orientando entrevistados para que pudessem ter imagens e falas mais dramáticas:

Uma repórter [...] perdeu o começo da entrevista de Renata e não registrou o momento em que ela revela ter decidido tirar a filha da escola. Aflita, à frente de todos os colegas que continuavam conversando com essa mãe, a repórter enfia o microfone na cara de Renata e implora: “Fala isso pra mim: ‘Ela não tem condições de estudar aqui’. Entendeu? Fala pra mim”. E os repórteres de TV sofrem uma pressão maior quando são convocados a entrar ao vivo nos programas de suas emissoras. Segurando o diretor da escola, Luís Marduk, a jornalista de uma emissora aguardava o momento para entrevistá-lo ao vivo, mas o sinal não chegava. “Um minuto, um minuto”, dizia ela. E todos foram ficando impacientes até que o diretor reclama: “Quería ter relógio de repórter. É um inferno”. Ao que a jornalista responsável por essa situação respondeu: “Mas eu esperei pelo senhor 25 minutos”. Nem todo mundo à porta da escola é pai ou parente de aluno. A concentração de jornalistas atrai muitos curiosos, que também são entrevistados e dão palpites sobre o massacre, a segurança nas escolas... sobre o que for. Ouvi uma senhora dando entrevista. A repórter tentou várias perguntas sem conseguir tirar nada forte, até que mandou: “A senhora acha que o massacre prejudicou a imagem do bairro?”. A secretária de Educação, Claudia Costin, pediu aos jornalistas que não abordassem os alunos. O pedido, naturalmente, não foi acatado. Mas o pior: vi uma repórter reclamando depois de entrevistar estudantes. “Duas crianças que não falam absolutamente nada. Não rendeu nada”. Numa expectativa de ouvir frases de efeito mais dramáticas ela não atinou para a graça do diálogo que teve com um menino. “E como foi essa volta às aulas? Foi difícil rever a sua escola? E encontrar os amigos, como foi?”, ela questiona. E o garoto, em uma palavra, disse tudo: “Maneiro” (STYCER, 2011).

Mas as tentativas de participação popular na cobertura jornalística do dia 7 em si são igualmente curiosas, como demonstram Figueiredo e Andrade (2012, p. 8) ao relatar o momento em que um cinegrafista amador, dotado de uma filmadora, percebe o evento e vai cobrir por conta própria a notícia – tendo suas imagens exibidas com exclusividade pela Rede Record. Com a descrição narrativa feita por uma repórter da emissora de TV, o vídeo vai explicando a entrada do contribuinte na escola. Além de ter acesso a lugares inicialmente proibidos, ele avança com muita facilidade e vai a qualquer custo em busca das imagens mais fortes, alternando as posições de sua câmera na tentativa de chegar ao melhor enquadramento de tudo o que registra. Livre de preocupações técnicas, estéticas e principalmente éticas, tal como registram os dois autores, o sujeito comunicante parece eufórico por saber que seu vídeo é um dos primeiros desse acontecimento. Apesar disso, essas suas imagens evidenciam algumas competências midiáticas que, pelo seu nível de desenvolvimento, realmente dizem muito sobre o cenário contemporâneo.

Nesse horizonte midiaticizado, entretanto, não somente a seleção de aspectos feita nos enquadramentos, os abusos de cobertura dos eventos, as competências midiáticas dos sujeitos comunicantes e as relações que se estabelecem entre os meios de comunicação e

o seu público parecem ter algo a dizer. Aquilo que é chamado de *saber antes* no trabalho teórico de María Cristina Mata (1999), além de permitir que visualizemos uma estrutura performativa nas operações de enquadramento midiático, também dá a ver o quanto isso implica em uma produção de acontecimentos que, para antecipar informações, recorre a marcos anteriores de significação em excesso e, por isso, estereotipa as notícias. Embora isso me cause alguma preocupação, grande parte da recorrência feita durante a cobertura da tragédia em Realengo aos aspectos de outros enquadramentos simplesmente não teve uma continuidade ao longo da suítagem sobre o caso. Apesar disso, o afã do *saber antes* foi tanto na produção do acontecimento que resultou em situações peculiares, para dizer o mínimo: no primeiro dia foi levantada a hipótese de que Wellington teria uma ligação formal com entidades islâmicas, sendo por isso um extremista religioso; na Record News um apresentador disse que ataques escolares como esses são muito frequentes na cultura médio-oriental, como relembra Carneiro (2011), ainda que apenas Israel tenha registrado um episódio de violência escolar dessa natureza; alguns meios de comunicação traçaram o perfil de Wellington como alguém infeliz por *viver na internet* e ter sido adotado; uma emissora de televisão, ainda nas palavras de Carneiro, dizia que o assassino era portador de HIV/AIDS; e algumas TVs até disseram que ele havia dado mais de cem tiros, como aconteceu na escola norte-americana, embora isso pareça improvável com revólveres de calibre 38 em um espaço tão curto de tempo. Essa quantidade de disparos só foi possível em Littleton porque a dupla rumou para Columbine com uma submetralhadora, um rifle de cano duplo serrado, uma carabina de assalto e uma escopeta. É evidente em toda essa recorrência da imprensa a marcos anteriores de significação que se tenta antecipar a todo custo algum dado sobre o massacre, dando-se no meio disso uma reutilização confusa de aspectos estabelecidos em outros enquadramentos midiáticos e históricos.

Dias depois, nenhum familiar de Wellington apareceu no Instituto Médico Legal para fazer o reconhecimento de seu corpo. Duas semanas após o massacre em Realengo, o atirador foi enterrado no Cemitério de São Francisco Xavier numa sepultura rasa, sem lápide. “Excetos os coveiros, ninguém compareceu” (LOPES, 2012, p. 41). No dia 28 de dezembro, ainda em 2011, a revista *Veja* traz uma retrospectiva midiática sobre o ano e, em sua reportagem intitulada “Retrato da loucura”, são ensaiadas as primeiras tentativas de esquecimento. Wellington é lembrado como um assassino que tenta emular o *script* clássico dos autores de chacinas: “O apavorante autorretrato, feito pouco antes de matar doze crianças, [...] revela outro clichê da categoria: a preocupação de seus representantes

para com a posteridade, fruto da convicção de que são seres especiais”. No trecho que se segue a revista dá uma continuidade ao argumento, explicando que antes de romperem o último “laço que os liga à sanidade é comum [esses assassinos] registrarem a sua própria imagem ou gravarem depoimentos e mensagens na *internet* – no que consideram ser um legado à humanidade que os tratou com injusta indiferença”. Por um lado, esse material realmente tem o objetivo de deixar uma narrativa do sujeito para o mundo e, além disso, oferecer através de seu *duplo* uma série de informações que, ao serem apropriadas pelos meios de comunicação, integram-se à produção do acontecimento e dão sentidos sobre a tragédia, como se pôde perceber em algumas narrativas exploradas no capítulo. Trata-se de uma estratégia comunicacional que *estende* a performance do sujeito para além de sua morte. Esses registros produzem uma presença, por assim dizer, mantendo o personagem como um *espectro* no cenário de midiaticização. Apesar disso, um trecho da reportagem se refere ao suposto esquecimento de Wellington: “E assim fez o atirador de Realengo, que se suicidou depois do massacre e de cujo nome ninguém mais se lembra”. Alguns meses antes, no dia 2 de maio, a professora Leila D’Angelo havia publicado seus relatos sobre a tragédia pelo *site* brasileiro da revista Marie Claire na tentativa de reorganizar algumas lembranças desse episódio, já que grande parte ainda estava um tanto confusa, como ela própria antecipa. Leila ensinava língua portuguesa para a turma do oitavo ano, que foi o primeiro grupo atacado pelo atirador, e registra o seguinte:

Vi a morte bem de perto e perdi alunos queridos. Mas não tenho ódio. Tenho muita compaixão pelo assassino e, principalmente, pela sua família, que vai viver marcada pelo massacre. Ele era uma alma atormentada por sofrimentos, vivendo opressão de todos os lados. Em nenhum momento pensei em desistir de dar aulas. Amo a minha profissão. A maior lição que eu aprendi com essa desgraça é jamais deixar um aluno sem a devida atenção. Nós, professores, temos uma tendência a [nos] focar em alunos agitados, bagunceiros, achando que são esses que têm problemas em casa. E de fato têm. Mas agora sei que os mais calados podem ser ainda mais problemáticos, como era no caso do autor do massacre. Talvez se algum professor tivesse tido esse *insight* com o Wellington ele poderia ter se tornado outra pessoa (D’ANGELO, 2011).

Depois de ler a reportagem da revista *Veja*, a professora enviou o seu comentário para a seção do leitor em 4 de janeiro de 2012, tentando desconstruir o significado dessa proposta de esquecimento. No início da réplica a professora se apresenta, explica que já esperava por uma retomada sobre o acontecimento na retrospectiva e, em seguida, conta estar surpresa com a referência de que ninguém mais se lembra de Wellington, uma vez que as pessoas envolvidas com esse massacre em Realengo não apenas se lembram, com grande angústia, como algumas delas – especialmente os professores – tiveram sua vida

colocada de cabeça para baixo em função desse episódio de violência: “Perdemos alunos queridos e nosso sossego, pois somos constantemente hostilizados por alguns familiares das crianças mortas”. Em ambos os relatos é perceptível que Wellington ainda assombra as memórias de moradores do bairro, ao que D’Angelo tenta responder pelo seu trabalho memorial no esforço de produzir um *exemplum* a partir desse massacre, transformando a angústia causada por Wellington num princípio de ação para o presente. Isso fica claro a partir do momento em que ela propõe uma problematização das opressões e dos silêncios em sala de aula, voltando-se para os alunos que estejam passando por algum sofrimento psicológico com a intenção de efetivamente integrá-los à realidade da escola e pensar um pouco mais nos seus processos de desenvolvimento nesse cenário. Mas não apenas isso: no segundo relato, Leila expressa a sua recusa desse esquecimento proposto pela revista Veja porque a degradação e a anulação do assassino como indivíduo não resolveriam as angústias do bairro. É possível perceber que os moradores de Realengo se encontram em etapas bem diferentes do trabalho memorial, com alguns ainda em luto profundo, e esses esforços para culpabilizar pessoas, entre elas os professores da escola, são uma evidência concreta de que os sujeitos ainda estão estabelecendo as suas estratégias de afastamento das memórias traumáticas para então fazer, realmente, justiça pela memória. E por isso é que a proposta de esquecimento não resolve as angústias do bairro: ao contrário, implica num projeto de neutralização das lembranças traumáticas que não se sustenta.

E como essa neutralização não se sustenta? Primeiro, a revista faz um movimento de recordação sobre “as vítimas e o sofrimento, mas também condena o crime e denigre seu autor. O trabalho retrospectivo levado adiante pela revista traz inevitavelmente uma ambiguidade entre a homenagem e a degradação” (LAGE, 2013, p. 218). Em seguida, a reportagem se nega a apontar o nome do atirador, sob a justificativa de não ser cúmplice da ânsia por visibilidade de Wellington, e daí propõe que ele seja esquecido. Isso resulta então em um paradoxo, já que por essa lógica “a justiça com as vítimas, própria do dever de memória, adviria contraditoriamente do esquecimento de seu algoz e não da evocação [...] daquele acontecimento” (*Ibid.*, p. 219). Na perspectiva teórica de Todorov (2000), o dever de memória significa justamente trabalhar pela lembrança e por sua exemplaridade para que o passado não se repita. E vai mais além: expliquei que neutralizar a lembrança do atirador para então controlá-la e afastá-la não é uma tarefa possível quando se recorre às narrativas de ódio e degradação; nada disso elimina os assombros da memória, afinal o esquecimento proposto é simplesmente transitório e, quando as lembranças traumáticas

retornam, trazem consigo tudo aquilo que machuca o sujeito e também aqueles que estão à sua volta. Daí a hostilidade e as tentativas recorrentes de culpabilização apontadas por Leila D'Angelo ou mesmo a *espiral de memórias* explicada páginas antes: após eventos como esses, o trabalho memorial acompanha sentimentos que resultam em uma cobrança por justiça e, no entanto, às vezes não se sabe exatamente como fazer isso. Para suprir a sensação de perda, é habitual que num dos estágios de luto os sujeitos procurem a quem culpabilizar, o que muitas vezes inclui a eles próprios, sendo a raiva e o ódio justamente uma fase que se inicia depois do choque e da negação, como alerta a psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross (1992) em sua teorização inaugural sobre as etapas do luto, que permitiu ao campo científico problematizar os aspectos sociais do processo.

Entendendo que as mídias operam como *dispositivos de memórias*, como elucida o trabalho teórico de Henn (2006), e não só armazenam essas memórias, mas também as atualizam em um âmbito de construções, tensionamentos e disputas pelo sentido sobre o passado, não resta dúvidas de que as mídias fazem um trabalho memorial. Nesse trajeto, acontecimentos do passado são reavivados no tempo presente em razão do seu *potencial de atualidade*, o que qualifica essas retomadas narrativas como um trabalho de memória porque, assim como no campo da memória social, o conjunto de lembranças é atualizado de acordo com percepções e expectativas do presente, como melhor explica a professora Christa Berger (2005) em sua teorização. Tanto quanto no âmbito da recepção midiática, que tem entre os seus *lugares de mediação* o dissenso, as negociações, a disputa e outros elementos que incidem na produção e na circulação interacional dos sentidos, as próprias narrativas revelam as suas tensões, conforme o exemplo das que estão sendo observadas neste subcapítulo. Trata-se de uma aspectualidade empírica comum aos dois âmbitos do campo comunicacional, o que torna ainda mais necessário o apontamento das relações e correspondências estabelecidas entre eles. Na midiatização do trabalho memorial, toda a atitude responsiva que os meios de comunicação assumem em relação ao público durante a produção e a recordação do acontecimento incide, substancialmente, nas etapas de luto em que os sujeitos comunicantes se encontram – matriciando até mesmo essa negação de aspectos significativos da tragédia pelas suas propostas de esquecimento.

Em relação às narrativas, houve nesse mesmo ano de 2012 um movimento muito expressivo de recordações midiáticas que compreende não só matérias, notícias e outros gêneros de texto jornalístico, mas também reportagens de TV. Entre elas, a que teve um maior nível de audiência foi veiculada pela Band, que teve pouco destaque na produção

do acontecimento no ano de 2011, se feita a sua comparação com a Rede Globo e a Rede Record. Na edição do dia 10 de abril do programa jornalístico “A Liga”, Thaíde, Lobão, Débora Vilalba, Cazé Peçanha e Sophia Reis foram à zona oeste carioca para entrevistar moradores de Realengo, familiares de vítimas da tragédia e seus sobreviventes, tentando entender o que se passa no local após um ano e como os sujeitos estão lidando com esse passado não tão distante. Lobão mostrou o retorno às aulas da aluna Thayane, que ficou paraplégica após o episódio: a estudante tem duas balas alojadas na coluna, uma ao lado da outra. Cazé foi apresentado por familiares das vítimas para a associação “Os Anjos do Realengo”, que tem uma agenda coletiva de atividades voltadas, justamente, para o luto no bairro. Thaíde conversou com João, um jovem que assim como Wellington foi vítima de *bullying* na adolescência. A apresentadora Sophia Reis, atualmente fora do programa, encontrou a professora Leila D’Angelo, que falou um pouco sobre o comportamento do assassino no momento dos disparos. Sophia também entrevistou o sargento Alves, que é considerado herói por ter impedido que Wellington subisse até o outro andar da escola e chegasse a matar mais estudantes. Ao final do programa Débora Vilalba conheceu Luan, que tomou dois tiros à queima-roupa, um deles no olho direito.

Preciso reconhecer as singularidades e o mérito disso, já que a reportagem fez um trabalho muito amplo de aspectos sobre o acontecimento: primeiro, retomou grande parte do que foi estabelecido pelos enquadramentos midiáticos de 2011, atualizando os dados sobre o evento em si na perspectiva das fontes primárias com muita sensibilidade no que se refere ao trabalho da confiança, dos tempos e da autonomia de cada sujeito; segundo, o enquadramento criminal não tomou conta da reportagem, dando lugar realmente para a experiência vivida; terceiro, a entrevista feita pelo *rapper* Thaíde com João produziu um *exemplum* que, em nenhum momento da cobertura, foi sequer delineado. E praticamente todos os aspectos do acontecimento que foram agenciados nessas entrevistas convergiam para a exemplaridade das lembranças, especialmente nas falas de D’Angelo e da própria Thayane, que fez algumas considerações sobre Wellington como alguém que para todos os efeitos deve ser lembrado, um pouco na lógica daquilo que já havia sido dito por Leila em sua resposta enviada para a revista *Veja*, porque o seu caso tem sim muito a nos dizer sobre o mundo no qual estamos vivendo.

Por um lado, algumas dessas entrevistas expressam uma necessidade muito forte de esquecimento; por outro, foi reclamado por muitos familiares o dever de memória, já que desde o final da cobertura multimidiática sobre o caso, no ano de 2011, foi proposto

um encerramento do luto com o qual nem todos concordaram por se sentirem coagidos a seguir em frente sem refletir, como se o esquecimento fosse um dever compulsório e não um direito seu, exatamente como postula Todorov (2000). Nas duas matérias publicadas pelo jornal “Extra” nos dias 7 e 8 de abril, por exemplo, esses conflitos são expostos pela contracena de vozes e aspectos sobre o acontecimento. Na narrativa intitulada “Mães de vítimas do massacre de Realengo ainda vivem desespero pela perda dos filhos na escola Tasso da Silveira” (08/04/2012), que traz exatamente o enquadramento do luto coletivo, uma das mães que participam da associação “Os Anjos do Realengo” dá seu testemunho na seguinte perspectiva: “Acham que a nossa dor tem prazo de validade. Minha ficha só está caindo agora. Sinto uma mistura de dor, saudade e revolta”. Cátia é a mãe de Rafael, um dos meninos assassinados no massacre, e precisa ser constantemente *resgatada* pelas demais integrantes da associação, havendo dias em que ela nem mesmo consegue sair da cama por conta da depressão: “Já desejei a minha morte e de toda a família, porque era a única forma de dar fim a essa dor insuportável”. A partir dos encontros organizados pela associação, Cátia superou essa etapa mais dolorosa do trabalho de luto e tenta impor suas falas com mais autoridade em relação a isso, tendo em mente que aceitar as tentativas de oficialização do encerramento no ano anterior foi prejudicial para ela porque não houve, assim como para muitas outras pessoas do bairro, tempo suficiente de processamento da perda e partilha desses sentimentos de luto.

Em relação a esse confronto evidente de sentidos é necessário lembrar que uma das narrativas publicadas pelo jornal “O Globo” seis dias depois desse massacre trazia o título: “Na escola, hora de encerrar o luto e recomeçar: após missa na rua, seguida de um ato ecumênico, cartazes em homenagem às vítimas da tragédia são retirados”. Ainda que a decisão sobre os cartazes tenha sido tomada coletivamente, o peso da narrativa mesmo assim não deixa de ser grande em função da necessidade de esquecimento que propõe ao delimitar uma hora figurada de encerramento do luto coletivo, o que foi veementemente rechaçado pela associação e por grande parte dos moradores porque cada um precisa do seu próprio tempo para lidar com os fantasmas, angústias, incertezas e medos implicados nesses trabalhos de cooperação contínua em nome da memória. Não é um processo fácil de ser posto em prática, porque envolve lembranças e vivências de pessoas intimamente ligadas ao evento e ao contexto, ainda que em diferentes proporções.

Podemos inferir ao menos que o jornalismo, enquanto espaço de memória, é também um lugar de organização e gestão da memória e do esquecimento. E que essa organização está sob escrutínio não apenas dos leitores, mas também

dos sujeitos que efetivamente viveram esses acontecimentos memoráveis e que dependem, no entanto, de certa abertura para *fazer frente* às narrativas de memória, coerente com o que nós [...] chamamos de terreno de construção e disputa por memória (LAGE, 2013, p. 225).

De volta para as narrativas do jornal Extra em abril de 2012, a outra matéria traz o título: “Herói de Realengo virou celebridade: sargento Alves se torna celebridade para pais e crianças”. Embora o texto pareça trazer consigo uma seleção de aspectos marcada pela perspectiva criminal, apenas rastros disso são encontrados em todo o conteúdo, que tem um cuidado maior com informações que se referem ao enquadramento do luto. Isso evidencia que, mesmo nas mídias impressas, o reordenamento das operações de *framing* apaga alguns padrões da perspectiva criminal, entre eles a ausência da experiência vivida pelos personagens concretos do episódio, assim como também extingue as narrativas de ódio sobre o atirador. Nesse sentido, os jornais estão pelo menos levando em conta uma questão ética essencial de memória midiática: rearranjar aspectos sobre o acontecimento com base no seu potencial de atualidade levando em consideração a realidade vivida por testemunhas do evento. E não qualquer outro desejo ou expectativa.

No jornal impresso “O Globo”, por sua vez, as duas matérias publicadas em 7 de abril enfatizam aspectos de homenagem na perspectiva do luto coletivo com os seguintes títulos: “Um ano após o Massacre de Realengo, vítimas são homenageadas no Cristo: os familiares e amigos dos jovens assassinados fizeram oração no Corcovado”; “Familiares e amigos atendem à missa de um ano do Massacre de Realengo”. Em todas as narrativas, mas especialmente nas que são publicadas pelo jornal “O Globo”, a tragédia escolar não é mais classificada como “Massacre em Realengo”. A convenção linguística agora troca a compreensão de Realengo como cenário de um massacre escolar pelo título “Massacre de Realengo”, que parte do entendimento de que *o bairro em si* foi massacrado em abril de 2011. Em uma das entrevistas feitas na etapa sistemática, por exemplo, a informante é enfática ao explicar que, por ter se envolvido nos trabalhos de memória, entende mais do que nunca o quanto o bairro em seu todo sofreu: “Esse dia eu acho que foi um massacre pra todo mundo”. E isso é marca dos diferentes envolvimento com os processos do luto coletivo, afinal. No mais, a presença de fontes secundárias do próprio bairro nos aspectos do sofrimento coletivo se tornou muito maior, nas narrativas de 2012, em comparação ao que havia sido convencionado no ano anterior.

Numa vista mais geral, este movimento de contextualização serviu para elucidar um pouco sobre o acontecimento, a recordação midiática e, ao mesmo tempo, o episódio

de violência misógina na escola de Realengo – para além das próprias narrativas. Aquilo que teve interpretação mais profunda, nesse contexto, foi explorado sob a perspectiva do que os sujeitos comunicantes se recordam durante a etapa sistemática, com o objetivo de explicar mais sobre o concreto empírico da pesquisa. Já as marcas dos demais processos envolvidos no âmbito da recepção são descritas e analisadas no próprio capítulo da etapa sistemática. Para dar sentido a essas experiências em campo e situá-las, efetivamente, no contexto da pesquisa, o capítulo a seguir foi escrito em dois momentos: *antes* e *depois* da etapa sistemática. Por isso a sua estrutura reflete, um pouco, as expectativas e a realidade empírica que deram forma ao trabalho como um todo, acontecendo em função disso um atravessamento de algumas memórias pessoais no seu processo de reescrita.

A vida, gradativamente em seu progresso, difunde-se em manifestações que deverão sem dúvida à comunidade de sua origem ser complementares umas das outras sob certos aspectos, mas que não deixarão de ser antagônicas e incompatíveis entre si (BERGSON, 1984, p. 158).

No primeiro momento, trabalhei uma teorização sobre meu entendimento do que seria o método. Em seguida, trouxe alguns relatos e aspectos empíricos das experiências vividas durante os movimentos exploratórios, contei como foram feitos os levantamentos bibliográficos e, também, delineei uma proposta metodológica. Já no segundo momento, por sua vez, remontei um pouco as estruturas lógicas e argumentativas desses dados sem alterá-los essencialmente, voltando depois ao subcapítulo da proposta metodológica para explicar melhor a construção do método em termos das perspectivas e dos desenhos que deram chão para essa etapa sistemática em diferentes proporções, dado que o texto em si não trazia essas informações em profundidade. E também porque os últimos movimentos em Realengo demandaram algumas alterações *in loco* do esquema técnico-metodológico inicial para que fosse possível recolher os dados da pesquisa por meio das entrevistas em profundidade com os informantes. Levando isso em conta, o subcapítulo sobre o método dos *relatos de memórias midiaticizadas* tem como propósito explicitar o antes e o depois, tratando daquilo que pensei e do que fiz de fato com base nas expectativas e na realidade do campo, conforme é dito no parágrafo anterior. Pensando as próximas páginas de uma maneira geral, seus movimentos explicam alguns dos procedimentos, escolhas e fazeres inerentes à pesquisa enquanto *prática metodológica* – tendo-se em mente que as demais escolhas foram sendo feitas, entretanto, pelos próprios percursos do trabalho, seja na sua problematização teórica, seja no capítulo da contextualização, seja na etapa sistemática, um pouco como as águas de um rio que corre. Nos tempos do meu vivido.

4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

As práticas investigativas são lugares de disciplina para a inteligência. E fazem o trabalho intelectual se desenvolver, no chão da experiência empírica, a contento de uma linha epistemológico-teórica. Assim, não podemos apenas nos atentar para os processos fenomenológicos em si, tendo de mobilizar elementos teóricos que nos ajudem a pensá-los através da agência de dados relativos às suas lógicas matriciais: para chegar de fato a esses esforços, a pesquisa precisa desenvolver o seu *problema*. Os objetos empíricos, no entanto, vão se tornando muito mais erráticos, moventes e dispersos no que diz respeito à sua inscrição no horizonte midiático (MATA, 1999). A cada movimento já não têm as mesmas formas, dadas as lógicas midiáticas que atravessam a sua dimensão estrutural. E assim funcionam, inclusive, as memórias coletivas. Se apenas consideramos concretos os dados com que lidamos à primeira vista, podemos incidir num obstáculo epistemológico habitual: não é dada atenção para os aspectos empíricos desses objetos que se constituem em outras esferas do mundo vivido. Tais contextos, quando trabalhados, dão concretude para o percurso da investigação. E num sentido contrário, começamos a *hipercodificar* os objetos sem tanta segurança porque seus contextos se reconstruem sem profundidade ou, melhor dizendo, os objetos são trabalhados nas instâncias componentes da pesquisa com falhas nucleais em sua *dimensão lógica* (ECO, 1991). Isso significa, em outras palavras, que recuperar contextos dos objetos e de seus aspectos empíricos é um operar epistêmico a partir do qual são resgatadas as lógicas essenciais para qualquer tentativa de apreensão dos fenômenos em geral. É a própria tessitura do que se investiga.

O contexto é uma parte constitutiva da formulação do problema, ele define as relações do objeto investigado com a realidade na qual está inserido. [...] saber formular e construir aspectos que deem conta do contexto [...] comunicacional que configura a sua particularidade é fundamental. A perspectiva histórica é necessária aos movimentos de contextualização, permite iluminar processos e fatores envolvidos na geração do fenômeno (BONIN, 2011, p. 27).

Nesse sentido, entendendo que a pesquisa só passa a tomar as suas formas finais quando a revisitamos após os movimentos sistemáticos para seu fechamento – etapa que Bergson (2006) entende como *processo de recordação*, visto que nos leva a preencher as lacunas sobre o percurso investigativo – e tendo em mente, também, que até o momento de sua concretização o plano de pesquisa pode ainda carecer de alguns elementos para o entendimento completo dos objetos empíricos através do recorte aspectual que fazemos,

penso que dispor de pistas para transformar esses aspectos em um *objeto de pesquisa* e a partir disso construir um *problema* têm relação com experiências do pesquisador sujeito aos primeiros acercamentos empíricos. Os deslocamentos fenomenológicos nos levam a ideias e processos intuitivos, um tanto mais além dos trabalhos de descrição e inferência rotineiros, que revelam pistas para os fazeres teórico-metodológicos da pesquisa através de sua sistematização efetiva. E é nessas iniciativas de construção do conhecimento que vão aparecendo, por um tipo de necessidade funcional, as lentidões e as perturbações da inteligência: a zona cinzenta de uma estagnação intelectual cujas razões – intituladas por Bachelard (2011, p. 165) de *obstáculos epistemológicos* – precisam ser refletidas, já que os movimentos de investigação da realidade tendem a projetar suas sombras e, portanto, o reconhecimento de uma experiência empírica nunca será total ou imediato. E nessa via, antes de se tornarem *problemáticas* por seu aprofundamento em dimensões contextuais, empíricas e teóricas, como explica Aguiar (2011), os problemas de pesquisa não podem ser tratados como princípios permanentes. E sua estruturação efetiva não deve anteceder a projeção dos percursos mais extensos e nucleais dessa pesquisa.

Pensar a problemática em uma investigação [...] é construir um problema de pesquisa aprofundando-o [...] em três dimensões: da *contextualização* sobre o problema e o objeto, situando-os nos seus múltiplos contextos; da *pesquisa empírica* como recurso metodológico; e da *práxis teórica* como um meio de trabalhar com os conceitos de forma crítica e renovadora. [...] desta forma, me permito pensar que tais dimensões, ao convergirem, ajudam a estabelecer uma epistemologia [...] criativa, mas acima de tudo crítica na hora de conjugar a práxis teórica e as estratégias metodológicas ao caráter multicontextual das pesquisas em comunicação (*Ibid.*, p. 216).

Vamos encontrando na trajetória de toda prática investigativa os aspectos que nos permitem lapidar ou até mesmo rebater esse problema. Daí os motivos pelos quais se faz necessário o *movimento exploratório*, que é trabalhado como uma etapa fundamental de definição das problemáticas, porque dentro de um contexto empírico ele permite que seja feita a articulação de linhas teóricas tentativas, esboços de conceitos, problemas iniciais, estratégias de acercamento e cronogramas de trabalho (BONIN, 2011, p. 39-40). E esses esforços possibilitam nosso *deslocamento inteligente* pelas clivagens da realidade social, embora a complexidade dos objetos e de seus aspectos empíricos faça da exploração um processo muitas vezes intuitivo cuja natureza precisa ser assumida: afinal de contas, não dominamos o processo de nos aproximar e isso resulta num conjunto de percepções com as quais o sujeito precisa lidar uma por uma – no sentido de produzir algo desconhecido em um espaço organizado de lógicas, determinações e processos. É o próprio *mostrar* se

tornando desafio. A partir desses esforços, como me permito pensar em empréstimo dos raciocínios de Bachelard (2001) e Bergson (2006), o objeto de pesquisa vai se inserindo num *processo discursivo de instrução*: ou melhor, numa *problemática* que o transforma em um fenômeno de interesse sobre o qual não foi completado, ainda, o seu processo de objetivação. Estendendo o raciocínio para os *enquadramentos midiáticos da memória coletiva* pela perspectiva bachelardiana, a *problemática* faz com que esse conceito tenha de superar seu reconhecimento, tornando-se por minhas ascensões ao concreto empírico um passado não apenas *gravado* em um nome – situação apontada por Bachelard (2001, p. 134) como algo bastante frequente em pensamentos epistêmicos restritos à *verificação existencialista* dos objetos e aspectos empíricos. Em meio a esses processos, o sujeito da prática investigativa se torna uma espécie de *artesão intelectual* (MILLS, 1975) porque, a rigor, está bem menos voltado à construção de uma *problemática* que siga os fluxos da tradição científica como um todo, dando atenção também a seu próprio ofício, trazendo-o para a sua pesquisa pelo que nele desponta de mais ou até menos racional e, como uma consequência disso, abrindo trilhas alternativas aos procedimentos comuns. Isso implica em descobertas profundas do sujeito sobre a sua consciência epistemológica.

De todo modo, esse artesanato intelectual como lugar que implica em liberdades de criação e processos intuitivos precisa ser *epistemologicamente vigiado*, não tanto por uma *observância política* aos valores aceitos sem cujo reconhecimento um trabalho não poderia ser feito, conforme o autor aponta, mas por preocupação com o próprio concreto empírico, que não sustenta a prática investigativa quando não é explorado e interpretado de uma maneira sistemática. E essas preocupações são muito semelhantes a um processo postulado pelo pensamento filosófico de Bachelard (2001, p. 165-173) como uma espécie de *psicanálise do conhecimento* – lugar onde não apenas sentimos essas perturbações ou lentidões durante a exploração da realidade como também identificamos as questões por trás disso, tendo de racionalizá-las como *obstáculos epistemológicos* para que, à extensão delas, sejam superadas ou pelo menos reduzidas as dificuldades do sujeito na construção de sua *problemática* concreta. Muito por isso, o acercamento empírico tem por finalidade evitar um equívoco muito frequente: quando pensadas a diversidade e a complexidade de contextos, dimensões e aspectos dos fenômenos e dos processos comunicacionais, torna-se armadilha o uso excessivo da *meta-abdução*, realizada quando o sujeito projeta para si as relações de um universo fenomenológico imaginado com o mundo do vivido e as suas experiências empíricas. Embora esse processo intelectual seja um importante devir para

a criação científica, como Eco (1991) nos convida a pensar, o sujeito precisa evitar a sua transformação em um *meta-abdutivismo*, que afeta profundamente a verificabilidade dos processos fenomenológicos trabalhados no âmbito da pesquisa.

Uma das premissas que, nesse sentido, reafirmam a necessidade de outra postura epistêmica seria o estímulo a uma mobilização transdisciplinar e construtiva que se volte aos paradigmas, perspectivas e experiências de sistematização teórico-metodológica para que os fenômenos e/ou processos comunicacionais sejam entendidos pelos seus diversos contornos e singularidades (MALDONADO, 2008). No entanto, quando essa premissa é entendida por questões que dela emergem sem uma perspectiva conjuntural, o sujeito da pesquisa recai numa prática habitual da transdisciplinaridade tomada como mero espaço de *produção metodológica*: seus métodos vão sendo como que *avizinados* com as suas respectivas regências lógicas – originárias de diferentes ciências e/ou disciplinas – e são mantidos em sua forma elementar como se a prática metodológica fosse uma reprodução catequética de códigos preestabelecidos para a estruturação da pesquisa (BONIN, 2008, p. 135). Por isso se deve interrogar essa ideia de transdisciplinaridade, ainda classificada no campo comunicacional como o único pensamento autenticamente renovador, mesmo que não consigamos desperceber as particularidades dos conhecimentos construídos em distintas realidades científicas nesse diálogo de métodos, teorias e disciplinas. É preciso que as construções metodológicas realizadas dentro do campo assumam esse seu caráter *mestiço* (MALDONADO, 2008), o que é um traço constituinte da sua história, mas é ao mesmo tempo necessário admitirmos que, embora os elementos importados pelo campo tenham ainda uma historicidade, os seus redesenhos e operacionalizações vão dotá-los de toda uma singularidade epistêmica. Em função disso, métodos e conceitos desenvolvidos na pesquisa comunicacional, mesmo resultando de confluências disciplinares, têm de ser aclimatados à realidade investigativa do campo e desligados de toda postura política que implique em um protesto pela sua *pureza*, dado que as ciências da comunicação também possuem uma episteme e uma racionalidade historicamente definidas.

Quer dizer, a prática metodológica não está condicionada somente às decisões do sujeito epistêmico, que se transforma pelas experiências empíricas e, por isso, também as transforma, mas ainda à *dimensão interna* da pesquisa – um espaço de fazeres científicos no qual trabalhamos o pensamento epistemológico pelos seus níveis operacionais – e aos pressupostos e/ou acertamentos de princípio que se estruturam no domínio das tradições teóricas e entendemos como *critérios de validação externos* (LOPES, 1999, p. 14). Daí o

trabalho de considerações sobre o método que trago neste momento. Não se trata de uma exposição genérica ou cientificista: ao contrário, estou entendendo a prática investigativa como algo também determinado pelas *condições sociais de produção* e, ainda, como um trabalho que possui autonomia relativa – do contrário, essa ciência empreendida tende a ser, no mais das vezes, uma prática social como as demais, marcada pelas ambiguidades e contradições dos campos nos quais vai transitando e atravessada por elas tanto em sua *organização interior* quanto nas suas *apropriações posteriores* (JAPIASSU, 1991), sem uma consciência epistemológica que consiga abrangê-las. Desse modo é possível que se desenvolva uma natureza de trabalho metodológico que, atualizada com os movimentos dos objetos e aspectos empíricos, projete para si uma lógica interior de desenvolvimento e autocontrole que a impeça de ser simples porta-voz, em um sentido reprodutivista, das normas externas cujas marcas às vezes são ideológicas, afinal é disso que essa noção de prática investigativa se trata efetivamente: um campo de força submetido aos fluxos e às exigências tanto interiores quanto externas a si.

Por isso a leitura que faço do trabalho intelectual como construto prioritariamente atualizado pela experiência empírica não visa, simplesmente, chegar à inferência de que devemos *atravessar* o contexto empírico à procura de métodos e conceitos como se ele, por si só, permitisse-nos engendrâ-los. Porque os movimentos exploratórios não são um caminho direto para a transformação do problema em uma problemática de pesquisa. No primeiro momento, por exemplo, ainda tive que trabalhar uma série de perceptos obtidos na exploração de campo – e também fora dela, enquanto desenvolvia a problematização teórica. Experimentei ao longo desse processo, intuitivo em muitos momentos, algumas opções de registro: entre elas os relatos e as descrições de experiências sensíveis vividas no movimento exploratório. Tive essa *intuição*, para mim, como lugar diferenciado pelo qual me deixei ultrapassar o trabalho descritivo-inferencial sobre as memórias que então pareciam se desenvolver no âmbito da recepção midiática para encontrar, dessa maneira, as particularidades do fenômeno memorial com que estava lidando, na perspectiva de um deslocamento tentativo pelas diferenças de tempo e perspectiva entre as lembranças dos informantes entrevistados em Realengo nesse período. Logicamente, não houve etapa da pesquisa que eu realmente tenha iniciado primeiro: as dimensões teórica, metodológica e empírica foram sendo construídas num fluxo de ocorrências coextensivas.

As questões iniciais trazidas pelo projeto de pesquisa me levaram ao movimento exploratório, no qual as experiências de campo exigiram algumas configurações teórico-

conceituais – sendo a partir daí feitos os *levantamentos bibliográficos* na perspectiva do próprio concreto empírico com que lidei na pesquisa. Por fim, entre tantos processos do percurso em questão é que fui pensando sobre as estratégias metodológicas para a etapa sistemática. Tendo em mente os pontos explorados a partir dessa reflexão metodológica, que entendo como espaço de importância para pensar o trabalho investigativo, construir este capítulo teve como objetivo negritar alguns dos procedimentos, escolhas, estratégias e desenhos metodológicos que fiz, além de explicitar as relações entre a problematização teórica e as demandas empíricas por uma utilização diferenciada do conceito de *memória coletiva* em sua extensão ao de *memória enquadrada* e na montagem específica que faço dos seus aspectos. É preciso lembrar que, por meio dessas relações empíricas e teóricas, faz-se necessária uma prática metodológica que as utilize como seu ponto de partida para uma construção de métodos que, respeitadas as suas histórias e lógicas originais, possam igualmente voltar-se para as especificidades do fenômeno explorado pelos contornos que adquire no contexto da mediação: isso nos leva a *métodos mestiços* (MALDONADO, 2002), com regências lógicas singulares, tornando-os próprios do campo que integramos e permitindo que abandonem a mimese das demais ciências.

Uma ecologia científica significa não apenas compreender o mundo ou então explicá-lo, mas também transformá-lo. É fazer o conhecimento se confrontar com outros, reconhecendo a diversidade. Nessa ecologia, o pesquisador pode ampliar a sua visão de mundo. [...] é importante reconhecer que não existem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, mas sim constelações de conhecimentos. Pode-se afirmar que a diversidade epistêmica é infinita [...] e, nessa perspectiva do diálogo múltiplo, pensar a comunicação não significa pensar que *tudo é comunicação* ou que ela seja ciência de tudo. Essa postura tira a comunicação do quadro de referência científica para virar unicamente um valor social. O maior problema não parece ser o pluralismo teórico, mas o uso repetitivo de fórmulas e conceitos simplesmente trazidos de outras áreas sem reflexão ou problematização (AGUIAR, 2011, p. 221).

Trabalhando nessa perspectiva, o itinerário do presente capítulo se divide em três momentos: no primeiro, trago considerações sobre os meus levantamentos bibliográficos e as escolhas que foram sendo feitas durante o seu percurso; no segundo, coloco em cena as experiências vividas no âmbito da pesquisa exploratória, sistematizando as percepções que obtive pelos primeiros acercamentos empíricos, explicando como os movimentos de exploração deram mais força para a problematização teórica e relatando como o *método intuitivo* (BERGSON, 1999) teve lugar de importância na configuração do conceito que a pesquisa propõe; e no terceiro momento, desenvolvo o método dos *relatos de memórias mediadas*, recuperando alguns eixos da problematização teórica em diálogo com uma reflexão técnico-metodológica e explicando o roteiro da pesquisa sistemática.

4.1. Levantamentos bibliográficos

Entendendo que parte significativa das investigações produzidas pelas ciências da comunicação no meio acadêmico brasileiro acontece nos programas de pós-graduação e, por isso, ressoa tanto em teses e dissertações quanto nas produções bibliográficas que se propõem a apresentar seus resultados ou processos (BONIN, 2011, p. 34-35), penso que o levantamento das pesquisas voltadas ao que estou investigando é uma etapa a partir da qual me coloco no cenário científico para explorar aquilo que já foi produzido a respeito das relações de *mídia e memória*, mapeando quais são as principais problemáticas, como têm sido construídos os seus objetos de pesquisa, quais são os métodos de investigação utilizados e, principalmente, que elementos posso recolher desses trabalhos para pensar o meu fenômeno memorial. A partir dessa etapa, a problematização teórica da pesquisa se estendeu, aprofundando com mais ênfase o entendimento do que chamamos de *memória midiaticizada* pelo que alguns dos trabalhos encontrados apontam quanto às suas marcas e processos de constituição, ainda que a seleção de elementos teóricos e/ou metodológicos para a pesquisa também tenha sido feita pelos caminhos do próprio mestrado, durante as orientações e disciplinas. Também realizei algumas incursões na dimensão metodológica dos trabalhos em busca de pistas e constatações que pudessem subsidiar o delineamento dos *relatos de memórias midiaticizadas* como um dos métodos da pesquisa – respeitando-se o fato de que as experiências empíricas desses trabalhos são diferentes. Alguns textos serviram, igualmente, como indicadores para desenvolvimento ou até mesmo ratificação dos movimentos já feitos na pesquisa, entre eles o teórico e o exploratório.

Para tanto, escolhi realizar esse movimento da pesquisa em quatro espaços: a) no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); b) nos repositórios de teses e dissertações dos quarenta programas afiliados à Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); c) no banco de teses e dissertações da CAPES; d) no Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom). Em cada um desses espaços de busca o movimento foi quase sempre o mesmo: usar palavras-chave amplas e específicas, acessar os resumos dos trabalhos e selecionar, em seguida, aqueles que apresentassem elementos relevantes para a problemática da pesquisa. De todo modo, alguns dos textos que surgiram durante o processo e foram selecionados com base nesse critério não foram realmente utilizados

no trabalho como um todo. Um desses textos me permitiu, mesmo assim, ter ideias sobre o espaço dos *relatos orais* no cenário contemporâneo, por exemplo, então foi levado em conta por aquilo que me trouxe de fundamento para uma das escolhas feitas no percurso da problematização teórica. Nesse sentido, o critério é flexível porque qualquer processo mais restrito de busca implica em uma exclusão de elementos importantes não só para a dimensão teórica ou metodológica, mas para a definição dos caminhos a serem tomados durante seu desenvolvimento e, ainda, das linhas de contextualização que nos permitem situar e entender os fenômenos explorados em sua realidade comunicacional. E de novo os levantamentos bibliográficos foram fundamentais para esta pesquisa, visto que alguns dos trabalhos encontrados trouxeram discussões significativas para a contextualização e o capítulo da problemática. Trata-se de um movimento onde as produções bibliográficas encontradas são às vezes diferentes do que o sujeito investigador está propondo, mas que significam bastante em termos de como ele poderá definir, a partir delas, os eixos do seu próprio trabalho de investigação. É como uma espécie de *mosaico epistemológico* ou, tal como explica Aguiar (2011), toda uma ecologia científica por trás daquilo que a pesquisa vai estabelecendo como seu itinerário de trajetos constitutivos.

Partindo dessa lógica, no portal de periódicos da CAPES o número de artigos que encontrei foi o de cinco (FISCHER, 2008; CAVALCANTI, 2009; BONIN, 2006; 2009; HENN, 2006) com a palavra-chave de *mídia e memória*. Um desses trabalhos lida com a memória pela perspectiva dos textos em suas construções biográficas, o que não atendia às demandas empíricas de entendimento sobre o trabalho memorial como um fenômeno matriciado por lógicas midiáticas. E mais à frente, nenhum resultado foi obtido por meio das palavras-chave de *mediatização da memória, recepção e memória, enquadramentos de memória, mediação e memória e memória enquadrada*. Através da palavra-chave de *jornalismo e memória* obtive 109 resultados dos quais apenas um texto (PUHL; ENNES, 2009) pensa a recepção e a memória. Os demais trabalhos se atentam para a pesquisa do conteúdo como um registro de memória em documentários, mídias impressas, narrativas televisuais etc. Nenhum deles trata da memória como *experiência* ou *condição empírica* constituída a partir da recepção midiática, embora alguns deles assinalem pelas estéticas e lógicas dos conteúdos analisados quais sentidos poderiam ser acionados na recepção e quais perspectivas eles trazem consigo para pensarmos sobre o passado. Essa escolha faz a pesquisa se voltar, essencialmente, para um plano de trabalho analítico ou crítico senão do próprio conteúdo interpretado pelo sujeito pesquisador – que evidentemente recupera

os contextos midiáticos e/ou comunicacionais do seu objeto de pesquisa, mas no sentido de entendê-lo pelas dimensões que o constituem e explicitar a sua relevância em termos empíricos, sem pensar realmente nos sujeitos de sua recepção. É um eixo muito habitual no campo da comunicação, conforme explico um pouco mais à frente.

Recuperando uma discussão teórica das relações que são tecidas entre *juventude, mídia e identidade cultural*, o artigo de Fischer (2008) nos traz alguns resultados de uma pesquisa feita com universitários e alunos de ensino médio sobre a convergência de suas memórias culturais com os trabalhos de recordação midiática. No texto, a autora explica como investigou as narrativas produzidas por esses estudantes sobre as suas experiências juvenis, entendendo que elas são atravessadas não apenas por vivências do presente, mas também por suas referências sobre as gerações passadas e pelas suas expectativas para o futuro. Nesse mesmo horizonte apresentado pela autora, entretanto, são descortinadas as imagens presentes no processo de midiaticização das percepções construídas pelos sujeitos da pesquisa sobre a sua juventude, especialmente em termos culturais e identitários. Em seu trabalho teórico, Fischer retoma as questões propostas por Bergson e Huyssen sobre o campo da memória social para entender, a partir do seu concreto empírico, como esses jovens entrevistados constroem as suas noções e referências de *tempo* e como o plano de investigação pode explorar o *real* apresentado pelas suas lembranças – atentando para as marcas que carregam de recordações acionadas por demandas e materiais simbólicos do presente no âmbito da recepção midiática.

Tendo em vista essa perspectiva teórico-empírica estabelecida pela autora, o que me interessa efetivamente nesse itinerário se divide em dois eixos específicos: primeiro, uma elucidação sobre o *método intuitivo* (BERGSON, 1999) em termos de como ele foi operacionalizado por Fischer, visto que ela o utilizou para se deslocar pelas diferenças de tempo e perspectiva presentes nos relatos orais de seus informantes e, nesta pesquisa, os dados obtidos através dos movimentos exploratórios são sistematizados, justamente, em um processo intuitivo, afinal também problematizo as minhas percepções de campo para fabricar pistas sobre como poderia construir o conceito referente ao gênero das memórias com as quais estava lidando. E segundo, as próprias pesquisas de *mídia e memória* dão a ver que, quando o *tempo* implica em um quadro de atualização das memórias a partir da recepção midiática, a mudança no todo de aspectos e nos ângulos pelos quais os sujeitos comunicantes vão se lembrar de algum evento ou período é, sobretudo, uma transação de sentidos sobre a importância desse tempo. Isso quer dizer que, assim como em Realengo,

o tempo no qual se colocam em cena as demandas de atualização memorial precisa ter o seu significado para isso. Realengo tem a *data* como seu maior veículo de memória, mas a midiatização de percepções sobre a juventude é um processo muito mais *pervasivo* em que os meios de comunicação se encarregam de apresentar elementos sobre o passado e o presente que deem conta de se configurar como quadros para as memórias culturais do segmento juvenil. Dessa forma, ambos os tempos *significam* algo para os sujeitos, mas a semelhança acaba aí porque, evidentemente, as memórias da tragédia em Realengo têm uma imperativa relação com a problemática das homenagens anuais. Mesmo assim, não se esgotam as questões sobre o tempo porque a autora também entende que a memória é um conjunto de lembranças organizadas por noções internas de tempo e, nesse processo, a midiatização também pode se fazer presente (ex.: na teorização de Halbwachs (1990) somos introduzidos aos grupos e sociedades que constroem suas noções e referências de tempo para situar, *localizar* e até mesmo *ressituar* os acontecimentos históricos no todo da memória; fazendo uma leitura mais profunda do trabalho teórico de Bonin (2006), um dos primeiros registros que fiz logo na problematização teórica foi o de que as mídias na sua condição de *matrizes* ou *dispositivos de memória*, para a autora, colocam-se entre as diferenças dos sentidos de tempo nas memórias étnicas, incidindo na própria recordação e, mais do que isso, nos estratos que ela está continuamente desenvolvendo).

Levando em conta a significância dessas informações, não me parece à toa que o trabalho teórico de Jesús Martín-Barbero (1997) tenha sido tão atento às temporalidades como uma dimensão constitutiva da memória cultural. Longe de fazer neste capítulo um aprofundamento de pontos explorados na problematização teórica, penso nesses aspectos porque, pelo menos em relação à pesquisa empírica, não seria relevante trabalhar apenas com o conjunto de mediações envolvidas nas memórias midiatizadas, mas também com a sua incidência na organização da temporalidade de cada lembrança – afinal a memória possui um *tempo vivo* dentro de si, tal como Ecléa Bosi (2003) nos vai ensinando, e essa dimensão não necessariamente mantém correspondência fidedigna à ordem empírica dos fatos da maneira como eles foram vividos. Por isso dou atenção não só ao tempo em que os trabalhos de memória são realizados no bairro de Realengo, sucedendo o luto do ano anterior, mas a como se organizam as lembranças dos sujeitos num processo em que suas noções de tempo também podem ser midiatizadas.

Já no trabalho de Cavalcanti (2009), a discussão teórico-empírica se atenta a dois aspectos da *comunicação mediada por computador* que a autora seleciona como lugares

para pensar a produção e a circulação de relatos pessoais e coletivos tratados como uma nova modalidade de *história oral*: pelo primeiro, de caráter mais histórico-político, essa apropriação contemporânea de relatos orais para a construção política de *memórias* e de *silêncios* é compreendida por ela como um *investimento* para a constituição de memórias hegemônicas futuras; pelo segundo, de caráter teórico-empírico, a historiadora trabalha a relação entre as mídias digitais e a história oral, explorando no *corpus* alguns *sites* pelos seus elementos mais visíveis – ou seja, os relatos mais encontrados entre todos os outros nas páginas – para entender a multiplicação das iniciativas que se propõem a colocar em cena as memórias de vítimas das catástrofes naturais. E a exemplo disso temos o furacão Katrina, um desastre climático cujos relatos foram transformados em objeto de pesquisa pela própria autora. Embora a referência que selecionei para a rediscussão do conceito de *memória enquadrada* seja Pollak e a historiadora não faça retorno a seu trabalho teórico, essa noção de que a memória também se trata de um fenômeno politicamente matriciado como investimento que, à luz de outro *tempo*, pode ser retomado para daí resultar numa memória de posição hegemônica me faz pensar, mais seguramente, no quanto a tessitura conceitual desta pesquisa toma na perspectiva midiática um conjunto de lógicas que são importantes para pensarmos os enquadramentos midiáticos da memória coletiva, dado que seus processos de atualização também podem implicar nisso.

Tendo em mente que essas diferenças fenomenológicas precisam ser observadas, entender como a produção social de sentidos realizada em um período de tempo tomará, no outro, a forma de uma *memória mais constituída* é também refletir numa *perspectiva fenomenotécnica* – ou seja, num lugar epistêmico do qual podemos pensar os fenômenos por seus processos e, a partir disso, os conceitos em um funcionamento teórico-empírico concreto (BACHELARD, 2001) – quais são os referentes para essa memória enquadrada e quais aspectos eles mobilizam em detrimento de outros, além de como os referentes se substituem ou entram em desuso frente à passagem dos tempos, o que é uma potência de *remontagem* dos enquadramentos. Discuti o processo na problematização teórica a partir de Sepúlveda (2003), que realiza o mesmo trabalho de abstração sistemática em torno das estruturas operativas que constituem a memória com um pouco mais de profundidade, e Bosi (1987) também segue um itinerário muito parecido recolhendo elementos para o seu trabalho teórico que lhe permitissem entender como poderia remontar – de uma maneira intencional – as lembranças de seus informantes. Pelos trabalhos de Bonin (2006; 2009), que discuto em conjunto com outros dois (*Id.*, 2008; 2011) na problematização teórica e

no desenho metodológico que apresento mais à frente, a autora resgata alguns elementos de sua pesquisa realizada com grupos étnicos de migrações históricas e contemporâneas para explicar suas *memórias midiáticas*, conforme foi mencionado anteriormente. Por esse percurso teórico-metodológico, apoiado ainda em Henn (2006), encontrei um lugar empírico aberto à investigação para situar as pistas dos *enquadramentos midiáticos da memória coletiva*, já que essa natureza de memória é reconhecida e explorada por ambos os autores, e recolhi alguns aspectos para então pensar um método que fizesse acontecer, de fato, a etapa sistemática da pesquisa, reflexões essas que faço adiante.

No trabalho de Puhl e Ennes (2009), que se volta às possibilidades metodológicas de investigação do cinema no comportamento dos jovens, são considerados os conceitos de *cotidiano*, *lazer* e *memória* e utilizados para a construção de sua problemática alguns relatos orais e narrativas de mídias impressas como pistas para a pesquisa das memórias de moradores da cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que eram jovens na década de 60 e relataram como o cenário cinematográfico desse horizonte histórico teve incidência nas concepções de *juventude* e nos comportamentos da época. Longe de fazer, por aqui, uma observação crítico-epistemológica do trabalho, um dos elementos que não recolho dele para pensar a sociabilidade como *mediação* nesta pesquisa é a forma como as autoras pensam o *cotidiano* e o *lazer*, por exemplo, como os lugares a partir dos quais a recepção acontece, deixando-os um tanto dispersos pela investigação por não pensá-los como mediações e, por isso, observando-os nas memórias mais como fenômenos à parte que como *condições* da recepção cinematográfica que *marcam* tanto as suas experiências como sujeitos comunicantes quanto as suas recordações individuais. De toda maneira, os usos metodológicos dos *relatos orais* que ambas as autoras fazem são dados que retomo no subcapítulo do método para alguns contrapontos.

Tendo terminado essa primeira etapa dos levantamentos bibliográficos, continuei a pesquisa nos bancos de teses e dissertações dos programas afiliados até o mês de abril de 2013 à Compós. Além das oito teses e quatro dissertações selecionadas que refiro nos parágrafos das próximas páginas, uma das primeiras inferências que fiz sobre os demais trabalhos que tratam das relações de mídia e memória foi de que o *conceito de memória* tem sido muito operacionalizado em investigações de objetos empíricos mais pelos seus recortes aspectuais diretos, ou seja, se estamos lidando com patrimônios, documentários e criações estéticas, por exemplo, essa camada maior da pesquisa comunicacional pensa a partir dos próprios objetos empíricos os aspectos que vão dar corpo aos seus objetos de

pesquisa. Nesse sentido, retomando o raciocínio desenvolvido no início do capítulo pelo trabalho de Eco (1991), construir esses objetos de pesquisa pelo contexto do *produto* ou da *produção* não necessariamente leva os autores a trabalhos teóricos falhos a partir dos processos fenomenológicos porque, como se presume, os dados estão no próprio objeto, ainda que a recepção de um filme analisado em pesquisa senão pelo seu conteúdo possa ser um elemento de *justificativa* para a escolha desse objeto, *contextualização* sua ou até mesmo identificação dos fatores que concorreram para o conteúdo ter sido produzido da maneira como ele então se apresenta.

Por esse caminho, fazer a pesquisa das relações de mídia e memória não leva um sujeito pesquisador a trabalhar – ou *hipercodificar*, como se disse – o objeto de pesquisa em uma perspectiva logicamente falha, mas, por outro lado, mantêm-se algumas lacunas no lugar epistêmico em que poderiam ser estruturados objetos de pesquisa cujos aspectos são encontrados nos *contextos* em que esses produtos midiáticos se inserem. Ou então a memória midiaticizada, por si só, poderia ser investigada como problema-objeto pelas suas marcas. Por causa dessa atenção aos recortes aspectuais diretos ocorre que a maior parte dos trabalhos encontrados entende os seus objetos como investimentos ou, melhor ainda, *objetos de memória* (ex.: os patrimônios como mecanismos de *persistência da memória*; produções fílmicas como *imagens-documentos*; recordações televisuais como elementos que reforçam memórias comuns; narrativas documentais cujo conteúdo subverte estratos hegemônicos da memória de específicos eventos). São muitas as pesquisas que pensam a memória na perspectiva do *conteúdo* e, por essa via, parecem ficar de fora as lembranças produzidas pelos sujeitos a partir desses objetos empíricos (*recepção*) ou os sujeitos que colocam os seus sentidos em circuito frente a esses objetos para daí construir as suas memórias (*circulação*). Esses dois âmbitos são importantes porque vão dando formas às lembranças dos sujeitos: em todo o processo, o produto seria apenas uma das dimensões configuradoras de memórias e seus sentidos.

No mais, os trabalhos que mais bem se atentam à perspectiva pela qual pretendo investigar o fenômeno memorial com que estou lidando seriam: a) três de Musse (2006), Mortari (2004) e Ferraz (2009), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); b) quatro investigações de Sousa (2008), Fogolari (2001), Souza (2009) e Barreto (2003) na Universidade de São Paulo (USP); c) mais três de Strohschoen (2003), Antunes (2010) e Bianchi (2010) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); d) um de Araújo (2011) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ao todo, 11 trabalhos

entre os quais oito são teses e três são dissertações, como já foi dito, constatando-se que a maioria está concentrada pelas regiões do sul e do sudeste. Em relação às apropriações de elementos metodológicos que faço nesta etapa, fui pensando pela pesquisa de Bianchi (2010) em como se pode *fabricar* um método para investigações comunicacionais como as nossas, que lidam com sujeitos concretos e lembranças de suas trajetórias na recepção midiática. Tendo em vista os processos de escuta radiofônica que foram se configurando e incidindo na construção da *memória midiática radiofônica* de ouvintes hoje idosos, as atenções da autora se voltam à participação desses processos na tessitura das *histórias de vida midiática* desses sujeitos, fazendo um movimento teórico-metodológico que recolhe da história oral, em suas perspectivas disciplinares e metodológicas, alguns subsídios de reflexão sobre as *histórias de vida* como lugares nos quais significados produzidos pelos sujeitos para o mundo do vivido também partem das experiências de cada um. E por esse entendimento, os sentidos que emanam de vivências configuradas no âmbito da recepção midiática passam a fazer parte do repertório de experiências desses sujeitos, mesmo que elas não sejam presenciais. Daí o trabalho de pensar nesse método, para a pesquisadora, voltar-se para o fenômeno memorial não só como uma experiência de vida, mas também como processo fenomenológico entre cujas lógicas estão aquelas de caráter midiático ou midiaticizado, o que desvia o método do fenômeno, em si, para seus contornos – exigindo esforços, propriamente, de uma nova construção metodológica.

Não que as reflexões feitas durante o percurso do mestrado tenham me mostrado esse processo específico da pesquisa sem muita profundidade, visto que foram muitas as leituras e partilhas sobre experiências investigativas – entre elas algumas das disciplinas de “Pesquisa em Comunicação”, “Mídia, Identidades Culturais e Cidadania” e “Pesquisa de Audiovisual”, além do seminário intensivo de “Transmetodologia, Epistemologias do Sul e Metodologias Transformadoras” e do grupo Processocom – que me fizeram pensar sobre isso e trazer para a introdução deste capítulo, inclusive, alguns apontamentos sobre a concepção de prática metodológica que me aventurei a assumir nesta pesquisa como o seu desafio estruturante. A questão é muito outra: lidar com trabalhos realizados que não trazem métodos para a investigação dos fenômenos pelos *contornos* que noto tomarem a partir dos meios de comunicação, mas que, ainda assim, fazem a escolha epistemológica de lidar com o fenômeno pelos seus processos, é também uma maneira de ver a reflexão feita por mim sendo *concretizada* a partir da experiência empírica de outros sujeitos. E é mais por esse momento no qual exploro o trabalho da pesquisadora que vou entendendo

como *fazer*, em termos mais simples, o meu próprio método. De toda maneira, essas são questões cuja retomada também será feita um pouco mais adiante.

Tendo essa construção metodológica como referência possível ao lado das outras que foram anteriormente referidas, fazer uma visita às investigações de Antunes (2010), Barreto (2003), Araújo (2011), Strohschoen (2003), Fogolari (2001) e Ferraz (2009), que lidam com as relações de *mídia e memória* na perspectiva teórica e empírica da recepção midiática, foi o momento de entender a pesquisa da *memória midiaticizada* como procura sistemática de marcas deixadas por entre as recordações na via dos diferentes lugares da recepção – sendo destas pesquisas, especialmente, que tomo alguns aspectos para pensar os *relatos de memórias midiaticizadas* como possibilidade de método com o qual pudesse se realizar uma perspectivação progressiva do relato para os processos comunicacionais envolvidos nos trabalhos memoriais de onde ele resulta e fossem então investigados, em sequência, os referentes midiaticizados dessas memórias. Para isso, faço mais adiante uma espécie de exercício metodológico, por assim dizer, na perspectiva do trajeto percorrido por essas autoras em seu concreto empírico, extraindo daí algumas pistas e constatações para os meus apontamentos técnico-metodológicos.

Em relação aos percursos de pesquisa e ao desenho metodológico realizados nos movimentos investigativos de Musse (2006), que estuda as mediações entre a *imprensa*, a *cultura* e a *cidade* observando em um *exercício de memória* como são estabelecidas as relações entre Juiz de Fora e os seus habitantes por meio das narrativas que os meios de comunicação apresentam sobre ambos, fui me apropriando de algumas das ideias que se mostram relevantes na tese da autora para as operações técnicas de meu método: isso em termos de como sua exploração das *situacionalidades* e de outros elementos põe em jogo alguns recursos mnemônicos que me parecem facilitar esses trabalhos de recordação em profundidade. Afinal, mesmo dando mais centralidade para um *corpus* que é constituído de materiais narrativos, a pesquisadora ainda assim utiliza os relatos em sua investigação para entender o *imaginário urbano* construído pelas relações da imprensa, da cidade e da cultura, além do que ele revela pelos *lugares de memória* sobre os caminhos percorridos pelos sentidos dados às narrativas, muitos deles produzidos por informantes da pesquisa que também auxiliaram Musse em sua coleta de materiais empíricos. No que diz respeito às investigações de doutorado executadas por Sousa (2008), Elisangela Mortari (2004) e Maurílio Souza (2009), as apropriações metodológicas têm o sentido de facultar em três

eixos articuladores básicos as relações de correspondência entre o método dos *relatos de memórias midiaticizadas* e o concreto empírico da pesquisa. No primeiro, entendo como o trabalho técnico-metodológico de Sousa (2008) se dá mobilizando as táticas e estratégias de recordação empregadas por idosos entrevistados no Lar Betel, que está localizado no município paulista de Piracicaba. No segundo eixo, visito a etapa sistemática da pesquisa de Maurílio Souza (2009) extraindo algumas inferências de sua incursão nas recordações de espectadores da telenovela “Páginas da vida”, exibida na Rede Globo entre os anos de 2006 e 2007, e observando como o autor investiga marcas de *social merchandising* pelos relatos dos sujeitos enquanto também localiza as mediações implicadas em sua produção de sentidos sobre as causas midiaticizadas. No terceiro eixo, faço pelas operações técnicas de Mortari (2004) algumas constatações sobre como a autora analisa lembranças tecidas pelos sujeitos chamados de *agentes autorizados* nas redes identitárias que se estruturam no contexto social da Quarta Colônia (RS) em meio às suas trajetórias e experiências de escuta radiofônica. Faço isso percebendo as hierarquias entre quem enuncia e as formas de organização ou até desestabilização dos seus lugares e posições sociais na tentativa de pensar como posso trazer à tona essas relações de contraste, sobreposição e conflito entre as autoridades de fala dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa.

Tendo ainda em mente esses procedimentos de pesquisa bibliográfica, prossegui a utilização de palavras-chave para encontrar teses e dissertações que trabalhassem essas relações de *mídia e memória* fora do nosso campo. E para isso, recorri ao banco de teses e dissertações da CAPES, obtendo através de *mídia e memória* 338 resultados dos quais dois trabalhos (CARVALHO, 2006; PAZ, 2006), das áreas de Memória Social, Filologia e Língua Portuguesa, voltam-se à problemática das memórias constituídas no amparo da comunicação midiática. Ambas as autoras, pela problematização teórica que fazem sobre os *pontos de convergência* entre o tecido discursivo – tanto dos telenoticiários como das telenovelas – e a constituição da memória social como um jogo de subjetividades, foram citadas no segundo capítulo como referências que apontam, com Bianchi (2010), para as correspondências dessas modalidades de trabalho memorial. As demais investigações de relevância para pensarmos em vistas gerais essa problemática das memórias midiaticizadas foram realizadas no campo da comunicação, mas já haviam sido encontradas nos bancos de teses e dissertações dos programas de mestrado e doutorado afiliados à Compós. Pela palavra-chave de *mediatização da memória* obtive 17 resultados dentre os quais já estão alguns dos levantamentos acima referidos e uma tese (REIS, 2009) produzida no campo

das Ciências Sociais – que se atenta para essa questão da memória e de sua midiaticização em sentido histórico sem investir, contudo, numa reflexão necessária sobre os processos comunicacionais e midiáticos envolvidos na construção de lembranças e silêncios sobre a transição política espanhola, fazendo um trabalho mais histórico-social disso. Algumas questões dessa tese, no entanto, são recuperadas pelo capítulo de contextualização desta pesquisa. Na palavra-chave de *recepção e memória* obtenho 193 resultados que repetem alguns dos trabalhos já encontrados. Nenhum deles apresenta aspectos de relevância para o desenho da problemática ou as demais instâncias componentes da pesquisa. Na quarta, dos *enquadramentos de memória*, obtive 115 resultados dentre os quais nenhuma tese ou dissertação apresenta um trabalho que trate especificamente de memórias – em qualquer aspectualidade empírica – construída no amparo dos meios de comunicação. Pela quinta palavra-chave, de *memória enquadrada*, a mesma relação de teses e dissertações aparece no todo de resultados da busca, o que diz muito sobre como os nomes dados ao conceito de Michael Pollak estão sendo tomados como elementos de equivalência.

Já pela sexta palavra-chave, de *jornalismo e memória*, são obtidos 429 resultados entre os quais só a dissertação de Franceschini (2003), produzida no campo de Memória Social, problematiza os trabalhos coletivos de memórias na perspectiva teórico-empírica da recepção midiática, selecionando como objeto empírico de referência as narrativas do jornal “O Globo” sobre a dita *caça aos marajás* executada por Fernando Collor de Mello e a mobilização coletiva posterior dos manifestantes conhecidos por *caras pintadas*, para entender a *mediação* da linguagem jornalística na formação de memórias coletivas. Num dos momentos de sua construção teórica o autor lida com as mediações – diferentemente de Martín-Barbero (1997; 2006) – considerando apenas os meios de comunicação como um lugar de mediação que concorre para a tessitura de memórias, tendo a sociabilidade, os marcos de temporalidade, as culturas e as demais dimensões de nosso mundo da vida como dados quase naturais, o que faz desse conceito de *mediação* para Franceschini um lugar desintegrado dos campos sociais. Interessa-me assinalar que, ao longo do trabalho, grande parte dos aspectos aponta um atravessamento de lógicas midiáticas no âmbito da memória social e, contudo, a problematização teórica das mídias em si parece posicioná-las como lugares à parte, sem concretizar por isso uma discussão devida sobre o cenário de midiaticização. Levando isso em conta, optei por acionar a referência teórica durante o movimento de contextualização da pesquisa. Nos demais levantamentos, repetiram-se as dissertações anteriormente encontradas e surgiram algumas produções bibliográficas que

pensam a problemática da memória a partir dos aspectos empíricos de discurso, registro fotográfico, trabalho audiovisual e outros objetos cujo recorte é direto.

Por fim, em levantamento pelo Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom), localizei desdobramentos bibliográficos de trabalhos que foram explorados na presente pesquisa. Entre eles, alguns relativos às investigações de Bianchi (2010), Alencastro (2011), Strohschoen (2003) e Bonin (2006; 2009) que não referencio por entender que o meu acesso a suas versões integrais é mais apropriado e dois artigos, especificamente, que pensam em panorâmica histórico-teórica nas relações estabelecidas entre a *mídia*, as *memórias* e a *identidade social* (BATISTA, 1998; ENNE, 2001). Pelas linhas de contextualização histórica do primeiro texto, o autor reflete sobre os processos de mundialização da cultura pela mídia como elementos a partir dos quais as referências culturais e os estilos de vida são ampliados num senso quantitativo que, entretanto, teria uma ressonância estética e política muito arriscada no campo social. Isso se dá porque, a partir da midiaticização de expressões culturais em uma *perspectiva minimalista*, os traços diferenciadores de grupos étnicos são tão particularizados no trabalho midiático de suas memórias culturais que, por consequência, passam a ser utilizados como miniaturas e/ou relíquias que se implicam, para o autor, como *implantes* na formação identitária de seus consumidores. Esse foi um dos processos de midiaticização que citei no primeiro capítulo da pesquisa para pensar os trabalhos de memória no universo contemporâneo de formas assumidas pela recordação e pelo esquecimento, trazendo as primeiras inferências sobre como os meios de comunicação matriciam as tramas de lembranças nessa multiplicidade de padrões, contextos e aspectualidades empíricas.

No trajeto teórico de Enne (2001), por sua vez, os conceitos de *memória coletiva* e *identidade social* são operacionalizados a partir dos objetivos de sua tese, que trabalha sobre a formação identitária da Baixada Fluminense na perspectiva midiática e estrutura uma problematização teórica para a qual essa formação é entendida como um fenômeno estritamente vinculado à constituição de *fronteiras* que, por serem tão móveis e fluidas, produzem *limites* no plano das interações sociais que acabam por ir incidindo na própria construção de sua identidade social. Nesse sentido, o conceito de *memória coletiva* vem como subsídio para entendermos a Baixada na sua dimensão histórica, que é recuperada nos usos e apropriações do discurso midiático como lugar de produção dessa identidade, sendo as interações sociais do cotidiano os elementos que vão *endereçando* os discursos e permitindo uma produção de conhecimentos sobre a memória da região, o que aponta

a tessitura dessa identidade coletiva como um processo fenomenológico perpassado por categorias de tempo, espaço, memória e identidade. Esse é outro processo que aponto, a contento de uma rápida compreensão desses trabalhos de memórias, também no capítulo de introdução aos contornos da problemática.

Terminados os levantamentos bibliográficos, soube por uma amiga da dissertação de mestrado produzida por Ana Lúcia Migowski (2013) sobre a atualização de memórias do ataque aéreo ao World Trade Center pela perspectiva das interações sociais mediadas por computador. Não localizei a pesquisa no repositório da CAPES e tampouco obtive o arquivo no banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o que talvez reflita o nível de alcance das palavras-chave então utilizadas e as truncagens dos sistemas de indexação adotados por algumas instituições. Tive acesso ao texto contatando a própria autora, o que me permitiu trocar informações sobre as nossas problemáticas de pesquisa e negritar no terceiro capítulo alguns aspectos de *literalidade memorial* que se fazem presentes nas recordações dos entrevistados sobre onde estavam quando souberam da tragédia em Realengo, mais ou menos como acontece no fenômeno comunicacional do “Where were you on 9/11?” – que consiste numa rede de lembranças do atentado cujos processos mnemônicos dão um lugar de importância às referências de situacionalidade nesse trabalho social de memórias. À extensão disso também me parece relevante pontuar, agora na perspectiva dos próprios levantamentos bibliográficos, que a maior parte dos textos sobre massacres escolares vem do meio acadêmico anglo-saxão e, muito frequentemente, exige a assinatura de periódicos *online* para acesso a suas versões integrais. Em verdade, o próprio *paper* produzido por Hsiang Chyi e McCombs (2004) a respeito dos enquadramentos midiáticos sobre a tragédia de Columbine foi rastreado por um amigo em estratos inferiores da *internet* para que não fosse preciso baixá-lo por meio do sistema “Pague por artigo”, uma forma de capitalismo cognitivo contra a qual sempre me posicionei por motivos políticos no campo da comunicação.

No mais, percebo que avançamos muito não apenas no país, mas principalmente no contexto científico latino-americano, em relação a essa problemática dos processos de mediatização da memória, o que me permite seguir com essa premissa epistemológica de que conhecimentos acessíveis são os que mais indicam, de fato, o estágio dos estudos de determinado campo sobre um ou outro objeto empírico de referência, afinal se tratam de informações produzidas em um debate aberto – e por isso passível de torná-los pontos de transição em nossas cadeias de cooperação científica. Em uma visão mais geral, levando

em conta as discussões sobre mídia e memória feitas pelos trabalhos localizados na fase dos levantamentos, o panorama dessa linha de pesquisa parece se dividir em pelo menos quatro eixos: no primeiro, os objetos empíricos são *registros de memória*, como foi dito anteriormente; no segundo, esses objetos tratados como investimentos são pesquisados à luz de sua implicação em *contextos* que produzem outros objetos ou aspectos empíricos, elementos esses que ficam mais por uma instância de contextualização; pelo terceiro, as memórias constituídas a partir dos meios de comunicação são problematizadas tendo em vista a *incidência* da informação desses meios no conteúdo das lembranças; pelo quarto, temos uma pesquisa sobre a *memória midiaticizada*, efetivamente, que amplia a discussão do terceiro eixo, mas, também, investiga as lógicas da memória coletiva como processos fenomenológicos articulados pelos meios de comunicação nos seus marcos de produção e organização de sentidos. Por isso a aderência da presente pesquisa a alguns trabalhos é maior principalmente na dimensão metodológica. Essa decisão não exclui os outros, mas tem o sentido de me situar pelo quarto eixo tendo em vista que essa camada de pesquisas comunicacionais voltadas para as memórias e seus respectivos processos de constituição e atualização é menos desenvolvida em comparação à que lida com os objetos pelos seus aspectos de dispositivos, registros ou investimentos de memória.

Essa noção de *eixos* pelos quais a pesquisa comunicacional tem estruturado suas problemáticas de investigação, longe de assinalar a necessidade de uma *agenda coletiva* ou iniciativa parecida – como Martín-Barbero (1997) apontava que deveria ser feito, por demandas epistemológicas periódicas, dentro dos estudos de recepção – para a pesquisa de *mídia e memória*, apenas aponta algumas formas de construção mais comuns sobre a problemática e, mais especificamente, qual delas é a que prossigo, por questão empírica e ainda epistemológica. Dessa forma também me permito trabalhar dentro do cenário de investigações sobre mídia e memória com uma *linha epistemológico-teórica* ou, melhor dizendo, um *senso de problematização* que recolha dessas produções os elementos mais relacionados ao eixo então escolhido de enquadre do objeto num *processo discursivo de instrução* (BACHELARD, 2001), ou seja, em uma problemática. Dito isso, talvez esteja evidente que não são os objetos empíricos que impõem por si sós o recorte aspectual do objeto de pesquisa: antes de tudo, o sujeito epistêmico é que obterá pistas e constatações que lhe permitirão *montar* pelos acercamentos empíricos o conjunto de aspectos; e esses aspectos empíricos, por sua vez, são aquilo que transcende a especulação teórica e força o sujeito a verificar a *resistência* dos conceitos e perspectivas teóricas frente à realidade

concreta que o leva a perguntar, duvidar e intuir. Por fim, o compromisso com os outros sujeitos, em sentido ético e político autêntico, demanda uma procura por aquilo que têm a nos dizer em relação ao objeto de pesquisa e às formas de pesquisá-lo – entendendo-se que os seus objetos, como pensam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 47) em citação de Saussure, são tão delineados por um *ponto de vista* quanto os nossos e, sendo assim, até para pensarmos meios específicos de inseri-los em uma problemática concreta devemos nos voltar para esses saberes anteriormente construídos.

E cabe ao comunicador [...] assumir seu papel intelectual em conexão com as contradições que atravessam as práticas. Um dos pressupostos dessa reflexão se coaduna com o entendimento [...] sobre os modelos de trabalho acadêmico: [...] o primeiro deles, da dependência, encaminha-nos para os modismos e as repetições em pesquisa. O segundo, das apropriações, leva a abrir concepções e modelos às questões não previstas e, nessa via, as teorias funcionam mais como conjunto de ferramentas do que como princípios. Já o terceiro modelo, das invenções, requer que se abordem as especificidades da comunicação e se cunhem categorias para pensá-las. Considerando esses modelos, é mais fácil entender que uma perspectiva que busque o método e a metodologia pela via da multiplicidade pode atravessar o das apropriações, mas tem mais espaço de realização nas invenções (ROSÁRIO; AGUIAR, 2013, p. 45).

No entanto, mesmo apresentando o raciocínio epistêmico dessa forma, optei pela reserva dos movimentos exploratórios que me levam à pesquisa da maneira como ela se explicou até agora para o próximo subcapítulo, justificando o seu desenho em termos de quais experiências sensíveis, propriamente, foram me fazendo entender as diferenças de *natureza* nas memórias sociais investigadas, além de *manufaturar* uma problematização teórica que tivesse algo a dizer sobre isso, em seu estatuto de dimensão da pesquisa sem a qual não é possível que se faça uma leitura dos fatos como *processos fenomenológicos* e se pense em *instrumentos* e seus *usos* – que chamamos, respectivamente, de métodos e técnicas – para o artesanato intelectual praticado a partir desses processos. Assim posto, o próximo subcapítulo explica meu movimento de pesquisa exploratória como etapa que justifica algumas das escolhas feitas neste capítulo, além de outras descritas ao longo da problematização teórica. E em seguida trago alguns apontamentos metodológicos para a fase sistemática atentando para esses aspectos e escolhas nos modos de ir construindo o método e nas formas de suas operacionalizações técnicas. Essa é a parte da pesquisa que levou um tempo maior para ser coerentemente apresentada porque, embora pareça muito simples em sua explicação sistemática, foi vivida até pouco tempo como um *movimento de águas* ora brando, ora furioso. Segui esse fluxo por *intuição* para saber aonde poderia chegar. Por isso, pensar teórico-metodologicamente esse percurso é, de fato, a etapa que mais configura a exploração nesta pesquisa como uma de suas nascentes.

4.2. Pesquisa exploratória

Fazendo uma leitura inicial sobre essa pesquisa exploratória de que trato logo no princípio do capítulo como prática metodológica ou, melhor ainda, *lugar epistêmico* que me permite *exercitar* a construção do problema e de aspectos da problemática com vistas às relações experimentais aqui tecidas entre a dimensão teórica e a experiência empírica, a reflexão do movimento acabou não fugindo da tentativa funcionalista de percorrer um caminho direto para a questão geral desta investigação. As razões para o tempo utilizado em excesso nessa etapa são três: a primeira, de caráter *epistemológico*, dava-se porque a minha hipótese de que as memórias locais do massacre escolar em Realengo teriam sido *organizadas* pelos meios de comunicação não abria espaço para uma articulação teórica e empírica em que as diferenças de *natureza* das memórias deixassem de ser confundidas com *graus* de sua mediação; a segunda, de caráter *intuitivo*, deu-se porque, não tendo feito um trabalho mais sistemático em campo, minhas notas investigativas *retinham* uma série de perceptos sobre as experiências sensíveis que tive ao longo desse movimento de pesquisa e poderiam dizer muito mais sobre as memórias exploradas, fato que exigiu de mim mesmo um trabalho interpretativo maior dessas percepções à luz dos dados que fui registrando no trabalho habitual de *descrição empírica*; e a terceira, de caráter *histórico-epistemológico*, deu-se porque resisti por muito tempo à premissa epistêmica segundo a qual o trabalho investigativo às vezes demanda não uma *listagem* de conceitos, mas sim uma *rede conceitual* em que os elementos teóricos possam ir se relacionando segundo as lógicas operativas dos processos fenomenológicos.

Esse terceiro motivo teve a sua origem, em específico, no texto monográfico que produzi ao fim do bacharelado em Comunicação Social, pretendendo investigar em uma perspectiva descritivista as práticas midiáticas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em termos de como a sua *propaganda política* foi se alterando, na cidade fluminense de Cabo Frio, durante uma de suas eleições. Essas modificações compreendiam, na maioria dos elementos que compuseram o *corpus*, cores e símbolos relativos ao comunismo que, em função de suas apropriações negativas pelo imaginário popular explorado a partir da coleta de dados, foram sendo escondidos e, em alguns casos, até mesmo *excluídos* desses movimentos visuais da campanha – estratégia essa que pretendeu desviar os eleitores da circulação de *fragmentos* (POLLAK, 1989) das memórias sobre o anticomunismo vivido

no país. E essa circulação de lembranças, por sua vez, foi entendida pela pesquisa como uma *semiose* disparada a partir de recursos visuais, mas, tendo-se em vista que a prática propagandística de Cabo Frio não se apropriou àquele momento dos assuntos que foram sendo levantados pelos sujeitos em resposta a esses padrões da *identidade visual*, acabei não estruturando uma relação de conceitos que pudesse explicar mais do que a memória fragmentada sendo acionada por essas peças visuais e a estratégia midiática consecutiva, o que não contemplou, também, uma visão sistêmica – como a semiótica permite que se faça na perspectiva da *semiosfera* de Lotman (1999) – desse *processo circulatório* como um todo, de como essas semioses eram disparadas em rede ou até mesmo do que restava desse fenômeno após as mudanças visuais da campanha. Fazendo um trajeto que parecia ser suficiente naquele momento, levantei uma construção teórica que fazia dos conceitos uma *representação* da experiência, ou seja, um simples protocolo para constatações que vinham sendo feitas, de forma apriorística, pelos investimentos *meta-abdutivos* que fiz à época de execução dessa pesquisa. E isso se somava, também, à fraqueza da pesquisa em termos de sua projeção prévia do concreto empírico para o planejamento de uma etapa sistemática onde o método do trabalho de conclusão, que não recebeu a atenção devida, pudesse de fato interagir com sua problematização teórica.

Tendo passado por todo o processo de autoanálise em relação às lógicas que vão fazendo esta pesquisa desde o *epistêmico* até o *técnico* (MALDONADO, 2008) tanto no curso do mestrado como no depois das explorações de campo, especificamente, notei as duas falhas centrais do meu tipo de prática teórico-metodológica. A primeira era a *meta-abdução*, que foi referida no início do capítulo e seria, conforme Eco (1991), a potência de criação científica presente em analogias feitas entre o concreto empírico e o processo fenomenológico *imaginado* que, se não passa por uma vigilância epistemológica sobre o seu conjunto de lógicas, acaba fazendo a pesquisa *dar voltas* sem grandes considerações resultantes da investigação ou, pior ainda, projetar uma problematização teórica que não responde às demandas concretas da experiência empírica. E a segunda falha nuclear, por sua vez, reproduzia uma postura epistêmica pela qual a investigação só chega a ser vista como *reconhecimento fenomenológico* (BACHELARD, 2001) alheio a uma perspectiva dialética, crítica e analítica que, de fato, relacione as dimensões da pesquisa.

Ainda que isso tudo possa parecer, à primeira vista, uma espécie de manual para pesquisadores em processo sobre o que *não fazer* ou *não ser* num trabalho investigativo, esse percurso autoanalítico acabou não deixando de ter lá a sua validade porque, quando

escolhi fazê-lo em profundidade, ao lado de questões como o esquema programático e a administração do tempo para a pesquisa, fui revelando esses *obstáculos epistemológicos* e, mais ainda, conseguindo por fim me desvencilhar da maioria deles para chegar a uma consciência metateórica e metametodológica maior. Nesses sentidos, entendendo que os movimentos da pesquisa se *ressentiam* de uma dimensão minha – em posição de sujeito epistêmico – estruturada também a partir desses aspectos de tempo histórico e biografia, conforme Bonin (2011, p. 24) nos convida a refletir, a prática investigativa, ainda assim, não me pareceu menos complicada: ao contrário, tudo que foi diagnosticado me colocou frente a uma pesquisa muito mais dificultosa em se tratando do que precisava ser revisto e novamente trabalhado. Nesse instante, especificamente, o entendimento da exploração como um lugar no qual me acercava tanto do concreto empírico quanto de mim mesmo, pela figura do movimento de águas, parece ter sido a etapa mais torrencial.

Para seguir esse fluxo, ver aonde chegaria e solucionar as consequências disso, a noção dos *movimentos de pesquisa exploratória* como espaço epistêmico de construção planejada e posteriormente interpretada foi essencial para aquilo que a partir da filosofia bergsoniana eu entenderia como *método intuitivo*, uma vez que o pensamento é movente e seu rumo, ainda que às vezes seja tomado de uma maneira bastante incerta, precisa ser entendido em termos daquilo que foi constatado ou mesmo intuído ao longo do processo como um *mapa antigo* que deve ser restaurado, dando-nos pistas das quais necessitamos para continuar em trajetória de investigação. Ter passado no trabalho pela perspectiva de Bergson para entender, pelo menos num sentido aspectual, as lógicas de ressurgência do passado como um momento de *trabalho da memória*, fazendo uma incursão logo depois no trabalho teórico de outros autores, não me furtou de perceber na filosofia do autor os subsídios necessários para enfrentar o concreto empírico então apresentado como que em códigos de decifração complexa durante as explorações de campo.

Em relação ao seu estatuto de prática metodológica, não considero essa pesquisa exploratória como uma etapa que necessariamente derive os obstáculos epistemológicos para a investigação como um todo: essa situação, da forma como descrevo, com certeza tem algo a dizer sobre os *vícios metodológicos* que podem ser condicionados durante as pesquisas, mas é um trajeto muito pessoal para falar em nome de um padrão de pesquisa ou uma tradição científica, por exemplo, embora esses elementos sejam diagnosticáveis, quando de uma leitura epistemológica. Sendo um acercamento empírico planejado, esse *movimento exploratório* tem por finalidade nos mostrar se a pesquisa teórica, dos pontos

aos quais chega, consegue subsidiar o entendimento dos processos fenomenológicos que se impõem em campo; fazer-nos demandas de uma reconfiguração teórica ou conceitual para o caso em que a pesquisa teórica não contemple os *aspectos* do objeto empírico que foram se afigurando (BERGSON, 2006); permitir que formulemos mais outras hipóteses ou reforcemos as que já foram apresentadas; rebater o *falso problema* (DELEUZE, 1999) e desenhar uma problemática pelo que continua concreto (BONIN, 2008). Para que isso, especificamente, seja feito durante ou *após* a exploração do que virá a ser um problema-objeto, o pesquisador precisa descrever os aspectos empíricos com os quais está lidando para visualizá-los numa *perspectiva fenomenotécnica* (BACHELARD, 2001), entendida no último capítulo como ponto de observação do fenômeno pela sua dimensão operativa ou, melhor ainda, processual. A partir disso, a pesquisa segue no sentido de fazer a rede conceitual se *movimentar* segundo o processo fenomenológico – ainda que para isso seja precisa uma ampliação ou reorganização dos conceitos conforme essas clivagens do real observado ou até mesmo sentido pelo sujeito pesquisador.

Essa condição epistemológica, para Mills (1991, p. 231), permite que se exerça a liberdade de trabalho com dúvidas, contradições, bloqueios mentais etc. Em geral, nesse momento da pesquisa são fabricadas muitas pistas que podem oportunizar a formulação de um problema-objeto empiricamente possível, mas, em função de algumas inferências suscitadas durante o processo, pode ser que ele não se aproxime de toda a complexidade do fenômeno investigado. Na via desse raciocínio, os fenômenos sociais reconfigurados no panorama contemporâneo vão nos colocando frente aos processos de midiaticização da vida cultural, das práticas políticas, da produção de bens simbólicos, das temporalidades e de muitos outros elementos da realidade (MALDONADO, 2008; MATA, 1998), entre eles o próprio campo da memória coletiva sendo matriciado pelas lógicas midiáticas, e a emergência dessas novas condições de vida demanda estratégias metodológicas que nos permitam apreender os vários contornos e singularidades da realidade social.

Trazendo isso um pouco mais para a perspectiva do meu problema-objeto, tratar de memórias midiaticizadas sobre o massacre escolar do bairro de Realengo e suas marcas nas recordações de moradores do local requer uma investigação dos relatos que perceba as diferenças de *tempo* e também *perspectiva* em suas lembranças, o que se constrói em meio às narrativas midiáticas e aos lugares de mediação anteriormente apontados. E essa experiência de construção da pesquisa frente aos rastros de atualização dessas memórias no âmbito da recepção midiática me levou a pensar durante o trajeto em como engendrar

um conceito e acima de tudo um método que pudessem responder às lógicas do processo fenomenológico aqui descrito e revisitado de maneira intuitiva. Entretanto, esse trabalho de *intuição* se constitui em uma série de lógicas *críticas* e *heurísticas* (MALDONADO, 2008), sendo essas últimas o lugar no qual me resguardo para não esbarrar nos atalhos e esquemas mentais resultantes de uma intuição pouco trabalhada e até mesmo dos vícios metodológicos que identifiquei em mim mesmo no percurso da investigação. Embora não pretendesse mais problematizar as relações de *mídia* e *memória* ao fortalecer essa minha vontade de continuar no meio acadêmico-científico e até houvesse pensado em trabalhar pela perspectiva das representações midiáticas sobre o sofrimento psíquico grave – antes chamado de *loucura* – na cobertura do massacre em Realengo, muito do que aprendi em relação ao conceito de memória durante o trabalho de conclusão do bacharelado me deu certa inclinação para localizar nos relatos de pessoas conhecidas pelo bairro o fenômeno memorial de que venho falando. É evidente que, naquele momento, a complexidade dos aspectos empíricos era maior e tendia a fugir do meu entendimento, então as percepções sobre esses trabalhos coletivos de memória se estagnaram por um período na verificação existencialista do processo fenomenológico explorado.

Não tendo como avançar desse lugar epistêmico para outro, passei por aquilo que venho chamando de *cegueira situacional*: ainda que esses sujeitos recordantes tivessem lembranças constituídas em um contexto de memórias midiáticas sobre o episódio, as questões propostas na época eram de estatuto apriorístico e resultavam, quase sempre, de pistas muito pequenas que implicavam em arriscadas constatações. Evidentemente, isso reforçou movimentos tautológicos de pesquisa porque fiquei limitado a perguntas sobre nada além da *existência* de memórias midiáticas. E se esse realmente fosse o objetivo da pesquisa, talvez bastasse realizar três ou quatro movimentos de ensaio teórico. Ainda assim, nem isso chegaria a constatações relevantes em termos empíricos porque, a rigor, o fenômeno memorial em questão ainda não me suscitava por seus contornos o trabalho teórico adequado sobre as lógicas de seu movimento empírico. Em muitos momentos, o sujeito pesquisador pode manifestar reações idênticas a perceptos distintos e considerar, em seguida, que se encontra diante de objetos empíricos do mesmo gênero ou tipo, como explica Henri Bergson (2006, p. 34), o que se configura como *cegueira situacional*. Pelas notas desses movimentos exploratórios feitos em Realengo, no entanto, percebi que não estava mais lidando com a mesma aspectualidade empírica que havia sido tentativamente explorada e descrita em minha pesquisa de graduação. Muitos sentidos identificados nos

relatos dos informantes eram repetitivos e pareciam se estabelecer em algo como pontos narrativos comuns, conforme pontuei em minhas notas de campo. E tentando fazer com que os sujeitos entrevistados na pesquisa exploratória fossem falando da tragédia em um movimento de recordação com ordenações próprias e mais livres, ainda assim lidei com experiências que me intrigavam. Entre elas está a de Lurdes, que foi registrada no diário de campo como nota pessoal: “Não consigo passar daí. Lurdes fala do Wellington como se soubesse toda a história do rapaz e sempre volta aos mesmos pontos pra isso [*sic*]”. E nesse sentido a trajetória biográfica do atirador era lembrada pelos mesmos elementos: a violência sofrida em sua juventude, as fotos em tons de cinza, a sua introspectividade, o sofrimento psíquico grave, a busca por conteúdos de ódio na *internet* e o fato de ter sido ex-aluno da escola em que realizou seu ato de intervenção social, por assim dizer. Entre esses elementos, as fotos descoloridas das mídias impressas foram o que me surpreendeu nos primeiros momentos da exploração de campo:

Dei uma olhada naquela foto a semana [do massacre] inteira. Dá pra sentir o ódio do sujeito só de olhar. Aquilo dá medo. É um revoltado com a vida. Não tinha com quem se preocupar. Com certeza se tivessem tratado como gente a situação era outra. Mas isso não justifica, né? Todo mundo passa por merda na vida e se fosse pra sair atirando a gente tava era morto mesmo. Acho que esse sujeito [se] isolou demais; não saía; tava sempre nesses joguinhos de luta e de atirar em gente; pegou até o jeito desse povo lá do Oriente Médio que só sabe fazer miséria atrás de miséria na vida dos outros (Lurdes).

É de uma complexidade que não se encaixava nas reflexões daquele momento: e não deixo reconhecer isso porque no mesmo trecho a entrevistada trouxe marcas de usos e apropriações das narrativas veiculadas sobre o evento, incluindo até mesmo o eixo das especulações midiáticas a respeito do envolvimento de Wellington com as tais entidades reacionárias islâmicas. E também já teria sido possível atentar, por esse mesmo instante da entrevista, para o fato de que Lurdes nunca pronunciava o nome do atirador, dando a entender uma recusa seguida por silêncio. No amparo de uma problemática concreta ou, pelo menos, de um esboço teórico mais próximo desses aspectos empíricos, talvez o seu relato já pudesse ter trazido à tona o que realmente está por trás desse silêncio, dado que a retomada narrativa do acontecimento, em 2012, propunha o esquecimento do nome de Wellington. Em relação ao que esse conjunto de dados tinha a me dizer, no entanto, não fiz nenhuma inferência concreta, então acabei não percebendo que havia uma *seleção de aspectos* por trás das lembranças. Isso me levou a pensar em perspectiva muito genérica na incidência de informações produzidas pelos meios de comunicação sobre a tramadura local de lembranças e seus sentidos a respeito da tragédia – o que evidentemente se deu,

mas não permite pela sua verificação existencialista uma problematização dos trabalhos de enquadramento dessas memórias e, sobretudo, de suas lógicas operativas.

Nesse movimento de pesquisa exploratória, que foi empreendido entre os dias 15, 16 e 17 de junho de 2012 no próprio bairro, transitei por alguns cenários do cotidiano ali vivido com a ajuda de uma amiga – que conhecia esses espaços – à procura de possíveis informantes para a pesquisa. Em cada um desses cenários, ao contrário do que ocorre na fase sistemática, as entrevistas foram realizadas com os sujeitos através de seus próprios diálogos grupais. Essa ideia de coleta dos dados fazia parte do que foi pensado nas aulas de “Pesquisa em Comunicação” ministradas por minha orientadora no primeiro semestre do curso de mestrado. No primeiro cenário, um bar e restaurante localizado na principal avenida do bairro, quatro pessoas aceitaram conversar comigo sobre o episódio: Lurdes, José Carlos, Pedro e Luís. Já em duas casas de estética, entrevistei Ana Clara, Glorinha, Mariana, Antônia, Wanessa e Babi. Em uma das igrejas do bairro falei com Joana, Maria Alice e Américo. Numa barbearia, três homens se prontificaram a fazer parte da pesquisa exploratória: Érico, Júlio e Patrício. Noutro bar e restaurante, conversei com dona Eliana, Pascoal e Luís. E por fim, em uma banca de revistas, tive contato com Walkyria, Cleusa e Pradelino. É importante a ressalva de que ainda no período do relatório de qualificação da pesquisa os nomes reais dos entrevistados eram todos expostos, mas, após a avaliação feita pela banca examinadora do texto, optei pela criação de pseudônimos para preservar suas identidades, levando em conta que a investigação tem um evento de impacto como parte do seu concreto empírico. Além disso, também são omitidos os nomes dos cenários explorados, isso para evitar que a pesquisa acabe sendo uma ação invasiva e exponha os sujeitos do cotidiano ali vivido. Todas as entrevistas se deram em contextos de interação social e, portanto, não se configuram como relatos de tanta profundidade se comparadas às recordações da etapa sistemática. E os trechos aqui explorados foram todos transcritos a partir do seu registro em áudio, ainda que esse movimento exploratório tenha sido bem mais documentado no próprio diário de campo em função da falta de um preparo prévio com os sujeitos para a gravação das entrevistas.

Nos três dias de campo tentei desenhar um roteiro de perguntas semiestruturadas antes e depois dos acercamentos empíricos, mas, tendo entendido que não havia naquele modelo de entrevista com grupos divididos entre cenários tanta oportunidade de fazer as questões funcionarem, escolhi deixar que os entrevistados simplesmente falassem em um ordenamento próprio de lembranças – com eventuais ângulos e recortes sendo sugeridos

por mim ao longo desses processos de recordação. No momento em que os relatos orais traziam marcas de experiências vividas no âmbito da recepção, eles eram perspectivados de maneira tentativa – e por isso diferente daquilo que se dá em 2013 – para que fossem anotadas no diário de campo algumas percepções sobre o que seria mais relevante para o trabalho teórico e os contornos da problemática. De início, o objetivo central da pesquisa exploratória não era fabricar pistas que já tivessem sido pelo menos *imaginadas* sobre as mediações inscritas na configuração dessas lembranças e dos seus sentidos. Meu intento inicial, que foi discutido entre pares no primeiro semestre do mestrado, era realizar uma exploração de campo mais voltada para o consumo midiático, o que acabou me levando à descoberta de um retrabalho memorial há pouco ocorrido no bairro.

Tracei durante essas descobertas apenas três linhas principais para as entrevistas, em verdade, que me permitiram localizar expressões características e diferenciadas pelos relatos de cada informante: processo que percebo ter determinado a opção metodológica feita na seleção de sujeitos da fase sistemática e na estruturação do problema-objeto. Em um movimento de mais rigor, as recordações teriam muito a dizer sobre o envolvimento dos informantes nos trabalhos de luto e memória do bairro. Os três pontos nucleares das entrevistas eram: a) lembranças de como/onde os sujeitos produziram significações sobre a tragédia em 2011 e 2012; b) lembranças do acontecimento midiático; c) lembranças de experiências da recepção midiática que teriam incidido nos movimentos de constituição e atualização dessas memórias. Até então, as linhas consideravam a ação das mídias sem os lugares de mediação implicados na produção de sentidos dos sujeitos.

Em se tratando de uma *experimentação técnica* que me daria subsídios para logo depois pensar num método, propriamente, não levei os relatos orais para a sua condição metodológica pensada em relação ao próprio conceito – que nesse momento nem estava sendo construído ainda. E isso me levou a entrevistas de grupo não muito profundas que foram, basicamente, dividindo-se em duas etapas. Resgatando tais reflexões do segundo capítulo para cá, essa *divisão* de relatos em dois momentos, com um de recordação sobre o evento e outro voltado ao que teria concorrido para os trabalhos de memória, partia do pressuposto de que lembranças da recepção me permitiriam entender as memórias sobre o massacre que foram se constituindo em seu âmbito. Tendo em vista o que já expliquei no segundo capítulo, estruturar um problema-objeto pelas *memórias midiaticizadas* de um evento ou período se desdobra do entendimento de que essas memórias são um processo fenomenológico de lógicas matriciadas pela ação das mídias e pelos lugares de mediação

que se fazem presentes nos usos e apropriações de suas narrativas. Trabalhar lembranças da recepção, portanto, seria uma forma de induzir outros usos e sentidos, impedindo que os relatos trouxessem marcas dos processos de midiaticização já ocorridos. Fazer a divisão só não prejudicou o movimento exploratório porque essas recordações não se deram em profundidade, considerando-se que meu intuito era ver até onde iria e como se mostraria a seleção local de lembranças sobre o evento.

De toda maneira, nesse momento não entendi os dados que recolhi. Um deles era de Lurdes, que ao falar do episódio de violência partia de *referentes* – noção constitutiva do conceito de *memória enquadrada* – que organizavam aspectos do evento durante seu relato, fazendo da minha concepção inicial sobre incidências midiáticas no conteúdo das lembranças um esforço de abstração não tão rigoroso sobre a dimensão operativa desses trabalhos de memória: primeiro, porque é evidente que as imagens e os textos midiáticos se incorporam às lembranças, uns mais e outros menos, em meio aos sentidos resultantes de outros contextos do mundo vivido; segundo, porque não investir numa noção distinta me faria permanecer em cegueira situacional, imaginando essas memórias como simples *repositórios* de conteúdos midiáticos, raciocínio esse que recai na ideia de comunicação como um movimento transferencial de sentidos. Tendo isso em mente a partir das notas feitas em campo sobre Lurdes foi que cheguei a compreender na problematização teórica as diferenças de perspectiva na formação desses conjuntos de lembranças:

Lurdes contou um pouco sobre a vigília [dos dias 8 e 9 de abril de 2011] com apoio do José Carlos e do que ela [se] lembrou de ter lido pelo Extra em [abril de] 2012. Não sei até que ponto a memória é midiaticizada. Lurdes também faz referência a várias conversas (15/06/2012).

Essa nota só poderia ter sido feita nas vias de uma problematização teórica ainda em curso, realmente, porque manifesta falhas nucleares do concreto empírico que estava se estruturando. Não é o relato da presença de narrativas midiáticas que assinala o lugar tomado pelos processos de midiaticização em um trabalho de memórias porque eles não se limitam às apropriações de conteúdos. Até mesmo essas conversas de Lurdes em abril de 2012, um ano depois da tragédia, consistem em experiências que mediam a produção de sentidos no âmbito da recepção, isto é, o que se entende como midiaticização da memória também está no que atravessa os usos desses conteúdos no trabalho memorial. Em razão dessas limitações tão evidentes, as operações técnicas do método não repetiram em 2013 a divisão dos relatos em duas etapas para que isso não implicasse nas demandas de uma

análise comparativa dessas lembranças trazidas à tona em *recordações-trabalho* (BOSI, 1987) distintas sobre o mesmo evento. Isso levaria o processo de análise dos dados a um cruzamento confuso de sentidos produzidos pelos sujeitos sobre a tragédia, dado que ela não existe como evento em suas lembranças sem o acontecimento midiático e, portanto, essa correlação não poderia ser quebrada. No mais, outra nota de campo à qual me ative durante a problematização teórica tratava não só de Lurdes, mas também de Pedro, José Carlos e Luís, ouvidos no primeiro cenário visitado: “[...] mas olha, eles se encontraram em pelo menos metade [dos dias] da produção do acontecimento pra ler. E isso também aconteceu agora” (15/06/2012). Foi por essa anotação que pensei, de início, em tratar de cenários do cotidiano vivido no bairro como *espaços de interação e circulação social de sentidos*, o que não parece uma escolha muito apropriada quando percebemos o conjunto de mediações que essa categoria analítica condensa. Isso apagaria na fase sistemática as nuances e singularidades de cada uma dificultando não só a sistematização, mas também o trabalho interpretativo dos dados. E mais à frente, agora num registro sobre o consumo midiático dos informantes em ambos os anos, pontuo o seguinte:

Pedro fala das leituras compartilhadas [no bar e restaurante] com recorrência e os outros [se] lembram de vários instantes dessa recepção. É provável que o impresso seja muito importante na trajetória de vida [desses sujeitos]. Existe a presença da Rede Globo e da Record. [...] nenhum acesso às mídias digitais, com lembranças de Luís sobre segundos de escuta radiofônica no horário do almoço. E ele ouvia [em casa] o rádio dos vizinhos (15/06/2012).

De um lado, saber que a ambiência comunicacional do bairro consiste numa rede de sentidos emanados pelas mídias ao alcance dos moradores não requer esforço quando levamos em conta a sua *ubiquidade* na capital fluminense. Do morro ao asfalto, é grande o acesso à informação e aos múltiplos canais de onde ela vem, o que compreende não só a compra de produtos midiáticos impressos ou a posse de televisores, celulares e rádios, mas, sobretudo, a multiplicação dos fios e *hubs* distribuidores de conexão não-autorizada à *internet* e os *links* clandestinos de televisão por assinatura, um fenômeno informacional mais conhecido como *gatonet* tanto no Rio quanto em muitas outras cidades do país. Em verdade, o que justifica a utilização de dados referentes a narrativas de jornais impressos no terceiro capítulo da pesquisa não se restringe ao fato de me servirem como um índice sobre as informações de maior circulação no contexto comunicacional carioca. Também é preciso que levemos em conta os hábitos de recepção dos sujeitos selecionados para as entrevistas, todos com trajetórias de vida profundamente marcadas pela escuta radiofônica, pela recepção televisiva e/ou pela leitura de mídias impressas. No mais, fiz o desenho da

problemática pela perspectiva dos *atravessamentos midiáticos* na tentativa de privilegiar o relato em si e não uma procura pré-declarada por lembranças sobre específicos hábitos da recepção, já que esse não seria um objetivo de relevância para a pesquisa.

Estendendo a justificativa dessa escolha metodológica, também me parece que é necessário pensarmos sobre como a recordação individual carrega marcas dos conjuntos de lembranças e sentidos em que elementos ofertados na via dos regimes de visibilidade das mídias também se fazem presentes. Tendo isso em vista, os trabalhos investigativos de Araújo (2011) e Bianchi (2010) atentam para a recepção da seguinte maneira: no texto da primeira autora, o problema-objeto foi estruturado através de percepções sobre o meio científico e seu progresso que estariam reconfigurando lembranças de sujeitos do espaço fabril natalense, no Rio Grande do Norte, por seu consumo midiático. E por surgir nessa pesquisa uma série de referentes cujas marcas apontam para a sua midiatização à luz dos conteúdos de *ficção-científica* e das mídias mais generalistas, Araújo traça o desenho da problemática na tentativa de propor o reconhecimento desses materiais e, em especial, os processos, experiências e contextos envolvidos nessa reescrita de memórias. Em sua tese de doutorado, Graziela Bianchi (2010) explica que as *trajetórias de vida* sendo marcadas por experiências da recepção têm um caráter sempre inacabado – visto que os percursos biográficos são de natureza processual e estão se reinventando a cada nova radioescuta, levando a outros usos, apropriações e endereçamentos desses conteúdos e, sobretudo, ao rearranjo do repertório de que os sujeitos dispõem conforme as situações que vivenciam no presente, como já foi dito na problematização teórica.

É em função disso, especificamente, que a tese de Bianchi atenta para memórias dos idosos que fazem parte do grupo de informantes construindo o método das *histórias de vida midiática* para entender em perspectiva diacrônica essa midiatização dos sujeitos na sua dimensão histórico-cultural. E essa noção de *marcas* deixadas nas recordações, a rigor, é exatamente o que podemos pensar em uma atenta leitura disso: rastros de usos e apropriações que tingem as lembranças dos sujeitos; pistas deixadas por lugares que vão mediando sua recepção, entre eles os cenários de seu cotidiano vivido, as negociações de sentidos ou também as suas competências midiáticas, por exemplo; elementos que, para a autora (*Id.*, 2008), também teriam muito a nos dizer sobre como as mídias se tornaram uma ambiência que altera o próprio sentido do tempo histórico. É que quando começo o movimento exploratório em Realengo os entrevistados nem falam da recepção midiática em si, mas da própria tragédia. E fazem isso por meio de aspectos cuja seleção vai sendo

experimentalmente *perspectivada* durante as entrevistas de grupo, o que traz marcas dos lugares de mediação implicados em seus trabalhos midiáticos de memória. Em função dos obstáculos epistemológicos que diagnostiquei neste subcapítulo, entre eles os vícios metodológicos e as dificuldades de trabalho teórico-empírico, todas as constatações que faço se organizaram *a partir* do que obtive de pistas sobre os processos de constituição e atualização das memórias investigadas, ou seja, as pistas não são fabricadas ao longo das confluências teórico-empíricas desta pesquisa. Esse diálogo se deu entre o final de 2012 e os últimos meses da investigação, que foram o período no qual ressistematizei as pistas para chegar aos contornos apropriados da problemática e à etapa sistemática.

Mas retornando ao movimento exploratório, Lurdes se recorda de que terminava o almoço em casa e caminhava com o marido até o restaurante para se atualizar sobre as repercussões do acontecimento. E os outros dois entrevistados, Luís e José Carlos, foram os que mais se engajaram nas práticas de recepção em grupo – como é possível constatar pelas marcas de interações do bar e restaurante em sua condição de cenário do cotidiano vivido por ambos. Devo lembrar, por uma questão mais fenomenológica, que nada disso foi trazido à tona pelo presente da entrevista de grupo sem que fossem utilizadas, mesmo que minimamente, as marcas que apareceram por entre as lembranças dos sujeitos sobre a tragédia – o que não funcionou tanto no meu diálogo com Pedro, o entrevistado menos enunciativo dos quatro, mais pelas minhas dificuldades de operação técnica do que pelas suas táticas e estratégias de recordação. Percebo que ter me inclinado a essas entrevistas de grupo, em maior medida, foi um sintoma de como me habituei a trabalhar com relatos orais na graduação, sempre realizando coletas de dados em *grupos focais*. Fazendo agora um retorno a como se davam os movimentos de interação dessas entrevistas, também me lembro de como havia certa artificialidade nos relatos, bem mais que nesses cenários do bairro de Realengo, por exigirem o estabelecimento de um contexto favorável à troca de informações e, sobretudo, às produções de sentidos, algo que o restaurante em si já tinha e facilitou minhas aproximações empíricas. De todo modo, fiz a opção de trabalhar com os relatos orais da etapa sistemática em duas sessões individuais de entrevista para cada informante, o que me permitiu entender o envolvimento de cada um deles nos trabalhos midiáticos de luto e memória sobre a tragédia.

Um pouco antes dessa entrevista de grupo, estive em outro restaurante da mesma avenida onde fui apresentado a Pascoal, Eliana e outro informante chamado Luís. Nesse momento as recordações foram bem mais dinâmicas porque pude estabelecer com Eliana

uma *cooperação mnemônica* de grande valia, tendo amparo de suas estratégias em todos os aprofundamentos necessários através de marcas e aspectos – embora isso nem sempre fosse muito longe, dadas as limitações teórico-empíricas da pesquisa e o caráter tentativo desses movimentos de exploração. Mesmo assim, a fluência da entrevista me permitiu a fabricação de algumas pistas sobre as quais não precisei trabalhar tanto no momento em que comecei a ressystematizá-las, de fato. Em meio aos relatos do trio, Luís se lembra de ter ficado tão assombrado pelo episódio de violência que, para colocar isso em palavras, foi a princípio me dizendo como lidou com as informações então circuladas durante suas jornadas de trabalho: “Entre uma coisa e outra a gente tá trabalhando e não consegue ver o que tão dizendo na TV, daí eu liberei pro pessoal esses jornais do dia e os mais antigos pra gente ler, sem cobrar. Todo mundo queria saber o que era aquilo. Foi tenso [*sic*]”. À extensão do que já foi dito sobre os cenários do cotidiano vivido no bairro, pensar essas experiências de Luís me faz entender o que esses lugares de mediação significam de fato em se tratando de contextos da recepção, isso porque ter uma rotina de trabalho – que às vezes se estende para o informante – e assumir como *dever* o envolvimento no processo de apreender e viver as consequências da tragédia é também um investimento de sentido com profunda atribuição de valores aos espaços de sociabilidade que o atravessam como sujeito na vida cotidiana, o que se dá mesmo no ano seguinte:

Tem um suporte de TV no trabalho, só que fica meio longe de onde eu tô. Aí complica um pouco acompanhar as coisas. Mas eu [me] lembro [de] que não deixei de ler nenhum jornal, tem pouco tempo, quando o pessoal começou a falar de novo sobre a [escola] Tasso [da Silveira]. Aquilo te chama, né? Tem sempre que procurar saber porque a gente viveu isso daí (Luís).

No que diz respeito ao envolvimento em cenários e suas respectivas dinâmicas de recepção, um excerto do relato de Pascoal dá a entender que muitos dos hábitos acabam sendo redescobertos: “Só os mais velhos têm esse costume de [...] leitura em varanda de casa e calçada de bar por aqui. E tem uns que ainda escutam radinho de pilha. Paciência pra isso eu não tenho. Se bem que me senti diferente sentando pra ler e falar disso”. Não se trata de uma experiência que o informante vive com recorrência na recepção, é claro, mas tem muito a nos dizer sobre como o episódio de violência desestabilizou os hábitos e rotinas pela produção de um acontecimento midiático que os convoca. E além disso, a retomada narrativa sobre o evento em abril de 2012 também é lembrada por Eliana de uma forma que não pude deixar de registrar: “[...] me disse que ficou bastante espantada quando viu a data no celular. Logo foi procurar saber o que tavam dizendo no jornal e na TV sobre a tragédia [*sic*]” (15/06/2012). Lurdes e os outros informantes também relatam

essa tomada do que venho entendendo como um dever de memória, ainda que não tenha pensado seus relatos orais pela perspectiva teórica de Todorov (2000), Stillman (2008) e Jelin (2002) enquanto realizava esses acercamentos empíricos porque o terceiro capítulo da pesquisa só foi construído um tempo depois, já em 2013. Mesmo assim, é perceptível o sentido que a data e os movimentos de recordação midiática adquiriram pelo ponto de vista dos entrevistados, configurando-se como veículos de memória. É o desdobramento do ímpeto informacional presente na tragédia um ano antes:

Tenho idade, né? Mas minha mãe tá ainda pior. Já é uma senhorinha. No dia dessa miséria toda [...] ou foi depois eu tive que pegar atestado pra me afastar do trabalho por causa dela. Essa violência botou a gente em alerta. Tudo que rolava de estranho era motivo pra apressar o passo e correr. Minha mãe ficou meio paranoica também. [...] eu trabalho em Madureira, então só volto pra cá bem de noitinha [...] e não sei de tudo que acontece. Meus filhos me falavam das coisas que ficavam sabendo pela *internet*. Eles fazem muita companhia pra minha mãe de tarde depois do colégio, mas como [me] afastei do trabalho na semana dessa miséria a gente tomava café juntos, almoçava juntos e tudo que era outra coisa fazia junto também. [...] a gente assistiu muita TV nesses dias, viu? E eu li muito. Vinha buscar o almoço aqui [no cenário] e já catava jornal pra ler. Todo mundo tava lendo. Era importante (Eliana).

Na sequência, a entrevistada acionou as competências midiáticas que parecem ter mediado a sua construção de sentidos sobre o acontecimento midiático e seus regimes de visibilidade indicando o que entende como *falta de perspectiva* no retorno narrativo dos meios de comunicação à tragédia – dado que trazem aspectos sobre o luto do bairro num sentido catastrofista enfatizando a dita impossibilidade de reconstrução da vida tal como era antes desse episódio de impacto. Para a entrevistada isso é um “incentivo ao atraso”, conforme registro no diário de campo, quando os moradores de Realengo estão tentando lidar sob outro ângulo com as consequências da chacina: “Minha maior preocupação foi e continua sendo isso aí do sofrimento e da dor que o povo [atores midiáticos] quis virar do avesso. É maldade demais isso daí com as pessoas. Tem coisas que a gente só queria esquecer, sabe? Jogar pra longe mesmo”. Já havia me preparado para esses movimentos exploratórios no que se refere ao conceito de *competências midiáticas* e, evidentemente, os sentidos de Eliana dizem muito sobre como a recordação midiática organiza aspectos da tragédia e do contexto em que ela se dá sem desfatalizar o passado recuperando a sua estrutura, que é de inacabamento. Porque são muitos os vazios, contradições e desordens no âmbito dos trabalhos de luto e memória.

Pelas narrativas sinteticamente exploradas no terceiro capítulo da pesquisa não é possível saber, de fato, quais são essas ações de recordação midiática que Eliana entende

terem dificultado a seleção local de lembranças sobre o evento. Mas parece evidente que isso se deu quando atentamos, por exemplo, às propostas de recordação e esquecimento da revista *Veja* ou, mais apropriadamente, às lembranças dos próprios sujeitos tanto aqui quanto na etapa sistemática sobre a circulação dessas narrativas. Em espaços diretamente afetados por episódios de violência o luto coletivo é bem mais intenso e tem os *framings* de memória como uma espécie de *ação estratégica* para o seu encerramento: isso implica em recordações, esquecimentos e silêncios à luz de grande parte do que diz respeito aos eventos, incluindo aqui os sentidos que fluem no âmbito da recepção. Tendo-se em vista que o sujeito em trabalho de luto e o psicoterapeuta se engajam num relacionamento que está a cada dia mais próximo das relações estabelecidas entre o sujeito comunicante e os agentes midiáticos pelo âmbito da recepção, como alerta Stillman (2008, p. 298), deve-se pensar em como os meios de comunicação incidem sobre as seleções locais de aspectos, facilitando ou até mesmo atravancando essas tentativas de encerramento:

A narrativa de fechamento é [...] uma história que contamos para nós mesmos com essa esperança de que seu conforto e sua verdade façam desaparecer os monstros e fantasmas que nos assombram. É uma história que contamos para nós mesmos quando o assombro é insuportável e a dor palpável. É a história que pode enganar e distrair, fazendo-nos correr das ansiedades e dos pânicos acionados por aquilo que surge durante a noite ou pelo que é sussurrado à luz do dia. Littleton está cheia de terrores e pessoas assombradas. Certos cheiros, certas luzes, certas temperaturas ou até mesmo certos nada podem acionar o imediato retorno pela memória ao dia 20 de abril de 1999, quando as pessoas tremiam na biblioteca, oravam em Clement Park ou esperavam pelo anúncio de que as crianças estavam bem (*Ibid.*, p. 293).

Voltando aos movimentos exploratórios, na primeira casa de estética visitada fui introduzido a Wanessa, Ana Clara e Mariana, que partem dos mesmos aspectos trazidos à tona pelos relatos de Lurdes num ritmo mais acelerado de recordação, retomando uma negociação de sentidos que havia se dado em 2011 e 2012 sobre o que se deveria falar a respeito de Wellington e quais elementos da sua trajetória de vida poderiam explicar essa tragédia. Enquanto os relatos de Mariana e Wanessa trazem certas projeções maternas e afetivas em relação à figura do atirador como “filho de alguém [*sic*]”, as recordações de Ana Clara fazem o caminho contrário não só trazendo à tona lembranças de como havia deslegitimado os lugares de fala das amigas, mas, principalmente, repetindo o que tinha dito em 2012: “Bem que meu marido vive dizendo que vocês são umas moças”. É nessa fala que repercute a mediação de *gênero* porque Ana Clara se posiciona como pessoa de maior autoridade narrativa, em comparação às amigas, e até minimiza a importância dos sentidos que produzem através de uma avaliação sobre as suas expressões de gênero e o

que elas teriam de incidência na *qualidade* do que dizem. Em determinado momento, as três entrevistadas se desentendem em função disso e optam pelo seguimento dos relatos em outros ângulos e perspectivas da tragédia, evidenciando que disputas e conflitos nem sempre resultam em consensos. Daí o que entendo como a mediação das *negociações de sentidos* no concreto empírico da pesquisa. Por outro lado, as diversificações de sentidos ainda se deram nesse cenário partindo de aspectos mais frequentes sobre Wellington que estão presentes nos enquadramentos de eixo criminal do episódio:

Ele tinha problema no psicológico, Ana. Se fosse meu filho eu tava arrasada com uma situação dessas. Vai saber o que esse menino passou na escola. Fui perguntar pros meus filhos se eles sofrem o tal do *bullying* no colégio e diz o mais velho que isso é todo dia e toda hora. Não tem um que escapa. Imagina esse Wellington, com o psicológico que já era doido, passando por isso? Não tô dizendo que foi bonito o que ele fez, mas tem que ver que a gente tem uma culpa nisso daí, sim (Wanessa).

Não é culpa minha porque lá em casa todo mundo é evangélico e falo sempre pros meninos que bater no colega é muito feio. A culpa é dos professores e da escola que não olharam pro caso desse Wellington direito. Tinha que ter dado uma conversada; visto o que é que esse menino tava sentindo; levado pra um psicólogo; dado uma suspensão nos colegas dele. Aquela aluna [Thayane] da escola que deu entrevista [para o programa “A Liga”, da Rede Record] esses tempos [no dia 10 de abril de 2012] tá coberta de razão: a gente precisa falar sobre isso. Não quero os meninos tomando tiro, facada ou sei lá o quê dentro da escola, gente. Se bem também que todo mundo pode virar Wellington com o tanto de violência que tá rolando. Ele podia ser meu filho (Mariana).

Pra mim é o mesmo que bicho. Se tivesse vivo esse sujeito tinha que ter ido é pro abate. Igual cachorro quando morde criança pequena. Vocês tão nessa de mosca morta; de mãezinha; de peninha; porque são umas moças mesmo. Eu num sou fresca assim. E olha que me acho muito mulher. Duvido que isso de direitos humanos tava funcionando se fosse um dos meninos de vocês saindo mortinho da silva de lá. Ah, duvido (Ana Clara).

Vale atentarmos para o fato de que Ana Clara não pronuncia o nome do atirador, tendo recusado a construção desse marco referencial aceito por Mariana e Wanessa cujos aspectos têm muito a dizer sobre problemáticas como a violência escolar e o sofrimento psíquico grave. Enquanto as suas amigas admitem o *exemplum* tendo como chão os usos e apropriações de narrativas veiculadas um ano após a tragédia, Ana Clara não adere aos mesmos aspectos de recordação e opta pelo silêncio sobre o atirador. Não se esquece do nome, mas escolhe fazer silêncio sobre ele como Lurdes e grande parte dos informantes fazem na etapa sistemática. Dadas as limitações do movimento exploratório, não forneceu nenhum ângulo ou recorte específico através do qual a entrevistada pudesse apresentar o conjunto de elementos que formam o referente configurador dessas lembranças. E talvez estivesse por trás disso alguma proposta midiática de esquecimento. De toda maneira, as entrevistas de grupo não me permitiram fazer frente nesse mesmo momento a tantas das

recordações-trabalho que teriam sido necessárias para isso. Por questões de diversidade nos aspectos e nos lugares de mediação que os constituem, ter pensado nisso tudo foi de grande importância, igualmente, na tomada da opção de trabalhar em sessões individuais de entrevista explorando expressões características que diferenciam os relatos e colocam em evidência tanto os pontos de vista quanto os papéis, funções e lugares sociais desses sujeitos nos trabalhos de luto e memória.

Em visita à barbearia, onde sou apresentado a Érico, Júlio e Patrício, expliquei o que seria lembrado em nossa conversa e, poucos segundos depois, os três já relatavam algumas apropriações de narrativas midiáticas sobre a tragédia em 2011 e 2012, embora a necessidade de pensar o espaço tomado pela recepção midiática em momento nenhum tivesse sido negritada por mim ou pela amiga que transitou comigo pelo bairro no papel de intermediária. Nossos diálogos se dão pela manhã do dia 16 de junho. Muitos clientes fazem fila para o corte de cabelo. No cenário os relatos trazem marcas muito expressivas dos enquadres não de eixo policial-criminalístico, mas de ódio, correspondendo a alguns sentimentos do local que, segundo Érico, foram *sufocados* por uma “[...] beatificação do cara que sofreu *bullying* [sic]”. Ele também se recorda de narrativas do ano anterior e de uma entrevista dada pelo então governador Sérgio Cabral para O Globo – onde qualifica Wellington de Oliveira como um *animal* e diz estar consternado pela tragédia, como foi observado no terceiro capítulo da pesquisa. Em seu turno, Patrício traz à tona marcas de alguns aspectos biográficos que parecem ter mediado a sua construção de sentidos sobre o episódio: “Esses meninos mais pobres são um perigo. Sai de tudo. Tem uns que viram gente e outros que viram uns monstros mesmo. Minha mulher é enfermeira e atende todo dia moleque de favela. Tem dia que eles chegam no atendimento ainda brigando”. Quer dizer, pelo que se sabe da história de vida do atirador, não teriam sido essas as vivências que o levam até sua antiga escola tantos anos depois. Essas diferenças de *classe*, embora não tão evidentes, constituem a mediação dos *aspectos biográficos* que operam, em ação subjacente, uma diversificação de sentidos nos relatos dos sujeitos comunicantes, assim como experiências de *faixa etária* imprimem uma perspectiva geracional em lembranças, por exemplo, que são tecidas numa comparação à mocidade dos sujeitos:

Não tinha dessas coisas na minha época. Minha mãe catava logo a mangueira do quintal e dava na gente até rancar o couro se soubesse com as professoras que a gente tinha brigado. Isso na minha época era uma vergonha. Só meu pai que era mais sensível. Não era muito de bater. Lembro que ele sentava o meu irmão de frente pra mim e contava sempre a mesma história, essa dos pivetes da Palestina que provocaram os meninos de Israel jogando pedra. [...] que foi

isso que fez o pessoal declarar guerra. É claro que isso é só uma história. Era coisa que meu pai inventava mesmo, acho que de tanto escutar o noticiário no rádio. Desde essa época já tinha alguma coisa aqui e ali sobre esse conflito lá do Oriente Médio, né? Mas nem era muito falado igual hoje. O mundo tá bem virado. Muita coisa mudou de lá pra cá (Júlio).

Em dado momento pensei em incorporar questões de gênero à categoria analítica dos aspectos biográficos, mas, tendo em vista que elas atravessam os conflitos e disputas de gênero sobre o número de meninas assassinadas na tragédia, entendi que integrá-las à mediação já citada implicaria no apagamento do lugar de importância que elas tomaram na constituição de lembranças e seus sentidos sobre esse episódio. E também me parece preciso, como gesto de vigilância epistemológica, fazer uma ressalva sobre o que venho dizendo desde o início da pesquisa a respeito do lugar de mediação da *cultura religiosa*, que quase não aparece nos movimentos exploratórios e, entretanto, repercute nos relatos da etapa sistemática em função não só dos trabalhos de luto que se deram em Realengo, mas, sobretudo, de percepções sobre o assassino e a tragédia que são construídas em um ponto de vista mítico-religioso, incluindo representações de entidades malignas e outras figuras de assombro do imaginário neopentecostal. Trata-se de um bairro onde a maioria dos seus moradores é evangélica – seguidos então por pessoas de confissão católica e de matrizes religiosas minoritárias. Na segunda casa de estética que visitei, por exemplo, as marcas da mediação foram surgindo e ainda assim não soube aprofundá-las:

Tem uma maldade no jeito daquele cidadão. É bater o olho nas fotos dele pra ver. Acho que teve dedo do inimigo nisso aí (Babi).

Tentei ir lá pra escola, mas eu tava sentindo uma dor absurda por conta do dia de descarrego lá da igreja. Manifestei pra caramba quando o pastor pegou na minha cabeça e acabei caindo. Meu filho deu até risada. Mas aquilo foi forte que eu cheguei a torcer o pé. [...] vocês acham que depois disso eu ia mesmo pra escola? De jeito nenhum! (Antônia).

As meninas que trabalham aqui de tardinha disseram que tinha gente botando coisa pra fora [na vigília] que vocês não têm noção. [...] acho que até hoje eu evito [...] passar lá na rua da escola por causa disso aí. Ficou uma coisa ruim, sei lá, não gosto não. Não consigo. Eu sinto na mesma hora. [...] por isso que eu concordo com as coisas que pessoal tava dizendo no jornal. Aquilo ali foi coisa da besta. Lembra disso? [...] que chamaram o Wellington de besta? Não disseram isso à toa, viu? Babi tá certa. É coisa do inimigo (Glorinha).

Por um lado, fazem-se presentes as pistas do lugar ocupado pela cultura religiosa tanto em termos biográficos quanto na dimensão constitutiva dos trabalhos de luto. Mas essas entrevistas realizadas na segunda casa de estética não são antecedidas por contatos tentativos com os sujeitos recordantes onde eu possa, a rigor, delinear os roteiros futuros de pesquisa exploratória, perceber expressões características dos depoentes e pensar nos

ângulos e recortes promissores para as próximas ações de recordação-trabalho, como nos sugere Ecléa Bosi (2003, p. 60) em suas notas para um jovem pesquisador: imagem com a qual me identifico por ser, ainda, um aprendiz de cientista. Na igreja católica pela qual passei já no dia 16 de junho, mesma data do contato com as entrevistadas dessa segunda casa de estética e os entrevistados da barbearia, foi possível conversar com Maria Alice, Américo e Joana – já referidos neste subcapítulo – e fazer anotações no diário de campo a respeito das atualizações de memória que marcam os seus relatos: “Américo se lembra dessa tragédia com bastante raiva, pelo que deu pra sentir, e faz muita menção aos textos do Extra sobre a investigação do caso. Joana diz que o momento agora é outro e explica como é preciso pensar a tragédia falando do que leu no mês retrasado (16/06/2012)”. No momento em que começo a fazer esse registro estão evidentes os acréscimos e rearranjos de aspectos dados através dos usos e apropriações de narrativas midiáticas que retornam ao evento em perspectiva memorial. Não pude gravar o diálogo com esses informantes e nem mesmo insistir nesse pedido, visto que Américo e Maria Alice foram categóricos no que tinham a me dizer sobre os abusos de memória ocorridos no bairro desde a tragédia, assim como a forte presença de jornalistas tentando “roubar do povo [*sic*]” uma série de relatos sobre o assunto. Percebi que seria preciso repensar meus modos de aproximação empírica e, sobretudo, o estabelecimento de relações com os entrevistados. Não bastava aparecer e simplesmente introduzi-los aos objetivos da pesquisa.

Nas entrevistas de grupo da banca de revistas visitada pela manhã e pela tarde do dia 17 de junho, por exemplo, percebi os mesmos receios e apreensões no que se refere à minha formação jornalística, isso quando me considero bem menos *afeito* aos contornos identitários, aos comportamentos e às rotinas de produção do campo. Nas conversas com Pradelino, Cleusa e Walkyria, parte considerável dos rumos tomados pela entrevista diz respeito às tentativas de aproximação já feitas por agentes midiáticos em 2012, trazendo marcas de uma relação bastante conflituosa dos sujeitos comunicantes com as mídias. Já nem estavam em questão os abusos da cobertura multimidiática, em si, que foram muitos e são relatados pelos informantes da etapa sistemática. É importante pensar as vivências da produção que se dá *in loco* porque isso vai apresentando os processos de midiatização em meio aos quais os personagens da recepção constroem lembranças e seus respectivos sentidos. Mais adiante, já noutros ângulos tentativos de recordação-trabalho, Pradelino é questionado por mim e Walkyria em relação ao que se lembra de ter dito, ouvido e feito em 2012, quando da homenagem às vítimas do episódio de violência. Não obtenho nada

relativo aos usos e apropriações de narrativas midiáticas sobre o assunto, mas a diálogos que o entrevistado teve em cenários do seu cotidiano vivido – o que inclui seu ambiente de trabalho e a banca de revistas, por exemplo – e, também, a leituras feitas por pessoas que Pradelino conhece sobre a tragédia. Num primeiro momento, inferi em função disso que as lembranças do informante não pareciam estar “tão organizadas [*sic*]” pelos meios de comunicação. É a mesma percepção da qual parto quando registro no diário de campo que as lembranças de Lurdes não me pareciam *tão midiáticas*, como se fosse relevante avaliar os *graus* de sua midiaticização quando os próprios trabalhos de luto e memória em que esses sujeitos estavam implicados se dão numa ambiência comunicacional, fazendo da pressuposição de um informante *alheio* a esses processos, lógicas e experiências uma aposta de meta-abdução bastante reducionista. É relatado inclusive o seguinte:

Já tenho seis netos. [...] o caçula da minha filha, como que diz, é antenado no negócio do computador, acessa todo dia a *internet*, gosta muito de ler notícia e vem contando pra gente uma porção de coisas que a gente não vê no jornal e na televisão. Acho bacana isso. [...] foi até ele que disse que o Wellington lá do massacre tinha família. Você vê: eu mesmo não sabia disso. Tá, não é que eu não soubesse. Todo mundo tem família. Viva ou morta a gente tem. Mas eu não tava pensando na família dele na semana do massacre. Não pensei na família dele em 2011, pra falar a verdade. [...] só fui me tocar disso quando o meu neto [...] contou que tinha visto a entrevista [do programa “A Liga”] que o irmão lá do cara [Wellington] deu falando que o massacre bagunçou com a vida da família dele. Aí você vê, né? Passei o ano todo pensando nas famílias dos meninos lá da escola. Tem até gente que conheço. E não pensei nadinha da família desse rapaz. Aí que eu vi (Pradelino).

Não é possível precisar o nível de midiaticização dessas lembranças porque elas se costuram em meio a uma *circulação interacional de sentidos* que afeta as suas maneiras de relembrar o evento. Trata-se de uma mediação que toma espaço em qualquer período ou contexto de recepção porque os usos e apropriações não se dão, apenas, em *exposição direta* aos regimes de visibilidade das mídias. Isso não faz da recordação mais ou menos significativa em comparação às demais. Até mesmo os percursos feitos por significações que chegam até Pradelino fazem parte das suas experiências de recepção. Daí o valor de pensarmos as trilhas dos sujeitos nesse âmbito e, evidentemente, os contornos adquiridos pela problemática desta pesquisa. Lendo os trabalhos teóricos de Henri Bergson (2006) e Deleuze (1999) ao longo das aulas de “Pesquisa em Audiovisual” – ministradas em 2012 por Suzana Kilpp em nosso programa de pós-graduação – foi possível tomar consciência epistemológica sobre o que acontece quando perguntamos a nós mesmos se um ou outro objeto empírico é mais ou menos *condicionado* pela ação de suas matrizes: entramos em rota de construção daquilo que ambos os autores entendem como *falso problema*, isto é,

um problema de pesquisa que se estrutura por perguntas sobre as diferenças de grau dos fenômenos investigados e não de sua natureza. Isso nos coloca frente a falsos binarismos que podem ser facilmente identificados quando:

[...] perguntamos “por que alguma coisa em vez de nada?”, “por que a ordem em vez de desordem?” ou “por que isto em vez daquilo?”. [...] caímos em um mesmo vício: tomando o mais pelo menos, fazemos como se o não-ser fosse preexistente ao ser e a desordem à ordem, [...] como se o ser viesse preencher um vazio, como se a ordem viesse organizar uma desordem prévia e como se o real viesse realizar uma possibilidade primeira (*Ibid.*, p. 11).

E embora se dê também uma repetição de específicas marcas nas recordações dos sujeitos entrevistados, o que me faz entender suas lembranças como elementos inscritos em *processos fenomenológicos* maiores de referentes mediatizados, não se poderia tratar esses enquadramentos de memória como trabalhos *geridos* pelos meios de comunicação porque, além de não ser linear, cada *framing* existe pelo seu vínculo a um período e uma condição de tessitura que não se voltam exclusivamente para as mídias. Fato interessante é que nesses movimentos exploratórios o desenho da problemática ainda não havia sido colocado em marcha numa perspectiva processual como essa e, mesmo assim, consegui identificar diferenças de tempo e perspectiva por entre as lembranças dos sujeitos, ainda que isso me parecesse um pouco confuso à primeira vista. Existe um equívoco filosófico sinalizado por Henri Bergson (2006) que surgiu quando muitos estudiosos de sua época perceberam as circunscrições temporais da inteligência e decidiram que, para ultrapassar o lugar ocupado pela inteligência e atingir saberes de maior complexidade, teríamos por isso de *sair* dos tempos extraíndo o sentido mais *puro* do fenômeno observado. Trata-se de um equívoco porque o pesquisador já está alheio, em certa medida, às circunscrições temporais do objeto empírico, trabalhando apenas com o fantasma de sua *duração* e não com sua estrutura aspectual. Eliminando o tempo, tiramos o objeto daquilo que define os seus contornos, nuances e singularidades impedindo, em função disso, a verificabilidade fenomenológica desse objeto. Daí a premissa epistêmica segundo a qual só passamos do relativo para o absoluto quando somos reinseridos na duração do objeto e recuperamos a realidade que o constitui através de sua *movência* (*Ibid.*, p. 28-29), isto é, quando penso os conjuntos de lembranças por trás do que os informantes relembram como fenômenos configurados nos múltiplos deslocamentos e atualizações de memórias e seus sentidos a respeito dessa tragédia vivida em Realengo.

No momento de ressystematização das notas de campo, tendo pensado a partir da reflexão teórica de Bergson nessas transformações sofridas pela seleção de lembranças e

sentidos sobre o episódio, já não fazia mais sentido problematizar esses trabalhos de luto e memória levando falsos aspectos de *grau* e *organização* em conta. Foi necessária para o avanço teórico da pesquisa uma incursão sistemática nas contribuições dos autores que coloco em cena durante os percursos do segundo capítulo e, acima de tudo, foi precisa a visualização de lógicas e operações que caracterizam esses fenômenos de memória numa perspectiva processual para então distanciá-los do que me habituei a investigar ao longo da graduação pelo conceito dos *fragmentos de memória*, iluminando aspectos empíricos de memórias vagantes e temporalmente desancoradas, porque é disso que se originava a minha fixação pelas questões de organização e grau. Já que não era possível reconstituir o problema da pesquisa por meio desses mesmos elementos teóricos porque, a rigor, eles não davam conta de trazer à tona o concreto empírico sobre o qual trabalho:

[...] e como, por outro lado, compreender sem esforço consiste em recompor o novo com o antigo, nosso primeiro movimento é o de dizer incompreensível a ideia. Mas a aceitemos provisoriamente e passemos com ela pelos diversos departamentos de nosso conhecimento: vê-la-emos, ainda obscura, dissipar as obscuridades. Por meio dela, problemas que julgávamos como insolúveis irão resolver-se, ou antes, dissolver-se, seja para desaparecer definitivamente, seja para se pôr de outro modo (*Ibid.*, p. 33-34).

Nesse sentido, as notas de campo e os trechos de entrevistas que vim repensando até aqui só puderam passar por esse trabalho intuitivo, um lugar onde identifiquei lógicas e relações de causalidade nos aspectos que integram o objeto da pesquisa, porque também exponho algumas percepções desses acercamentos empíricos que não havia explorado, a princípio, como espaço epistêmico que amplia a potência de problematização teórica da pesquisa. Não se tratam então de *sensações confusas* sendo interpretadas sem um rumo, mas sim de uma prática metodológica que ressystematiza os perceptos do sujeito em seu itinerário de investigação – permitindo-lhe uma imergência de si próprio nas ondulações e clivagens do fenômeno investigado, como reflete Deleuze (1999, p. 7-26), sem abarcar de imediato a totalidade dos aspectos ou definir a sua unidade sistemática. Para chegar a pistas e constatações, no entanto, que contribuíssem para o desenho do problema-objeto a ser investigado, também não bastava apenas determinar a *existência* do falso problema e de um que fosse verdadeiro, mas dos caminhos que poderiam ser percorridos até o seu desdobramento em uma problemática de pesquisa. É necessário pensarmos que, estando atentos a essa necessidade de colocar as *provas* do verdadeiro e do falso em prática, não podemos nos contentar com a definição da verdade e da falsidade do problema somente em função da sua possibilidade de receber soluções (*Ibid.*, p. 10), até porque as relações conceituais feitas entre a pesquisa anterior e as experiências investigativas de 2012 eram

um tanto quanto *executáveis* no que se refere ao desenvolvimento do concreto empírico, ainda que a cegueira situacional não me permitisse fazer aquilo que poderia, quando em outras confluências empírico-teóricas. Não é muito confortável se colocar num trabalho de autoanálise. E também não é um processo tranquilo rejeitar os conceitos prontos para buscar em experiências sensíveis o que se pode ter de novo em nosso espaço epistêmico, dado que as percepções não encontram em parte alguma uma linguagem apropriada para a sua tradução e, por força, têm de retornar ao conceito:

acrescentando-lhe no máximo a imagem. Mas então é preciso que alarguem o conceito, que o flexibilizem e que então anunciem, pela franja colorida com a qual o envolverão, que ele não contém a experiência inteira. Mas não esperem dessa metafísica [a obtenção de] conclusões simples ou soluções radicais. Isso seria novamente pedir que se atenha à manipulação de conceitos (BERGSON, 2006, p. 48).

Daí a razão pela qual essas diferenças de configuração dos aspectos empíricos se tornam pontos de partida para uma continuidade da problematização teórica no capítulo de contextualização da pesquisa, somando ao fenômeno explorado um entendimento das relações mantidas por ele com a realidade que o constitui. E nesse momento já não é tão válida, também, a constatação de que ele é diferente dos demais, uma vez que isso acaba sendo *tautológico* como um esforço descritivo-inferencial e não deve ser tratado como a premissa epistêmica de maior importância para a pesquisa. De toda forma, é perceptível que ter consciência sobre as clivagens de *tempo* e *perspectiva* presentes nos trabalhos de luto e memória em que as lembranças e os sentidos dos informantes se constituem não é suficiente quando sei tão pouco a respeito dos que foram entrevistados nos movimentos exploratórios – diminuindo o potencial de interpretação dos dados e desterritorializando o relato de cada sujeito comunicante. Isso também é um ato de violência, como enfatiza Martín-Barbero (2004), porque tira o sujeito do seu percurso biográfico concreto e insere suas falas num espaço epistêmico que não revela a complexidade de sua implicação nos processos fenomenológicos explorados. É justamente por isso que desenho os *relatos de memórias midiáticas* no próximo subcapítulo para ter como contemplar essas e outras mediações inscritas na construção de sentidos dos sujeitos, possibilitando que se faça na etapa sistemática da pesquisa uma remissão de tudo que pareça nebuloso, menos visível ou não muito significativo nos seus movimentos de recordação individual.

Tal como já havia dito no último subcapítulo, localizei o texto de uma autora que utiliza o método intuitivo proposto por Henri Bergson em pesquisa com jovens de Porto Alegre problematizando a sua relação com os conteúdos midiáticos, em especial aqueles

do campo publicitário, que estariam reconfigurando as suas concepções de juventude na trama das memórias culturais e de seus sentidos sobre o que é ser jovem. Fischer explora pelos trabalhos de recordação dos sujeitos selecionados: a) as características de duração, entendendo que o tempo é sempre concreto; b) os aspectos do que chama de *qualidade* à medida que os fazeres mnemônicos desses jovens se mostram irredutíveis àquilo de mais quantitativo ou mecânico; c) os tons de liberdade, uma vez que o psiquismo consiste em atos de criação contínua, irrefreável e absoluta. Por esses três eixos de articulação, o que Fischer (2008, p. 673-674) propõe é o acionamento do passado no presente da pesquisa, ou seja, um trabalho do seu estado de *virtualidade* nos planos de consciência construídos pelas recordações-trabalho, que vão se dando até materializar esse passado em percepção real, presente e atuante, isso levando em conta que só podem emanar do *agora* os apelos em direção às lembranças dos entrevistados. E faz isso assumindo que sua pesquisa não sujeita os relatos dos informantes a nada, tendo também que interpretar suas ordenações pessoais de sentidos na perspectiva daquilo que parece matriciá-las. Na etapa sistemática isso se dá pela chave dos lugares de mediação explorados, o que inclui o avivamento de lembranças desligadas e dispersas das trajetórias percorridas pelos sujeitos:

Se eu pedir que me contem sobre a sua vida, sei que o intelectual me virá com várias interpretações para preencher lacunas ou iludir esse desfavor. Mas se eu conseguir que me narrem seus dias como fazem as pessoas mais simples, fica evidente a espoliação do nosso tempo de vida pela ordem social que não tem escamoteação possível. E se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça em grave prejuízo. [...] as coisas aparecem com menos nitidez, dadas a rapidez e descontinuidade das relações vividas: efeito da alienação, uma grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo e do conhecimento do outro. É desse tempo que a atenção pode fugir como ave assustada (BOSI, 2003, p. 23).

Pela esteira do que vem sendo pensado até agora, dou seguimento a este capítulo trazendo os instrumentos e os usos necessários para a etapa sistemática da pesquisa. Nas próximas páginas, essa proposta metodológica é estruturada em dois eixos fundamentais de articulação: no primeiro, recupero algumas inferências teórico-metodológicas já feitas ao longo do segundo capítulo verificando as possibilidades de mobilização metodológica dos *relatos orais* frente a específicas questões de sua historicidade e elucidando, a partir daí, os aspectos que são selecionados para a *mestiçagem metodológica* de que a pesquisa necessita; no segundo, desenho o método da pesquisa no amparo de fazeres, operações e inferências tanto dos itinerários investigativos de autores do campo comunicacional que problematizam as relações de mídia e memória quanto do trabalho técnico-metodológico de Ecléa Bosi no campo da psicologia social.

4.3. Relatos de memórias midiaticizadas

Fazer usos do método intuitivo foi de grande valia para a obtenção de inferências sobre aquilo que fiz e o que deveria ter feito durante os movimentos exploratórios, como vim considerando até aqui, mas o que as constatações feitas através da sistematização de perceptos referentes a esses acercamentos empíricos mais permitem, de fato, é o desenho de um método que seja operacionalizado na dimensão técnico-processual das entrevistas numa correspondência um tanto maior com o fenômeno memorial investigado. No texto que apresenta os resultados da pesquisa de Fischer (2008), é possível percebermos que a autora também se sustenta no trabalho de intuição proposto por Bergson para sentir, em verdade, o que teria de fazer nos movimentos efetivos de pesquisa empírica, planejando constituir o que ela e Ecléa Bosi (1979; 2003) entendem como *planos de consciência* ao longo dos trabalhos de recordação com seus entrevistados para observar as diferenças de tempo e de perspectiva estabelecidas em suas memórias no âmbito da recepção. E nesse sentido, tendo em vista que as aproximações empíricas já feitas tiveram por objetivo dar a ver os contornos, nuances e especificidades do que investigo na pesquisa em conjunto com o trabalho teórico e as configurações da problemática, este subcapítulo define pelos seus eixos de articulação recém-explicados a aspectualidade metodológica dos trabalhos de recordação executados na pesquisa sistemática, bem como os procedimentos técnicos a partir dos quais isso se faz possível visando à coleta dos dados analisados.

Retornando para as inferências teórico-metodológicas feitas no segundo capítulo da pesquisa, o exercício fenomenotécnico me leva a considerar que: a) os referentes dos trabalhos de memória nos quais os sujeitos da pesquisa tomaram parte como agentes em participação contínua são também midiaticizados; b) isso quer então dizer que produziram contiguidades entre lembranças inclusive à luz de atualizações e deslocamentos sofridos pelo acontecimento midiático; c) apesar disso, esses referentes também se constituem de sentidos produzidos nas vias dos lugares de mediação inscritos no contexto de recepção vivido pelos sujeitos; d) nessa perspectiva, não é possível especificar até onde vão essas mediações e a ação das mídias na sua construção de sentidos ou, até mesmo, estabelecer uma *divisa* entre a tragédia, as experiências e o acontecimento produzido a partir dela, já que as lembranças dos sujeitos se constituem na correlação dessas dimensões vividas em seus trabalhos memória; e) o que se pode fazer, nesse sentido, é identificar as marcas de

mediações mais ou menos constitutivas e dos conjuntos sociais de lembranças no que os relatos orais apresentam durante a etapa sistemática, entendendo sua formação em meio às experiências de recepção dos informantes nos dois anos; f) nesse momento, já não há tanta importância no entendimento dos *graus* de midiaticização dessas memórias porque é sabido que esses trabalhos de memória não se deram fora do cenário e, muito menos, das redes de cooperação estabelecidas no âmbito da recepção midiática.

Entretanto, é importante que se avance das percepções sobre tempo e perspectiva no relato de cada sujeito, como feito intuitivamente nos movimentos exploratórios, para que se trate de como uma recordação individual pode oscilar do amplo ao específico, do livro ao perspectivo e, é claro, das lembranças e dos sentidos às marcas do que parece tê-lo constituído, isso por meio dos planos de consciência estabelecidos em ritmo contínuo ao longo dos relatos orais. Em vista mais geral, é também necessário que as recordações se deem não só pelos critérios do sujeito, portanto, mas por processos de perspectivação progressiva dos seus movimentos mnemônicos para lembranças constituídas a partir dos contextos, processos e vivências da recepção, embora a pesquisa evidentemente parta de significações do passado que são reconfiguradas nesse âmbito. E não de memórias sobre a recepção em si. Trata-se de um caminho totalmente distinto. De toda forma, pensar na processualidade metodológica dessas entrevistas não implica em uma secundarização do fato de que existem, igualmente, os sujeitos cujos movimentos mnemônicos têm que ser feitos através de ordenamentos próprios, como alertei no início da contextualização pela referência ao passeio psicodélico do personagem de Proust nas diferenças de tempo e de perspectiva presentes em suas próprias lembranças.

Nem sempre um único roteiro nos leva às mesmas recordações-trabalho e, nesse sentido, trabalhar em um roteiro de entrevistas abertas garante que todos os seus pontos-chave possam ser contemplados sem que haja uma espécie de coerção nessas dinâmicas, o que Bianchi (2008) considera desrespeitoso em relação ao sujeito entrevistado, às suas competências e às premissas epistêmicas de relacionamento com as fontes. E é algo que se deve levar em conta, inclusive, porque sujeitar os informantes a uma programação de eixos mnemônicos da qual eles não participam é uma tentativa funcionalista de *framing*, por assim dizer, como se as formas de conhecimento do entrevistador se tornassem uma matriz, estando mais acima dos sujeitos e de sua complexidade memorial. Fischer é bem enfática a esse respeito quando explica que, jovens ou velhos, os sujeitos recordantes se engajam em atos de criação quando estão construindo os seus relatos e isso não pode ser

contido, havendo apenas uma possibilidade de *sugestão* dos ângulos e recortes por meio dos quais eles poderão continuar fazendo isso. Nesse entendimento, penso que as opções já feitas nas próprias aproximações empíricas – e também em seu depois – a respeito da dinâmica de entrevistas para a etapa sistemática devem ser mantidas. Mas o que seriam, de fato, os relatos orais de que venho falando até o momento?

Em uma vista digressiva, o que entendo como relato oral e constitui o método da pesquisa passou do estatuto de experiência empírica à condição de objeto historiográfico nos anos 50 com a invenção do *tape recorder* na Dinamarca e, desde então, não somente os estudos históricos como também os demais campos científicos passaram a utilizar os relatos orais como lugares nos quais os sujeitos apresentam informações e saberes sobre o passado. Em função da multidisciplinaridade na qual o relato como fonte de pesquisas empíricas vem sendo empregado até hoje, a concepção de *história oral* se divide em três perspectivas fundamentais: a primeira, em estatuto disciplinar, tem nos relatos um lugar epistêmico para o qual se forma um *campo de estudos* com seus próprios conhecimentos teóricos, metodológicos, técnicos e conceituais; a segunda, de caráter técnico, tem esses relatos como *procedimentos* sem um trabalho teórico-metodológico que contextualize as técnicas na realidade fenomenológica investigada (ex.: isso é frequente em pesquisas de ecologistas ou vigilantes sanitários que buscam indícios sobre a relevância do seu estudo num determinado contexto empírico ou pretendem coletar dados sobre o objeto em suas condições socioambientais, sem desenvolver para isso um método); a terceira, de caráter metodológico, faz dos relatos orais uma peça-chave para o desenvolvimento da pesquisa científica em diferentes campos de conhecimento. Isso se dá na sociologia, como lembra Bonin (2008, p. 141), quando o método das *histórias de vida* é posto à procura dos fatos sociais que constituem os sujeitos em sua dimensão histórica, algo muito mais específico do que as narrativas que eles fazem de si mesmos na perspectiva de um e outro contexto histórico-social, o que leva esse método a configurações e desenhos diretamente ligados aos contornos, nuances e singularidades dos objetos sociológicos.

Em termos políticos, o meio acadêmico-científico traz algumas luzes para dentro de seus campos ao atentar para os relatos de sujeitos colocados à margem ou entendidos como os *dominados* da história, entre eles os apátridas, os indígenas, os negros, a classe trabalhadora, as mulheres, os idosos e os psicoatípicos, como Thompson (1992) permite percebermos – o que no Brasil torna a pesquisa de Bosi (1987), por exemplo, um marco no que se refere à investigação do que entende como *memórias de velhos*, dando valioso

seguimento à pesquisa de dimensões da vida social como os cotidianos, a esfera privada e as histórias regionais em perspectiva geracional. É com os relatos orais que as ciências passam a priorizar histórias próximas e comuns a múltiplos sujeitos atentando para suas maneiras de sentir, viver e pensar em recorte micro-histórico. E não é apenas a utilização dos *tape recorders* em ritmo crescente que populariza o método dos relatos orais, tendo-se em vista que se multiplicam as experiências e possibilidades de registro, procura e até mesmo compartilhamento de informações, o que inclui o alargamento do lugar ocupado pelos meios de comunicação na vida social e, logo depois, os processos de midiatização digital, entendidos por Voldman (1998) como pontos sensíveis das mudanças no campo dos estudos históricos, dado que hoje a pesquisa faz em bem menos tempo aquilo que os historiadores antes levavam anos para entender, por exemplo, em relação à Idade Média e aos seus contextos histórico-sociais em função das dificuldades de encontro das fontes e documentações necessárias para os seus itinerários de investigação.

De toda maneira, ainda hoje alguns campos fazem suas interrogações no que diz respeito à credibilidade dos relatos orais como fontes de informação para as pesquisas, já que os informantes precisam estabelecer relações de lembranças para que se recupere em um sentido cronológico, por exemplo, a trajetória de seus sentidos num recorte temporal específico, transformando significativamente suas lembranças na perspectiva de projetos e expectativas do presente vivido na pesquisa. Ainda que esses aspectos de credibilidade ou mesmo *validade* precisem ser problematizados de acordo com a realidade epistêmica inerente a específicas tradições ou modalidades de pesquisa, como assinala Voldman, já expliquei no último capítulo que os *relatos de memórias midiatizadas* são uma proposta metodológica que atenta para as mediações dos trabalhos midiatizados de memória, isto é, não seria exatamente a cronologia das lembranças evocadas ou a qualidade dos relatos o que me interessa, mas sim as marcas deixadas pelos lugares de mediação nas memórias das pessoas entrevistadas e as experiências que eles possibilitam a partir de sua potência matricial. Nesse sentido, o que parece ser um obstáculo epistemológico acaba sendo um aspecto empírico de extrema valia, dado que o sujeito produz durante os seus relatos um ponto de vista e uma versão a respeito do que entende ter ocorrido – isso na perspectiva dos lugares, papéis e funções sociais que ele ocupa em relação aos demais trabalhadores de memória. Entendendo isso, mesmo quando o *point de vue* se faz evidente e acaba não correspondendo às lembranças de outros entrevistados, os trabalhos de recordação dessa entrevista pode ir se encaminhando para um plano de consciência que explicita as razões

pelas quais o informante traz isso à mesa. Pensando nisso a partir do que também pontuo no segundo capítulo pela via do trabalho teórico de Andreas Huyssen, por outro lado, até para que haja a correlação de lembranças incompatíveis como essas às que elucidam sua implicação concreta nos enquadramentos de memória, ainda são necessárias as seleções de aspectos referentes ao que está sendo lembrado. E é justamente isso que a pesquisa leva em conta. Já outra crítica feita à *qualidade* dos relatos orais, desta vez lembrada por Thompson (1992), seria a de que eles também podem ser atravessados por subjetivações de um universo mais íntimo que prejudicariam o senso diacrônico do pesquisador na sua relação epistemológica com a história de um grupo populacional ou uma figura política, por exemplo – o que acontece nas primeiras tentativas de revisionismo histórico sobre a liderança política de Josef Stalin, como nos conta Pollak (1989), por causa das projeções afetivas de cidadãos russos em relação à sua mítica. No entanto, interessa que os afetos, projetos ou desejos do sujeito venham à tona porque podem ser inerentes a um grupo ou ao seu próprio percurso biográfico. Em ambas as situações, estamos diante de sentidos e posições do sujeito que não correspondem à rede de cooperações na qual está inscrito e, é claro, podem ter resultado em dissensos, conflitos e disputas.

No entendimento dos relatos orais como um desafio metodológico para o campo da comunicação é preciso situar, também, os eixos epistemológicos nos quais se dão. De acordo com Portelli (1998), Voldman (1998) e Ferreira (2002), no campo da história oral existem pelo menos dois: um está relacionado à problemática das *tradições orais*, isto é, aos testemunhos que são construídos, socializados e transmitidos dentro de padrões e/ou sistemas de recordação característicos de um contexto ou tempo histórico; já o segundo, que diz respeito à problemática das *recordações individuais*, entende os relatos orais do sujeito como evidência do seu vivido em um determinado período ou espaço. Em termos epistemológicos, sempre que um método é inserido e/ou desenvolvido no real empírico-teórico de uma pesquisa ele estabelece relações com o seu problema-objeto. Isso muitas vezes funciona porque o recorte aspectual que define os objetos de pesquisa é feito num movimento de observância às tradições científicas, por exemplo, ou pelo menos reúne o que essas configurações metodológicas são capazes de revelar em profundidade. Mas na investigação de memórias constituídas a partir dos meios de comunicação, por sua vez, o desenho e as operações do método já não se fazem como *subsídio* para a compreensão de um problema-objeto em nível sistemático, mas sim na perspectiva de sua *interação* com o processo fenomenológico. Inevitavelmente, isso nos coloca frente à necessidade de um

método regido por lógicas e processualidades um tanto estranhas às que são encontradas no seu campo de descendência. E essa mestiçagem metodológica é mais do que habitual no campo da comunicação, que se constitui no cruzamento de epistemologias anteriores à sua e tem o *mosaico* (AGUIAR, 2011) como lugar de sua potência criativa. Para que a pesquisa não se perca em exemplos alheios à sua linha epistemológico-teórica, podemos pensar essa problemática dos métodos mestiços no amparo do itinerário investigativo de Bianchi (2010), que nos coloca a proposta das *histórias de vida midiática* tendo em vista que os sentidos emanados de vivências da recepção, desde os usos e apropriações até os gostos, hábitos, pactos, recusas, competências e trajetos de escuta radiofônica, passam a fazer parte do repertório de experiências dos sujeitos. Daí o método se voltar para o que a autora chama de *vida midiática* entendendo que as práticas inerentes à escuta do rádio, mesmo em meio a consumos midiáticos paralelos, estão diretamente ligadas à rotina dos seus informantes idosos em sentido histórico e fazem de suas lembranças uma espécie de arquivo vivo sobre a cultura midiática que é antecedida pelos processos de midiatização implicados em nosso cenário contemporâneo.

Já no itinerário investigativo de Bonin, por sua vez, a pesquisadora nos lembra de que autores como Daniel Bertaux (2005) trazem a proposta dos *relatos de vida* para não se inserirem no senso comum sobre as *histórias de vida* como um método voltado única e exclusivamente ao entendimento da narrativa autobiográfica como representação total, dado que seus objetivos – especialmente no campo da etnossociologia – estão voltados a dimensões da trajetória de vida dos sujeitos onde as suas práticas e ações se constituem, ou seja, a experiências vividas no interior de uma realidade social. Nesse sentido, apesar dos relatos orais partirem de um *logos* comum, o método em si é orientado não somente por uma operacionalização técnica de outras lógicas, mas, sobretudo, por configurações e desenhos muito próprios do campo no qual se insere. Bonin recupera essas discussões metodológicas porque, no seu turno, trabalha com os relatos de vida em uma perspectiva comunicacional e midiática, fazendo-os corresponder a específicas dimensões da relação entre o cotidiano familiar e a telenovela no âmbito da recepção e entendendo que nessas vivências existem *estruturas profundas* (BONIN, 2008, p. 140) cuja ascendência produz marcas em nossas leituras sobre o passado: marcas de uma experiência social e acima de tudo *vital* dos sujeitos comunicantes que só podem ser devidamente compreendidas pela sua exploração em uma perspectiva histórica ou diacrônica. Trazendo isso para o real da presente pesquisa, os relatos da etapa sistemática se dão num apelo a lembranças tecidas

em conjuntos maiores e plurais que entendo como enquadramentos de memória e têm os seus processos de constituição e atualização contextualizados numa rede de cooperações estabelecidas em nome da tragédia de Realengo, o que evidentemente se dá num cenário de midiaticização. E daí o entendimento de relatos que se desenvolvem como perspectivas autônomas – mas não por isso isoladas – sobre as memórias midiaticizadas, colocando em evidência a partir de suas *marcas* as condições e experiências oferecidas pelo âmbito da recepção para os trabalhos de luto e memória sobre a tragédia.

Na comunicação e, especificamente, no âmbito da problemática da recepção, o recurso a procedimentos metodológicos inspirados na *história de vida* e na *história oral* também são incorporados quando as perspectivas se orientam para a compreensão dos usos, das apropriações e negociações que se realizam entre as ofertas midiáticas e os consumidores; quando as lógicas dos usos das mídias passam a ser concretamente investigadas e se reconhece que elas não são configuradas somente pelas *indústrias culturais*, mas também pelo que acontece no mundo da vida. E, ainda, quando essas interrogações restituem a dimensão processual da comunicação, o que implica pensarmos nos vínculos que se estabelecem entre as instâncias do processo. Problemáticas assim nos levam a considerar que a recepção midiática não pode ser inteligível apenas em sua feição sincrônica, posto que as lógicas dos usos, tanto quanto as da produção e dos produtos, configuram-se historicamente (*Ibid.*, p. 141).

Em sua investigação sobre os acionamentos de marcas da memória étnica italiana na recepção da telenovela *Terra Nostra*, exibida pela Rede Globo entre setembro de 1999 e junho de 2000, a pesquisadora Ana Maria Strohschoen (2003) escolhe problematizar o fenômeno memorial a partir de reações características e diferenciadas do grupo de ítalo-descendentes selecionados para a pesquisa em vez de procurar *reações padronizadas* de um espaço ou grupo étnico inteiro, priorizando sujeitos fortemente inseridos no contexto escolhido e não uma amostra de informantes cujos relatos respondam pela localidade ou pelos cidadãos ítalo-brasileiros em seu todo. Estratégia parecida é adotada por Carmem Antunes (2010) na sua investigação sobre os processos comunicacionais de incidência na memória histórica dos índios Kaingang, no estado do Rio Grande do Sul, já que a autora trabalha com os lugares de mediação que atravessam suas experiências contemporâneas, desde o cultural até o político, entendendo as práticas, as vivências e as processualidades da recepção de informantes indígenas como *índices* sobre o contexto em si. De um lado, essa estratégia metodológica nos livra de abstrações generalizantes sobre o espaço onde os sujeitos realizam os seus trabalhos de memória, mas, ao mesmo tempo, isso ainda nos permite recolher um conjunto de *marcas* dos papéis, funções e lugares sociais ocupados por eles, dos usos e apropriações que se dão no âmbito da recepção midiática, das formas de sociabilidade, das matrizes culturais, das cotidianidades e de outras mediações postas

em evidência. É apenas por esse sentido, em especial, que se poderia pensar no contexto empírico, dado que a *recordação individual* – como pontua Bonin (2009) – é sempre um ponto de vista sobre as memórias coletivas que vai se modificando conforme o lugar e a mobilidade do sujeito entre os grupos e as relações que ele mantém no contexto, ou seja, a etapa sistemática desta pesquisa não contempla a população do bairro carioca como um todo porque isso demandaria o desenho de uma problemática distinta. Por isso mesmo o objetivo amplo do itinerário recai sobre moradores de Realengo, abrindo à pesquisa essa possibilidade de pensar pelos relatos aquilo que dizem sobre os trabalhos de memórias e seus múltiplos processos de constituição e atualização. Detido por agentes da Gestapo e deportado para Buchenwald, na Alemanha, o sociólogo Maurice Halbwachs é executado em 1945 sem imaginar, no entanto, que seu próprio trabalho teórico serviria como ponto de partida para problematizações como essas, onde estudar as *partes* é também visualizar a sua relação com o *todo*, nas agendas de pesquisa sobre as lembranças de sobreviventes dos campos de trabalho escravo e/ou extermínio.

Mais à frente, outra autora que trabalha os relatos orais de sujeitos comunicantes como índices sobre percepções e memórias socialmente construídas é Araújo (2011), que recolhe sentidos de informantes do contexto fabril natalense, no Rio Grande do Norte, a respeito de acontecimentos, assuntos, debates, temáticas, progressos científicos, campos do conhecimento e avanços tecnológicos que estariam reconfigurando suas memórias do trajeto histórico da ciência e das grandes instituições. Em sua pesquisa empírica surgem marcas de memórias midiáticas à luz dos produtos de *ficção-científica* e dos meios de comunicação mais generalistas, entre eles as revistas de tiragem semanal, o que aponta a forte presença de uma *tecno cultura*, um consumo já tradicional do gênero narrativo e um cenário de midiática no qual essas experiências e memórias se constituem. De volta à pesquisa de Bonin sobre a telenovela no cotidiano familiar, a noção de *marcas* é pensada pela autora no entendimento de que existem elementos residuais e reelaborados por seus informantes nos trabalhos de memória familiar, sendo dessas marcas que Bonin (2008, p. 144) recupera sentidos para entender em uma perspectiva diacrônica como esses sujeitos estariam implicados na produção de significações sobre a telenovela “Suave Veneno” no contexto de sua recepção. Em termos epistemológicos, a autora operacionaliza o método dos relatos de vida à procura de marcas da memória familiar que remetam aos processos de reconhecimento e identificação dos entrevistados com a trama, tendo em vista que os melodramas, entre eles a telenovela acima referida e exibida pela Rede Globo em 1999,

ancoram-se justamente nas relações familiares e nas transformações que sofrem em seus aspectos culturais, institucionais e políticos. Isso no contexto latino-americano, como diz a autora referenciando Martín-Barbero (1997), toma um lugar de muita importância pelo fato de que o campo midiático trabalha acionando essas *matrizes residuais* das memórias populares através de seus gêneros narrativos e, sobretudo, resgatando traços e contornos de processos fenomenológicos que constituem suas culturas, o que inclui as hibridações, as mestiçagens e, também, os padrões de anacronismo. Em vistas mais gerais, o processo de recuperação dessas marcas impõe alguns desafios teórico-metodológicos, entre eles a necessidade de levarmos em conta que a passagem do tempo:

[...] modifica não só os indivíduos fisicamente, mas também os seus gostos, percepções e usos. Para compreendermos significações dos indivíduos que se constituem na sua relação com o campo midiático, esse aspecto é de suma importância. No entanto, parte-se do pressuposto de que aquilo que realmente teve alguma relevância, nas mais diversas ordens do mundo da vida, acaba permanecendo. A vivência dos indivíduos que acompanharam detidamente o desenvolvimento do rádio [...] e suas lembranças são partes de uma memória que é ao mesmo tempo coletiva e parte de uma trajetória no social. Esse seu acionamento se dá pela memória individual, mas apresenta muitos pontos de convergência com as coletivas (BIANCHI, 2010, p. 110-111).

Nem todas as investigações do campo, no entanto, são realizadas em perspectiva memorial atentando a esses elementos residuais. Já referida no penúltimo subcapítulo, a pesquisa de Puhl e Ennes (2009) recupera lembranças e sentidos de moradores da cidade gaúcha de Novo Hamburgo sobre os seus hábitos de recepção cinematográfica nos anos 60 e o lugar que eles ocupam na formação das suas concepções de juventude. As autoras levam em conta nos relatos analisados o *cotidiano* e o *lazer* como categorias de extrema importância para o seu entendimento e, ainda assim, não problematizam essas dimensões como lugares de mediação inscritos à época na produção de sentidos dos sujeitos, o que lhes torna tão evidentes através de suas marcas. E nesse sentido, as entrevistas em si dão a ver algumas experiências vividas pelos sujeitos nos anos 60, mas não trazem à tona as suas trajetórias no âmbito da recepção – ficando mais voltadas para o eixo epistêmico de verificação existencialista do fenômeno então investigado. Isso é incerto pelo fato de não atribuir coerência teórico-empírica aos aspectos explorados, dificultando sua observação de caráter sistemático. Já na pesquisa de Ferraz (2009), por exemplo, a pesquisadora traz elementos de contextualização histórico-cultural sobre a Praça Saens Peña, localizada no bairro carioca da Tijuca, que já foi conhecida ao redor de todo o estado como a Segunda Cinelândia Carioca e era um grande equipamento coletivo de lazer, promovendo intensos encontros e agenciamentos de sentidos com treze cinemas de rua bem próximos uns dos

outros até a segunda metade do século XX. Em seu itinerário de entrevistas, Ferraz situa a compreensão do problema-objeto na análise de lembranças dos antigos frequentadores desses *movie palaces* hoje extintos para entender por meio de suas recordações como se constituíram as formas de sociabilidade e apropriação do espaço urbano na época. E não só isso é colocado em prática pela autora como ela também mobiliza o conceito do lugar de mediação para indicar as repercussões de cada um nos relatos analisados.

Talvez esteja mais evidente que o aspecto empírico da remanescência em sentido residual é um elemento-chave para o encontro do sujeito epistêmico com as experiências de recepção midiática que marcam as construções de memória dos informantes. Em sua pesquisa sobre como os usos e apropriações da fotografia no ambiente digital atuam nas configurações de memórias biográficas e identitárias, por exemplo, Alencastro (2011, p. 258) nos explica que a *era da imagem* estimula mudanças profundas na constituição das memórias tanto individuais quanto sociais pelo fato de alargar os espaços de trânsito das imagens e de seus conteúdos, expandindo em razão disso os dispositivos de interação do fotográfico com a construção de lembranças dos sujeitos. Problematizando os álbuns de fotos produzidos nas mídias digitais, o autor percebe que enquanto as imagens são feitas para ser *faladas* em estatuto ritualístico, como se observa nos usos dos álbuns familiares físicos, elas também adquirem outros aspectos empíricos na *internet* e, em específico, no âmbito da recepção midiática, isso porque vão sendo produzidas para compartilhamento, referenciamento geográfico e classificação por *tags*, tirando o espaço de centralidade do sujeito que se faz comunicante por *falar* as fotos e trazendo para o trabalho de memórias e sentidos os comentários de amigos, as citações, as notas e outros elementos que fazem parte dessa multiplicidade de extensões e contornos empíricos.

Para então entender em efetivo, na pesquisa, como se constituem essas memórias biográficas e identitárias, Alencastro escolhe refletir sobre os lugares dos usuários nesse contexto a partir de uma investigação sistemática não só das *intenções* dos fotógrafos ou das *competências* tanto suas quanto dos demais usuários, mas, também, das relações que os sujeitos estabelecem com a fotografia, o conteúdo das imagens e as memórias desses profissionais, que colocam a sua autoridade narrativa sobre os produtos num jogo amplo de interações, sociabilidades e trocas, fazendo do relato sobre a foto uma negociação de sentidos. Nessa perspectiva, o autor está buscando aquilo que *marca* a construção dessas memórias biográficas e identitárias no ambiente digital, dando à investigação de como a foto provoca a produção de relatos o estatuto de um passeio pelas trilhas de lembranças e

sentidos dos sujeitos. Tendo em mente que o método desta pesquisa foi operacionalizado na sua dimensão técnico-processual a fim de que fosse possível o movimento diacrônico pelo trajeto das memórias e dos sentidos produzidos por moradores do bairro carioca em 2011 e 2012, importa pensarmos que: a) a incursão do sujeito pesquisador em memórias e sentidos impõe para Alencastro a necessidade de exploração dos espaços, dispositivos e ferramentas das mídias digitais em que seu problema-objeto está situado; b) durante os relatos sobre uma tragédia vivida em determinado contexto ou período, é necessário que o pesquisador e o informante estejam em lugares previamente selecionados que facultem os fazeres mnemônicos, mesmo que não se deem na maioria dos cenários pelos quais os sujeitos transitaram ao longo dos seus trabalhos de luto e memória, porque há dinâmicas que apenas se fazem possíveis em situacionalidades de mais valor simbólico. É evidente que não caminhei com nenhum entrevistado até as portas da escola municipal em que se deu a tragédia porque o mal-estar relacionado à rua como *lugar de memória* é coletivo e se expressou inclusive nos movimentos exploratórios, havendo ênfase a esse respeito nas lembranças de Antônia – que entrevistei na segunda casa de estética visitada. Mas todas as entrevistas foram realizadas em espaços pensados antecipadamente ou percebidos nos trabalhos de recordação como possibilidades para as sessões seguintes.

De volta à pesquisa de doutorado executada por Antunes, a trajetória de sentidos é problematizada em dimensão teórica pela autora não simplesmente como algo presente nas lembranças dos sujeitos através de marcas dos cenários em que se constituíram suas memórias, mas, muito fortemente, como possibilidade de situacionalização do relato em seu desenvolvimento técnico-processual. E nessa perspectiva, a autora tenta perceber os espaços e também redescobri-los como territórios humanos e significativos que nos dão a oportunidade de entrar em uma espécie de viagem na qual se procura uma interlocução interessada com os informantes, adensando o seu estatuto de sujeitos recordantes a cada interação (ANTUNES, 2010, p. 97). Isso é algo que a relação entre os sujeitos e a cidade ou específicas lugaridades talvez não torne tão evidente, quando nos relatos de situações e espaços pré-selecionados pelo pesquisador, dados os deslocamentos, descontinuidades e cortes tão característicos dos instantes que marcam a produção de sentidos dos sujeitos na vida cotidiana. Na pesquisa de doutorado realizada por Musse (2006) e já referida no penúltimo subcapítulo, a autora faz uma cartografia afetiva de Juiz de Fora e assinala os seus lugares de memória a partir do apelo a lembranças dos sujeitos de sua pesquisa, que transitam com ela por todos esses espaços simbólicos evocando memórias e sentidos de

consumos midiáticos referentes à cidade e aos imaginários constituídos sobre ela. Isso se configura como estratégia mnemônica de extrema importância porque traz à tona aquilo que a *voragem do esquecimento* (BOSI, 2003, p. 62) talvez nos furtasse de saber. Trazer essas marcas à pesquisa para depois explorá-las se torna possível para Antunes porque a autora se envolve num aprendizado de sinais das comunidades étnicas que visita; realiza entrevistas em espaços como prédios públicos, bares, ruas, praças e residências; entende aspectos biográficos dos entrevistados em seus bairros e aldeias; escuta projetos, sonhos e demandas que apenas se apresentam em ambientes mais familiares; coloca a sua figura de pesquisadora na realidade social dos Kaingang, tornando-se conhecida da rede étnica e procurando estabelecer uma *ambiance* de pesquisa com grande respeito à organização cultural, afetiva e política dos informantes que conhece nesses percursos.

Foi de extrema valia fazer essa reflexão metodológica antes da etapa sistemática porque isso me preparou para eventuais dúvidas, desconfianças e questionamentos sobre a minha posição complexa de pesquisador e jornalista, algo duplamente estranho para os informantes de Realengo em decorrência das relações de conflito entre atores midiáticos e moradores do bairro carioca em 2011 e 2012. Fiz a escolha de conversar muito com os entrevistados antes dos seus trabalhos de recordação, quase sempre começando por uma narrativa sobre mim mesmo nos níveis acadêmico, profissional e biográfico, assim como também caminhei com alguns deles pelas ruas de Realengo, por exemplo, e conheci suas casas sendo muito bem recebido. Nesses instantes que antecedem os relatos também foi preciso especificar que todas essas sessões de entrevista seriam diálogos constituídos não de perguntas que tivessem de ser respondidas para o meu contentamento, como se fosse esperada uma ou outra resposta específica a cada momento e como se os relatos fizessem parte de uma rotina produtiva. As operações técnico-metodológicas da etapa sistemática de uma pesquisa, como Bianchi (2010, p. 120) assinala, precisam ser ora estruturais, ora flexíveis, atentando não somente para os contornos da problemática, mas, acima de tudo, para a construção de um espaço onde seja possível a expressão de sentimentos, valores e julgamentos que acionem lembranças e sentidos com pontos-chave para o entendimento de experiências dos sujeitos no âmbito da recepção.

É oportuno ter isso em vista para estabelecer uma relação com os informantes na qual eles reconheçam que não estão sujeitos a urgências, desapontamentos, condenações, recusas ou censuras. Numa pesquisa que problematiza as memórias midiáticas de uma tragédia, em especial, faz-se necessária essa construção de um espaço para as expressões

características e diferenciadas do sujeito no contexto de luto coletivo que viveu ou pode ainda estar vivendo porque isso permite à investigação que configure os relatos em uma fisionomia social e humana, como assinala Bosi (2003), recuperando a complexidade das lembranças e dignificando a narrativa dos sujeitos entrevistados. E é preciso lembrar que esta pesquisa não foi realizada em modelo epistemológico cartesiano, como já havia sido adiantado no capítulo de contextualização da pesquisa, separando aspectos empíricos em categorias ocultas como *razão* e *emoção*, por exemplo, então não me preocupei com um distanciamento às vezes apropriado entre o sujeito epistêmico e seus informantes porque antes mesmo dos trabalhos de recordação já esperava ser surpreendido por alguns relatos de cooperações, dificuldades e angústias. É nesse contexto que atuam, afinal, os lugares de mediação inscritos na construção de sentidos dos sujeitos, ou seja, o luto coletivo não poderia ser pensado ao terceiro capítulo na tentativa de se refazer a concretude empírica do problema-objeto sem que os próprios trabalhos de recordação da pesquisa sistemática levassem isso tudo em conta. E ainda assim me percebi tomado em uma intensidade que não esperava pelos instantes de entrevista nos quais a palavra é substituída pelo silêncio, pela reticência e, também, pelas lágrimas. Inclusive da minha parte. Mesmo desvestindo as roupas que ganhamos numa pesquisa científica ainda dominada por certas epistemes e formas de racionalidade que limitam nosso conhecimento sobre os outros, como enfatiza Ecléa Bosi, e transformam o relato num movimento diacrônico de perspectivas e tempos que morrem a cada tentativa de *repressão mnemônica*, é evidente que nunca estamos tão preparados para o que pode acarretar essa abertura sensível ao indivíduo e ao seu mundo vivido, principalmente quando a pesquisa é motivada, também, por aspectos biográficos do próprio sujeito investigador, o que também é meu caso. Mas muitos dados analisados no capítulo da pesquisa sistemática só puderam vir à tona por esse nível de envolvimento epistemológico com os sujeitos entrevistados.

E não são poucos os itinerários de investigação que trabalham privilegiando esses níveis de envolvimento epistêmico com os informantes. Em sua pesquisa com um grupo de idosos sobre as suas experiências de leitura no âmbito da recepção midiática, Ângela Maria Barreto (2003) explora algumas mediações que parecem matriciar a construção de sentidos dos sujeitos e marcam suas histórias de vida no Vale do Paraíba, em São Paulo, através de fazeres e experimentações técnico-metodológicas que levam em consideração as relações afetivas dos sujeitos com suas próprias práticas de recepção. Os informantes da pesquisa, nascidos ao início do século XX, demonstram-nos que a leitura era possível

no meio rural à medida que não interferisse em seu desempenho de atividades agrícolas, o que implicava no emprego ou no desenvolvimento das suas estratégias de recepção até mesmo nos momentos em que tentavam procurar e obter jornais impressos, isso quando praticamente não se via um trabalhador alfabetizado na lavoura e a aquisição de livros e revistas era quase nula. Nesse sentido, a autora percebe que acionar as memórias afetivas dos sujeitos é o trabalho técnico-metodológico de aspectos empíricos que mais identifica e aprofunda as marcas de mediações inscritas em suas experiências de recepção – já que desde o acesso até o consumo desses produtos os sujeitos enfrentavam dificuldades que, para eles, eram e ainda são motivos de orgulho. Já na pesquisa de mestrado realizada por Élide Fogolari (2001), por exemplo, a autora seleciona informantes da cidade paulista de Garça, no interior do estado, a fim de investigar os lugares de mediação que se destacam por excelência em suas relações de reconhecimento e identificação com “Terra Nostra”, uma telenovela exibida pela Rede Globo entre 1999 e 2000. Essa pesquisa se alicerça em categorias teóricas muito bonitas, entre elas o *sonho* e a *utopia*, permitindo que a autora entenda como os sujeitos da recepção, todos de ascendência italiana, relacionam antigos projetos de *êxito social* que eram tecidos e transmitidos no seu meio com as ascensões de imigrantes e suas famílias dentro da trama melodramática, o que também implica em um recorte de etnia e classe social no desenho dessa problemática de pesquisa.

Na investigação de doutorado empreendida por Sousa (2008) entre idosos do Lar Betel, na cidade paulista de Piracicaba, o que já foi referido no penúltimo subcapítulo, o pesquisador faz um movimento de contextualização a respeito da velhice no século XXI que nega os discursos de senso comum sobre a suposta imobilidade desses sujeitos e, ao mesmo tempo, adentra-se nesse mal-estar derrubando suas máximas e percebendo o que chamamos de *asilo* não só como um espaço físico estático, mas um espaço-tempo de luta onde os velhos reagem às negações externas de sua existência no presente e à iconização de si mesmo como fonte de experiências, isso em uma época na qual tanto a experiência quanto as múltiplas leituras da narrativa – tendo o seu espaço reduzido pela midiatização do relembrar e do esquecer – são enfraquecidas como dimensões de prestígio da velhice, dado que não é permitida a esses sujeitos a sua contextualização nos padrões, sistemas e matrizes de recordação atuais. Sousa então verifica as relações de força atuantes no asilo mobilizando táticas e estratégias de recordação dos idosos a respeito das suas trajetórias de vida com o objetivo de entender como recusam essa morte simbólica, relacionam suas estratégias de recordação às do *agora* em que se sentem e/ou estão descontextualizados e

desenvolvem novos hábitos, práticas e competências no âmbito da recepção. Tudo isso é possível porque o autor vai estabelecendo planos de consciência durante os trabalhos de recordação dos idosos para explorar não só as experiências de consumo e as construções de memória, em si, mas ainda os recursos e fazeres mnemônicos, tornando-os evidentes de maneira que os próprios entrevistados tomem consciência das suas táticas, estratégias e competências, enxergando então com Sousa o espaço-tempo de luta que ele percebe no asilo. Essas cooperações mnemônicas são um nível de envolvimento epistêmico com os sujeitos da pesquisa que transcende o técnico-processual fazendo do método, sobretudo, uma ação afetiva e política entre o investigador e os entrevistados.

As operações técnico-metodológicas desses itinerários de investigação assinalam as relações que existem entre a *mobilidade* dos sentidos nos trabalhos de recordação dos sujeitos e a sua dimensão afetiva, o que por um lado provoca alguns descompassos nesta pesquisa entre os ordenamentos dados pelos entrevistados aos seus relatos e a sequência concreta de fatos relacionados à cobertura midiática da tragédia em Realengo, ao evento de impacto em si e aos trabalhos de memória do ano seguinte, mas, por outro, coloca em evidência um conjunto de agências, interações, cooperações, choques, reconhecimentos, conflitos, tensões e disputas que configuram as negociações de sentidos dos informantes no âmbito da recepção. É preciso levar em conta, como relembra Bosi (2003, p. 63), que existe uma *cultura subjetiva* onde reinam intuições, sonhos, afetos, imagens, impressões, receios e medos, não havendo espaço de destaque nas lembranças apenas para as formas de visualização imediata de um recorte do passado. Até porque não é sempre delas que o sujeito recordante precisa para se comunicar.

Daí o que talvez esteja parecendo um tanto contraditório, neste momento, depois de vir tratando até aqui dos enquadramentos de memória, mas em verdade não é porque na etapa sistemática da pesquisa, por exemplo, grande parte das recordações trabalhadas é telescópica, oscilando entre o *amplo* e o *específico* em ordenamentos livres que de vez em quando fogem da tragédia em si ou daquilo que diz respeito a ela, e mesmo assim os relatos orais fazem um retorno aos planos de consciência anteriores, às vezes chegando a pontos de unilinearidade muito segura que beiram os estereótipos. E nem sempre isso se dá em decorrência das ações de *recordação-trabalho* que proponho, estando ainda mais evidente a espontaneidade nesses atos de criação dos sujeitos. É importante lembrarmos que o silêncio e a espera do investigador numa entrevista não são técnicas (*Ibid.*, p. 65), mas maneiras de respeitar o sujeito recordante durante os seus processos mnemônicos e

não impor a seus relatos orais o mesmo ritmo do engenho de palavras e citações em que vivemos no âmbito da pesquisa científica.

Investigando lembranças e sentidos sobre as ações de *social merchandising* feitas na telenovela “Páginas da Vida”, como já foi referido nos levantamentos bibliográficos, Souza (2009) trabalha com entrevistas diretas para observar e analisar percepções tidas pelos entrevistados no âmbito da recepção midiática sobre as instituições e causas postas em evidência ao longo da trama melodramática. Para isso, o autor explora as lembranças e os sentidos dos sujeitos na perspectiva das mediações que atuam em suas experiências de recepção a partir de operações técnico-metodológicas trazidas, também, da psicologia social. Isso inclui um empréstimo das reflexões teórico-metodológicas de Ecléa Bosi, já que Souza constrói planos de consciência em que os sujeitos ligam vivências relativas a seus níveis educacionais formais com lembranças e sentidos de usos e apropriações que fizeram das temáticas propostas nas ações de *social merchandising* da telenovela. Nesse movimento a pesquisa vai descortinando os graus de dificuldade das suas apropriações e a interferência de sua escolaridade nessas experiências de recepção, o que evidentemente se dá na relação de confiança dos informantes com o pesquisador porque as recordações individuais revelam essas variações de sentidos, os graus de interferência e as expressões características de cada nível ao mesmo tempo em que os sujeitos vão se fazendo cientes sobre elas, descobrindo seus próprios lugares e posições sociais na escala.

Muitas vezes, como se percebe nas entrevistas da etapa sistemática apresentada a seguir, acontece que os sujeitos também vão percebendo seus lugares e posições sociais na própria retomada de marcas das experiências de recepção midiática e dos trabalhos de luto e memória, isto é, investigar as dimensões inscritas em suas negociações de sentidos nem sempre resulta em formas imediatas de visualização desses envolvimentos. E a esse respeito, visitando o trabalho técnico-metodológico de Elisângela Mortari (2004) na rede identitária da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, foi possível perceber que os relatos orais às vezes precisam ser aprofundados de modo que sequenciem lembranças sobre as relações dos sujeitos presentes na memória individual dos entrevistados e revele durante os próprios trabalhos de recordação, por assim dizer, as hierarquias entre quem enuncia e as formas de organização e/ou desestabilização dos seus lugares e posições sociais. Isso é importante não porque *muda* o ponto de vista do sujeito sobre os grupos e os trabalhos coletivos de luto e memória, mas porque *destaca* algo que já era sentido, percebido e/ou vivido pelo sujeito e matriciava a sua construção de sentidos no âmbito da recepção sem

que, no entanto, ele estivesse tão consciente disso. Bosi explica em sua investigação das lembranças de velhos moradores da capital paulista que as *marcas* presentes na memória individual remetem, por exemplo, às percepções do sujeito recordante sobre si próprio e sobre os outros nas dimensões de seu mundo vivido. De um lado, como é dito um pouco antes na esteira de Bergson e Rosa Maria Fischer, o investigador precisa saber que o real das lembranças é possível através das modificações de uma consciência, justamente a do sujeito, que vivencia os múltiplos ritmos do tempo que está vivo em suas memórias. E de outro, quanto mais o sujeito pesquisador entra em contato por meio dos relatos orais com o contexto no qual se deram os trabalhos de memórias do sujeito, aferindo e cruzando as informações e lembranças de várias outras pessoas, mais se evidencia a configuração das lembranças do sujeito como partes de uma rede e mais vão se mostrando nas entrevistas as possibilidades de criação dos planos de consciência nos quais o pesquisador tem de se inserir, extraindo então com *sensibilidade diacrônica* (BOSI, 2003) não apenas o que há de mais consolidado em suas recordações, mas os complexos de experiências e sentidos nos quais esses conjuntos de lembranças parecem se formar:

Marguerite Yourcenar confessou que só conseguia recompor o passado com um pé na erudição e outro na magia. Mas sem enveredar por esse caminho, é possível empregar uma expressão como *sensibilidade diacrônica*, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir. [...] os adivinhos já achavam que dentro do tempo existia algo a ser extraído; e o tempo não é mesmo homogêneo ou vazio, mas repleto de índices. Os profetas apelavam para lições da memória porque o passado arrasta consigo índices secretos que o remetem à salvação; o mago que transmuta o passado em futuro deve ter mão rápida para capturar o tempo no ápice da sua cognoscibilidade porque ele fulgura um instante e se desvanece. Se o olhar demora e fixa, ele retém apenas o estereótipo, não uma coisa viva como a imagem que sobe do passado com todo o seu frescor. [...] a sensibilidade para a diacronia permite que se faça a invocação de uma *gestalt* longínqua que foi um dia complexo vivo de significações (*Ibid.*, p. 20).

Um plano de consciência é o que se estabelece quando marcas nos levam a fazer perguntas, sugestões ou complementos estratégicos em um dado momento da recordação individual de maneira que as marcas de vivências em um cenário já trazidas à tona pelos relatos do sujeito recordante em meio a outras lembranças, por exemplo, costurem-se às lembranças de vivências percebidas pelo sujeito pesquisador. Assim, estabelecemos um plano de consciência no percurso do relato porque o entrevistado passa a associar ou até mesmo comparar lembranças de forma a aprofundar aquilo que as marcas colocaram em evidência, o que consiste numa *recordação-trabalho* (BOSI, 1979; 2003) porque incide nesses processos de recordação do sujeito recordante permitindo que se deem outros atos de criação, ainda que toda intervenção mnemônica, quando feita, deva respeitar o que já

foi dito e partir dessa preexistência para se realizar. Se existem as *recordações-trabalho* existem também as *livres recordações*, como a assinala autora, que são os ordenamentos plurais de lembranças e sentidos pelos quais os sujeitos constroem seus relatos orais com lógicas e estratégias mnemônicas próprias, isso numa epistemologia também distinta da que praticamos e, acima de tudo, soberana em relação à que orienta os nossos objetivos, fazeres e experiências de investigação científica. Uma recordação-trabalho é, ao mesmo tempo, ação e *lugar de ação*, como sintetiza Ecléa Bosi em sua teorização metodológica, porque quando se estabelece um plano de consciência o sujeito dá continuidade a atos de criação mais ou menos em seu eixo e possibilita que outras recordações-trabalho possam ser feitas pelas marcas que surjam a partir daí.

Em certos momentos, um plano de consciência pode se desfazer porque o sujeito recordante também opera analogias que lhe remetem a outras informações e lembranças, assim como pode simplesmente interromper os eixos de cronologização ou agrupamento de lembranças e sentidos sobre específicos processos, contextos e vivências por meio de uma intercalação de outros dados com lembranças já apresentadas – isso é popularmente chamado de *flashback* e carrega o nome de *analepse* no campo dos estudos de memória, já tendo sido antecipado por Bergson (1999; 2006) décadas antes. É necessário que isso se faça e o investigador não pode interromper o que o sujeito entende que precisa fazer e lembrar, afinal essas marcas já aprofundadas em planos de consciência anteriores podem ser reexploradas mais à frente, a partir de lembranças contíguas àquilo que estava sendo recordado no plano de consciência desfeito. Também é importante lembrarmos que, não raramente, o próprio *desfazer* do plano será inclusive uma decisão consciente do sujeito recordante, dado que não é apenas o pesquisador quem vai tomando ciência das reações e expressões características do depoente. Isso é algo mútuo. E as operações técnicas são também *estratégias de recordação*, vale lembrar, não incidindo nos fazeres mnemônicos do informante sem produzirem um ou mais sentidos a respeito de como são empregadas pelo pesquisador, o que pode ser renunciado ou mesmo *bloqueado* pelo próprio sujeito em específicos instantes da entrevista, por qualquer motivo que seja. E ainda, o desfazer do plano de consciência é oportuno porque, muitas vezes, permite a continuidade de um movimento mnemônico que se encaminhava para lembranças e sentidos de evocação ou trabalho potencialmente exaustivo. Daí a importância de não permanecerem em ação os mesmos planos de consciência por longas sequências, considerando-se a irredutibilidade dos processos de recordação a rotinas de sentidos que contenham a liberdade de criação

do sujeito em seus fazeres mnemônicos. Já neste parágrafo estou falando em perspectiva própria, diga-se de passagem, uma vez que a própria Ecléa Bosi descreve suas operações técnico-metodológicas em vista sempre geral, incentivando que os jovens pesquisadores façam configurações e desenhos próprios de acordo com os contornos do seu fenômeno investigado. É algo que distingue o seu estilo de pesquisa desde os anos 70. Retomando a reflexão técnico-metodológica, também constatei que é possível sair de um plano para entrar em outro de forma que o desfazer não aconteça – o que acaba trazendo ineditismo aos processos de recordação do sujeito, assim como à pesquisa, e resguarda o relato oral de eventuais cansaços ou até mesmo embotamentos mnemônicos repentinos.

Isso que vem sendo tratado como recordação-trabalho até aqui é problematizado desde o trabalho teórico de Bergson (1999; 2006) até a teorização metodológica de Ecléa Bosi (1979; 2003) em perspectiva filosófica e depois psicossocial. Mas a pesquisadora é bem enfática quando diz que até mesmo os manuais de história oral nos dão inferências, sugestões e aspectos de operação técnica das *histórias de vida*, por exemplo, oferecendo para o investigador uma possibilidade de se deslocar por entre as lembranças do sujeito, uma vez que ele também se habilita a estabelecer planos de consciência nas recordações exploradas – ainda que não com uma perspectiva teórico-metodológica semelhante à de Ecléa por trás da sua regência lógica, muito evidentemente. Também é possível verificar que autoras como Bianchi (2010) ou Bonin (2008), quando trazem à mesa suas propostas metodológicas a fim de aprofundarem marcas das memórias investigadas, fazem isso em realidades de pesquisa que abrangem os aspectos residuais de dimensões, experiências e contextos bastante específicos da recepção. Isso requer uma unidade empírico-teórica e, é claro, implica em entrevistas que apenas se fazem possíveis em seu percurso porque as investigadoras estabelecem planos de consciência voltados às particularidades empíricas de seus problemas-objetos. Daí o que diferencia nossos métodos.

Nessa perspectiva, o desenho e as configurações de cada método são construções de vivacidade e autonomia particulares, exigindo em nossa linha epistemológico-teórica que planos de consciência se estabeleçam com certa coerência para terem sentido em um todo de aspectos técnico-metodológicos. Isso não necessariamente impede que o sujeito investigador ou o informante da pesquisa se ponha em rotas de fuga da unidade teórico-empírica a partir da qual essas recordações individuais estão se dando (ex.: há momentos da etapa sistemática em que começamos a falar bastante de infância e adolescência, eu e Paulina, extrapolando até mesmo o estatuto de mediação dos *aspectos biográficos* que é

proposto desde o primeiro capítulo até aqui, mas isso toma pouquíssimo espaço no todo dos planos de consciência estabelecidos em seus relatos orais). É preocupante quando os relatos se perdem dessa unidade pela qual o investigador propõe as recordações-trabalho porque isso invalida o que deveria haver de singular na sua projeção metodológica. Na presente pesquisa, o que particulariza o método dos *relatos de memórias midiáticas* é o fato de que proponho suas recordações-trabalho a partir de marcas do que é vivido por cada informante no âmbito da recepção midiática sem, no entanto, voltar seus planos de consciência então estabelecidos para os regimes de visibilidade das mídias em si, já que minha intenção nunca foi problematizar *memórias de recepção*, mas as lembranças e os sentidos configurados em trabalhos de memórias atravessados por esse âmbito. Em uma sequência de determinada entrevista que seja necessário saber dos usos e apropriações de narrativas sobre específicos aspectos da tragédia, só que um ano depois dela, e ainda não haja um plano de consciência tecido a esse respeito, começo fazendo perguntas relativas a como foi para o informante tomar ciência da data e explorando, a partir daí, processos e vivências da recepção, mas sempre de um modo delicado: “É mesmo?”; “Mas por que será?”; “E onde é que isso aconteceu mesmo?”. Nada que pareça tão elaborado, mas que angula ou recorta o sequenciamento de lembranças e sentidos do sujeito em recordações-trabalho, por exemplo, sobre um conflito entre autoridades de fala.

Um tanto complexo, de fato, é notar a presença de residuais deixados por lugares de mediação com remetimento às diferenças de tempo e perspectiva nas lembranças dos informantes, isso porque os deslocamentos e as atualizações do acontecimento midiático e das significações locais sobre a tragédia alteram aspectos de recordação do evento que não teriam essas configurações um ano antes. Fazer essa captura num instante oportuno, o que Bosi (2003) entende como *átimo de cognoscibilidade*, evitando que a marca reluza e se dissipe, por exemplo, às vezes requer certa sensibilidade diacrônica que apenas uma trajetória mais extensa na pesquisa científica pode desenvolver. Meu lugar por enquanto é de jovem pesquisador em formação, como se percebe, então é bem provável que tenha perdido muitas dessas marcas. De toda maneira, o objetivo geral da pesquisa é investigar os processos de midiatização envolvidos nos trabalhos de memórias sobre a tragédia em Realengo, mostrando um pouco de como as mediações, os meios de comunicação e seus períodos de maior potência matricial deixam marcas nas memórias dos sujeitos. Isso me volta muito mais para o cumprimento do roteiro e a procura pela evidencialidade relativa aos trabalhos midiatizados de luto e memória que teorizo nos percursos da pesquisa, em

verdade, e não para uma tentativa de *retratamento fidedigno* dos contextos, dimensões e vivências da recepção midiática que atravessa esses trabalhos de memória. Mas voltando à discussão técnico-metodológica, é relevante que se entenda a proporção do método em relação ao fazer da técnica: quanto mais complexo for o plano de consciência, mais fácil precisa ser a intervenção mnemônica, seja ela um complemento, sugestão ou pergunta, já que muitas vezes me percebi em situações muito difíceis em função dessas relações de tempo e perspectiva que só puderam ser resolvidas pelo mais simples e tentativo. Em um movimento mnemônico qualquer, quando notada uma contradição entre lembranças, é possível fazer perguntas assim: “E o nome do assassino?”; “É melhor não falar sobre o atirador, né?”; “E mais ou menos por que isso?”; “Entendi. Mas tem gente que ainda fala e se lembra dele”; “Ela é parenta ou amiga?”; “E como foi que vocês se desentenderam, na real?”. Numa sequência de intervenções mnemônicas como essas talvez seja possível explorar uma reativagem temporal de perspectiva, por exemplo, e os lugares mediadores desse trabalho memorial, o que aprofunda o relato em planos de consciência diferentes e exime o sujeito de um desgaste psíquico indesejado. As recordações-trabalho vão sendo propostas para oscilar entre o livre e o perspectivado atendendo não a perguntas fixas, mas aos eixos do roteiro de entrevistas da etapa sistemática.

No próximo subcapítulo, trago em dois quadros gerais os aspectos configuradores da problemática. Na etapa sistemática isso deu norteamento à realização de entrevistas e me permitiu desenvolver recordações-trabalho mais voltadas para o problema-objeto da pesquisa. Logo à frente, apresento os dois eixos tomados por cada recordação individual em recortes específicos. No primeiro estão listados os elementos que exploro de maneira mais livre pelos movimentos mnemônicos, o que inclui lembranças, sentidos, avaliações, julgamentos e pontos de vista dos sujeitos sobre o que explicaria a tragédia, bem como o que parece ter se modificado em suas memórias no ano de 2012 frente à reabertura local dos trabalhos de memória. No segundo eixo apresento os aspectos explorados a partir de marcas reveladas pelas livres recordações: lembranças do que o sujeito viveu, escutou e leu; como os meios de comunicação retrataram o evento; quais questões vieram à tona; o que foi informado e mostrado; quais são as mídias; como o sujeito avalia as notícias e os sentidos produzidos sobre o evento; vivências do episódio e de sua cobertura; processos de negociação e circulação interacional de sentidos; posições e divergências; cenários do cotidiano vivido; usos de mídias; aspectos biográficos de consumo; perfis e experiências significativas de vida, com ênfase às questões de gênero e cultura religiosa.

4.4. Roteiro de entrevistas da pesquisa sistemática

4.4.1. Aspectos da problemática

Marcas de memórias midiaticizadas relativas à tragédia

- Acontecimento e significações;
- Marcas comunicacionais e midiáticas.

Midiatização e lugares de mediação inscritos

- Consumo midiático relacionado ao massacre escolar;
- Vivências relativas à tragédia, cenários do cotidiano vivido e processos de negociação e circulação interacional de sentidos;
- Práticas e hábitos de recepção;
- Competências midiáticas e jornalísticas;
- Posições de gênero;
- Cultura religiosa e aspectos biográficos de ação subjacente.

4.4.2. Eixos das recordações individuais

Marcas de memórias midiaticizadas relativas à tragédia

Recortes livres:

- Lembranças do massacre;
- Avaliações e julgamentos sobre o massacre;
- Entendimentos e pontos de vista dos sujeitos sobre o que explicaria a tragédia;
- Mudanças sofridas pelas memórias à passagem do tempo;
- Reabertura do trabalho de memórias.

Recortes de midiaticização:

- Lembranças daquilo que viu, leu e/ou escutou sobre o massacre;
- Como as mídias retrataram o massacre, quais questões trouxeram, o que informavam e o que mostravam, especificando-se quais seriam os meios de comunicação;

- Como avaliou e avalia a produção de notícias sobre o massacre escolar nas mídias e os sentidos que deram ao massacre.

Mediatização e lugares de mediação inscritos

a) Mediatização do massacre e consumo midiático relacionado ao massacre:

- Por quais mídias o sujeito se informou sobre a tragédia;
- Caracterizar o consumo no período (frequência);
- Percepção de diferenças entre os meios na cobertura midiática;
- Noção de mudanças nos aspectos do acontecimento um ano mais tarde.

b) Vivências relativas à tragédia escolar, cenários do cotidiano vivido e processos de negociação e circulação interativa de sentidos:

- Vivenciou ou participou de fatos ligados ao massacre em algum cenário?
- Participou da cobertura do massacre ou esteve presente em eventos de cobertura?
- Contar onde e quais foram os fatos e vivências;
- Que significações o massacre adquire nos cenários e vivências?

c) Experiências de interação e agenciamento de sentidos do massacre:

- Quais eram os cenários?
- Sobre o que os sujeitos conversavam?
- Que posições se manifestavam e que divergências tinham sobre os aspectos do evento?
- Quais eram as dinâmicas desses agenciamentos de sentidos?
- Quais aspectos diferenciadores dos sujeitos se manifestaram em suas falas?

d) Consumo midiático e competências dos sujeitos:

– Recuperar o consumo de mídias:

- TV;
- Rádio;
- Internet;

- Jornais;
- Revistas.

– **Em cada um deles:**

- O que costuma assistir, ler e/ou ouvir;
- Frequência de escuta/uso;
- Desde quando assiste, vê e ouve;
- Consumo e competências midiáticas e jornalísticas dos sujeitos.

– **Consumo atual de jornais e desde a infância:**

- TV;
- No rádio;
- No jornal impresso;
- Em revistas de conteúdos jornalísticos;
- Na internet;
- Jornais.

– **Aspectos do perfil de cada sujeito:**

- Nome;
- Gênero;
- Idade;
- Escolaridade;
- Profissão;
- Classe social.

– **Acesso e/ou posse de bens comunicacionais:**

- TV;
- Computador;
- Internet;
- Assinaturas de jornais e revistas.

– **Vinculações sociais e/ou políticas: associações, movimentos, igrejas etc.**

5. PESQUISA SISTEMÁTICA

Em termos metodológicos, o intuito inicial para a análise interpretativa dos dados obtidos a partir da etapa sistemática foi construir um subcapítulo para cada entrevistado, o que traria lembranças e sentidos recuperados em recordações individuais, por um lado, mas acompanharia um subcapítulo, por outro, no qual esses dados seriam sistematizados para um trabalho analítico conjunto. No entanto, entendi que os processos, experiências e contextos da recepção vivida pelos sujeitos da pesquisa, mesmo explorados através de movimentos mnemônicos pessoais, ainda assim atravessaram trabalhos coletivos de luto e memória dos quais eles próprios fizeram parte. Isso repercutiu ao longo das entrevistas em elementos residuais com remetimento a lembranças e sentidos que dizem respeito ao bairro em si, um tanto como o que percebe Bianchi (2010, p. 123-161) quando começa a sistematizar os dados de sua pesquisa com radiouvintes idosos e opta por pensar as suas trajetórias de escuta dentro de uma cultura midiática anterior, isto é, de um horizonte no qual os seus hábitos, pactos, práticas, usos e recusas se constituíram em meio a processos de mediação característicos desse recorte histórico. Tendo isso em vista, fiz a escolha metodológica de cruzar, associar e comparar os dados de relevância obtidos nas sessões de entrevista para materializar um pouco melhor a ambiência comunicacional e, também, os trabalhos de luto e memória vividos pelos sujeitos da pesquisa.

Novamente, faço uso de pseudônimos e evito a exposição indevida de pessoas ou espaços por consciência epistemológica e ética, o que mesmo assim não limita a análise interpretativa dos dados frente ao fato de que as recordações-trabalho realizadas evocam experiências inerentes aos cenários do cotidiano vivido pelos informantes, incluindo suas respectivas dinâmicas de recepção. Isso tudo se mantém. Foram executadas duas sessões de entrevista com cada sujeito comunicante. Todas com duração média de uma hora em suas próprias casas, o que era às vezes antecedido por um encontro na avenida principal de Realengo e uma caminhada por algumas de suas outras ruas. Fiz uso de um gravador digital em quase 100% dos movimentos mnemônicos e, quando nesses trajetos a pé pelo bairro, o aparelho era então substituído por notas no diário de campo, uma vez que certas identificações de espaços e sujeitos aconteceram nessas situações e só foram exploradas ao longo das sessões disponíveis em áudio por causa de seu registro prévio. E isso revela que as situacionalidades de entrevista, na sua condição técnico-metodológica, não fazem

do diário de campo um recurso obsoleto para a pesquisa. Ao contrário, os registros feitos em campo permitiram que este capítulo se desenvolvesse melhor na fase de reescrita do texto como um todo. Passado esse período de execução das entrevistas, os áudios foram decupados e as transcrições possibilitaram uma percepção de aspectos que, francamente, não foram sequer notados durante os trabalhos de recordação. Isso também foi um tanto animador porque, apesar do *rush* e das angústias anteriores à defesa, deu mais força para os processos de fechamento efetivo da pesquisa. Nas próximas páginas, os dados que se apresentam foram dispostos e problematizados em tópicos cujo estabelecimento se deu a partir de blocos já esboçados um pouco antes da análise interpretativa de acordo com os eixos e recortes do roteiro de entrevistas explicado nas últimas páginas.

No subcapítulo referente ao consumo de mídias, às mediações e às competências dos sujeitos comunicantes, sistematizo os dados obtidos durante as entrevistas em etapas específicas de trabalho analítico: a) consumo midiático e competências dos informantes; b) usos e apropriações referentes à tragédia; c) vivências relacionadas ao episódio e à sua cobertura; d) cenários do cotidiano vivido pelos informantes; e) processos de negociação e circulação interacional de sentidos; f) experiências significantes de vida. Esses tópicos permitiram que vivências, processos, dimensões e contextos da recepção vivida no bairro carioca pudessem ser explorados em maior conformidade aos objetivos e à problemática da pesquisa sem perdas ou desordens no tratamento dos dados. No subcapítulo referente às marcas deixadas pelos trabalhos midiáticos de memórias, por sua vez, analiso dados obtidos através dos planos de consciência mais específicos das entrevistas interpretando, assinalando e comparando as clivagens de tempo e perspectiva presentes nas memórias e nos sentidos dos informantes. E ainda, o que trago antes de ambos os movimentos acima descritos é o subcapítulo dos perfis, que apresenta os sujeitos comunicantes em aspectos biográficos e socioeconômicos, conta um pouco sobre o consumo midiático de cada um, especifica o seu tempo de moradia no bairro e, também, explica um tanto das relações ali mantidas – o que faço em uma tentativa de respeitar a complexidade desses informantes que tive o enorme privilégio de conhecer, assim como antecipar aquilo que explica o seu envolvimento tanto no âmbito da recepção como nos trabalhos de luto e memória que se desenvolveram no distrito. Muito além de dizer como fomos apresentados, por exemplo, o subcapítulo é uma leitura de importância pelo fato de colocar em cena alguns aspectos sem os quais não seria possível entender as expressões características e diferenciadas de cada sujeito. Todos eles históricos e concretos.

5.1. Introdução aos perfis

Pouco antes da etapa sistemática, uma colega historiadora me indicou a primeira entrevistada possível para a pesquisa. Nascida na capital do Rio de Janeiro, Paulina tem 62 anos de idade e aproximadamente 25 anos de moradia em Realengo, na zona oeste da capital. Trabalhou na maior parte de sua vida como secretária para algumas empresas do setor privado e tem o segundo grau completo. É solteira e não tem filhos. Mora em uma área de classe média baixa com vizinhos de coesão meramente socioeconômica, uma vez que o *background* de muitos é proletário com extensas jornadas de trabalho. Paulina vive no último piso de um casarão com mais três subseções habitadas por outras famílias e se dedica às tarefas de casa em tempo integral. É também uma cozinheira ativa, se bem me lembro, e quando tivemos nossa primeira entrevista em sua casa no dia 4 de setembro fui convidado a ficar para o jantar com ela e sua sobrinha. Em sua trajetória de vida sempre se preocupou muito com os familiares e ofereceu ajuda a muitas pessoas, incluindo seus vizinhos e amigos. Até certo ponto, Paulina teve um cotidiano intensamente atravessado pela escuta radiofônica, dando mais preferência para a Super Rádio Tupi, a Rádio Globo e a CBN. É leitora ávida de impressos, em especial os jornais, entre os quais costuma ler o Extra e O Globo com maior frequência. E manifesta uma recusa política de periódicos como O Dia e o Meia Hora por causa da objetificação feminina e do excesso em notícias de eixo policial-criminalístico, sendo competente no seu entendimento de muitas lógicas e modalidades informativas do campo midiático.

Em função do alargamento de espaços ocupados pela televisão na vida cotidiana, a entrevistada foi aos poucos substituindo o seu conjunto de práticas, pactos e hábitos de escuta radiofônica por experiências de recepção televisiva, mas continua deixando a TV ligada em emissoras como a Rede Globo, o SBT ou a Rede Record sem muito consumo de imagens, o que parece se constituir como *habitus* em decorrência de sua trajetória na cultura midiática anterior, quando ainda não atravessavam toda a sociedade os processos de midiaticização televisiva. É parte do cotidiano vivido por Paulina a manutenção de suas relações com outros moradores do bairro, o que inclui o seu deslocamento frequente por cenários voltados não só para compras ou serviços, mas, sobretudo, para a socialização e a circulação interacional de sentidos, dado que a entrevistada não gosta de estar sozinha em casa por longas horas sem uma ou outra atividade conjunta. Além disso, é alguém de

percurso biográfico intensamente marcado por sua criação cristã, apesar de não ser mais tão praticante, assim como por vivências de gênero e classe social que se manifestam na sua produção de sentidos sobre a tragédia como mediações de relevância. E interagimos ainda pelas ruas do bairro enquanto caminhávamos até um terminal e aguardávamos um ônibus que fosse até Inhoaíba, no bairro de Campo Grande, já que fui hospedado ali por um colega do campo linguístico e, mesmo próximos, a conexão metroviária entre ambos os bairros é sempre interrompida às 23h. Tive outra sessão de entrevista três dias depois na casa de Paulina para dar seguimento aos trabalhos de recordação pela perspectiva das notas de campo que havia feito durante e após nosso primeiro encontro. As recordações-trabalho com Paulina estabelecem planos de consciência efetivos, mas sua cultura oral é muito vasta e, mesmo conseguindo sequenciar lembranças e sentidos sobre experiências vividas no âmbito da recepção em 2011 e 2012, as relações se fazem em meio a diversas rememorações periféricas que ocorrem numa perspectiva telescópica. Ainda assim, essas estratégias de recordação são muito oportunas porque atuam como recursos analógicos e sempre explicam melhor os processos, contextos e experiências da recepção vivida pela informante nos dois períodos contemplados pela pesquisa.

Já meu encontro com o segundo informante da pesquisa aconteceu por indicação do colega que me recebeu em Inhoaíba. A sessão de entrevista se deu em 6 de setembro de 2013, um dia antes do segundo encontro com Paulina, e isso também me possibilitou o registro de certos ângulos e recortes que foram utilizados com ela no dia seguinte. Em visita à casa de Vicente, fomos até um cômodo da residência que se conectava ao jardim de inverno. Um lugar tranquilo que me desvestiu totalmente da imagem de investigador, dada a espontaneidade com a qual os planos de consciência se desenvolveram. Vicente é carioca, tem 45 anos de idade e é morador de Realengo desde que nasceu. É aposentado e trabalhou como motorista de ônibus por muitos anos: profissão que já não exerce mais em decorrência de um quadro dermatopático severo. Também mora numa área de classe média baixa do distrito, tendo boas relações com pessoas de todas as outras e, sobretudo, uma participação ativa nos cenários do cotidiano ali vivido. É solteiro com segundo grau completo e não tem filhos. Não teve tantas vivências no âmbito da recepção radiofônica ao longo de sua vida, uma vez que cresceu assistindo aos canais de televisão, entre eles a Manchete, a Rede Record e a Rede Globo, e consumindo impressos como a revista Veja, o Extra e O Globo. Há alguns anos se tornou assinante da Sky para assistir a filmes pela rede de canais da HBO e aos noticiários de emissoras como CNN e Globo News. Pessoa

de muitas competências midiáticas, Vicente me isenta em dadas sequências da entrevista de fazer algum complemento, sugestão ou pergunta não só porque apresenta lembranças e sentidos descortinando as marcas dos seus processos de midiatização, mas porque traz também para as ações de recordação-trabalho alguns elementos residuais deixados pelos acionamentos de suas competências em 2011 e 2012, ou seja, mesmo sabendo que o seu movimento mnemônico é sempre feito via expectativas e noções do presente vivido nas entrevistas, as diferenças de tempo e perspectiva se fazem bem mais evidentes. E isso foi oportuno em ambas as sessões. No segundo encontro, que ocorreu no dia 9 de setembro do mesmo ano e, portanto, dois dias depois da segunda entrevista com Paulina, trouxe à sequência de recordações-trabalho algumas possibilidades de intervenção mnemônica já pensadas em conjunto com os registros feitos até então no diário de campo.

Mais à frente, já na tarde do dia 12 de setembro, fui então apresentado ao terceiro informante da pesquisa. Também nascido na capital fluminense, João Pedro tem 35 anos e mora há pelo menos 23 anos no bairro de Realengo. Trabalha como metalúrgico desde que terminou o segundo grau. É casado há 11 anos com Paloma, que foi entrevistada da pesquisa e o incentivou a prestar um vestibular para Engenharia de Petróleo e Gás, curso ainda em andamento. Morou grande parte da vida em uma área de classe baixa do bairro e, há seis anos, vive com a esposa em uma casa própria. Joga futebol de botão com mais técnica que muita gente. É flamenguista, mas não é muito chegado às partidas em si. Em termos midiáticos, nem mesmo em sua infância o informante foi ouvinte de rádio. Tinha mais interesse por emissoras como a Rede Globo, o SBT e a extinta Manchete, onde via desenhos animados, telejornais, novelas etc. E o interesse pela recepção televisiva ainda é muito forte, mas, ultimamente, as jornadas de trabalho têm impedido que o informante se mantenha atualizado pela TV, o que tem sido substituído pelo acesso compartilhado a impressos como a revista *Veja*, o *Extra* e o *O Globo*. Tem em sua casa um *link* popular de TV por assinatura e, aos finais de semana, gosta de assistir a filmes policiais, suspenses e alguns *blockbusters* de ação ou aventura. Muito competente, o entrevistado avalia o eixo criminal das narrativas sobre a tragédia de Realengo em associação àquilo que entende a respeito da prática investigativa policial, condenando tanto a pressa quanto o desrespeito das mídias ao andamento das coletas de dados sobre o evento em si.

Houve uma continuidade da entrevista durante a tarde do dia 13 de setembro, em uma sessão de 01h32m, e não pausei o registro do gravador digital porque Paloma, que é esposa de João Pedro, esteve presente em ambas as sessões de entrevista e quis participar

da pesquisa no segundo dia. Também esteve disponível no dia 14 de setembro e transitou comigo pelo bairro antes da segunda sessão de entrevista, que também aconteceu em sua casa. Paloma é moradora de Realengo desde que nasceu, tem 30 anos de idade, formou-se em Pedagogia e leciona para alunos do ensino fundamental em uma escola pública da zona norte carioca. Vive na mesma rua dos pais em uma área de classe média baixa, mas há aproximadamente seis anos se mudou da casa em que foi criada para morar com João Pedro. Foi participante enérgica da vigília religiosa já citada no terceiro capítulo, prestou auxílio à montagem do santuário de homenagem à memória das vítimas e tem um grande envolvimento com alguns de seus familiares e amigos. Também é muito competente em termos midiáticos, avaliando tanto a cobertura quanto a retomada narrativa do evento na perspectiva do que poderia ter ímpeto informacional e noticiabilidade, segundo ela, mas ficou de fora do campo midiático nos dois anos, o que é especialmente atravessado pelo lugar de mediação das suas vivências de gênero. Até certo ponto de sua vida, Paloma foi espectadora frequente de mídias televisivas, assistindo à Rede Globo, à Rede Record, ao SBT e à Band, mas desde que adquiriu um *link* popular de TV por assinatura só assiste à Rede Globo e à Globo News, dando mais atenção para canais fechados como o Sci-Fi, o History Channel e a Rede Telecine. Lê revistas impressas como *Época* e *Galileu*, mas dá preferência à segunda por motivos ideológicos e, também por isso, recusa qualquer tipo de leitura da revista *Veja*. Nunca gostou de escutar o rádio. Lê jornais como o *Extra* e *O Globo*, sem maior ou menor preferência em relação às revistas, e acessa a *internet* numa frequência ainda pequena, quase sempre para checar o seu *e-mail* e pesquisar conteúdos paradidáticos. Já teve um perfil no Facebook, mas hoje não mantém nenhuma conta nas mídias digitais que conhece por não se sentir satisfeita com suas dinâmicas.

Na tarde do dia 16 de setembro, por indicação de Paloma, agendamos o primeiro encontro com outra possível informante no próprio bairro. Nascida na capital do estado, Micaela tem 34 anos, mora desde os 12 em Realengo, está noiva há dois anos e não tem filhos. Também formada em Pedagogia, a entrevistada foi colega de Paloma durante sua licenciatura e dá aulas em uma escola pública da zona norte, mas não a mesma da amiga mais nova. Em sua trajetória de vida também não foi radiouvinte, a não ser quando o pai se sentava para ouvir os locutores narrando partidas do Fluminense, que também é o seu time, contra algum outro de importância. Todo o resto da família é flamenguista roxo. A entrevistada foi muito fã de telenovelas cedidas pela Televisa para o SBT, então parte de sua juventude foi marcada por um forte envolvimento com as tramas melodramáticas, o

que amigas suas por outro lado não tiveram. Também via as telenovelas da Rede Globo, mas, assim como a Rede Record, tinha e ainda tem bem mais interesse pelos noticiários e programas de variedades do canal. É uma leitora ávida de jornais impressos, entre eles o Extra e também O Globo, e manifesta assim como Paulina uma forte recusa de mídias como o Meia Hora e O Dia em decorrência dos conteúdos que ela mesma qualifica como misóginos e desumanizadores da classe baixa. Raramente acessa a *internet*, não mantém contas em mídias digitais e quase não assiste aos canais de TV por assinatura que possui em casa. Não se entende como feminista, mas tem um discurso bastante politizado sobre as violências de gênero que ocorrem nos recortes sociais e étnicos do bairro. E isso traz à sua leitura da tragédia ali vivida algumas expressões características e bem diferenciadas, por exemplo, em relação àquilo que entende seu noivo Saulo. No dia 17 de setembro, um pouco depois da segunda sessão de entrevista em profundidade com Micaela, questionei as intervenções já feitas por Saulo a respeito de como ele se recordava do massacre e foi dada continuidade à etapa sistemática com os seus próprios relatos orais.

Saulo nasceu na capital do estado. Mora desde sempre em Realengo, ficou noivo há dois anos e tem um filho de outro casamento que mora com sua ex-esposa. Terminou o ensino supletivo aos 24 anos com o incentivo de um primo médico e trabalhou entre os 14 e os 31 anos de idade no ramo da construção civil como ajudante de pedreiros. Ainda não teve a oportunidade de ingressar em um curso superior, mas trabalha desde os 31 até o presente, já com 40 anos de idade, como pedreiro de uma grande empreiteira. Isso lhe permitiu construir sua própria casa com a ajuda de amigos, vizinhos e Micaela, mas para continuar crescendo o informante pretende se tornar engenheiro ou arquiteto. No âmbito das tarefas de casa ele é muito solícito e divide de tudo com a esposa, mas se coloca um tanto contraposto a ela em discussões de gênero. Tem a sua trajetória de vida fortemente marcada pela escuta radiofônica porque, mesmo tendo visto muita TV até certo ponto da adolescência, o que incluía a Manchete e a Rede Globo, seus pais enfrentaram uma crise financeira que os levou a um espaço de classe baixa do distrito, então ele próprio se pôs em serviço e teve o rádio como o melhor meio de se manter informado, ouvir músicas e acompanhar as partidas de futebol nessas jornadas de trabalho. Ao contrário de Micaela, não assiste à TV aberta e adora tanto a Rede Telecine quanto os canais da HBO, onde vê filmes aos finais de semana. Lê mídias impressas, entre elas o Extra e O Globo, mas não é assinante de nenhuma. Tem o hábito de comprá-las sempre que acorda para o trabalho e vai tomar o café da manhã na padaria da esquina.

5.2. Lugares de mediação, consumo e competências midiáticas

Desde o primeiro capítulo venho me referindo a uma ambiência situada por entre os campos da vida social que estabelece novas zonas de contato, amplia a mobilidade do sentido, favorece a reescrita das nossas lógicas de percepção, enunciação, recordação ou até mesmo vivência e, por isso mesmo, constitui práticas e experiências que intervêm na construção do real. Talvez esteja um tanto evidente que nada disso se dá numa história à parte, como se a ação das mídias não fosse antecedida por lógicas, dimensões e matrizes mais antigas e transformasse tudo aquilo que toca em *midiático*, algo que já era criticado por Mata (1999, p. 87) no final do século XX. E nessa perspectiva, em vez de analisar as lógicas de produção e recepção para depois pressupor suas relações de contraposição ou enredamento, a pesquisa deve se atentar para os *lugares* de onde provêm os sentidos que delimitam e configuram tanto a materialidade social quanto a expressividade das mídias no mundo do vivido, como é proposto por Martín-Barbero (1997, p. 298). Esses lugares, que venho chamando até o momento de *mediações*, são necessários para a compreensão das lógicas inerentes ao percurso dos sujeitos, à sua produção de sentidos e, é claro, aos seus trabalhos midiáticos de memórias, levando-nos a um esforço de identificação do que matricia as suas significações de tônica midiática, isto é, dos processos, contextos e vivências que constituem a multiplicidade de memórias e sentidos tecidos no amparo da comunicação midiática, o que põe em descoberta:

[...] a necessidade de contarmos com algo como um “mapa noturno” que nos permita assumir a pluralidade de que são feitos os usos e realizar articulações entre as operações de retração, rechaçamento, assimilação, refuncionalização e redesenho; as matrizes de classe, território, etnia, religião, idade e gênero; espaços como a casa, a fábrica, o bairro e a prisão; os meios de comunicação, micro como o gravador ou a fotografia, médio como um disco ou um livro e macro como a mídia impressa, o rádio ou a TV. Mas sem esquecermos que em todo caso ele será um mapa “noturno”, ou seja, um mapa cuja informação sempre remeterá mais àquilo que se intui e à experiência investigativa do que ao real em si. Boa imagem essa para cifrar o que, para mim, tem sido e ainda é uma travessia da comunicação pelo popular (*Id.*, 2004, p. 135).

Fazendo a opção metodológica de investigar memórias e sentidos de um período ou evento específico através de recordações individuais, cada relato trará lembranças de remetimento a aspectos e formações singulares, se comparadas às coletivas em si, mas é evidente que todas se constroem a partir do que se tornou passado e vai sendo reaberto a outros movimentos de trabalho memorial. Todas essas reescritas de memórias e sentidos

acontecem em um entrecruzamento de indivíduos, grupos, mediações e mídias mudando os conjuntos de lembranças e deixando marcas dessas reconfigurações de tantas ordens e procedências, o que também repercute nos relatos orais de cada sujeito comunicante. É por isso que venho tratando até então das mediações mais envolvidas nas construções de lembranças e sentidos dos informantes à luz da comunicação midiática, isso na tentativa de realmente permitir que os dados analisados neste capítulo explicitem um pouco mais essas relações. Vale repensarmos que não há *sessões temáticas* para o sujeito convidado a refletir sobre um período ou evento passado com o acionamento estratégico de marcas da recepção em suas práticas de memória, como alerta Graziela Bianchi (2010), então o que de fato existe, mesmo com todas as operações técnicas planejadas para o método de uma investigação, é a possibilidade de descortinarmos essas marcas para destacarmos os processos, contextos e vivências de recepção. “Nesse entrecruzamento multirrelacional é que o midiático também ocupará o seu lugar e, como outras mediações presentes na vida do sujeito, irá inclusive constituir-lo (*Ibid.*, p. 120). Mas se os meios de comunicação não incidem em proporções tão privilegiadas na produção de sentidos dos sujeitos é porque, em boa medida, também temos entre essas mediações as competências que são ativadas e/ou construídas em resposta às estratégias de comunicabilidade das mídias.

Essas estratégias de comunicabilidade, materializadas em lógicas, modalidades e sistemas de produção, em gêneros como notícia, crônica ou reportagem e nos fazeres de enquadramento midiático através dos quais um evento é significado e/ou recordado, por exemplo, também são pontos de correspondência entre as diferentes lógicas da produção e do consumo midiático. Elas possibilitam a abertura do trabalho analítico-interpretativo para a compreensão das lógicas de recepção das mídias porque se fazem presentes entre as lembranças de como os sujeitos reagiram aos conteúdos midiáticos e seus respectivos enquadramentos, seja estabelecendo aderências e fazendo complementos, seja recusando aspectos, deixando lacunas e/ou trazendo diferentes sentidos, isso em observância ao que entendem como apropriável de acordo com suas próprias determinações e atitudes, assim como os lugares de mediação que agem na sua construção de sentidos. As competências midiáticas se fazem na partilha de significações referentes ao que foi lido, assistido e/ou ouvido, em experiências cotidianas de recepção midiática, nos hábitos e costumes que se constituem e, também, em avaliações e julgamentos de produtos ou produções narrativas que resultam em novos sentidos sobre o trabalho dos meios de comunicação em si, o que é materializado pelos dados trazidos nas próximas páginas.

5.2.1. Consumo midiático e competências dos sujeitos comunicantes

Nos movimentos de livre recordação, os ângulos e recortes mnemônicos têm um sentido mais amplo porque convidam o sujeito comunicante a relatar o evento em pauta a partir de aspectos gerais, incluindo suas primeiras impressões a respeito, sem divisões ou intervenções técnicas repentinas. Perguntada a respeito da primeira imagem que vem à sua cabeça quando pensa sobre a tragédia vivida no bairro, Paulina me faz as seguintes colocações: “Lá do massacre ou do assassino? Porque eu tenho a impressão [de] que não consigo pensar em uma coisa sem pensar na outra. Em uma imagem só. [...] mas eu [me] lembro bem mais das crianças”. No instante em que passa a recuperar lembranças desse primeiro momento, Paulina desenvolve o relato em perspectiva midiática: “Lembro que acordei nesse dia e tinha ido fazer o meu café. Quando liguei a TV na Globo tava dando notícia sobre aquela tragédia. Só que como eu acordei meio tarde tava passando a notícia no programa da Ana Maria Braga e foram dando as informações”. Trata-se de algo bem recorrente. Nos primeiros movimentos de livre recordação todos os informantes buscam referências de *onde* e *quando* para começar seus relatos. E isso é uma prática habitual de memória porque sempre trazemos, de início, algo que possa espacializar e temporalizar a nossa implicação em uma circunstância que não foi vivida pelo ouvinte.

Mas como já havia sido apontado no capítulo de contextualização da pesquisa em referência ao enquadramento “Onde vocês estavam no 11/09?” observado por Migowski (2013), parece que mesmo os relatos de hábito são um tanto afetados pelos processos de midiaticização, situando-se em instantes e contextos de consumo midiático para recuperar aspectos do evento que foram então associados às experiências do sujeito ou até mesmo dar um pouco mais de *materialidade* ao fator de impacto do que ocorreu. É evidente que em um itinerário de estudos históricos onde o objetivo geral seja desfragmentar sentidos e memórias sobre um episódio para então reconstruí-lo isso talvez se torne um obstáculo epistemológico, mas, nesta pesquisa, as significações de tônica midiática têm relevância porque descortinam o lugar ocupado pela recepção em diferentes práticas de recordação dos sujeitos, mais além dos conteúdos de suas lembranças. Por um lado, os relatos orais trazem à mesa tanto o que aciona lembranças da tragédia como as próprias experiências do cotidiano vivido e algumas práticas específicas de recepção, mas, por outro, colocam em evidência a desestabilização dos hábitos e costumes característicos das rotinas, dado

que os sujeitos se percebem envolvidos no acompanhamento de uma cobertura midiática que se expande e vai tomando espaços atípicos como, por exemplo, a ala do maquinário então operado por João Pedro em sua empresa:

Já tava trabalhando nessa hora. Me lembro [de] que os colegas da empresa se abalaram todo mundo pra recepção pra saber o que tava acontecendo. Tenho uns colegas que moram em Realengo, então você já pensa no óbvio. Um dos metalúrgicos chegou e abriu o bocão de chorar. Igual bebê mesmo. E aí todo mundo chorou com ele, porque a gente sabe que quando criança morre é uma tristeza tão grande. Parece que para o mundo. Pouca gente nesse dia ficou lá pra fazer as paradas. Acumulou serviço. Mas a gente entende, né? Isso aí não foi qualquer coisa. [...] todo mundo ligando rádio de MP3, de celular, ligando pra casa pra ver se os filhos tavam bem. O supervisor tirou a TV da recepção e levou pro setor de máquinas, pra você ver o grau da coisa, [...] porque não é permitido ouvir nem radinho de pilha por lá, quanto mais então ver TV. Isso sempre atrapalha. Ligaram primeiro na Globo. Tava dando isso na Ana Maria Braga, né? E depois ligaram na Record pra ver o que tava dando e tinha mais coisa ainda pra saber. Até aquele programa lá, o Tudo a Ver, deu informação sobre o massacre. Vivi pra ver isso. [...] quando regularizou tudo já era quase almoço e teve mais uma cobertura nesse Jornal Hoje, esse que passa de tarde com a Sandra Annenberg. Teve gente que comeu sem ânimo nenhum. [...] eu não sou muito chegado à televisão, já te falei. Vou pra casa descansar porque trabalho muito. Mas de noite a gente assistiu [ao] Jornal Nacional e a própria Fátima Bernardes tava na porta da Tasso falando, com uma porção de gente atrás dela naquela comoção só (João Pedro, 35 anos).

Tá vendo aquela parede? Então, minha mãe tinha acabado de fazer a pátina que você tá vendo, com tinta verde e tinta branca. Lembro como se fosse hoje isso. O cheiro da tinta é meio ruim. Levantei enjoada já com esse cheiro e fui abrir as janelas. Minha mesa tava cheia de trabalhinho das crianças pra fazer correção. Umas coisas tão lindas. Precisa ver. E antes disso eu peguei e liguei a TV bem baixinho só pra fazer um barulho de fundo. Saulo já tinha ido pra uma das obras que teve em 2011, então eu tava sozinha. Só ia pra escola pela tarde mesmo. Na hora [em] que comecei a escutar o nome aqui de Realengo mais de mil vezes foi que fiquei preocupada. Tem violência todo dia na zona norte. [...] é coisa do Rio mesmo. [...] cê que já morou aqui deve saber. Então a gente meio que tá anestesiado e tudo mais. Mas nossa, esse tipo de coisa em uma escola a gente nunca viu, não. Teve uma gritaria na Record, o de praxe, e nunca me esqueço daquelas imagens das crianças estiradas, com uns roxos enormes. Tinha umas feridas também. Não tô brincando: hoje em dia eu sinto cheiro de tinta e já me vem esse mal-estar. Parece que juntou o cheiro com o mal-estar desse dia e ficou grudado na minha mente. É estranho. Isso fica na ideia da gente mesmo (Micaela, 34 anos).

Embora um tanto quanto difícil, fiz o esforço de não formular e propor perguntas literais sobre o âmbito da recepção em si porque, de início, já pensava que isso reduziria o espaço aberto pelos planos de consciência para a diversidade de marcas dos lugares de mediação implicados nas experiências dos entrevistados, recortando os seus trabalhos de recordação na perspectiva dos usos e apropriações, mais especificamente. Tendo isso em vista foi que dei continuidade aos movimentos mnemônicos com perguntas sempre num tom de dúvida, isso na tentativa de sequenciar lembranças e sentidos sem fazer com que os planos de consciência dos sujeitos perdessem essa multiplicidade nas significações de

tônica midiática. Ao longo dos primeiros relatos orais de Paulina, por exemplo, pergunto o que ela fez na manhã da tragédia, ainda que sem me voltar para o consumo já trazido à tona. É uma questão muito simples, mas que vai revelando outros aspectos dessa síntese inicial a que ela recorre, assim como os outros informantes, para se recontextualizar nas primeiras circunstâncias de apreensão do evento em si:

Eu quando vi que era em Realengo fui e aumentei o volume. Não fiz nada de tão em choque que eu fiquei. Não dava pra saber o que fazer. Eu fiquei vendo aquilo sem piscar. Sem fazer nada. Só naquela tristeza. Fui pro quarto, voltei e fiquei zanzando pela casa naquela inquietação. E o tempo só passando. Aí eu mudei pra Record porque naquela hora nem dava pra ir ainda lá pra escola prestar ajuda. Eu precisava fazer umas coisas. Mas aí esse pessoal da Record fez tanta *mise-en-scène* que eu desliguei e fui pra lá. Foi tenso. A gritaria tava muito grande. Tinha gente revoltada. Daí que eu fui saber que o assassino foi aluno da escola, que tinha ido lá e dado não sei quantos tiros. E o pessoal tava me dizendo que tinha morrido mais de vinte. Ninguém sabia de nada direito e eu bem no meio daquela confusão sem saber de nada. Sabia menos que todo mundo. [...] depois até fiquei sabendo que ele era bem loco, esse assassino. É, isso depois. No dia seguinte. E disseram que ele fazia aula de tiro, que jogava joguinho assim, que gostava de terrorista. Ele ainda era débil mental, então cê imagina o que acontecia na cabeça do sujeito (Paulina, 62 anos).

Nós escutamos uma gritaria do lado de fora da sala. Pedi pros alunos ficarem ali dentro enquanto eu ia ver qual foi a da vez. Dei de cara com o almoxarife descendo as escadas mais a inspetora educacional em prantos. Tinha mesmo que ser algo muito sério pra ter apavorado uma senhora de tanta fibra como ela, que não tem medo de peitar ninguém. Dali em diante foi difícil continuar a aula, mas nem tinha o que fazer. Ainda se fosse escola aqui do bairro tinha como dispensar os alunos. Só que não é. No intervalo da aula fui pra sala dos professores e acompanhei a cobertura pela TV, acho que era tipo Globo, mas quem tava por ali tinha mais tempo começou com esse Fala Brasil. Eu vou te falar: isso aí tirou a gente dos eixos (Paloma, 30 anos).

Três crianças que morreram eram da igreja onde que minha irmã frequentava, mas hoje em dia ela tá morando fora. Uma que ficou aleijada, ela mora perto da rua onde uma prima minha mora. Eu chorei, minha filha chorou e a outra minha filha que tava lá perto chorou também. Isso pegou a gente de surpresa mesmo. Eu duvido que quem não chorou não ficou triste com isso. [...] é um costume aqui de casa a gente ver TV assim, ligada direto e reto, só passando a Globo News. Esse canal é bom. Parece que eu entendo mais com ele o que tá acontecendo no mercado. No país, também. E sei lá qual acontecimento da hora. Puta dum canal. [...] foi por ele que a gente soube dessa tragédia. Minha filha não acreditou. Pediu pra mudar pra Globo pra ver se tava batendo. Falei pra ela que a Globo News é qualidade. Não tem isso de não bater. [...] daí ela mudou e a gente começou a intercalar com Globo e Record, mas poxa, pode falar aí na sua pesquisa que essa mídia mais geralzona fez a escola virar um circo (Vicente, 45 anos).

Nas primeiras sessões de entrevista em profundidade coletei dados referentes aos meios de comunicação mais lidos, assistidos e/ou ouvidos pelos informantes, o que já foi introduzido no subcapítulo anterior. Vicente é não só o entrevistado que mais se recorda dos seus usos de mídias em 2011 como também encaixa em toda sequência o que julgou ou não apropriável nos conteúdos veiculados, como visto no trecho acima transcrito. Em

leitura dos relatos de Paulina, por exemplo, parece que a cobertura midiática da tragédia adquire uma ubiquidade quase compulsória no bairro, um tanto quanto justificando essa intensidade das experiências de recepção nos cenários do cotidiano ali vivido – algo que tem se evidenciado desde os movimentos exploratórios. Nesse sentido, era de se esperar que alguns dos relatos já trouxessem marcas das competências acionadas no período em decorrência da multiplicidade de usos e apropriações entre os moradores do distrito. Em contextos de trauma e sofrimento, entre eles Realengo e Littleton, os eventos de impacto desencadeiam angústias, ansiedades e assombros que vão sendo partilhados, transferidos e vividos, sobretudo, através da narrativa. Daí os moradores estarem sujeitos não apenas à partilha sensível e à produção dos acontecimentos, mas ainda aos abusos de cobertura e/ou recordação midiática, o que também pode provocar mais impacto – e rechaço – em contextos regionais onde é vivida a cultura do silêncio, como assevera em um de nossos debates temáticos a professora Eloísa Klein, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que observa os abusos de memória ocorridos em Santa Maria (RS) e nos municípios vizinhos após o incêndio da Boate Kiss, que vitimou um total de 242 pessoas e feriu outras 680. Não que os moradores do bairro carioca tenham vivido a sua tragédia da mesma maneira, mas o seguinte relato de Paulina tem muito a nos dizer sobre como a população local avalia a ação das mídias nessa cobertura:

Uma mãe aqui do lado que não sabia se o filho dela tinha morrido ficou loca na hora. Só que surtou pra valer. Ela chegou a tirar a roupa aí no meio da rua de tão surtada, a coitada. Fiquei só olhando. Depois a gente foi conversar. Aí fui pra escola mais de tardinha. Vi aquele monte de crianças jogadas tudo no chão sujo, cheias de sangue, e os corpinhos sendo tirados lá de dentro. Eu não dava conta. Eu não parava de chorar, Thales. [...] e nem dá pra esquecer com pouco tempo, né? Porque você volta pra casa, vê TV e chora de novo. Daí no dia seguinte lê no jornal, ouve o que a vizinhança tá dizendo e isso vai dando baque no psicológico da gente. Nossa, quando eu vi a capa do Extra daquele dia com o grito da criança escrito, nossa, aquilo ali me deu foi um pânico tão grande. Foi o mesmo que perder parente. E eu li muito. [...] parece que tinha alguma coisa na minha cabeça dizendo pra ajudar, pra procurar saber e pra apoiar o pessoal naquilo. Essa menina que mora aqui embaixo, [...] ela tinha uma coleguinha na Tasso e viu fotinha da menina na TV. Aí subiu as escadas correndo [para] contar pra tia que ela morreu lá na escola. Todo mundo ficou péssimo com isso. [...] só não vi mais a TV do mesmo jeito que antes porque já tavam apelando nessa Record no dia [em] que [se] deu o massacre. Não é possível. Tem que chegar o dia [em] que o povo dessa mídia vai entender que as coisas não funcionam assim desse jeito, não. Porque a gente sofre. [...] tem isso também, né? Pessoal ficou péssimo com a cobertura que teve. Nunca que teve tanta coisa de uma vez só, por aqui (Paulina, 62 anos).

Nesse plano de consciência, em especial, propus para a informante uma pergunta tentativa que já havia sido indicada pela minha orientadora no último encontro realizado antes da etapa sistemática: “Mas na tua opinião, Paulina, o que é isso da notícia?”. E vai

se desenvolvendo no relato da entrevistada uma sequência de sentidos sobre a atividade dos meios de comunicação: “Notícia [...] é tudo que vende. [...] é um negócio que cria a imagem das pessoas e arruína um monte de carreiras. Foi a notícia que botou Lula Lá no governo e tá tentando tirar esse pessoal todo agora”. E após o recurso analógico Paulina dá continuidade dizendo: “Notícia tem isso de fazer um showzinho, né? Tem que botar a menina miudinha na cobertura [...] do [morro do] Bumba, lá onde teve deslizamento [no dia 7 de abril de 2010], falando como se fosse adulta. Quem vê até pensa que a menina é atriz de Hollywood, mas aquilo foi Fátima Bernardes dando dica”. Foi uma intervenção mnemônica de extrema valia porque permitiu uma associação de sentidos às lembranças da cobertura dando perceptibilidade à mediação das competências midiáticas de Paulina, que logo depois relata o seguinte: “Eu particularmente gostei mais da capa do Extra que da capa do Globo, que veio com aqueles gritos da menina num quadro negro. Até a capa daquele jornal chinfrim, tal de Meia Hora, não tava sensacionalista de nada, mas esse eu não compro por nada no mundo. Um jornalismo porco”. Pensando que talvez tivesse me ofendido de alguma maneira por atentar para o lugar de jornalista que ocupo além desse estatuto de pesquisador em campo, Paulina ensaia um equilíbrio de sentidos:

Vida de jornalista deve ser corrida. Não consigo nem me maquiagem aqui dentro de casa, imagina então se me abalo lá pra Ilha do Governador em plenos 40°C toda emprequetada com *blazer* e cabelo solto. Tem uma mocinha que mora aí do lado, aqui mesmo nessa rua, do outro lado da calçada, que diz tá querendo fazer Jornalismo por esse ENEM. Já disseram pra não fazer porque vai faltar comida no fim do mês. Eu não sabia. Jurava que jornalista tinha dinheiro. Eu não sabia que era difícil assim. Mas é isso aí, meu filho. Tá difícil pra todos, né? Se bem que falei pra ela que se for pra ser igual à Patrícia Poeta já tá tudo bem. Tem vez [em] que eu vejo ela na mesinha do Jornal Nacional e acho tão bonito. Parece que é outro mundo. Esse pessoal fala tão bem. Eles sabem dar notícia. Impõem respeito. A voz do Bonner parece muito com a do jornalista do Repórter Esso. Tá, não muito, mas você fez o quê? Em jornalismo vocês ainda falam dele? Do Heron? [...] e tem esses meninos, uns coitados [...] lá do CQC. Sabe esse programa? Um que passa na Band? [...] nem na minha época que tinha tanto preconceito no rádio e na TV eu via graça nessas coisas. Mas olha, acho que deve ser difícil mesmo ser jornalista. Não é fácil que nem esse CQC ou programa de cozinha, apesar [de] que Ana Maria Braga foi ótima no dia quando teve a tragédia (Paulina, 62 anos).

É uma entrevistada de muitas competências midiáticas, embora admita limitações até mesmo intelectuais que não tem, de fato, quando se coloca da seguinte maneira: “Eu sou louca assim porque tô velha. E falo tudo mesmo. Não tenho mais paciência pra falar igual [professora] normalista. Tem problema? [...] isso vai esculhambar o seu texto?”. Ao contrário, excetuando-se a faixa etária como dimensão constitutiva da sua autoestima de cidadã e depoente, a cultura oral de Paulina é muito vasta e dinâmica, fazendo conexões

de circunstâncias da cobertura e de produções midiáticas que menos lhe agradam àquilo que digo serem as lógicas e rotinas do meio jornalístico nas intervenções mnemônicas de complementação. Essa é uma das entrevistas em profundidade mais fluentes da pesquisa sistemática. Menos por como operacionalizo o método em si e muito mais pelas práticas de memória da própria informante, que está sempre aberta às recordações-trabalho pelos ângulos e recortes propostos. Mas ainda no que diz respeito às competências midiáticas, um pouco depois de ter ouvido Vicente comparar tanto a Record como a Rede Globo ao canal de TV por assinatura Globo News, por exemplo, fiz a seguinte pergunta: “E como foi esse circo que tu mencionou? [*sic*]”. Em seguida, o informante faz um movimento de recordação igualmente telescópico, mas ainda nos eixos do roteiro:

Foi um espetáculo isso. Nós que moramos aqui, todo mundo sabe que antes a atenção pra escola não existia. Ninguém nunca foi pra Tasso querer saber do que o pessoal precisava, como é que os alunos tavam se virando com material e tudo mais, como tava pros professores etc. Precisou uma tragédia absurda aí pra escola alcançar nome, sabe? [...] teve câmera, repórter e jornalista de uma porção de lugar obrigando nego a falar. Quer ver? Logo logo acontece em um lugar diferente e a urubuzada aparece voando em cima. [...] a cobertura lá da Record foi boa. Deu imagem pra um monte de coisa importante. Só que isso rolou porque eles viram que não dava mais pra forçar aquela barra de sempre, na gritaria e no esculacho. Gritaria e sensacionalismo ali foi até uma falta de respeito com quem tava sofrendo, porra. Nego perdeu as filhas. Os filhos. Foi um banho de sangue. Criança sendo carregada uma por uma. Escada ficou só sangue dentro da escola. Pelo menos a cobertura ficou mais objetiva, sem as forçações de barra de sempre. [...] mas tinha gente até cheia de orgulho. Você não tem noção. Cheia de orgulho por ter ido lá cobrir o evento e ter pegado as imagens de primeira mão. De primeira mão ou em primeira mão? Enfim, foi um ataque que a gente não teve antes, né? É coisa de país desenvolvido, dos States. Deve ser bonito pra mídia [...] porque a gente teve Columbine bem do ladinho. Não foi o que os jornais tavam dizendo? [...] eu assinei de pacotão o Globo. Todo dia pego no jornal e fico pensando nisso aí. Como é que pode o canal ser tão bom e o jornal ser tão ruim. Mas eu acabo lendo, porque todo mundo lê e até pra gente criticar a gente tem que ter uns conhecimentozinhos de causa. A única parte bacana foi isso da homenagem no jornal. Se não me engano no Extra teve disso também, mas em 2012 fizeram um trabalho muito bacana de matéria no Globo. Só que daí [...] já é tarde demais, né? Depois da abobrinha não é fácil desfazer essas coisas do nada (Vicente, 45 anos).

Na mesma sequência, o entrevistado compara as crônicas que costuma ler em um caderno do jornal “O Globo” aos trabalhos de reportagem da TV: “É assim que funciona a coisa. Você tem que pegar e falar o essencial. Ser objetivo. Não é igual às crônicas que tem no Globo, onde que o jornalista escreve como se fosse poeta, às vezes se indigna ou critica as coisas igual à gente”. Dois planos de consciência adiante, se não me engano, o relato oral *esbarra* em aspectos referentes ao atirador, Wellington de Oliveira, mas logo interrompe aquilo que estava para se desenvolver. E em nenhum momento o informante pronuncia o nome do atirador. Isso se repete mais outras três vezes, o que notei se tratar

de um movimento mnemônico intencional. E então perguntei: “Mas o que é que tu disse mesmo sobre o Wellington? Não tinha entendido [*sic*]”. Faz-se uma pequena pausa, que é depois sucedida nesse relato oral pelas seguintes colocações: “Era um animal, né? Não tem nem o que dizer. Um fracassado”. Em seguida, outros qualificativos vêm à tona em proximidade àquilo que já havia sido observado no capítulo de contextualização: *louco*, *zé-ninguém*, *besta*, *monstro* e *maluco*. Nos movimentos mnemônicos se desenvolve uma alternância cíclica entre lembranças e sentidos da trajetória biográfica de Wellington e as elaborações de tom degradativo. Já havia dito que, num contexto de trauma e sofrimento como Realengo, os estágios de luto coletivo são diferentemente vividos e abrangem essa aderência às narrativas de ódio, então meu envolvimento epistêmico com os informantes se limita, nesses casos, a uma *aceitação subjuntiva* dos sentidos. Porque manifestar uma recusa significa não somente desrespeitar as relações de emoção e memória presentes no relato oral do depoente, mas, sobretudo, permitir que as mediações já em repercussão no presente da pesquisa acabem esmaecendo sem um aprofundamento devido.

Nesse mesmo plano de consciência estruturado com Vicente, por exemplo, o que veio sendo dito sobre as obrigações narrativas dos jornalistas e demais atores midiáticos foi simplesmente *suspense* por alguns instantes, quando das qualificações já referidas de Wellington, ao que replico em seguida com uma única intervenção mnemônica: “E será que eles [os agentes midiáticos] podem fazer isso?”. Em poucos segundos Vicente traz à recordação-trabalho o que pensa a respeito: “Isso é justiça, né?”. Em função disso é que venho falando das competências midiáticas, mais especificamente, como algo que todos desenvolvemos e *acionamos* de acordo com as circunstâncias da produção de sentidos e, também, os nossos próprios julgamentos, o que vai dando a ver uma seletividade muitas vezes consciente de sua potência matricial. Fiquei um tanto desconcertado com a réplica imediata de Vicente, nesse momento, e não soube exatamente como prosseguir. De toda maneira, talvez esteja mais evidente que essa necessidade tão enfática de reparação e/ou justiça é correspondida pelos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, ancora-se nisso para persistir. Wellington deixou assombros de memória em Realengo, como é possível percebermos quando Micaela diz o seguinte: “Tem isso de até hoje eu me tremer e chega bater a boca quando tem briga de estudante lá na escola. Ou de quando vou indo embora de tardinha e passo por um corredor mais escuro que tem no primeiro andar. Parece que sempre vai aparecer uma pessoa de preto pra me matar”. Vicente também é assombrado por essas memórias, em maior ou menor nível, mas tem estratégias mnemônicas próprias

para neutralizar a lembrança do rosto de Wellington: “Eu faço é [me] lembrar na mesma hora do presuntão estabacado na escada da Tasso. É batata. Nunca que deixo isso tomar de conta e me governar assim. Passa rapidinho”. Tendo em vista que a contextualização da pesquisa, no terceiro capítulo, está um tanto alinhada à etapa sistemática porque teve parte de sua produção executada durante e após as entrevistas em profundidade, já havia adiantado um pouco antes que a imagem de Wellington está presa naquilo que classifico como uma *espiral de memórias*, dado que a celebração de sua morte não neutraliza com êxito a persistência das imagens-lembranças, impedindo tanto um controle efetivo como o seu afastamento permanente. É um movimento cíclico, pois as memórias mantêm uma relação de codependência para se manterem em ação, então é compreensível que Vicente recorra tantas vezes a essa estratégia mnemônica para fugir do assombro. Em relação ao consumo midiático dessas imagens, aliás, coletei mais dois relatos:

Minha noiva teve uns pesadelos com esse sujeito. Não sei até quando que foi isso, mas teve. Tô dormindo e de repente ela levanta gritando. Isso que rolou nesses canais, caramba, de ficarem repetindo foto e vídeo do cara, isso foi um castigo. Eu que trabalho em obra e escuto mais o rádio tava lá um dia, numa tranquila, fazendo minhas coisas. Aí o locutor começa a falar umas paradas sinistras, dizendo que um vulto preto passou pelo corredor com uma bolsa de lado, sem olhar pra trás. Dizendo que o cara não era um ser humano. Virou o quê? Virou filme de terror essa porra? É foda isso, porque o nosso bairro tem muita gente velha que ouve rádio. Não vão descansar enquanto num morrer alguém por causa dessas paradas. Não vou mentir pra você, cara. Fiquei com um cagaço da porra ali. Tava fechando o dia já. Ia pegar o caminho pra casa, mas preferi pegar um ônibus mesmo. Reganhei total (Saulo, 40 anos).

É mó comédia o cidadão. Na minha época eu tomava altos esbregues de uma professora porque provocava um colega do fundamental que era gordo. Deu em quê? Não deu em nada, né? Taí o cara pegando um monte de gostosa e eu aqui de aliança chupando o dedo. Brincadeira é normal. Se todo mundo fosse fazer vingança por causa disso não sobrava um. [...] agora que tinha um troço ruim no cidadão, tinha sim. Pegava o jornal pra ficar relendo as notícias desse massacre e parece que a foto do marginal grudou na ideia. É um medo que eu tenho até hoje (João Pedro, 35 anos).

Não parecem ter sido levadas tão a sério as relações já indicadas entre violência e sofrimento psíquico no campo educacional. Nos planos de consciência em que obtive as lembranças e os sentidos acima apresentados, por exemplo, os dois depoentes enfatizam que Wellington tinha um discernimento sobre o crime que estava praticando e, portanto, aceitar uma discussão pública do *bullying* em razão disso seria “desmerecer as vítimas”, como diz Saulo. Diga-se de passagem, ninguém aceita extrair um *exemplum* da tragédia sob nenhuma condição que seja. Também ocorre que os informantes recusam o nome do atirador, como se pôde constatar pelo relato oral de Vicente. E mesmo quando um plano de consciência solicita aspectos de recordação que digam respeito a Wellington, recorre-

se ao uso dos qualificativos de ódio – muitos deles usados pelos meios de comunicação, aliás – e/ou de expressões genéricas como *cidadão*, *sujeito*, *elemento* e *marginal*, que se apresentam de maneira frequente em momentos de hesitação e recuperação inespecífica de memórias. Nesses momentos as recordações-trabalho são esvaziadas de lembranças e sentidos gerais, resultando somente em elaborações de tônica emocional. Em um desses planos de consciência, só que com Micaela, experimentei três intervenções mnemônicas distintas, mas nenhuma me leva a princípios de ação para o presente que esperava terem sido adotados pela entrevistada nos trabalhos de luto e memória do bairro. É importante que esses aspectos empíricos sejam apontados porque a inespecificidade da recuperação memorial dificulta, também, a formação de propósitos e ideias realistas, impossibilitando a continuidade dos processos de recordação e esquecimento. Não que a força emocional inscrita nesses movimentos mnemônicos descortine *falhas* nas práticas de memória, pois isso não é verdade. Enquanto essas emoções parecem levar os entrevistados a uma perda de lembranças e sentidos gerais, por outro lado é revelada a formação de significados da tragédia escolar a partir desse seu estatuto de evento emocional, o que também parece se constituir no amparo da comunicação midiática:

Parece que saiu um pedaço de mim que eu nunca mais achei. Não tem como reparar isso tudo que aconteceu, né? Nunca vou perdoar aquele elemento. Foi muita coisa. Tem gente que ainda tá revoltada com ele. [...] eu entendo isso aí porque eu também tenho esse ódio dele. É um animal mesmo. Um psicopata, que nem o Cabral falou. Falo isso mesmo porque é pra todo mundo saber. E o demente que não gostar que tampe os ouvidos. Todo mundo aqui tá querendo justiça, ainda. E eu também preciso de justiça (Micaela, 34 anos).

Na minha cara ninguém defende o sujeito. Não tem essa de vir falar que não foi culpa dele; que era pra ter olhado; que professora tinha que dar atenção e o caramba a quatro. Ah, pra puta que o pariu. Doe demais ir com a Micaela até aquele mural lá da escola. [...] ninguém entende é que já era, né? Não tem como. [...] meu olho enche de lágrima quando eu falo disso, mas no fundo eu tenho é raiva. Muita raiva guardada. Não falo dessa miséria aí desse sujeito é de jeito nenhum. De jeito nenhum. Nunca [me] esqueço dum locutor dizendo isso, que aquele sujeito não merece nem lembrança. Parece que veio do meio do inferno e tirou a paz da gente (Saulo, 40 anos).

Embora a extensão tomada pelos sentidos e lembranças de fundo emocional seja, algumas vezes, inversamente proporcional ao espaço de memórias gerais e/ou coletivas, ocorre que as ditas *interferências* em si não importam quando, mesmo em trechos como esses, os relatos trazem marcas tão expressivas da recepção midiática. Mesmo assim não é por uma questão técnico-metodológica, exatamente, que Saulo e Micaela trazem isso à tona. Há também uma tentativa de legitimação desses conteúdos sentimentais postos em evidência, talvez porque os informantes tenham consciência de que os seus relatos estão

sendo registrados. Nesse sentido, as significações de tônica midiática são evocadas para que atribuam *fiabilidade* às lembranças dos depoentes. E por outro lado, Micaela parece bastante apegada à ideia de justiça também reproduzida por Vicente e não se atenta para a extrema valia daquilo que ela própria me conta: “Não tem como reparar isso tudo que aconteceu, né?”. Já não é mesmo possível. Tal como disse no terceiro capítulo, é preciso que ocorra uma tomada de distância dos sujeitos recordantes em relação ao passado para que sejam então percebidas outras possibilidades de reparação, muitas delas nos próprios trabalhos da memória. No último subcapítulo, onde atento para as marcas dos processos de midiaticização das memórias sobre a tragédia em 2012, retomo melhor essa perspectiva de análise interpretativa dos dados. Por enquanto ainda é necessária uma atenção para as marcas da recepção midiática nas lembranças do período de cobertura em si.

No mais, afora o contexto de recepção vivido por Saulo no dia da tragédia, todos os outros envolveram processos e experiências de expectativa televisiva por canais como a Rede Globo e a Rede Record, assim como seus respectivos noticiários e programas de variedades, entre eles o Tudo a Ver, o Mais Você, o Fala Brasil, o Jornal Hoje e o Jornal Nacional. No dia seguinte, Paulina reduziu seu consumo de mídias dando mais atenção à mídia impressa – o que se estendeu, segundo ela, até o dia 13 de abril de 2011, quando a produção do acontecimento já estava chegando ao fim. Longe de ser uma escolha casual da informante, é claro: “Achei a cobertura do Extra mais sensata. Essa que também teve no Globo foi até boazinha. [...] continuei vendo TV, mas a gente tem que se controlar. É coisa que faz mal? Pois então nem tem muito motivo pra ficar vendo, né?”. Saulo ouviu no período de cobertura as programações da Super Rádio Tupi e da Rádio Globo, dando a ver que intercalava essas escutas em função de suas competências midiáticas: “Eu não gosto do horário de almoço porque tem um programa [Patrulha da Cidade] onde a galera da Tupi dá notícia fazendo piada. Tem humor, mas tem coisa sinistra. Nem perdi o meu tempo com isso. Deixava direto na Rádio Globo. É outro nível”. E o informante também relata um consumo de jornais como o Extra e O Globo. Paloma deu continuidade ao seu acompanhamento midiático da tragédia através de ambos os impressos, da Rede Globo e do Globo News – que parece ter sido a sua mídia preferida nesse período: “Não vi coisa mais ética”. Micaela se ateu à cobertura pelos mesmos impressos, mantendo também a expectativa televisiva do primeiro dia. Vicente assistiu somente ao Globo News, lendo a revista Veja e os jornais já referidos. João Pedro se limitou às três mídias impressas lidas por Vicente, tendo lembranças muito nebulosas de recepção televisiva.

5.2.2. Usos e apropriações referentes à tragédia

Diferente das últimas páginas, nestas páginas exploro sinteticamente um pouco dos usos e apropriações referentes à tragédia que se afiguram na exploração dos sujeitos sobre aspectos de recordação do evento. Isso através de marcas dos enquadramentos.

Vicente assistiu ao primeiro dia de cobertura pela Globo News, como registra em um dos seus relatos, tendo zapeado até a Rede Record, na televisão aberta, para ver a que ponto havia chegado à cobertura da emissora sobre a tragédia. “Tavam falando de segurança nas escolas na hora [em] que mudei de canal. Ninguém é impedido de entrar numa escola, sei lá, pra buscar um histórico escolar, pra dar uma palestra... ainda mais sendo ex-aluno. Então tem coisa que não dá pra evitar. Ali não deu pra evitar. Tavam os jornalistas falando de segurança na escola na Record e aí eu mudei, não rolava. Nego não tem noção. Não era mais certo perguntar quanta desgraça podia ser evitada se a venda de armas tivesse outra política? Porque essa que foi aprovada no referendo em 2005, putz... e esse referendo foi bem manipulado pela mídia, pela indústria de armamento, por essa propaganda toda. Nego acha que é possível a população ter condição de se defender usando arma. Como é que esse rapaz comprou arma, bala, carregador...? Me diz isso. É isso que o pessoal devia ter falado desde o início. Foi por causa disso que eu fiquei pela Globo News mesmo, porque até no Globo é essa pergunta que precisa de resposta. E a gente precisa, com certeza, rever esses conceitos. Tem que entender que arma na mão de gente sem preparo e autoridade pra usar é um perigo”.

“Esse menino passava uns maus bocados na mão dos colegas. Li isso no Extra. Diz que os meninos riam e faziam uma porção de maldades com ele. Mas não era nem judiaçãozinha, não. Era pra machucar mesmo. E as meninas riam. Fico imaginando como é uma escola dessas: esse loco não tinha dinheiro, devia ser pobre [...] e ter um monte de colega marginal metido com drogas tipo pedra, maconha, cocaína ou sei lá o quê. E essas meninas deviam ser umas piriguetes, [o] que no meu tempo não tinha. Não tinha uma coisa dessas de jeito nenhum. Aí você pega, junta isso tudo com a loucura desse cidadão e no que [é] que isso dá? Merda. Não dá outra coisa. Dá merda. Só merda mesmo”. Paulina recorre a pelo menos cinco qualificativos – mais da sua parte que de algo que possa ter sido produzido a partir dos meios de comunicação, essencialmente. A incidência do aspecto de gênero começa a aparecer a partir do trecho, quando Paulina

não culpa as meninas pelo que Wellington se tornou, mas aponta que suas atitudes enquanto garotas – que são ali qualificadas como atitudes de *piriguetes* – constituiriam, junto com a marginalidade da parte masculina, um ambiente potencialmente perigoso para Wellington.

De um lado, temos marcas de aderência a aspectos dos trabalhos de *framing* das mídias que, uma vez aprofundadas, colocam três quadros em evidência. No primeiro, algumas lembranças trazem aspectos de abordagem literal sobre a tragédia, como no caso de Fulana, Beltrano e Cicrano, com sentidos de validação ou complemento vindos dos lugares de mediação inscritos no âmbito da recepção midiática. No segundo, a abordagem é literal e intransitiva, não dando abertura para aspectos de complemento. Só validação, de fato. No terceiro, temos uma memória transitiva, constituída de recusas e complementos.

5.2.3. Vivências relacionadas à tragédia e à sua cobertura

Nos trechos anteriores dos relatos orais de Paulina se destacam algumas de suas vivências relacionadas tanto à tragédia escolar quanto à produção midiática do acontecimento, mas os fatos vão um pouco mais longe: “Tinha muita gente dando entrevista. Direto vinha um jornalista falar comigo pra perguntar se eu tava pronta pra falar, mas tenho pavor de câmera. E naquela hora ali eu não queria nem saber de falar, só queria ajudar. Imagina se eu ia falar em microfone. Aí falei que não queria, mas ele continuava vindo. Encasquetou comigo. Acho que ele achou que eu ia falar bonito... que ia saber falar mais que o pessoal que perdeu criança naquilo. Eu nem sou mãe dos meninos, pra que [é] que eu vou falar? Não existe isso, gente. E o pessoal metia os troços na cara de todo mundo. Não queriam nem saber. Gravavam mesmo. Teve um que perguntou pro pai de uma das meninas o que ele tava achando daquilo. Tem base? [...] então olha, tô falando sério, tinha que ser santo ali pra não perder a cabeça. Se bem que depois eu nem prestei mais atenção nisso, fui dar água pra um pessoal, dei assistência pra uma das meninas machucadas. Coisa boba mesmo, mas eu acho que é melhor fazer do que não fazer nada. Eu queria ajudar, né?”.

Nesse sentido, é evidente que as competências jornalísticas da entrevistada não são nada superficiais. A capacidade de perceber um pouco da epistemologia que se

forma nesse cenário de midiaticização, ainda que tentativa, acaba dizendo muito sobre como a entrevistada se recorda no decorrer da entrevista em profundidade sobre a cobertura do episódio.

Na escola apinhou de gente. Foi uma empurração danada na porta. Pessoal se batia igual pra comer aquele bolo quilométrico de São Paulo. Uma coisa tão triste. Jornalista pingando de suor em pleno verão de Realengo. E cê sabe que aqui é um inferno, né? Não dá nem pra botar a cara na janela. Tem que sair toda passada de protetor solar. Então eu fico com pena. É um pessoal que eu acho que rala igual [a] todo mundo. [...] mas enfiaram as câmeras na cara dos moradores, dando altos berros. Eu tava pra dar murro na cara de um. E olha que eu me controlo. Não dou piti na rua porque tô muito velha pra isso. [...] é por isso que eu acho que tem muito sensacionalismo, sim, que nem disse uma amiga minha. Igual programa do Datena, naquela gritação sem fim. Ninguém falando lê com cré. Inventam um monte de coisas e depois não desmentem. Falaram até que aquele menino do massacre devia de ser *gay*, acredita? Não lembro onde foi que eu vi isso. Não sei se foi na rua mesmo. Acho que foi na TV. Mas tavam falando por aí que ele era, sim, porque matou aquele monte de meninas. Falaram que era um revoltado com mulher e que por isso ele foi lá descontar frustração. Fico com raiva disso. [...] porque é uma falta gigante de ética. E ainda teve gente aqui do bairro batendo palma pra esse zé-povinho da mídia dançar. Tinha gente fazendo fila pra falar sem nem saber o que tava acontecendo e os jornalistas não tiveram o bom senso de ver quem é que tava sacando mesmo das coisas ali na hora (Paulina, 62 anos).

Micaela relata que foi perseguida por dois jornalistas enquanto chorava de desespero. Isso só parou porque eles descobriram que ela não era mãe de ninguém e não tinha envolvimento direto com a tragédia. Só estava chorando. “Quer dizer, de repente meu choro ali não valeu mais nada”.

Paloma diz que houve cobertura durante a vigília e que os jornalistas já estavam mais calmos, mas que ainda assim tentavam direcionar suas falas com perguntas óbvias e ideias prontas sobre os aspectos a serem comentados. Deu a entrevista, anotou o telefone do jornalista no celular e quando ligou no dia seguinte pra perguntar onde sairia o material, ouviu a mensagem de que o telefone não existia. Desenvolver isso da vigília.

5.2.4. Cenários do cotidiano vivido

“Se eu falei sobre isso com alguém? Tipo conversando mesmo? No dia não falei, não. Nem tinha ânimo pra isso. Em casa eu até falei, mas nem tava à vontade. Me deu um Parkinson lá na frente da escola... uma sensação muito estranha. Mas nos outros dias foi um converseiro só”. Nos dias que se seguem, Paulina relata ter sido muito ativa nos

diálogos sobre a Tasso da Silveira em diferentes lugares do bairro, entre os quais se encontram sua casa, o portão da escola (com o luto trabalhado no local), transportes públicos como o trem da *Supervia* e os ônibus para a zona sul do Rio (onde ocorrem algumas fugas informacionais, conforme explico mais adiante), as casas de amigos e parentes, o restaurante *Xodó de Realengo* e o supermercado *Guanabara*. No ano de 2012, encontramos marcas de quase todos esses lugares, com exceção do restaurante e do portão da escola. De todo modo, em ambos os períodos ocorrem as tentativas de consenso, os dissensos, disputas por fala, negociações de sentidos e outras situações marcadas pelos lugares e funções sociais que Paulina ocupa enquanto agente desses trabalhos de luto e memória, além de algumas incidências evidentes dos meios de comunicação nesses processos, acirrando algumas posições e disputas entre os sujeitos comunicantes que surgem em sua recordação individual.

5.2.5. Processos de negociação e circulação interacional de sentidos

Vicente se lembra de disputas ocorridas no bairro sobre o porquê dos professores não terem feito o máximo que podiam para proteger os estudantes. Disputas envolvem a apropriação de uma notícia na qual se dizia que os professores estavam sendo hostilizados por moradores do bairro e alguns parentes das vítimas, como já tinha sido observado no capítulo de contextualização da pesquisa a partir das falas de Leila D'Angelo, professora de português da escola. Falas de Paloma, Micaela e Paulina falam sobre a violência de gênero. Lembram-se de terem sido silenciadas a esse respeito.

Paloma aciona suas competências e atribui à mídia a culpa pelos conflitos a respeito disso, uma vez que o número de meninas assassinadas está mais do que óbvio e, mesmo assim, os meios de comunicação tratam o total de vítimas como se fosse parte de uma multidão acertada a esmo [“Não é igual no baile onde eu tava, uma vez, e o cara chegou viajando no ácido. Dando tiro num monte de gente sem ter nem pra quê. Não foi assim. Ali o cara tinha um motivo. Isso está nos jornais. Pode ver você mesmo, Thales. Mas mesmo assim a mídia não pegou isso. Não deu essa atenção que eu dei e continuo dando. Que aliás muita gente deu, também”].

Vicente e João Pedro não concordam que isso seja relevante. João Pedro diz que não concordou com Paloma quando ela trouxe o assunto à tona num almoço de família.

Paloma traz lembranças de informações da *internet* repassadas pelo sobrinho. João Pedro idem. Isso permite o confronto do que eles souberam de novo com aquilo que estava circulando pela *internet*.

Vicente discorda da inserção de policiais e detectores de metais nas escolas, como sugerido em algumas narrativas midiáticas, e entra em conflito com um aeronauta reformado que mora em sua rua. “Você pensa que foi só choro, mas não foi. Teve muita briga também. Tem gente que não respeita a opinião da gente”.

Vicente destaca mais adiante que esse massacre trouxe algumas coisas novas pro bairro. Parece que ele redescobriu um pouco a conversa e o *tête-à-tête*. “Parece que a gente ganha confiança. Não sei se eu vô saber te explicar isso. É meio maluco. Tem essa coisa de querer puxar o assunto em tudo quanto é canto que você vai. É tipo contador de história, isso? Não sei. Mas é que a gente vai fazendo tipo coleção das coisas que fulano disse aqui, que fulana disse ali e que tarará. Se bem que a gente faz isso sempre, né? Mas foi assim mesmo. Em todo canto que eu tava eu puxava esses assuntos. Tipo uma obrigação. Aí a gente vai sabendo de coisa que não sabia. Vai se inteirando. Porque é aquilo, né? Essas coisas que tão na mídia a gente também não pode levar muito ao pé da letra. Tem que dar uma oxigenada. É tipo montar esses quebra-cabeças”. Aqui temos o relato de um sujeito que se faz comunicante inserindo sentidos em circuitos e dando início a outros mais de uma maneira ativa e consciente, fazendo parte da circulação interacional de sentidos do bairro. Mais evidente do que isso não sei como ficaria.

Micaela diz que tentou falar sobre a questão de gênero em vários cantos do bairro, mas que não deu certo. Eventualmente parou porque se sentiu desmotivada. Quer dizer, as recusas e os silenciamentos operam como obstáculos para os sentidos que a informante tenta colocar em circuito participando ativamente desse lugar de mediação.

Saulo diz ter visto n’O Globo a decisão do Ministério da Justiça de reeditar a campanha de desarmamento, mas não concorda com isso. Levou isso até a casa de seus pais, em um almoço, e entrou numa discussão com determinadas pessoas da família que apoiam o desarmamento.

Micaela fala de uma professora que tentou problematizar a questão do *bullying* na escola em que trabalha, sendo então rechaçada quase que imediatamente. Pergunto se estão falando sobre isso na escola e, pelo que parece, ficou um estigma em torno do assunto. Foi abordado algum tempo depois, ou seja, isso ainda esteve sujeito a alguma negociação e produziu resultados, mas a discussão sempre termina quando Wellington é mencionado. Seu caso parece não se associar à discussão para resultar em um *exemplum* de memória.

5.2.6. Experiências significativas de vida

A recordação individual de Paulina apresenta marcas expressivas de uma cultura religiosa que, apesar de não estar intrinsecamente relacionada à prática religiosa em si, visto que a própria informante não costuma ir a alguma igreja, ainda assim se sobressai em meio aos dados relativos ao seu perfil de pessoa histórica, tendo mais ascendência sobre a sua produção de sentidos que os outros elementos componentes da sua história. Aspectos de faixa etária, gênero e classe social também matriciam seus relatos.

5.3. Marcas dos trabalhos midiáticos de memórias

Sobre o consumo de mídias em 2012, ano seguinte à tragédia em Realengo, a entrevistada relata o seguinte: “Eu nem sabia que era dia do massacre. Acordei na maior espivitação pra fazer minhas coisas na rua e tava todo mundo com aquela cara de tristeza, sabe? Aí disseram no ponto de ônibus que era isso. Nem entrei no ônibus! Atravessei a rua antes pra comprar o Globo do dia [7 de abril]... não parece que aquilo te pega? É meio assim, né? Parece que a gente tá bem e vem aquilo na cabeça, aí volta tudo. E todo mundo fica falando daquilo na feira, na lotérica, no ponto, na calçada de casa. Aí um pergunta pro outro se cê viu no jornal a matéria de Fulano. [...] e veio aquela reportagem linda na Band [no dia 10 de abril] sobre essa desgraça. Foi tão bom ver aquilo, parece que eu tava sendo abraçada. Aquelas crianças são motivadas demais, dão uma lição pra gente que já viveu até mais que eles. Eu reclamo muito, reclamo de tudo, e tem vez [em] que eu nem sei porque tô viva. Vê se pode uma palhaçada dessas!

Vê se pode?! E daí vem essas crianças e dão um show, são uns guerreirinhos mesmo. Coisa mais linda”. Quer dizer, apenas nesse relato é possível ver como a data e a mídia – como *veículos de memória* – estabelecem relações entre si que deixam marcas significativas na recordação individual da entrevistada.

Paloma é *convocada* pela mídia como veículo de memória [ela se lembra de que o dia 7 era um domingo] enquanto preparava a aula de segunda-feira e passava a limpo alguns diários de classe. João Pedro traz os mesmos relatos também. Micaela, Saulo e Vicente também.

Vicente não fala do *bullying*. Rejeita o *exemplum*. Aparecem marcas dos usos feitos em 2012. Aparecem os relatos da Veja. Perguntado sobre a reportagem do programa “A Liga”, onde isso é problematizado, e Vicente diz que é um direito dessas pessoas se lembrarem do cara e problematizarem isso, mas que ele mesmo acha que ele é digno apenas de esquecimento. Devo dizer como isso se qualifica como uma contradição de aspectos de recordação. Vicente também fala que o atirador tinha muita consciência do que fez e que aceitar falar disso, pra ele, é uma desonra à memória das vítimas do massacre. Ao mesmo tempo em que aceita da reportagem d’A Liga o aspecto do enaltecimento da figura do policial Alves como herói – “O sargento [Alves] foi um herói, não deixou que o elemento subisse pra matar mais gente” –, Vicente recusa os aspectos de recordação da mesma reportagem sobre Wellington e adere à manutenção do enquadramento criminal presente na revista Veja. E isso fica sério quando o informante diz: “E isso tudo por conta de um suposto doido que resolveu que não podia mais viver numa boa. Viver na dele, como todo mundo tem que fazer. Falar disso aí me dá raiva. Parece que a mídia que quer fazer o covarde virar celebridade”.

O relato de Paulina também apresenta um conflito de aspectos à medida que, ao contrário de Vicente, aceita depois da reportagem d’A Liga a questão do sofrimento psíquico o suficiente para explicar aquilo ao mesmo tempo em que acha que Wellington também estava lúcido o suficiente em relação ao que fez, o que constitui um conflito de aspectos apontado nas narrativas midiáticas analisadas por Anchyses Jobim Lopes, como visto no capítulo de contextualização da pesquisa.

João Pedro traz lembranças sobre quando foi encerrado o trabalho de luto no bairro de acordo com o encerramento decretado pelas mídias. Isso porque ele menciona os rituais de luto coletivo no bairro e eu pergunto até quando os rituais duraram. Daí

vêm as lembranças de Paloma, trazidas à tona em sua primeira entrevista, sobre como ela já não concorda com o marido porque os rituais da TV até podem ter acabado, mas os sintomas de luto coletivo não. E fala isso porque tem mais grau de envolvimento com os protagonistas da tragédia do que ele, que viveu isso mais pelas mídias. Ou seja, existe também uma clivagem de temporalidades aí, como evidenciam Fischer, Bonin e Halbwachs. Aqui temos um conflito de aspectos com fundo midiático. É oportuno lembrar o que foi dito na contextualização da pesquisa: Cátia, uma das integrantes do grupo “Os Anjos do Realengo”, mãe do menino Rafael, uma das vítimas, diz que muita gente só está tomando uma consciência maior sobre o episódio um ano depois e que a mídia colaborou com o encerramento compulsório dos trabalhos de luto e memória do bairro. O que mesmo assim não impediu que eles continuassem se dando, mas isso passou a ser visto com certo receio. Paloma relata dificuldades de falar sobre a tragédia na perspectiva do luto em muitas circunstâncias do bairro.

Também há dor remexida pelas narrativas. Paloma diz “Esse dia eu acho que foi um massacre pra todo mundo” numa fala onde se refere à sua participação nos trabalhos de luto e de como isso mexe com ela. Fala muito de como gostou de ler os textos que saíram no O Globo e no Extra. De como esses textos trouxeram esperança. Mas que indo de carro para o trabalho ela se sentiu desempoderada quando ligou o rádio [“algo que eu não faço, nem sei qual era a estação”] do carro e ouviu alguns comentários de dois locutores (um homem e uma mulher) sobre como Realengo nunca mais vai voltar a ser o que era. Que aquilo tirou a alegria da população local. “O que a gente menos precisa ouvir é isso, sabe?”. Mais ou menos como diz a entrevistada Eliana nos movimentos exploratórios. Parece que nesse quesito Paloma está num estágio distinto do em que Micaela e Paulo parecem estar, como visto anteriormente.

No segundo dia de entrevista, Micaela retoma o que já tinha dito sobre a maioria feminina no total de vítimas do massacre e sente que isso deveria ter sido discutido não só no bairro, mas nos meios de comunicação. (...) Saulo está por perto e aparece (...) dizendo que isso é um *papo feminista* que não interessa, um tanto quanto silenciando a informante e dizendo que se isso fosse importante as mídias teriam dado atenção a isso em 2012 ou mais tarde. Ou seja, até mesmo o que os trabalhos de *framing* sobre a tragédia deixam de fora nos dois anos matricia a seleção de lembranças de Saulo. Aqui os meios de comunicação servem como base para a manutenção de um apagamento de aspectos. E como já tinha imaginado durante a escrita do capítulo de contextualização,

as amplas manifestações do movimento feminista sobre isso não chegaram a todos de Realengo. Nenhum dos informantes dá qualquer informação que seja a respeito de como Wellington procurou a mentoria intelectual de Emerson e Marcelo. Mesmo as três informantes (Paloma, Micaela e Paulina) que produzem sentidos a respeito da misoginia presente no crime não estão cientes disso. Micaela se surpreende ao final da segunda entrevista quando relato isso e mostro pelo celular o dossiê publicado por Lola Aronovich.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, uma das peças chave da problematização teórica foi entender que em contextos de luto coletivo se dão processos de recordação e esquecimento. Processos nos quais os meios de comunicação tem um papel de importância incidindo nas seleções de lembrança dos sujeitos. Isso se dá no âmbito da recepção midiática, onde os sujeitos operam usos e apropriações de narrativas midiáticas em meio às suas próprias vivências do evento, o que inclui a ação dos lugares de mediação inscritos nas suas experiências e processos de recepção, entre eles os cenários do cotidiano vivido, os processos de negociação e circulação interacional de sentidos, os conflitos e disputas por fala, experiências significativas de vida como cultura religiosa, gênero, classe social e faixa etária.

Os sujeitos recordantes determinam aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido de acordo com as atualizações e os deslocamentos do acontecimento midiático, o que implica em conflitos, rearranjos, acréscimos, contradições e esquecimentos de aspectos de recordação do evento. Nesse sentido, a empreitada dos meios de comunicação quando em circunstâncias de tragédia, trauma e sofrimento devem dar atenção às experiências vividas pelos sujeitos, que também podem se fazer comunicantes, trazendo para o campo midiático suas próprias lembranças e sentidos, fora de um paradigma de expropriação do seu estatuto de sujeitos concretos, dotados de determinações e atitudes.

O que as memórias midiáticas da tragédia de Realengo ensinam através das experiências relatadas no presente trabalho é que na seleção local de lembranças os protagonistas do episódio ainda se encontram em diferentes estágios de processamento memorial da tragédia, o que envolve demandas deslocadas por justiça, assombros, ansiedades, receios, letargias, etc. Processos esses em que os meios de comunicação também tiveram incidência.

Uma das mediações inexploradas na pesquisa e que podem derivar outras problemáticas concretas de investigação é a mediação dos afetos, dado que as redes de cooperação localmente estabelecidas em Realengo em nome da memória do evento não só distribuem papéis, funções e lugares, como também desestabilizam hierarquias e

estabelecem outras mais em meio a processos como solidariedade, dignificação da fala do outro, escuta sensível, empatia e profundos descobrimentos das subjetividades em jogo. Isso porque o que o luto realmente revela sobre nós é que diante da perda, mesmo com a sensação de que estamos sós, nunca estamos por nós mesmos, mas sempre pelos outros, num entrecruzamento e numa rede de memórias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lisiane. Por uma epistemologia transmetodológica na realização de pesquisas em comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et. al.* (orgs.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 215-238.

ALENCASTRO, Bruno. Do álbum de fotos para a internet: perspectivas teórico-metodológicas para compreender a reconfiguração da memória no ambiente digital. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et. al.* (orgs.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 256-276.

ANTUNES, Carmem Rejane. **Processos comunicacionais Kaingang: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica**. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

ARAÚJO, E. G. **Memórias midiaticizadas: percepções sobre ciências reconfiguradas a partir do consumo midiático**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ARONOVICH, Lola. Realengo e a prisão dos santos: não se fala em misoginia. **Escreva, Lola, Escreva**, 9 de abr. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/a7oa1g/>>. Acesso em: 16 de jan. 2014.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: 70, 2001.

BARRETO, A. M. **Memória de leituras: trajetória de leitores idosos do Vale do Paraíba e uma contribuição ao estudo das relações entre a informação e a produção de sentidos**. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BATESON, Gregory. **Una unidad sagrada: pasos hacia una ecología de la mente**. Barcelona: Gedisa, 1993.

BATISTA, N. J. **Os efeitos da globalização sobre a subjetividade, a identidade e a memória dos telespectadores**. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 7 a 16 de set. de 1998. São Paulo: Intercom, 1998.

BERGER, Christa Liselote. Proliferação da memória: a questão do reavivamento do passado na imprensa. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 60-69.

BERGSON, Henri. **Cartas, conferências e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O pensamento e o movente: ensaios e conferências**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. Barcelona: Bellaterra, 2005.

BIANCHI, Bárbara; GOLEMBIEWSKI, Carlos. Crime do Realengo: uma análise da cobertura jornalística nas Revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. **Iniciacom**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012, p. 39-57.

BIANCHI, Graziela. A história de vida midiática como método de investigação em processos comunicacionais. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (orgs.).

Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa. João Pessoa: UFPB, 2008, p. 153-179.

_____. **Midiatização radiofônica nas memórias da recepção:** as marcas dos processos de escuta e dos sentidos configurados nas trajetórias de relações dos ouvintes com o rádio. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BONIN, J. A. A dimensão metodológica na pesquisa comunicacional e o desafio na observação em perspectiva histórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação:** desafios na prática investigativa. João Pessoa: UFPB, 2008, p. 135-152.

BIRKLAND, T. R. Media framing and policy change after Columbine. **American Behavioral Scientist**, New York, v. 52, n. 10, jan./fev. 2009, p. 1405-1425.

_____. Mídia e memórias: delineamentos para investigar os palimpsestos midiáticos de memória étnica na recepção. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2006.

_____. Mídia e memórias: explorações sobre a configuração dos palimpsestos de memória étnica italiana na recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 83-102, mar./jun. 2009.

_____. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et. al.* (orgs.). **Metodologias de pesquisa em comunicação:** olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-42.

BLACK, Naomi. **Virginia Woolf as feminist**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia:** dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Summus, 2006.

BUTLER, J. **Gender trouble:** feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1990.

CARNEIRO, M. C. A escola deve ser um espaço mais sagrado do que qualquer tempo. **Maria Frô**, 7 de abr. 2011. Disponível em: <<http://mariafro.com/2011/04/07/a-escola-deve-ser-espaco-mais-sagrado-do-que-qualquer-tempo/>>. Acesso em: 31 de dez. 2013.

_____. Mantenedores de página misógina, sexista, racista e homofóbica são presos pela polícia federal. **Maria Frô**, 23 de mar. 2012. Disponível em: <<http://rdd.me/opaqog4u/>>. Acesso em: 16 de jan. 2014.

CARVALHO, Clarice R. de. **A telenovela na construção da memória social e na produção de subjetividade**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAVALCANTI, Mariana. Sobre alguns usos emergentes da história oral nos Estados Unidos: o caso do furacão Katrina. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 196-217, jan./jun. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 37-53; 75-106; 259-273.

CHYI, Hsiang Iris; MCCOMBS, Maxwell. Media salience and the process of framing: coverage of the Columbine School shootings. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, New York, v. 81, n. 1, jan./mar. 2004, p. 22-35.

D'ANGELO, Leila. Meus alunos foram mortos à minha frente no massacre de Realengo. **Marie Claire**, 2 de maio 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1LTrr5/>>. Acesso em: 21 de jan. 2014.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. As construções do luto após a morte de Diana. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 6, n. 6, jan./jun. 2005, p. 65-68.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: 34, 1999.

DUARTE, V. A.; PEREIRA, A. S.; CORDEIRO, L. C.; SPANNENBERG, A. C. **O jornalismo investigativo na mídia impressa: uma análise do Massacre em Realengo nas revistas Época, IstoÉ e Veja**. Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Ouro Preto, 28 a 30 de jun. de 2012. São Paulo: Intercom, 2012.

ECO, Umberto. Chifres, cascos e canelas. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas S. (orgs.). **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 219-243.

ENNE, A. L. **Memória e identidade social**. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 3 a 7 de set. de 2001. São Paulo: Intercom, 2001.

FÉLIX, Lucas. Globo e Record dominam cobertura do massacre em Realengo. **Território de Ideias**, 7 de abr. 2011. Disponível em: <<http://territoriodeideias.blogspot.com.br/2011/04/globo-e-record-dominam-cobertura-do.html/>>. Acesso em: 2 de jan. 2014.

FERNANDES, Bob. Bolsonaro é uma semente do fascismo, mais uma entre tantas espalhadas por aí. **Terra Magazine**, 15 de mar. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/f0AuO>>. Acesso em: 12 de abr. 2014.

FERRAZ, T. G. **A construção de sociabilidades e memórias na Tijuca: o caso dos extintos cinemas da Praça Saens Peña e as atuais formas de expectativa cinematográfica no bairro**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. La historia oral: una brújula para los desafíos de la historia. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, Barcelona, v. 28, n. 28, p. 141-152, jan./jun. 2002.

FIGUEIREDO, Vanessa da Silva; ANDRADE, Ana Paula de. **O discurso e a construção da notícia: uma análise do caso da Escola de Realengo**. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 3 a 7 de ago. de 2012. São Paulo: Intercom, 2012.

FISCHER, R. M. B. Mídia, juventude e memória cultural. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 667-686, out./dez. 2008.

FOGOLARI, E. M. **Fazenda Esperança: estudo sobre as mediações culturais e a recepção da telenovela Terra Nostra**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCESCHINI, Luiz Felipe. **Marajás e caras pintadas nas páginas do Globo: a mediação da linguagem jornalística na construção da memória social**. 220 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FRANKE, Felipe Schröder. Leis contra terrorismo e desordem oscilam entre a segurança e a repressão. **Terra**, 12 de fev. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/q3hzru/>>. Acesso em: 16 de abr. 2014.

FREITAS, R. F.; FORTUNA, V. O.; ELIAS, R. V. **Feliz ano novo: mudanças nas narrativas jornalísticas sobre a violência no réveillon do Rio de Janeiro**. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 3 a 7 de set. de 2012. São Paulo: Intercom, 2012.

FRIDMAN, Fania. As propriedades públicas no Rio de Janeiro. **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, v. 7, n. 7, p. 49-71, jan./jun. 1998.

_____. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 149-154.

GOÉS, F. D. **Literatura comentada**: Gilberto Gil. São Paulo: Abril, 1982.

GOFFMAN, Irving. **Los marcos de la experiencia**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Félix Alcan, 1925.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HENN, Ronaldo César. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 177-184, maio/ago. 2006.

_____. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 77-93.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACKS, Nilda Aparecida. **Querência: cultura regional como mediação simbólica**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

JAPIASSU, H. P. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JENKINS, H. Transmedia storytelling and entertainment: an annotated syllabus. **Continuum: Journal of Media & Cultural Studies**, v. 24, n. 6, p. 943-958, out./dez. 2010.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KAAS, Hailey. Dia internacional da memória trans (20/11). **Transfeminismo**, 20 de nov. 2012. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/11/>>. Acesso em: 10 de abr. 2014.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAGE, Leandro Rodrigues. Jornalismo, memória e esquecimento: o massacre de Realengo na retrospectiva da Veja. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 214-229, jan./jun. 2013.

LIMA, R. D. Após o massacre de Realengo. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 121, n. 121, jun./jul. 2011, p. 130-134.

- LOPES, A. J. Considerações sobre o massacre de Realengo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, v. 37, n. 37, p. 25-44, jan./jul. 2012.
- LOPES, M. I. V. La investigación en comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, v. 56, n. 56, p. 13-27, jan./jun. 1999.
- LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H.; RESENDE, V. R. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção e teleficcionalidade**. São Paulo: Summus, 2002.
- LOTMAN, I. **Cultura y explosión: lo previsible en los procesos de cambio social**. Barcelona: Gedisa Editorial.
- LUFT, Lya. **O tempo é um rio que corre**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: UFPB, 2008, p. 27-54.
- _____. Produtos midiáticos, estratégias e recepção midiática: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Niterói, v. 9, n. 9, p. 47-69, jul./set. 2002.
- MALLMANN, Alexandre Vinícius. **O fenômeno do bullying: indefinições do termo e suas possibilidades**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: EdUFRRJ, 1997.
- _____. El futuro que habita la memoria. In: SÁNCHEZ, G.; WILLS, M. E. (orgs.). **Museo, memoria y nación: misión de los museos nacionales para los ciudadanos del futuro**. Bogotá: Museo Nacional de Colombia, 2000, p. 33-64.
- _____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. Tecnicidades, identidades e alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 51-79.
- MATA, María C. De la cultura masiva a la cultura mediática. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, v. 56, n. 56, p. 80-91, jun./out. 1999.
- _____. Rádio e memórias da recepção: aproximação às identidades dos setores populares. In: MEDITSCH, Eduardo B. V. (org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005, p. 269-296.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDINA, C. A. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.
- MIGOWSKI, A. L. **Memórias coletivas na comunicação mediada por computador: uma análise à luz do acontecimento de 11 de setembro de 2001 em seu décimo aniversário**. 239 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, n. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

MORTARI, E. C. M. **Identidades negociadas: o rádio e a construção simbólica da Quarta Colônia (RS)**. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MUSSE, Christina F. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**. 289 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PAZ, Valéria. **Nas redes dos telejornais: o tecido discursivo e a formação de memória social**. 404 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEDROSO, D. A pesquisa sobre recepção de cinema e a construção metodológica do conceito de competências midiáticas. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et. al.* (orgs.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 66-90.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul./dez. 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella in Val di Chiana: Toscana, 29 de junho de 1944. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 103-130.

PUHL, Paula Regina; ENNES, Cristina. Memórias juvenis: a influência do cinema no cotidiano dos jovens nos anos 60. **Famecos**, Porto Alegre, v. 38, n. 38, p. 93-99, jan./abr. 2009.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-38.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: 34, 2005.

REIS, Bruno M. C. **De la dictadura a la democracia en recuerdos y olvidos de la transición política española: medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España**. 490 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RENNÓ, J. R. Massacre em Realengo: uma análise crítica. **UOL**, 8 de abr. 2011. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vyaestelar/tragedia_realengo.htm/>. Acesso em: 19 de jan. 2014.

REZENDE, Sidney. Alunos de Columbine mandam uma mensagem às vítimas da escola de Realengo. **Sidney Rezende**, 12 de abr. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KEe5dZ/>>. Acesso em: 2 de jan. 2014.

ROSÁRIO, N. M.; AGUIAR, Lisiane. Multiplicidades: perspectivas metodológicas para pensar a pesquisa em comunicação. In: BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (orgs.). **Processualidades metodológica: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 43-58.

SÁDABA, Teresa. **Framing: el encuadre de noticias y el binomio terrorismo-medios**. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SANTOS, Dimas. Massacre em escola carioca tem repercussão internacional. **Dimas Santos**, 7 de abr. 2011. Disponível em: <<http://archive.is/WQaY/>>. Acesso em: 31 de dez. 2013.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SENUM, Mário André. O feminismo de Virginia Woolf e a literatura pós-colonial. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2008, p. 111-121.

SEPÚLVEDA, M. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SOUSA, G. D. **Memória e velhice**: entre a imaginação na arte de contar histórias e a emoção ao narrar a história vivida. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, M. S. **Temática, tema e merchandising social em telenovela**: memória, recepção e percepção. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STILLMAN, Stephanie. **Remembering the cruelest month**: the network, labor and haunting of Columbine. Ann Arbor: ProQuest, 2008.

STRASSBURGER, Tabita. **América Latina e cidadania comunicativa**: as inter-relações entre sujeitos comunicantes e o portal da rede TeleSur. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

STROHSCHOEN, A. M. **Mídia e memórias coletivas**. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

STYCER, Maurício. Em busca da notícia e de cenas dramáticas em Realengo. **UOL**, 20 de abr. 2011. Disponível em: <<http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2011/04/20/em-busca-da-noticia-e-de-cenas-dramaticas-em-realengo/>>. Acesso em: 3 de jan. 2014.

TODOROV, Tzvetan. **La memoria**: ¿un remedio contra el mal? Barcelona: Arcadia, 2009.

_____. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**. New York: Free Press, 1978.

VALLE, J. D. Após massacre no Rio, *tag* de Columbine é destaque no Twitter. **Veja**, 7 de abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/twitter-amanhece-com-tag-columbine-em-destaque/>>. Acesso em: 2 de jan. 2014.

VARGAS, A. Psiquiatras traçam perfil de Wellington a partir de vídeos: a falta de expressão facial revelaria incapacidade de estabelecer vínculos afetivos. **Veja**, 19 de abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/psiquiatras-tracam-perfil-de-wellington-a-partir-de-videos-deixados-por-ele/>>. Acesso em: 13 de jan. 2014.

VIANA, Cláudio Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 176 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, W. R. Será a realidade um filme mal produzido? **Cinema Secreto e Cinegnose**, 27 de nov. 2011. Disponível em: <<http://cinegnose.blogspot.com.br/2011/11/sera-realidade-um-filme-mal-produzido.html>>. Acesso em: 20 de abr. 2014.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 33-41.

WEBER, M. K. E. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. Rejeições religiosas do mundo e as suas direções. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (orgs.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 371-410.

WENDELL, H. C.; FRIGERI, R. Massacre em Realengo: a cobertura imagética da revista *Veja* em ataque misógino. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 2, p. 107-116, jul./dez. 2011.

WOOLF, Virginia. **As ondas**. Osasco: Novo Século, 2011.